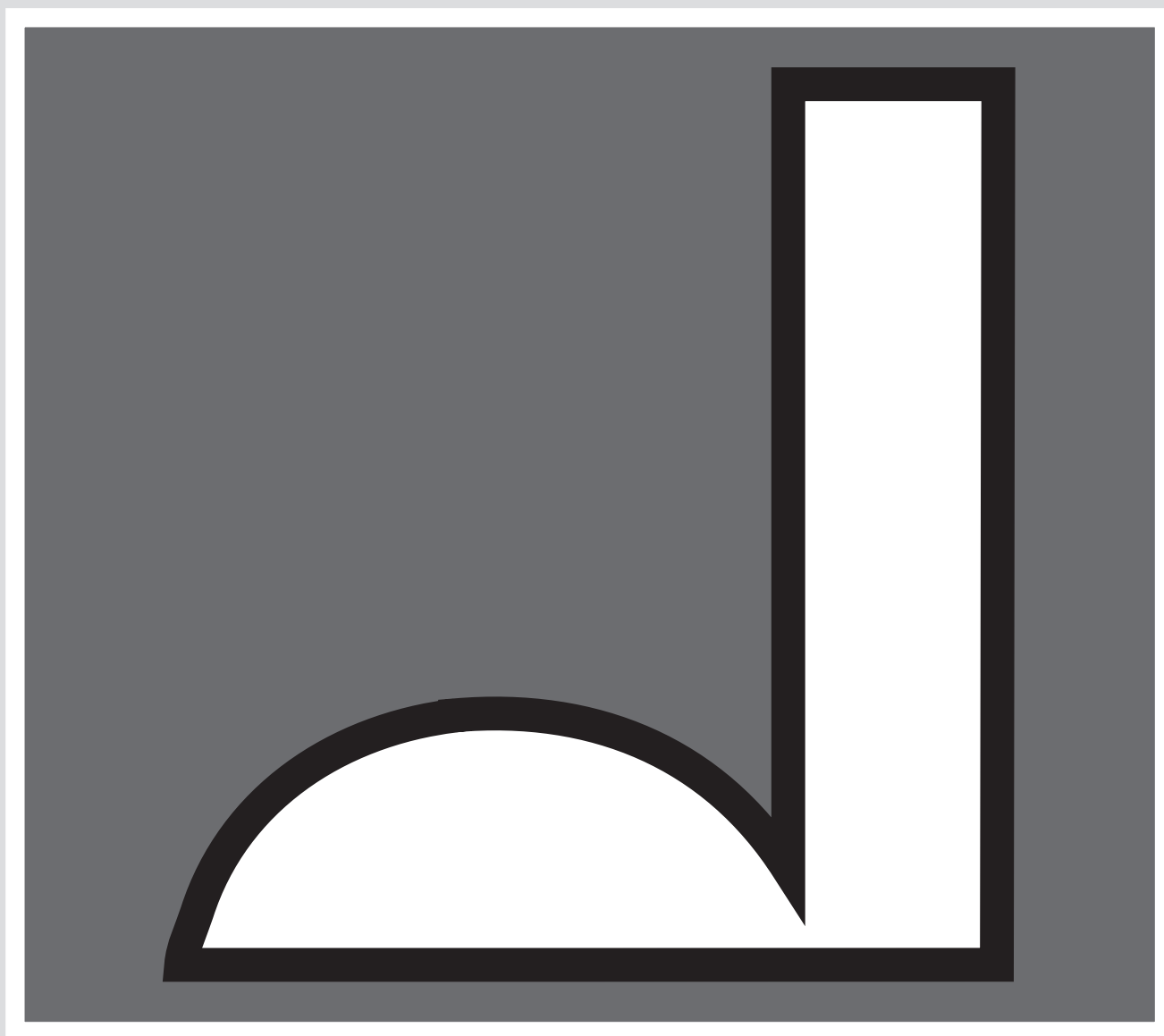




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXI - Nº 043 - QUINTA-FEIRA, 23 DE MARÇO DE 2006 - BRASÍLIA- DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Renan Calheiros – PMDB-AL

1º Vice-Presidente
Tião Viana – PT-AC

2º Vice-Presidente
Antero Paes de Barros – PSDB-MT

1º Secretário
Efraim Morais – PFL-PB

2º Secretário
João Alberto Souza – PMDB-MA

3º Secretário
Paulo Octávio – PFL-DF

4º Secretário
Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO

Suplentes de Secretário
1º - Serys Slhessarenko – PT-MT
2º - Papaléo Paes – PSDB-AP
3º - Alvaro Dias – PSDB-PR
4º - Aelton Freitas – PL-MG

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 21	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)- 17	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 31
LÍDER Ney Suassuna VICE-LÍDERES Garibaldi Alves Filho (vago) Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando (vago) ⁽⁵⁾ LÍDER DO PMDB – 21 Ney Suassuna VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela (vago) Luiz Otávio Gerson Camata (vago) ⁽⁶⁾ Wellington Salgado de Oliveira Valdir Raupp	LÍDER Delcídio Amaral – PT VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB LÍDER DO PT – 12 Delcídio Amaral VICE-LÍDERES DO PT Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Ams Fátima Cleide LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares VICE-LÍDER DO PSB (vago)	LÍDER José Jorge – PFL VICE-LÍDERES Alvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL LÍDER DO PFL – 16 José Agripino VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonas Pinheiro ⁽²⁾ LÍDER DO PSDB – 15 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta
LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias VICE-LÍDER DO PDT (vago) LÍDER DO PMR – 1 Marcelo Crivella	LÍDER DO PTB – 4 Mozarildo Cavalcanti VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO P-SOL – 1 Heloísa Helena	LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT Garibaldi Alves Filho - PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes –PSB ⁽¹⁾
EXPEDIENTE		
Agaciél da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <u>Ronald Cavalcante Gonçalves</u> Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 2-12-2005

⁽¹⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

⁽⁵⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽⁶⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 22ª SESSÃO ESPECIAL, EM 22 DE MARÇO DE 2006

1.1 – ABERTURA

1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO

Destinada a homenagear a Campanha da Fraternidade da CNBB de 2006. 09083

1.2.1 – Fala do Presidente (Senador Renan Calheiros)

1.2.2 – Oradores

Senador Aloizio Mercadante 09084

Senador Flávio Arns 09086

Senadora Heloísa Helena..... 09088

Senadora Lúcia Vânia 09090

Senador Pedro Simon 09092

Senador Arthur Virgílio..... 09094

Senador Marco Maciel 09095

Senador Cristovam Buarque..... 09098

Senador Antonio Carlos Valadares..... 09099

Senadora Maria do Carmo Alves (Nos termos do art. 203 do Regimento Interno) 09101

Senador Paulo Paim (Nos termos do art. 203 do Regimento Interno)..... 09101

Senador Flexa Ribeiro (Nos termos do art. 203 do Regimento Interno)..... 09102

Senador Paulo Octávio (Nos termos do art. 203 do Regimento Interno)..... 09103

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – ATA DA 23ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 22 DE MARÇO DE 2006

2.1 – ABERTURA

2.2 – EXPEDIENTE

2.2.1 – Leitura de requerimentos

Nº 314, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao jornalista e historiador Hugo Studart, pelo lançamento do livro **A Lei da Selva**. 09106

Nº 315, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao cineasta amazonense Alexandre Serrão, pela produção do filme “Nas Trilhas de Milton Hatoum”, documentário sobre a obra literária de um dos maiores escritores do Amazonas. 09106

2.2.2 – Pareceres

Nºs 207 a 225, de 2006, da Mesa do Senado, sobre os Requerimentos nºs 1.137, de 2005; e 107, 111, 112, 117, 122, 126, 127, 128, 140, 175, 176, 177, 184, 200, 202, 219, 220 e 238, de 2006, de informações. 09106

Nº 226, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº S/5, de 2006 (Mensagem nº 12/2006, na origem), de indicação da Senhora Ministra Ellen Gracie Northfleet para exercer a Presidência do Conselho Nacional de Justiça..... 09117

2.2.3 – Comunicação da Presidência

Aprovação, pela Mesa do Senado Federal, ontem, dia 21, dos Requerimentos de Informações nºs, 1.137, de 2005; e 107, 111, 112, 117, 122, 126, 127, 128, 140, 175, 176, 177, 184, 200, 202, 219, 220 e 238, de 2006..... 09120

2.2.4 – Avisos de Ministros de Estado

Nº 80/2006, de 9 do corrente, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 21-A, de 2006, do Senador Antero Paes de Barros..... 09120

Nº 81/2006, de 9 do corrente, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.154, de 2005, da Senadora Heloísa Helena..... 09120

Nº 239/2006, de 9 do corrente, do Ministro de Estado da Justiça, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.387, de 2005, do Senador Antero Paes de Barros..... 09120

Nº 240/2006, de 9 do corrente, do Ministro de Estado da Justiça, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.341, de 2005, do Senador Mozarildo Cavalcanti..... 09120

2.2.5 – Aviso do Presidente do Banco Central do Brasil

Nº 27/2006, de 9 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.365, de 2005, do Senador José Maranhão..... 09120

2.2.6 – Ofício de Ministro de Estado

Nº 60/2006, de 9 do corrente, do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, encaminhando

informações em resposta ao Requerimento nº 21, de 2006, do Senador Antero Paes de Barros.....

09120

2.2.7 – Comunicação da Presidência

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 117, de 2004, de autoria do Senador Sibá Machado, que revoga a Lei nº 7.399, de 4 de novembro de 1985, e o Decreto nº 92.290, de 10 de janeiro de 1986, e dá outras providências (dispõe sobre a competência para exercer a profissão de geógrafo), aprovado em apreciação terminativa pela Comissão de Assuntos Sociais. .

09120

2.2.8 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 69, de 2006, de autoria do Senador Valdir Raupp, que dá nova redação ao § 1º do art. 30 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, para restringir o impedimento de integrar o Comitê de Credores e exercer a função de administrador judicial, além dos parentes e dependentes, ao amigo íntimo e ao inimigo capital do devedor.

09120

Projeto de Resolução nº 25, de 2006, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que cria o Grupo Parlamentar “Amizade Brasil-Zâmbia.

09121

Projeto de Resolução nº 26, de 2006, de autoria do Senador Delcídio Amaral, que altera a redação do Regimento Interno do Senado Federal para modificar a competência do Segundo, Terceiro e Quarto Secretários do Senado Federal e criar a Ouvidoria Parlamentar do Senado Federal.

09122

2.2.9 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 26, de 2006, lido anteriormente..

09124

2.2.10 – Discursos do Expediente

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES, como Líder – Celebração hoje, em todo o planeta, do Dia Mundial da Água.

09125

SENADOR OSMAR DIAS, como Líder – Críticas ao pronunciamento da Ministra Marina Silva sobre o projeto que regula acesso aos recursos genéticos, proferido na Convenção sobre Diversidade Biológica, que está sendo realizado em Curitiba. .

09126

SENADOR CÉSAR BORGES – Lamento pela ida do presidente Lula à Bahia para fazer críticas infundadas ao Legislativo.

09127

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI, como Líder – Dados alarmantes sobre as terras do Estado de Roraima.

09130

SENADOR RODOLPHO TOURINHO – Preocupação dos municípios brasileiros com relação ao Fundeb e à origem das fontes de recursos.

09145

SENADOR JONAS PINHEIRO – Preocupação com a situação dos produtores rurais do Estado do Mato Grosso.

09147

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Considerações sobre declaração do

Deputado Luiz Eduardo Greenghalg, que fez ataque pessoal a S.Exª.....

09149

SENADOR EDUARDO AZEREDO, como Líder – O emudecimento do Palácio do Planalto com relação à questão da agropecuária.

09151

SENADOR MAGUITO VILELA – Considerações sobre os 40 anos do PMDB e as prévias realizadas no último domingo.

09154

SENADOR HERÁCLITO FORTES – Cumprimentos ao PMDB pelos seus 40 anos de existência. Solicitação à Mesa para que indague o Ministro do Trabalho sobre a veracidade de notícias com relação ao orçamento da União. Apelo por uma pauta positiva de votações.

09163

SENADOR ALMEIDA LIMA – Informação sobre Representação Disciplinar que S. Exª dará entrada junto ao Ministro Corregedor do Conselho Nacional de Justiça, contra o Ministro Edson Vidigal, do Superior Tribunal de Justiça.....

09168

2.2.11 – Apreciação de matéria

Parecer nº 226, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº S/5, de 2006 (Mensagem nº 12/2006, na origem), de indicação da Sra. Ministra Ellen Gracie Northfleet para exercer a Presidência do Conselho Nacional de Justiça. Usam da palavra a Sra. Ideli Salvatti, os Srs. Aloizio Mercadante, Antonio Carlos Magalhães, Marcelo Crivella, Flexa Ribeiro, Mozarildo Cavalcanti e Luiz Otávio.

09169

2.2.12 – Leitura de requerimento

Nº 316, de 2006, de autoria do Senador Aloizio Mercadante e outros Srs. Senadores, solicitando a realização, no dia 29 do corrente, às 10 horas, de Sessão Especial destinada a homenagear o Ministro Nelson Jobim. **Deferido.**

09174

2.2.13 – Apreciação de matéria (continuação)

Continuação da apreciação do Parecer nº 226, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº S/5, de 2006 (Mensagem nº 12/2006, na origem). **Aprovado**, tendo usado da palavra os Srs. Mão Santa, Romero Jucá, Pedro Simon, Antonio Carlos Valadares, Fernando Bezerra, Heráclito Fortes, José Agripino, Magno Malta e Augusto Botelho.....

09174

2.2.14 – Leitura de requerimentos

Nº 317, de 2006, de autoria do Senador Ney Suassuna e outros Srs. Senadores, solicitando a transferência da Sessão de Homenagem aos 40 anos de fundação do PMDB para amanhã, quinta-feira, dia 23, às 10 horas. **Deferido**, ficando, em consequência, restabelecida a sessão não deliberativa de sexta-feira, dia 24, às 9 horas.....

09179

Nº 318, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de lembrança ao ensejo do centenário de nascimento de Arthur Reis, pensador, historiador e Governador do Amazonas.

09179

Nº 319, de 2006, de autoria do Senador Paulo Paim e outros Srs. Senadores, solicitando voto de pesar pelo falecimento de Hainsi Gralow, ocorrido no dia 1º de março de 2006..... 09182

Nº 320, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando a retirada, em definitivo, do Requerimento nº 294, de 2006. **Deferido.** 09183

Nº 321, de 2006, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, solicitando autorização para desempenhar missão no período de 27 de março a 3 de abril próximo, no **5th Fórum of the World Alliance of Cities Against Poverty**, do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, a se realizar na cidade de Valência, Espanha..... 09183

2.2.15 – Ofício

Nº 83/2006, de 22 do corrente, da Senadora Lúcia Vânia, justificando a sua ausência, durante a sessão deliberativa ordinária, de hoje, para votação da indicação da Ministra Ellen Gracie para ocupar o cargo de Presidente do Conselho Nacional de Justiça. 09183

2.2.16 – Comunicações da Presidência

Deferimento do Requerimento nº 286, de 2006, do Senador Roberto Saturnino, lido na sessão do dia 16 último. 09183

Deferimento do Requerimento nº 275, de 2006, do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Srs. Senadores, solicitando realização da Sessão Especial em homenagem à Maçonaria Brasileira a ser realizada no dia 18 de agosto de 2006, pelo transcurso do Dia do Maçom. 09183

Designação do Senador Marcelo Crivella para participar da reunião do Conselho da Justiça Federal no próximo dia 24 de março, no Rio de Janeiro. 09183

2.3 – ORDEM DO DIA

Item 1 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 269, de 2005), que altera as Leis nºs 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras; 10.768, de 19 de novembro de 2003, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Águas – ANA; 10.862, de 20 de abril de 2004, que dispõe sobre a criação do Plano Especial de Cargos da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN; 10.871, de 20 de maio de 2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais, denominadas Agências Reguladoras; 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; 9.074, de 7 de julho de 1995, que estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos; cria cargos na Carreira de Diplomata, no Plano de Cargos para a Área de Ciência e Tecnologia, do Grupo – Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas – FG; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com base no art. 81-A da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e no art. 30 da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004; revoga dispositivos das Leis nºs 5.989, de 17 de dezembro de 1973; 9.888, de 8 de dezembro de 1999; 10.768, de 19 de novembro de 2003; 11.094, de 13 de janeiro de 2005; e 11.182, de 27 de setembro de 2005; e dá outras providências. **Apreciação sobrestada por não haver acordo entre as Lideranças Partidárias.** 09184

Item 2 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Medida Provisória nº 270, de 2005, que abre crédito extraordinário, em favor da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, da Presidência da República, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor global de oitocentos e vinte e cinco milhões, novecentos e oito mil, novecentos e sessenta e oito reais, para os fins que especifica. **Apreciação sobrestada.** 09184

Item 3 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Medida Provisória nº 271, de 2005, que autoriza a União a prestar auxílio financeiro complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com o objetivo de fomentar as exportações do País. **Apreciação sobrestada.** 09184

Item 4 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 272, de 2005), que altera as Leis nºs 10.355, de 26 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a estruturação da Carreira Previdenciária no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS; 10.855, de 1º de abril de 2004, que dispõe sobre a reestruturação da Carreira Previdenciária, de que trata a Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001, instituindo a Carreira do Seguro Social; 10.876, de 2 de junho de 2004, que cria a Carreira de Perícia Médica da Previdência Social e dispõe sobre a remuneração da Carreira de Supervisor Médico-Pericial do Quadro de Pessoal do INSS, 10.997, de 15 de dezembro de 2004, que institui a Gratificação Específica do Seguro Social – GESS; 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais; e fixa critérios temporários para pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade Médico-Pericial – GDAMP. **Apreciação sobrestada.** 09184

Item 5 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 273, de 2005), que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes e de Encargos Financeiros da União, no valor global de quinhentos e dezesseis milhões, cento e trinta e dois mil, novecentos e noventa e quatro reais, para os fins que especifica.

Apreciação sobrestada. 09185

Item 6 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 274, de 2005), que acrescenta e altera dispositivos na Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação; revoga o art. 3º da Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001; e dá outras providências. **Apreciação sobrestada.** 09185

Item 7 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Medida Provisória nº 275, de 2005, que altera a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – Simples, em função da alteração promovida pelo art. 33 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, e dispõe que o prazo a que se refere o art. 2º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para reutilização do benefício da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, aplica-se inclusive às aquisições realizadas antes de 22 de novembro de 2005. **Apreciação sobrestada.** 09185

Item 8 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 276, de 2006), que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de trezentos e cinquenta milhões de reais, para os fins que especifica. **Apreciação sobrestada.** 09185

Item 9

Medida Provisória nº 277, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e das Relações Exteriores, no valor de R\$ 74.564.000,00 (setenta e quatro milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil reais), para os fins que especifica. (Apoio a população atingida pela febre aftosa). **Apreciação sobrestada.** 09185

Item 10

Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia. **Apreciação sobrestada.** 09185

Item 11 (Votação nominal, se não houver emendas)

Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador José Jorge (apresentada como conclusão do Parecer nº 2.054, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), que acrescenta o inciso XVI e o § 2º ao art. 52 da Constituição, para atribuir ao Senado Federal competência para indicar membros do Conselho Diretor ou da Diretoria das Agências Reguladoras. **Apreciação sobrestada.** 09186

Item 12

Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2005 (nº 5.788/2001, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional de Conscientização da Esclerose Múltipla. **Apreciação sobrestada.** 09186

Item 13

Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2005 (nº 3.883/2004, na Casa de origem), que acrescenta inciso ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir a ausência do trabalhador ao serviço, sem prejuízo do salário, na hipótese de participação em reunião oficial de organismo internacional ao qual o Brasil seja filiado. **Apreciação sobrestada.** 09186

Item 14

Redação Final (apresentada pela Comissão Diretora como conclusão de seu Parecer nº 2.202, de 2005, Relator: Senador Tião Viana), do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2005 (apresentado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa como conclusão de seu Parecer nº 24, de 2005, Relator: Senador José Maranhão), que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, a rodovia que especifica. **Apreciação sobrestada.** 09186

09186Item 15 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 21, de 2003)

Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes, que altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (para assegurar a cobertura de despesas de acompanhante, no caso de paciente menor de dezoito anos, inclusive quando se tratar de intervenção em unidade de terapia intensiva ou similar). **Apreciação sobrestada.** 09186

Item 16

Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais). **Apreciação sobrestada.**.....

09186

Item 17 (Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Projeto de Lei do Senado nº 15, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração Ilegal, que altera o Código Penal para criminalizar o tráfico internacional de pessoas para fins de emigração, e a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para inserir a mencionada conduta entre os crimes antecedentes da lavagem de dinheiro. **Apreciação sobrestada.**.....

09187

Item 18

Requerimento nº 1.355, de 2005, do Senador Antonio Carlos Magalhães, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda informações a respeito de operações financeiras eventualmente efetuadas entre o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) com a empresa controladora do empreendimento Beach Park, localizado em Porto de Dunas, Ceará, ou com qualquer das empresas controladas por ela. **Apreciação sobrestada.**.....

09187

2.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR ROBERTO SATURNINO – Comentários a nota de esclarecimento público apresentada pela Petrobrás a respeito de matérias publicadas pelo jornal **O Estado de S. Paulo.**.....

09189

SENADOR LEONEL PAVAN, como Líder – Homenagem à cidade de Florianópolis-SC, que completa 280 anos, amanhã.

09193

SENADOR JOSÉ AGRIPINO, como Líder – Considerações sobre a quebra de sigilo bancário do caseiro Francenildo.

09194

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Diminuição nos investimentos sociais no Governo Lula.

09198

SENADOR PAULO PAIM, como Líder – Comentários sobre o documentário intitulado “Falcão – Meninos do Tráfico”, transmitido pela Rede Globo, no programa Fantástico do último domingo.....

09199

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Considerações sobre a não aprovação do Orçamento de 2006. Interesse do governo do Estado do Pará para instalação da rede Sarah de Hospitais em Belém/PA... ..

09201

SENADOR HERÁCLITO FORTES – Solicitação de providências na averiguação de interferências de equipes do Banco do Brasil na quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo.....

09201

SENADORA SERYS SLHESSARENKO – Comemoração do Dia Mundial da Água. Aumento dos postos de trabalho no Brasil. Dados positivos sobre

o desempenho da economia brasileira nas localidades mais carentes.....

09201

SENADOR DEMÓSTENES TORRES, como Líder – Reflexão sobre o documentário intitulado “Falcão – Meninos do Tráfico”, transmitido pela Rede Globo, no programa Fantástico do último domingo.

09204

SENADOR LUIZ PONTES – Questionamentos sobre os programas sociais de transferência de renda do governo Lula, já implantados no Governo Fernando Henrique Cardoso.

09206

2.3.2 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR GERSON CAMATA – Elogios à iniciativa da empresa Vale do Rio Doce, de promover a articulação entre ensino profissionalizante e sistema produtivo. Homenagem a Vicente Lorenzon, morto em acidente, no dia 25 de fevereiro, em Vitória/SE.....

09207

SENADOR LEONEL PAVAN – Considerações sobre a gravidade da gripe aviária. Inserção nos Anais do Senado de diversas matérias jornalísticas sobre a chamada “República de Ribeirão Preto”.

09208

SENADOR PAPALÉO PAES – Registro da entrevista do professor do Instituto de Administração de Lausanne, Stéphane Garelli, publicada na revista **Época**, edição de 20 de fevereiro último....

09223

SENADOR ALVARO DIAS – Registro da matéria intitulada “Pesquisa mostra que 56% dos brasileiros condenam MST”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 9 do corrente.....

09225

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Registro da matéria intitulada “STF atende PT e cala caseiro; oposição pede saída de Palocci”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 17 do corrente.

09226

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Registro da entrevista concedida pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso à revista **Veja**, edição de 22 do corrente. ..

09228

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS – Registro da matéria intitulada “Palocci de novo na mira”, publicada pela revista **Veja**, edição de 15 do corrente.....

09234

SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA – Registro do artigo intitulado “O PT e o discurso da mudança”, de autoria do economista e ex-ministro da Fazenda, Pedro Malan, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 13 do corrente.

09236

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Comentários a matérias publicadas na imprensa sobre: relatório da CPI dos Correios, invasões de terra no país, palestra de Danuza Leão no Teatro Folha, em São Paulo e quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo.

09237

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA – Comentários sobre a matéria intitulada “A Arte de Ser FHC”, de autoria de Mario Sabino, publicada na revista **Veja**, edição de 22 do corrente.

09246

SENADOR VALDIR RAUPP – Comemoração da chegada à Rondônia, da Cranston Transportes Integrados Ltda – CTIL. 09253

SENADOR EDISON LOBÃO – Saudação à empresa Alcoa Alumínio S/A, pela ampliação da fábrica de alumínio Redução, localizada em São Luiz-MA... 09254

SENADOR ROMERO JUCÁ – Registro de recebimento de publicação da Caixa Econômica Federal, intitulada “2003-2005 – Números Históricos que beneficiam o Povo Brasileiro” 09255

SENADOR AUGUSTO BOTELHO – Considerações sobre o “Dia Mundial da Água”, comemorado na data de hoje. 09256

2.3.3 – Comunicação da Presidência

Lembrando às Sras. e aos Srs. Senadores a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, dia 23, quinta-feira, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. 09257

2.4 – ENCERRAMENTO

3 – MESA DO SENADO FEDERAL

4ª Reunião, realizada em 21 de março de 2006. 09261

4 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, EM 22-3-2006

5 – PORTARIA DO DIRETOR-GERAL

Nº 71, de 2006. 09264

6 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 502 a 510, de 2006. 09265

SENADO FEDERAL

7 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

8 – SECRETARIA DE COMISSÕES

9 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

10 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

11 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

12 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

13 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

14 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

15 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

16 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

17 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

18 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

19 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO

Ata da 22ª Sessão Especial, em 22 de março de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Tião Viana e Aloizio Mercadante

(Inicia-se a sessão às 12 horas e 30 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A presente sessão, senhoras e senhores, destina-se a homenagear a Campanha da Fraternidade da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) de 2006, cujo tema é “Fraternidade e Pessoas com Deficiência”, de acordo com o Requerimento nº 214, de 2006, do nobre Senador Aloizio Mercadante e de outros Srs. Senadores.

Tenho a honra de convidar para compor a Mesa o autor do requerimento e, conseqüentemente, o responsável por esta sessão, o Senador Aloizio Mercadante.

Também tenho a honra de convidar para compor a Mesa o Reverendíssimo Sr. Dom Antônio Celso de Queirós, Presidente em exercício da CNBB; o Sr. Lars Graef, Secretário Estadual da Juventude, Esporte e Lazer do Estado de São Paulo; o Sr. Clodoaldo da Silva, atleta paraolímpico.

Além disso, eu gostaria de destacar as presenças honrosas, nesta sessão que é muito importante para o Senado Federal, de Dom Luciano Mendes de Almeida, Bispo de Mariana (MG) e ex-Presidente da CNBB; de Dom Itamar Vian, Bispo de Feira de Santana (BA); de Dom Xavier Gilles, Bispo de Viana (MA); de Dom Antônio Muniz Fernandes, Bispo de Guarabira (PB); de D. Sinésio Bohn, Bispo de Santa Cruz do Sul (RS); do ator Marcos Frola, que, mais uma vez, nos honra; e de Izabel Maior, Coordenadora-Geral do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (Conade), que representa, nesta oportunidade, o Secretário Nacional dos Direitos Humanos.

Convido a todos para, de pé, ouvirmos o Hino Nacional, que será traduzido em Libras.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agora, vamos ouvir algumas canções executadas por Ariosto Lopes.

(Procede-se à execução de peça musical.)

O SR. ARIOSTO LOPES – Muito obrigado.

Vamos tocar mais uma música. Essa é atendendo a pedidos das minhas amigas da Acorde (Associação de Capacitação, Orientação e Desenvolvimento do Excepcional).

(Procede-se à execução de peça musical.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, senhores convidados, peço permissão a todos, inclusive aos que compõem esta Mesa, para a todos cumprimentar, cumprimentando Dom Celso de Queirós, Vice-Presidente da CNBB, que representa o Presidente da CNBB nesta sessão especial.

Estamos reunidos para uma homenagem muito especial, mais do que oportuna, mais do que justa, a Campanha da Fraternidade de 2006 da CNBB. Com o tema Fraternidade e Pessoas com Deficiência, a campanha aborda uma das questões mais delicadas do Brasil atual e é um apelo inestimável à luta contra o preconceito, à aceitação das diferenças e à inclusão social.

O Brasil tem hoje – nunca é demais lembrar, é sempre bom lembrar – 24,5 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência física ou mental, uma parcela significativa da nossa população. Pessoas que, como cada um de nós, devem ter respeitados todos os seus direitos: o direito de ir e vir, o direito de estudar, o direito de trabalhar, o direito à cultura, o direito ao lazer, o direito, enfim, de ser feliz.

Defender, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, Srs. Convidados, os direitos dos deficientes, cidadãos brasileiros como quaisquer outros, está longe de ser uma atitude assistencialista. É, sim, uma obrigação constitucional. Temos todos, Estado, Legislativo, Judiciário, iniciativa privada, que garantir plenas condições de acesso à inclusão social às pessoas com deficiência nas nossas vias e órgãos públicos, no nosso mercado de trabalho, nas nossas escolas e centros de lazer, nos nossos meios de comunicação.

Temos, cada um de nós, a obrigação cívica e moral de lutar contra o preconceito, a discriminação no trabalho, na escola, na rua, na comunidade. As limitações de ordem física, dificilmente, interferem na capacidade intelectual ou profissional dos deficientes. O que eles precisam, na verdade, é de respeito e de condições adequadas de estudo e de trabalho.

O Senado tem feito a sua parte. Na semana passada, lançamos a campanha de valorização, sensibilização e atendimento da pessoa com deficiência. Foi mais uma iniciativa no sentido de transformar nossa Casa num modelo de acessibilidade e de inclusão social.

Lembramos, aqui, se me permitirem, entre outras iniciativas, a adaptação de banheiros, de telefones públicos, o rebaixamento de guias, a aquisição de triciclos motorizados, a inauguração de uma audioteca na Biblioteca do Senado e a edição de várias publicações em braile pela nossa gráfica. Também merecem registro a adaptação da nossa página na Internet para uso de deficientes visuais e o treinamento de funcionários para atendimento especial aos deficientes.

Do ponto de vista do Legislativo, destacamos, entre outras matérias, a aprovação, em 1989, da Política Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Entre outros projetos importantes que hoje tramitam no Senado Federal, estamos empenhados na aprovação do Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência, apresentado por esse querido amigo, Senador Paulo Paim.

Recentemente, a Comissão De Assuntos Sociais aprovou parecer favorável ao Projeto de Lei de autoria do Senador Flávio Arns – a exemplo do Senador Paulo Paim e de outros vários Senadores aqui presente, inclusive –, um defensor incansável da causa, estabelecendo critérios especiais para a concessão de aposentadoria ao segurado deficiente.

Temos feito, repito, a nossa parte, mas esse é um trabalho permanente, um trabalho que exige a nossa atenção no dia-a-dia.

Campanhas como essa da CNBB só vêm somar, sem dúvida nenhuma, nessa luta a favor da cidadania contra o preconceito. Ainda mais se levarmos em conta o carinho e o respeito que a entidade tem junto à população brasileira.

Aproveito a oportunidade para parabenizar o Senador Aloizio Mercadante, pela feliz iniciativa de realizarmos hoje esta sessão especial em homenagem à CNBB e à campanha escolhida para este ano.

Agradeço também ao Ariosto pelas belas canções que nos proporcionou. E aos dirigentes da CNBB e a todos que participam da Campanha da Fraternidade de pessoas com deficiências, os nossos parabéns e o nosso sincero muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de conceder a palavra ao nobre Senador Aloizio Mercadante, primeiro orador inscrito e autor do requerimento.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Renan Calheiros, inicialmente, agradeço a sua sensibilidade em realizar este importante evento não apenas para a nossa Igreja, mas também para toda essa população que sente nessa Campanha da Fraternidade uma homenagem mais do que justa às pessoas com deficiência, que dão imensa contribuição a este País e nem sempre tiveram a sua cidadania e a sua contribuição reconhecida e valorizada.

Saúdo todos os Senadores e Senadoras; o bispo Dom Celso Queirós, que aqui representa a CNBB; nosso Presidente em exercício; Lars Graef, Secretário de Esportes do meu Estado de São Paulo, uma figura que, pelo caminho que trilha na vida, pela atitude de superação das dificuldades, dá uma contribuição tão imensa, não apenas no esporte, mas na valorização da cidadania.

Agradeço também a presença de Clodoaldo Silva. Lars foi um grande atleta, é um grande atleta e o Clodoaldo foi, nessa última Olimpíada, o nosso mais bem-sucedido esportista do Brasil e orgulhou todo o País. Cada vez que ele caía na piscina, nós sabíamos que sairia com uma medalha. Foi uma experiência muito bonita ver a contribuição que você deu

Saúdo, ainda, Dom Luciano Mendes de Almeida, que foi Presidente da CNBB e é uma referência também na luta pela cidadania, pela democracia e pela justiça social, em nosso País; assim como toda a representação da CNBB, nas pessoas de Dom Itamar Vian, de Feira de Santana, na Bahia; Dom Xavier, de Viana, no Maranhão; Dom Muniz, de Guarabira, na Paraíba; e Dom Sinésio Bohn, de Santa Cruz do Sul, no Rio Grande do Sul.

Saúdo meu amigo Marcos Frota, que também fez um trabalho belíssimo nessa agenda e nessa luta; Izabel Maior, Coordenadora do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência; e Ariosto, que nos brindou com uma bonita apresentação.

Começaria o meu pronunciamento, dizendo que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), foi fundada em 1952 pelo saudoso Dom Hélder Câmara e sempre desempenhou um papel destacado na luta pelos direitos civis e sociais de todos os cidadãos brasileiros, particularmente dos mais pobres e necessitados. Na dura época do regime militar, quando o País submergia no manto negro do silêncio imposto, a voz corajosa da CNBB iluminava a Nação, denunciando a violação dos direitos humanos e a chaga moral da tortura.

Muitas vezes, essa voz cristalina e iluminada da CNBB era a única que se fazia ouvir contra o poder ditatorial, denunciando injustiças, perturbando a “paz dos cemitérios” e incomodando as autoridades que estavam de plantão. Obviamente, muitas eram as queixas da ditadura contra a CNBB, mas ela seguia, impávida. Aplicava às pressões da ditadura a seguinte norma: “Diante das situações sociais, econômicas e políticas do povo, o Evangelho não pede licença aos governos nem pede perdão se eles não gostaram”.

Pois bem, a pertinência e a sensibilidade que marcam a história da CNBB continuam vivas, hoje, na Campanha da Fraternidade de 2006, dedicada ao desafio da inclusão dos portadores de deficiências, cidadãos que ainda sofrem com a falta de oportunidades e, particularmente, com estigmas e preconceitos arraigados.

O lema dessa feliz e oportuna Campanha da Fraternidade de 2006 foi tirado de uma passagem do Evangelho de São Marcos, na qual Jesus, ao observar um homem só, afastado da multidão e com uma terrível atrofia nas mãos, lhe diz “Levanta-te, vem para o meio”.

Ao ir para o meio das pessoas, metaforicamente simbolizando a integração ao meio social, o homem, antes estigmatizado por seu defeito físico, se cura milagrosamente.

Essa passagem do Evangelho de São Marcos não poderia ser mais apropriada para tal campanha, pois toca no principal problema que atinge as pessoas portadoras de deficiências de todos os tipos: o preconceito e a exclusão social.

A passagem também denota e enfatiza que as deficiências não diminuem o valor da pessoa. A rigor, as pessoas podem ter – e quem não tem? – alguma deficiência. Mas com isso não são “pessoas deficientes”. Até ao contrário. A deficiência pode se tornar para a pessoa um estímulo a crescer mais profundamente em sua realização humana e cristã.

Conforme afirma o primoroso texto de Dom Demétrio Valentini, Deficiência e Plenitude: “Assim, está colocado o verdadeiro significado desta Campanha da Fraternidade: ela faz a ponte entre a deficiência e a plenitude. Ela aponta o caminho para transformar a deficiência em caminho da realização. E dessa maneira superar os preconceitos que foram introjetados na sociedade e na própria Igreja, mudando nossa maneira de pensar e nossas atitudes diante das pessoas com deficiência”.

Trata-se fundamentalmente, então, de mudar as mentalidades atrasadas e as atitudes preconceituosas, de modo a trazer para “o meio”, trazer ao convívio social efetivo e produtivo, o cidadão portador de deficiência, atualmente privado do exercício pleno de sua cidadania.

Mas não se trata, evidentemente, de favor que se presta ao portador de deficiência. Trata-se, isto sim, de reconhecimento da plenitude humana do portador de deficiência, de um lado e, de outro, das limitações inerentes à condição humana de todos nós.

Com efeito, como bem afirmou Dom Demétrio Valentini:

A deficiência se torna paradigma da condição humana. Revela nossa limitação. Ao mesmo tempo, estimula nosso crescimento. Assim, ela nos ajuda a compreender o sentido mais profundo da existência humana. Somos criaturas carregando a limitação, mas buscando no Criador nossa plenitude.

Somos todos, pois, nessa condição humana, portadores de deficiências. Mas isso não nos impede de buscar a plenitude. Pelo contrário, são nossas limitações que nos impulsionam em direção ao aperfeiçoamento. Assim, reconhecer os direitos dos portadores de deficiência significa reconhecer os próprios limites da nossa natureza humana e, ao mesmo tempo, as potencialidades de todos os homens.

Todos temos de reconhecer as nossas deficiências. Todos temos de ir ao meio, em busca da plenitude. Mas essa busca da conscientização em relação aos portadores de deficiência, que implica a conscientização de nossa natureza, como propõe essa magnífica campanha da CNBB, tem de ter o apoio de todos, sociedade civil e governo.

A esse respeito creio que posso dizer, sem medo de errar, que o atual Governo vem se esforçando, dentro de suas atribuições, para cooperar nesse grande esforço. De fato, o Governo Federal vem empenhando-se na efetiva implementação do Programa Nacional de Acessibilidade, em cumprimento às Leis nºs 10.048/2000 e 10.098/2000, que dispõem sobre acessibilidade para os portadores de deficiência ou pessoas com mobilidade reduzida.

Deve-se ressaltar que, hoje em dia, o conceito de acessibilidade não envolve apenas o combate às barreiras físicas à mobilidade, mas também implica a luta contra barreiras à comunicação e informação, bem como contra quaisquer tipos de preconceito e atitudes discriminatórias que restrinjam o pleno gozo dos direitos políticos, sociais e econômicos por parte dos portadores de deficiência.

Entre as ações específicas para dar cumprimento ao referido plano, destacam-se a aprovação da Norma sobre Certificado e Homologação de Telefones Públicos, que tornou esse tipo de instrumento de comunicação mais acessível aos portadores de deficiência, e a implantação do Decreto nº 5.296, de 2004, que nor-

matizou as adaptações nos meios de transporte para servir aos portadores de deficiência física. A partir de 2012, todos os ônibus terão de ter a plataforma de acesso. Devemos lutar para antecipar esse calendário. As fábricas já estão fazendo as adaptações necessárias para modificar toda a estrutura de transporte no Brasil, bem como estipulou regras para a comunicação destinada às pessoas com deficiência sensorial nos meios de comunicação, inclusive a Internet.

Outra iniciativa importante tange ao decreto que regulamentou a inclusão da Língua Brasileira de Sinais (Libras) – e aqui presto minhas homenagens a esses profissionais e já peço perdão pela velocidade do meu discurso – nos currículos destinados à formação de docentes e de outros profissionais que trabalham com portadores de deficiências auditivas.

Também no campo das ações governamentais destinadas aos portadores de deficiência, deve-se assinalar a próxima realização da I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que debaterá, pela primeira vez, problemas e soluções relativos à questão do portador de deficiência e seus direitos.

Ainda é muito pouco, é claro, mas acredito que estamos, Governo, Igreja e sociedade civil, de um modo geral, no caminho certo: no caminho do combate aos preconceitos e à exclusão social de qualquer tipo.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores e demais convidadas e convidados, o Brasil é, sem dúvida, um País injusto; injusto com os portadores de deficiência, com os negros, com os índios, com os excluídos de um modo geral. Mas também é um País generoso, potencialmente rico e inclusivo, que vem buscando atingir a sua plenitude com esforço e determinação. Esse esforço deve ser necessariamente coletivo, pois, enquanto as deficiências marcam as diferenças sociais e individuais, a construção da plenitude une todos, sem distinção, no sonho da nação próspera e justa.

Assim, todos temos de ir ao meio para construirmos, juntos, a sociedade inclusiva que transformará nossas limitações e deficiências individuais em plenitude coletiva.

Parabéns à CNBB e parabéns, acima de tudo, a esses cidadãos brasileiros pela sua luta e pelo seu exemplo, que nos orgulham e nos inspiram.

Quero terminar, Sr. Presidente, dizendo que o Ariosto é deficiente visual, Steve Wonder e Ray Charles também. Marcelo Rubens Paiva é meu amigo pessoal – ele não era cadeirante, quando morou na minha casa, na Universidade de Campinas; ele era um calouro da faculdade, e eu já fazia meu curso de pós-graduação.

Acompanhei todo o trabalho dele, a produção literária, que tratou do problema da inclusão, do reconhecimento e da superação das dificuldades.

Quero lembrar que Pedro Moreira Salles é Presidente de um grande banco; Lars Grael é Secretário de Governo; Roosevelt foi Presidente dos Estados Unidos, em 1929, durante a Segunda Guerra, e é tido como o maior estadista da história americana.

Portanto, a história está cheia de exemplos importantes de pessoas que, se tinham alguma deficiência, tinham outras habilidades fantásticas, que, em algum momento da história, a sociedade soube absorver, incorporar e valorizar.

Termino prestando homenagem a um convidado especial que fiz questão que estivesse hoje, aqui: o Gilberto Fraquetta, o Gil, meu companheiro de faculdade. Militamos juntos. Em 1973, realizamos um grande evento ecumênico com Dom Paulo, quando foi assassinado Alexandre Vannucchi Leme. Em 1975, ele não era cadeirante, era um militante. Em janeiro de 1975, ele sofreu um acidente, hoje é cadeirante e continua militante. Naquele ano de 1975, também mataram Vladimir Herzog, e novamente fizemos um grande ato pela democracia.

Ao longo desses mais de 30 anos, o Gil é muito mais militante do que tantos que ajudam a justiça e a inclusão social. Ele soube preservar os seus compromissos, a sua competência profissional como economista e superou todas essas dificuldades. Creio que ele é um exemplo, talvez não público, mas seguramente fundamental para a minha geração.

Um grande abraço, Gil. Obrigado pela presença! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao segundo orador inscrito.

Tenho a honra de conceder a palavra ao nobre Senador Flávio Arns, pela Liderança do PT.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Pronuncia o seguinte discurso.) – Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado e do Congresso Nacional – e deve ser registrado aqui: um defensor permanente, intransigente para que os direitos da pessoa com deficiência sejam assegurados não somente dentro desta Casa como no Brasil, coordenando este processo de transformar o Congresso Nacional numa referência de acessibilidade, em termos de trabalho, de emprego e de comunicação, para ser também algo visível em termos de cidadania no Brasil; Dom Celso Queirós, Presidente em exercício da CNBB, cujo Presidente, nosso grande e querido amigo, Dom Geraldo Majella Agnello, está em Roma neste momento, é um prazer muito grande recebê-lo no Congresso Nacional; Clodoaldo Silva, grande atleta paraolímpico, que já se tornou uma re-

ferência para o Brasil também – ele é a demonstração da reflexão que todos temos de fazer sobre o binômio deficiência/eficiência; Aloizio Mercadante, Colega de Partido, Líder do Governo, grande entusiasta dessa área, autor do requerimento; nosso amigo Lars Grael, posso até dizer amigo, porque já nos encontramos tantas vezes nesses últimos anos, discutimos tanto as necessidades das pessoas com deficiência! E, se me permite dizer, a reflexão que todos temos de fazer nessa área é a seguinte: qualquer um de nós, a qualquer momento, por razões as mais variadas, pode também ter uma deficiência, seja por acidente, por problema de saúde, por problema genético, seja o que for. Você realmente é uma referência também para o Brasil. Dom Luciano Almeida, prezados representantes da CNBB, Senadoras, Senadores, representantes do Executivo, representantes do Conade, Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, amigos aqui presentes, faço duas referências especiais, porque são importantes para a sociedade brasileira.

Primeiramente, cito Marcos Frota, que se vem desdobrando, muito antes da sua última novela, na luta pela cidadania e pela inclusão social da pessoa com deficiência. A sua participação na última novela foi fundamental para que toda a sociedade se sensibilizasse e se conscientizasse do grande desafio para o Brasil e para o mundo com relação à construção da inclusão social. É uma alegria imensa tê-lo aqui, no Senado Federal, nesta sessão solene.

Também faço referência ao Senador Eduardo Azeredo, Presidente da Subcomissão de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência do Senado Federal, que é permanente, também um batalhador – não só ele, mas toda a sua família – nessa área. Poucos Parlamentos do mundo possuem uma subcomissão permanente para discutir os assuntos da pessoa com deficiência.

Eu gostaria, Sr. Presidente, que meu pronunciamento fosse considerado como lido e constasse dos Anais da Casa, e destaco alguns aspectos importantes em relação aos atores desta sessão solene.

Em primeiro lugar, devemos lembrar das pessoas com deficiência na sua dignidade, no seu direito à cidadania, à felicidade, à independência e à participação na construção do seu destino. Seria muito bom que, durante esta Campanha da Fraternidade, pudéssemos, no Brasil inteiro, valorizar a opinião das pessoas com deficiência e que elas fossem incluídas para discutir todo e qualquer aspecto que lhes dissesse respeito, tenham elas deficiência mental, autismo múltiplo, físico, visual, auditivo, seja o que for. Essas pessoas devem decidir sobre o seu destino, ao invés de outros ficarem, permanentemente, discutindo o que

é melhor para elas. A conquista da autodefensoria e da auto-advocacia seria uma grande transformação no Brasil.

O segundo aspecto é a família. Vamos valorizar a família. Se perguntarmos a qualquer pai ou mãe, no Brasil, sobre o que mais desejam para os filhos, sem dúvida, todos dirão: “Quero a felicidade do meu filho”. O que é felicidade? Felicidade é ter escola, remédio, médico, trabalho, praticar esporte, ter acesso à cultura, ter dignidade e respeito na vida em sociedade. Se pensarmos a respeito de todos esses aspectos, diremos: “Esses são direitos humanos, os quais devem ser concretizados, realizados”.

Assim, as famílias, no Brasil inteiro, estão dizendo: “Queremos que os nossos filhos sejam cidadãos”. Quando se pergunta para os pais se é difícil ter um filho com deficiência, em função das necessidades que ele traz para a família, eles vão dizer: “Nós amamos nosso filho. Queremos que seja feliz. O mais difícil é ver que ele não é respeitado, que não tem os seus direitos assegurados”.

A família precisa, sem dúvida, ser valorizada nessa campanha. Oxalá todos nós, no Brasil, façamos disso uma missão de valorização da família.

O terceiro aspecto, além da pessoa com deficiência e da família, é a comunidade. Toda a sociedade – os cidadãos do Brasil, os órgãos públicos ou não – deveria valorizar o princípio da solidariedade, como já é feito por tantos no País, e pensar: “Se eu estivesse na pele dessa pessoa, como gostaria de ser tratado?” Se respondermos a isso, permanentemente, seja em que situação for – e, neste momento, a discussão é a respeito da pessoa com deficiência –, teremos um outro Brasil, uma outra sociedade. “Como eu gostaria de ser tratado se estivesse no lado de lá?” Sem dúvida, construiríamos uma sociedade solidária.

O quarto e último aspecto que eu gostaria de lembrar é a participação em tudo isso, a transformação desses direitos em realidade, o que é um desafio para todos nós. Quero lembrar aos Poderes Públicos, municipais, estaduais e federal, às Câmaras de Vereadores, às Assembléias Legislativas e ao Congresso Nacional que devemos transformar esses direitos em realidades. Precisamos ter políticas públicas e orçamentos.

Eu usaria, como muitos fazem, apenas uma expressão: cumpram-se as leis. Só isso. Há leis na educação, na assistência, no trabalho, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a discussão do Estatuto do Portador de Deficiência. Vamos, no Brasil, fazer com que a lei seja cumprida. Com essa soma da pessoa com deficiência e da sua família, do cumprimento da lei na sociedade, do Poder Público transformando a lei em realidade, poderemos ter, para a pessoa com deficiên-

cia, uma grande transformação e ela poderá dizer: “Eu sou cidadã. Eu sou brasileira. Sendo brasileira, devo ter cidadania em primeiro lugar”.

Tudo isso a CNBB incorporou na Campanha da Fraternidade. Não se trata de apenas mais uma campanha da CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil –, mas de um movimento ecumênico, de todas as denominações religiosas. Esse tema está sendo debatido em todos os Municípios do Brasil, nas zonas urbana e rural, nas comunidades pequenas, nas capelas. Todos os brasileiros estaremos discutindo a cidadania de quase 25 milhões de pessoas durante a Campanha da Fraternidade. Discutiremos os direitos de nossos irmãos, pois temos o mesmo Pai e, nesse sentido, somos uma mesma família. Que isso deixe de ser retórica e passe a ser realidade.

Que bom estarmos reunidos no Senado Federal para discutir a Campanha da Fraternidade e os nossos compromissos, que precisam ser permanentes nessa caminhada, pois essa campanha realiza-se durante o período da Quaresma mas vai continuar no decorrer do ano e da vida. Assim, que ela traga sempre mais humanidade e mais vida para todas as pessoas do Brasil.

Muito obrigado. (Palmas.)

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR FLÁVIO ARNS.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, toda oportunidade que ofereça espaço para a sensibilização da sociedade para o tema da deficiência será sempre bem-vinda e devemos aproveitá-la bem. É o que ocorrer com a Campanha da Fraternidade deste ano, lançada pela Igreja Católica, mas estendida de modo ecumênico a todas as outras confissões para toda a sociedade.

O tema é “Fraternidade e Pessoas com Deficiência”, e o lema, “Levanta-te, vem para o meio”. Essa frase, proferida por Jesus ao curar um homem com deficiência física, indica o desejo de que a pessoa ocupe o seu espaço na sociedade, assumindo seu direito de cidadã e a sua dignidade de ser humano, que é comum a todos nós.

O binômio Fraternidade e Deficiência é muito sugestivo. Diante das pessoas com alguma deficiência, a atitude fraterna e de compreensão e acolhida, que conduz a uma ação de ajuda concreta, traz relação à dimensão mais profunda e sublime que pode marcar a condição humana.

A condição humana comporta a diversidade e a igualdade, características aceitas pelo Criador. Só conseguiremos resgatar a nossa condição de seres humanos se alcançarmos o respeito pelas nossas diferenças.

As deficiências, como tantas outras circunstâncias, fazem parte da condição humana, na qual somos todos igualmente chamados a uma realização sempre maior e mais plena.

Sem essa atitude fundamental de compreensão e de acolhida por parte de cada pessoa e das instituições, não será possível uma real inclusão das pessoas com deficiência. Incluir significa romper as barreiras da discriminação, dos julgamentos, do egoísmo, da insensibilidade, dos parâmetros econômicos frios e desumanos. Enfim, incluir é nos reconhecermos iguais em dignidade, sujeitos de direitos, ansiosos por alcançarmos realização.

“Se queres, tens o poder de curar-me”, pediu de joelhos o leproso a Jesus. Jesus, cheio de compaixão, estendeu a mão, tocou-o e disse: “Eu quero, fica curado”.

“Se queres, tens o poder de compreender-me e de ajudar-me”.

Quem poderá ficar calado, insensível diante deste grito do coração, da mente e da alma de uma pessoa com deficiência? Grito que é, às vezes, só um olhar suplicante, só um gesto?

Podemos nos mobilizar mais uma vez para fazer desta Campanha da Fraternidade mais um grande momento neste processo tão humano e tão dignificante de trazer à sociedade a mensagem de mais humanidade e de mais vida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Antes de conceder a palavra ao próximo orador inscrito, eu gostaria de destacar o papel do programa “Inclusão”, da TV Senado, e ressaltar o relevante trabalho da jornalista Solange Calmon.

Parabéns, Solange. (Palmas.)

Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Dom Celso de Queirós, saudando-o quero cumprimentar todos os representantes da CNBB e também abraçar todos os Padres e todas as Freiras da Igreja Católica de Alagoas, que quase me criaram.

Quero abraçar e saudar o Clodoaldo da Silva e o Ariosto Lopes. Saúdo o Senador Aloizio Mercadante pela iniciativa.

Abraço o nosso querido Lars Graef. Em um dos momentos difíceis da minha vida, quando meu filho estava em coma, porque havia sido atropelado em Brasília, Lars Graef mandou-me um livro sobre sua história de resistência. Meu filho não precisou, mas, com certeza, foi uma emoção muito grande contar com

a delicadeza dele. Além disso, tive a bênção de estar com o senhor na Corrida de São Silvestre. Todas as vezes em que aqui fico muito cansada, muito cansada, quase que esgotando minha capacidade de reação, lembro-me de você falando o quanto difícil era subir uma ladeira de muleta e, portanto, o quanto difícil era para aqueles que disputavam aquela prova.

Saúdo também nosso querido Marcos Frota, que é outra coisa linda e delicada e que falou com minha filha de leite – tenho a honra de ser mãe de leite da Fabrícia, que é cega; eu a amamenteei junto com o Ian. Marcos Frota teve a delicadeza de falar com ela, pelo telefone. Ela quase morreu do coração, é claro, mas foi uma grande alegria.

Ao saudar e abraçar todos aqueles que lutam, faço questão de ler – sei que o Senador Aloizio Mercadante já o fez, quando leu a frase mais usada na Campanha da Fraternidade – todo o parágrafo, porque este trecho vai além do gesto de solidariedade, da cura e da inclusão. Este parágrafo vai até o risco de morte para garantir a inclusão, que é o que Jesus fez. Eu, Padre Hernandes, só me tornei socialista, porque, primeiro, conheci Jesus Cristo.

Diz Marcos 3.1-6:

Noutra vez, entrou ele na sinagoga, e achava-se ali um homem que tinha a mão seca.

Ora, estavam-no observando se o curaria no dia de sábado, para o acusarem.

Ele diz ao homem da mão seca: “Vem para o meio”.

Então lhes pergunta: “É permitido fazer o bem ou o mal no sábado? Salvar uma vida ou matar?”. Mas eles se calavam.

Então, relanceando um olhar indignado sobre eles e contristado com a dureza de seus corações, diz ao homem: “Estende tua mão!”. Ele estendeu a mão e foi curado.

Dali, exatamente naquele momento, saíram os fariseus, para articular com os herodianos para matar Jesus.

Como todos sabemos, o corpo é o templo sagrado do Espírito Santo. Durante toda a vivência de Jesus aqui, não estava Ele a querer desmontar as tradições, muito pelo contrário, até porque Ele se submeteu a muitas dessas tradições. Então, ele não o fazia para desmontar as tradições, para nada disso.

Esse parágrafo, citado pela Campanha da Fraternidade, quer dizer que as relações e as lutas têm de ir além das aparências. É por isso que Jesus era um danado, não é? Ele só fez opções problemáticas, Senadora Lúcia Vânia! Fez só opções problemáticas

para os rituais cínicos e esnobes dos fariseus, dos sicofantas, dos saduceus, dos escribas da lei, dos doutores da lei, de todos. Ele só fez opções problemáticas! Quando Ele fez a opção pelo cego, pelo paralítico, pela prostituta, pelo hanseniano – então, considerado leproso –, Ele só fez essas opções porque sabia que, ao fazê-las, acabaria sendo condenado.

Já imaginaram que atitude belíssima aquela em relação à prostituta que seria apedrejada?! Inclusive, foi a primeira pessoa para quem Ele apareceu na ressurreição. Olhem que homem maravilhoso! A primeira pessoa para quem Ele apareceu foi justamente uma mulher que havia sido condenada pelos rituais cínicos e esnobes de uma sociedade hipócrita como se fosse a pecadora. Imaginem o significado, à época, dessa opção! Aquela mulher lavou os pés de Jesus, enxugou-os com seus longos cabelos, perfumou-os, enquanto os grandes e poderosos da época o condenavam com veemência. Então, todas as opções feitas por Ele foram nesse sentido.

É por isso que, neste momento de tantas guerras, neste momento em que celebramos a inclusão daqueles que foram marcados pela natureza ou por uma tragédia da vida, daqueles que tiveram marcados seus corpos de forma diferente, temos, acima de tudo, de celebrar a luta pela inclusão e pela paz.

Naquele momento, o que Jesus queria celebrar não era a exclusão de samaritanos, de judeus, como hoje seria a exclusão de judeus, de palestinos, de evangélicos, de católicos, de religiões afrodecendentes, de espíritas, de budistas. Todos nós, queiramos ou não, somos filhos de um único Deus.

Então, a Campanha da Fraternidade – como bem disse o Senador Flávio Arns – não é apenas a campanha da CNBB. Obrigatoriamente, essa campanha tem de ser de todas as religiões, dos que não têm religião, dos que sabem que, independentemente do templo, da igreja, da sinagoga que se frequenta, temos a obrigação mais bela que há: a da luta para que todos sejamos iguais. Portanto, essa passa a ser a condenação das regras estabelecidas na vida em sociedade que impõem uma hierarquia perversa a ricos e pobres, a brancos e negros, a homens e mulheres, àqueles que são tratados como se deficientes físicos fossem.

Por isso, quero abraçar todos os envolvidos nessa luta. Quero dizer da minha alegria muito grande de ser parte também dessa experiência. Abraço a CNBB. Acima de tudo, espero que, mais do que a solenidade, mais do que as reformas físicas, possamos, neste mundo de tanta desigualdade, ter a mesma coragem que Jesus teve: a de quebrar qualquer ritual cínico e esnobe, a de quebrar qualquer hierarquia perversa que impõe a homens e mulheres, a ricos e pobres, a deficientes

ou não regras diferenciadas na vida em sociedade. Portanto, tal qual Jesus fez, que possamos lutar pela inclusão, mesmo que essa luta possa significar até a nossa condenação, como para Ele significou!

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada. (Palmas.)

Durante o discurso da Sra. Heloísa Helena, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Aloizio Mercadante.

O SR. PRESIDENTE (Aloizio Mercadante. Bloco/PT – SP) – Agradecemos a intervenção da Senadora Heloísa Helena, Líder do P-SOL, nesta sessão de homenagem à Campanha da Fraternidade da CNBB de 2006, cujo tema é “Fraternidade e Pessoas com Deficiência”.

Convidamos a usar da palavra a Senadora Lúcia Vânia, representante do PSDB, que tem participado ativamente de todos os temas de interesse social desta Casa.

Peço à Assessoria que distribua para os presentes a síntese da sessão feita pelo Senado Federal em homenagem à memória de Sua Santidade o Papa João Paulo II. Foi uma bela sessão que aqui realizamos, por iniciativa do Senador Marco Maciel.

Tem a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, cumprimento V. Ex^a pela iniciativa de dar-nos a oportunidade de estar numa solenidade como esta. Parabéns, Senador Aloizio Mercadante.

Cumprimento Dom Antônio Celso de Queirós, Presidente em exercício da CNBB. Quero também manifestar-lhe a nossa alegria em tê-lo em nossa Casa.

Cumprimento Lars Graef, que, sem dúvida alguma, é um exemplo de determinação e de superação, um exemplo para a nossa juventude e para todos os brasileiros.

Cumprimento Clodoaldo da Silva, atleta paraolímpico. Quero dizer-lhe, Clodoaldo, que você é o Brasil vencedor. É muito bonito vermos uma pessoa superar seus limites e poder defender, com toda a força, a bandeira de nosso País. Parabéns!

Cumprimento o Senador Eduardo Azeredo, Presidente da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, e agradeço-lhe pela honra de falar em seu nome e em nome do meu Partido, o PSDB.

Cumprimento o Líder do meu Partido, Senador Arthur Virgílio, a quem também agradeço pela oportunidade de poder falar em nome do nosso Partido, o PSDB.

Cumprimento a Senadora Heloísa Helena, os Senadores Flexa Ribeiro, Cristovam Buarque, Marco Maciel, Pedro Simon, Mão Santa, Flávio Arns, Heráclito Fortes e todos os demais Senadores e as Senadoras aqui presentes.

Quero também abraçar o Marcos Frota e dizer da nossa alegria de tê-lo aqui, principalmente pelo trabalho desempenhado em favor da pessoa portadora de deficiência, utilizando o seu talento para mobilizar a sociedade em torno dessa causa.

Cumprimento a Izabel Major, Coordenadora-Geral do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência.

Cumprimento todos os membros da Igreja Católica, da CNBB, aqui presentes, já citados, e peço desculpas por não citar o nome de cada um deles em função do tempo.

Cumprimento todos aqueles que trabalham nas instituições em favor da pessoa portadora de deficiência.

Senhoras e senhores, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil celebra há 42 anos a sua Campanha da Fraternidade. Temas da maior relevância para a sociedade brasileira têm sido abordados, motivando a reflexão inclusive das autoridades.

Este ano não poderia ser diferente.

Ao lançar a Campanha cujo tema é “Fraternidade e Pessoas com Deficiência” e cujo lema é um chamado, “Levanta-te e vem para o meio”, a CNBB mais uma vez mostra a sua preocupação com uma parcela de nossa população ainda pouco reconhecida.

Iniciativas vêm sendo tomadas para que se tenha consciência de que é preciso tratar da questão do deficiente como prioridade.

São cerca de 27 milhões de cidadãos brasileiros que vivem praticamente à margem de uma sociedade injusta e sectária, cidadãos produtivos, que têm condições de estudar, trabalhar e oferecer ao País sua contribuição pessoal, social e profissional.

Nesse sentido, torna-se ainda mais importante a Campanha da Fraternidade que a CNBB celebra este ano.

Ao alertar o Brasil para a necessidade de olharmos com atenção essa grande parcela da sociedade brasileira que necessita apenas de cuidados especiais, a CNBB dá, mais uma vez, o exemplo, sai à frente, como historicamente tem feito na luta em defesa dos direitos humanos.

É preciso tirar o deficiente de dentro de casa; é preciso lutar pela sua inclusão garantindo a escola e que essa escola se adapte para poder recebê-lo. É preciso lutar pela sua inserção no trabalho, pela sua acessibilidade, pela transporte. Enfim, para que ele

possa realmente se sentir à vontade para participar da vida em sociedade e fazer aquilo que Flávio Arns falou com muita simplicidade: ser feliz.

É preciso que haja leis que garantam seus direitos, mas, acima das leis, é preciso que haja uma consciência e uma cultura de respeito e solidariedade em relação ao deficiente.

Em 1989, foi aprovada a Política Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Eu tive a honra, como Secretária de Assistência Social no primeiro Governo do Presidente Fernando Henrique, em 1993, de implantar a Lei Orgânica da Assistência Social, Loas, que garante a prestação continuada de um salário mínimo ao portador de deficiência que comprove não possuir meios de garantir sua própria manutenção.

Esta foi a primeira vez que uma política pública reconhece a pessoa portadora de deficiência com um gesto de solidariedade, com um gesto de justiça.

Aqui, no Senado Federal, temos tomado iniciativas importantes, e gostaria de destacar a Campanha lançada no último dia 14, pelo Presidente Renan Calheiros, para garantir a acessibilidade da Casa aos portadores de deficiência.

Entre outros projetos importantes que tramitam no Senado, está também o Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência, apresentado pelo Senador Paulo Paim.

Como parlamentares e cidadãos conscientes do dever de trabalhar por esta causa, creio ser importante aproveitarmos esta grande chance, esta mobilização nacional, para aprovarmos este Estatuto, que, sem dúvida alguma, é e será um avanço expressivo.

Tive a grata satisfação de relatar projeto de lei de autoria do Senador Flávio Arns – e aqui abro um parêntese para cumprimentar S. Ex^a pelo trabalho, dedicação, companheirismo e, acima de tudo, pela humanidade em nos alertar para que pudéssemos, juntos, na Comissão de Assuntos Sociais, fazer um trabalho coeso, conjunto em favor da pessoa portadora de deficiência –, que estabelece critérios especiais para a concessão de aposentadoria ao segurado com deficiência. Esse também é um passo à frente em relação à justiça que o Estado deve às pessoas portadoras de deficiência.

Esses são exemplos que vêm se somar à Campanha tão meritória da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

O que a Igreja propõe este ano à sociedade – e, aqui, também como uma pessoa que teve a formação inteira dentro de um colégio católico, quero dizer a todos aqueles que dirigem a CNBB, ou que tenham participação na CNBB, que me sinto extremamente feliz com este gesto da minha Igreja. É muito bonito sentir o apoio ao nosso trabalho aqui. Talvez a Igreja

tenha mais força para fazer essa mobilização do que propriamente nós, aqui nesta Casa, pois, quem sabe absorvidos com uma gama enorme de problemas, muitas vezes não damos a dimensão que queremos e precisamos dar a esse trabalho – é uma reflexão sobre a importância da superação dos preconceitos. Este é um ato muito bonito. Superar preconceitos. Eu acho que é mais forte ainda do que a nossa briga aqui em torno das políticas públicas de amparo à pessoa portadora de deficiência. Mas superar preconceitos é uma coisa importantíssima para que possamos realmente inserir todas as pessoas nos benefícios que a sociedade pode oferecer.

E isso não é muito fácil porque sabemos que, no decorrer do tempo, foram introjetados em nossa cultura essa discriminação e esse preconceito.

A deficiência, como já dito aqui, não deve mais ser vista como limitação, mas como um estímulo de superação. E quem deve crescer nesta luta somos nós.

O deficiente vem fazendo a sua caminhada de crescimento há muitos anos por intermédio de pessoas que lutam com força, com determinação para que essa inclusão se faça da melhor maneira possível. Esses movimentos também merecem os nossos cumprimentos no dia de hoje. Tenho certeza de que eles terão, com essa Campanha, uma grande colaboração para que possamos juntos mobilizar a sociedade em torno dessa questão.

Cabe a nós garantir ao deficiente o espaço que lhe cabe na sociedade, não apenas por meio de discursos, de palavras, mas numa prática, onde estejam inseridos valores fundamentais do ser humano: sociabilidade, acessibilidade, trabalho, generosidade e justiça.

A CNBB está celebrando este momento. Sigamos o seu exemplo.

O meu Partido, o PSDB, se integra aos demais partidos para homenagear esta instituição tão importante nesta sessão especial que o Senado promove hoje por iniciativa louvável de um grande brasileiro, nesta Casa, o Senador Aloizio Mercadante.

Queremos garantir nossa parceria nesta Campanha tão meritória de reconhecimento do legítimo lugar do deficiente como cidadão brasileiro. Este é, sem dúvida alguma, um dos grandes objetivos da Comissão de Assuntos Sociais, tão bem presidida pelo Senador Antônio Carlos Valadares, que, juntamente com a Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, dirigida pelo Senador Eduardo Azeredo, muito tem feito em favor de um avanço expressivo e de uma inclusão efetiva da pessoa portadora de deficiência.

Muito obrigada e boa sorte.

Vamos à luta! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Aloizio Mercadante. Bloco/PT – SP) – Agradecemos à nobre Senadora Lúcia Vânia por esse belo pronunciamento.

Concedemos a palavra ao nobre Senador Pedro Simon, que falará em nome do PMDB. O Senador Pedro Simon é franciscano e tem uma profunda relação entre fé e política.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente e autor desta iniciativa, que, como Líder do Governo, a valoriza, companheiro e amigo Mercadante; bravo Clodoaldo, padrão de admiração e respeito de todo o Brasil; Dom Luciano Mendes de Almeida; Dom Itamar Vian; Dom Xavier; Dom Muniz; Dom Sinésio; senhoras e senhores; estamos aqui para homenagear talvez a maior iniciativa social conhecida no nosso País: a Campanha da Fraternidade.

Há mais de quarenta anos, a Igreja Católica escolhe um tema sensível da realidade e convida os brasileiros a refletirem sobre ele. Mas também nos convoca a uma ação enérgica e engajada, de modo a atenuar os problemas que atingem nossos irmãos, em especial os mais necessitados.

Na época do regime militar, questões importantes para a redemocratização brasileira foram levantadas pela CNBB, uma entidade que esteve à frente da longa luta pela reconstrução do regime democrático.

Nos últimos anos, temas da maior importância têm sido focados pela Campanha da Fraternidade, de modo a fazer com que busquemos, juntos, uma solução para eles. E, quando falo que “busquemos juntos”, estou-me referindo ao Estado e também à sociedade.

É importante destacar que alguns dos nossos principais problemas sociais se agravam nos últimos anos, em função de uma persistente estagnação econômica. Um dos exemplos mais claros é o da violência urbana, questão abordada na Campanha da Fraternidade do ano passado, cujo tema era “Solidariedade e Paz”.

Registro aqui um trecho da carta do Papa João Paulo II, enviada no ano passado ao primaz do Brasil, por ocasião da abertura da Campanha da Fraternidade de 2005. Escreveu naquela ocasião o nosso querido João Paulo II, que pouco depois viria a falecer:

No mundo em que vivemos, abalado com frequência pela violência e marcado pelo indiferentismo, os cristãos que partilham o empenho pela promoção da paz e da solidariedade tornam-se instrumentos eficazes de evangelização e um exemplo para todos, a fim de construir uma sociedade mais fraterna e mais atenta às necessidades dos pobres e indigentes.

Fiz esta citação porque acho que os temas do ano passado e de 2006 têm um forte traço de ligação, já que um grande número de pessoas adquire deficiências em função da violência que impera absoluta em nosso tempo. Refiro-me mais especificamente às pessoas com deficiência motora em função de tiros e de acidentes de automóvel.

Segundo estudos da Associação de Assistência à Criança com Deficiência, feitos em sua Clínica de Lesão Medular, 73,4% dos pacientes tratados pela instituição adquiriram o problema por acidentes de carro, armas de fogo e queda. Desse universo, 43,5% de seus pacientes sofreram lesões em razão de acidentes por armas de fogo. Os dados estatísticos dos últimos três anos também mostram que 83,5% dos pacientes são do sexo masculino e 68,3% ficaram paraplégicos.

Muitos desses problemas poderiam ser evitados se, no Brasil, tivéssemos realmente um amplo sistema de prevenção, sistema que teria duas linhas centrais. Uma delas teria como objetivo evitar acidentes (de automóveis, com armas de fogo, quedas e mergulhos) causadores de lesões traumáticas. A outra linha cuidaria de fazer um grande esforço na área da saúde para evitar doenças – algumas delas de fácil combate e cura – que podem levar à deficiência mental.

São muitos os estudos sobre a deficiência. Estima-se que, atualmente, em todo o mundo, as pessoas com algum tipo de deficiência física, sensorial ou mental somem meio bilhão!

De acordo com a Organização Mundial da Saúde, nos países em via de desenvolvimento, cerca de 50% dessas pessoas são afetadas por algum tipo de deficiência mental.

Estudos do Banco Mundial avaliam que cerca de 10% das pessoas nos países mais pobres são afetadas por alguma deficiência. Já o mais recente do IBGE aponta a existência hoje, em nosso País, de 24,6 milhões de pessoas portadoras de deficiências, sendo que mais de 9 milhões são portadoras de algum tipo de deficiência física.

A ONU calcula que a população deficiente em países com características socioeconômicas semelhantes ao Brasil é da ordem de 10%.

Falando na abertura da Campanha da Fraternidade de 2006, o Secretário-Geral da CNBB, Dom Odilo Pedro Scherer, disse que o censo demográfico de 2000 registrou cerca de 27 milhões de pessoas com deficiência, o que corresponde a 14,4% da população. E acrescentou que na Região Nordeste essas pessoas passam de 18%. Já em São Paulo, com a menor incidência do País, são 11,4%.

Depois de todos esses números, acho que devemos refletir sobre um aspecto fundamental desse

problema: boa parte das pessoas com deficiência no Brasil vem de famílias com renda reduzida. Assim, a dificuldade se aprofunda porque muitas delas não têm sequer acesso aos serviços de educação, saúde e reabilitação. São incontáveis os casos de paraplégicos que não dispõem de cadeiras para se locomoverem, de deficientes visuais que não têm bengalas ou cães-guia, de amputados que não têm acesso a próteses e de deficientes mentais que vivem isolados.

Somos obrigados a reconhecer que a situação é grave, mas, se olharmos para trás, veremos que, nos últimos anos, o Brasil avançou bastante nesse campo. A Constituição de 1988 determinou como um dos pilares de sustentação da ordem econômica nacional a valorização do trabalho, de modo a favorecer uma existência digna. Do mesmo modo, buscou uma maior justiça social, a fim de reduzir as desigualdades sociais.

Uma evidente preocupação dos legisladores constituintes foi garantir ao deficiente físico condições de participar efetivamente da vida brasileira. Num avanço considerável, foram estabelecidas bases do processo de integração do deficiente físico à sociedade e ao mercado de trabalho.

Mesmo assim, ainda há muito a ser feito. Cabe a nós, legisladores brasileiros, sob a pressão legítima da sociedade, enfrentar essa missão.

Senhoras e Senhores, a Quaresma é o tempo da reflexão para os cristãos. No entanto, a reflexão sempre pede como complemento uma ação. A Campanha da Fraternidade deste ano tem como tema a Pessoa com Deficiência. Então, o que se quer de nós é que reflitamos sobre a situação angustiante de tantos de nossos irmãos, mas também que partamos para a busca de soluções.

Temos um exemplo a mirar. Jesus Cristo, aquele que nos legou a mais fundamental das atitudes: ama teu próximo como a ti mesmo.

Falando na abertura da Campanha da Fraternidade deste ano, Dom Odilo Scherer, Secretário-Geral da CNBB, disse que devemos olhar para as necessidades dos nossos irmãos e acrescentou que “a autenticidade da nossa fé em Deus é comprovada pelos frutos de caridade e de fraternidade para com o próximo”.

Embora, como já disse, muito já tenha sido feito pelas pessoas com deficiência nos últimos tempos, não basta apenas a ação do Estado. E é preciso que também a sociedade se engaje nessa missão. E é preciso ainda que cada um de nós, enquanto cidadão, assuma esta tarefa pessoal.

Segundo Dom Odilo Scherer, as pessoas com deficiência são freqüentemente vítimas de preconceito e discriminação, “sobretudo num ambiente cultural

que tende a marginalizar e excluir os que têm menos capacidade individual de competir com os outros e de se afirmar social e economicamente”.

Lamentavelmente, a valorização dos bens materiais, traço marcante dos nossos dias, leva o homem a uma luta acirrada pela conquista de melhores postos de trabalho. Essa luta se agrava ainda mais em uma Nação como a nossa, vítima de estagnação econômica há muito tempo. Assim, o chamado mercado de trabalho para a pessoa com deficiência se estreita ainda mais. Felizmente, esse problema está sendo combatido. O Brasil tem uma boa legislação para inclusão da pessoa com deficiência nos organismos de gestão do Estado. Da mesma forma, as empresas passam a contratar maior número de pessoas com deficiência para mostrar que desenvolvem efetivamente ação social.

Depois de mencionar que, no Brasil, vivem milhões de pessoas com deficiência, advertimos que todos nós estamos sujeitos a adquirir alguma deficiência, ao longo da vida por doença, acidente ou alguma outra causa.

Dom Odilo traz a importante informação de que o Brasil, daqui a pouco, vai ingressar no bloco dos países que têm elevada parcela de idosos na sua população. E a idade avançada pode concorrer para que as pessoas adquiram certas deficiências. Pessoas de idade passam a exigir maior cuidado em função da natural limitação de sua capacidade de trabalhar e mesmo de enfrentar pequenas tarefas cotidianas.

Ainda na mesma linha de raciocínio, Dom Odilo Scherer nos lembra que...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Já encerro, Sr. Presidente.

(...) em nossos dias, a cultura dominante vai afirmando a tendência a valorizar apenas os fortes, os belos, os que têm um corpo perfeito, os que podem mais, os que são capazes de competir e se afirmar sobre os outros... E, com isso, tantas pessoas que não se enquadram nos padrões de perfeição e excelência impostos pelo mercado, a moda e os preconceitos sociais vão ficando de lado, abandonadas a si próprias, lá no cantinho de sua angústia, à margem da sociedade.

É uma constatação das mais pertinentes. A valorização do exterior é uma lamentável característica de nossa época. Hoje, muitas vezes, o ser humano é levado em conta pelo que aparenta, e não pelo que é realmente.

Numa época em que impera a linguagem visual, imposta pela televisão, passamos a valorizar mais a embalagem do que o conteúdo.

A Campanha da Fraternidade, agora em 2006, mais uma vez toca num ponto sensível da nossa realidade. Há uma verdade indiscutível: a pessoa com deficiência não foi completamente assimilada em nosso País. É preciso uma tomada geral de consciência sobre as dificuldades enfrentadas por esses nossos irmãos, para que as ações de resgate sejam implementadas.

A Campanha da Fraternidade, segundo a CNBB, objetiva promover em relação a elas “atitudes fraternas e ações voltadas para sua inclusão e para uma verdadeira cultura da fraternidade e da solidariedade humana, que venha traduzida em leis justas e políticas públicas adequadas ao reconhecimento da dignidade e dos direitos das pessoas com deficiência”.

Já encerro, Sr. Presidente.

Volto a insistir: o dever do cristão de hoje é lutar contra a corrente.

Diante da indiferença e do egoísmo que marcam boa parte das ações humanas, o cristão tem que se engajar na luta de resgatar esses irmãos que lutam por dignidade e que procuram meios de atuar efetivamente na sociedade brasileira.

Diante do exibicionismo e da leviandade, temos que pregar a reflexão, a oração e o recolhimento.

Diante da indiferença, temos de pregar o amor.

Diante do individualismo, temos de pregar a solidariedade.

Num tempo de egoísmo acerbado, indiferença, exibicionismo e competição acirrada, o cristão deve-se voltar para a generosidade, a modéstia, a cordialidade, a solidariedade e a civilidade.

Senhoras e Senhores, encerro este pronunciamento com um pequeno trecho da oração da Campanha da Fraternidade deste ano: “Ó Pai de misericórdia, ajudai-nos a promover a autonomia e a plena realização desses nossos irmãos e irmãs na família, na sociedade e na Igreja.”

Obrigado pela tolerância, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Aloizio Mercadante. Bloco/PT – SP) – Agradeço esse belo pronunciamento do Senador Pedro Simon, pelo PMDB do Rio Grande do Sul.

Concedo a palavra ao Líder Arthur Virgílio, do Bloco Parlamentar da Minoria.

Eu pediria apenas que cumpríssemos o tempo estabelecido, porque tínhamos acordado com a CNBB que esta sessão terminaria às 14 horas, horário em que se inicia a nossa sessão ordinária. Eles têm também

outras responsabilidades com o Conselho. Atrasamos o início da sessão. No entanto, vamos tentar cumprir o que estava programado.

Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores, meninos e meninas presentes a esta sessão tão bonita, cito a todos da Mesa na figura de Dom Antônio Celso de Queirós*, Vice-Presidente no exercício da Presidência da CNBB, até porque depois vou poder reportar-me a outras figuras que julgo merecedoras dessa referência neste discurso modesto que apresento a todos.

A CNBB demonstra acreditar no impossível, e eu também procuro acreditar no que não é possível ou no que parece não ser possível. Está ali no fundo do plenário uma contrerrânea minha de muito pouca idade, a Charlíbia*. Ela enfrenta um câncer difícilíssimo, e a doença deveria tê-la tornado estéril. No entanto, ela deu à luz recentemente, e tenho certeza, portanto, de que vai desafiar a ciência e prolongar sua vida por todo o tempo necessário para construir sua parte de Brasil e sua parte de Amazonas.

Há uma outra figura – e homenagem a todos por essas duas figurinhas: César Augusto*, que está em sua cadeira de rodas, irradiando uma enorme serenidade e uma enorme beleza interior e exterior.

Tenho, meu prezado Marcos Frota, aqui um exemplo instigante. Breno Viola é um judoca de 26 anos de idade que hoje está entre os seis portadores de síndrome de Down no mundo que atingiram a faixa preta, que é a mais alta graduação desse esporte. Breno Viola disputa torneios, inclusive internacionais, com atletas que dispõem de 80% a 100% de controle motor e quase sempre vence. Breno Viola é uma figura que foi escolhida pela revista **Seleções** recentemente para o prêmio 100 Mais Brasil, no meio de pessoas como o cineasta Fernando Meirelles, o jogador de futebol Ronaldinho Gaúcho, o filme Dois Filhos de Francisco, o cantor Latino, entre tantos destaques populares.

Certa vez, Senador Aloizio Mercadante, o Breno Viola, que precisa de um patrocínio urgente – creio que V. Ex^a pode intervir para resolver isso –, disputou um torneio em uma cidade brasileira. Enfrentou atletas ditos normais e os derrotou a todos – eu não o considero de jeito algum infranormal, eu o considero diferente, porque senão ele não seria o faixa preta que é. Era um campeonato modesto e, ao final, havia um pódio só, e o Breno Viola, que é muito irônico, disse: “Ah, mas eu não vou receber a medalha com só um pódio. Aqui teve um segundo colocado e um terceiro colocado. Eu quero três pódios. Eu fico lá em cima, o segundo mais

embaixo e o terceiro ainda mais embaixo. E isso não é por vaidade não, é porque não quero que essa gente fique com baixa auto-estima – os outros dois não eram portadores de síndrome de Down, apenas ele. Após a competição, perguntaram-lhe o que ele ia fazer, e ele disse que ia sair com o pessoal da delegação, na qual o único portador de síndrome de Down era ele, e iria a uma boate na cidade arranjar uma namoradinha e curtir a noite. Ou seja, o Breno Viola também acredita no impossível e realiza o impossível.

Lars Graef é uma figura que a todos nos toca, sobretudo pela forma como viveu a sua vida após deixar o esporte de elite, de competição exigente. Medalhista olímpico, houve o que houve com ele, passou por um processo sórdido – tomei conhecimento de que o agressor chegou a insinuar que ele não estava sóbrio, como se alguém fosse nadar fora da rebentação sem estar em estado de plena sobriedade –, perdoou o agressor, voltou a competir, é um excelente executivo público que faz um papel extraordinário como Secretário de Esportes na Prefeitura de São Paulo. É uma figura extremamente admirada a respeito da qual pode-se dizer tudo, menos que não seja capaz. Dá para dizer, sim, que é excepcional, até porque só uma pessoa de qualidades excepcionais faz aquilo que faz o Breno Viola, faz aquilo que realizou e realiza o Lars Graef.

Sr. Presidente, vou observar o tempo que me foi concedido para que possamos ouvir os demais oradores e para que possamos cumprir os compromissos que assumimos com a CNBB. Congratulo-me, a propósito, com essa entidade por sua sensibilidade social. Às vezes eu me pilho não concordando com o que a CNBB diz em matéria de economia – é um direito meu –, mas a CNBB não é uma academia de economia, a CNBB tem de nos acutillar, beliscar e alfinetar mostrando a sua visão social, e nós que tratemos de oferecer a fórmula econômica que permita ao País realizar os anseios sociais do povo muito bem expressados pela CNBB, cada um desempenhando o seu papel.

Dom Celso, quero congratular-me de maneira muito efusiva com a CNBB e parabenizar V. Ex^a, Senador Aloizio Mercadante, pela iniciativa brilhante, correta, de promover esta sessão solene.

O Brasil haverá de ser, um dia, um País que dê oportunidade a todos os que tenham as possibilidades que está tendo a Charlíbia para virarem Violas, todos nos mirando no exemplo dos que são obstinados, dos que conseguem, do zero, chegar a um grau de mobilidade social grande, daqueles que enfrentam as adversidades com a galhardia com que as tem enfrentado Lars Graef, daqueles que entendem que, se somos capazes de dar a cada indivíduo a possibilidade de crescer – e esse é um papel que tem muito do

Estado nele, sim, Sr. Presidente –, seremos capazes de construir um País mais justo, mais humano, de democracia mais consolidada e – vou falar algo que é redundância mesmo, mas é bom repetir – tudo aquilo que sempre quisemos e queremos, que é um País de caráter humano, justo, social, democrático, livre e – prestando outra homenagem à CNBB –, profundamente cristão.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Aloizio Mercadante. PT – SP) – Cumprimento o Senador Arthur Virgílio, que, entre outras qualidades, é lutador de jiu-jitsu e, valorizando o esporte, fez referência a Breno Viola. A propósito, Lars Graef já me informou que a Caixa Econômica Federal tem um programa para o Comitê Paralímpico, a Infraero também tem um patrocínio para a Confederação Brasileira de Judô e há também o Bolsa-Atlética no Ministério dos Esportes. Vamos assumir esse compromisso e, seguramente, encaminhar uma alternativa para dar estímulo a mais esse exemplo de lutador exitoso, esperando, com isso, que predomine no plenário mais o lado do diplomata Arthur Virgílio e não tanto o do lutador de jiu-jitsu, que muitas vezes está presente.

Gostaria agora de convidar a falar, pela Liderança do PFL, o nobre Senador Marco Maciel, que também é um Senador sempre presente em todos os momentos da vida da Igreja Católica nesta Casa e uma referência muito importante da vida democrática no Brasil.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exm^o Sr. Presidente Senador Aloizio Mercadante, gostaria de saudar a presença do Reverendíssimo Senhor Dom Antônio Celso de Queirós, Vice-Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); de Dom Luciano Mendes de Almeida, Arcebispo de Mariana; de Dom Itamar Vian, Bispo de Feira de Santana; de Dom Xavier Gilles, Bispo de Viana, no Maranhão; de Dom Antônio Muniz Fernandes, Bispo de Guarabira, na Paraíba; de Dom Sinésio Bohn, Bispo de Santa Cruz do Sul, no Rio Grande do Sul. Gostaria de fazer também uma referência à presença do ator Marcos Frota, que tem participado ativamente desses movimentos alusivos ao evento de hoje; da Dr^a Izabel Maior, Coordenadora-Geral do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (Conade); do Ministro-Chefe da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Dr. Paulo Vannuchi; do Sr. Secretário Estadual da Juventude, Esporte e Lazer do Estado de São Paulo, Lars Graef; e do atleta paraolímpico Clodoaldo da Silva. Sr^{as} e Srs. Parlamentares, ilustres convidados, minhas senhoras e meus senhores, Milton Campos, lúcido intelectual e político mineiro do século passado, observou certa

feita que “a democracia começa no reino da consciência”. Pretendendo interpretar suas palavras – perdoem-me a ousadia –, diria que ele considerava não ser possível resolver os problemas da sociedade sem que houvesse precedentemente uma firme atitude do cidadão. E mais: que, a partir daí, ocorresse também a mobilização da comunidade no sentido de cobrar o equacionamento das questões consideradas prioritárias por parte das instituições públicas em seus respectivos níveis de competência, municipais, estaduais e federal. Foi isso certamente o que levou, em outra oportunidade, o presidente John Kennedy a asseverar que “governar é administrar pressões”.

São essas as primeiras palavras que me ocorrem como homem público no instante em que o Senado Federal, por iniciativa do Líder Aloizio Mercadante, promove uma reflexão, “um raciocinar conjuntamente”, sobre a Campanha da Fraternidade deste ano que, tem o objetivo de “trazer para o meio”, como preconizou Jesus Cristo, o debate e a busca de solução para as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência física ou motora, sensorial ou mental.

É oportuno reconhecer que as Campanhas da Fraternidade, como aqui se recordou, promovidas pela CNBB, algumas, inclusive, de caráter ecumênico – e essas campanhas ocorrem há mais de quatro décadas –, provocam, além de uma oportuna tomada de consciência das questões sociais, um oferecimento de propostas e medidas ao Estado e à sociedade civil úteis à construção de uma Nação mais justa, menos desigual e mais fraterna.

O texto da Campanha da Fraternidade deste ano observa com propriedade que “mesmo que todos nascessem ‘perfeitos’, as deficiências e as pessoas com deficiências continuariam uma realidade social”. E acrescenta: “Razões genéticas, enfermidades pré-natais, acidentes na concepção e no parto não são a única porta de entrada no universo das deficiências. Muitas passaram a ser uma pessoa com deficiência ao longo de sua existência”.

No Brasil, Sr. Presidente, a luta em favor dessa causa não começou cedo, mas, ao longo da nossa História, houve mais avanços do que recuos, se bem que ainda haja muito o que fazer.

Registro no Parlamento brasileiro, nos idos do Primeiro Reinado, projetos como o do Deputado Cornélio França recomendando a criação do cargo de professor de primeiras letras – como se dizia à época – para o ensino a surdos-mudos. A ausência de pessoas especializadas, entretanto, impediu a concretização da lei, a materialização da lei ou a eficácia plena da lei, se assim pudermos melhor expressar. Em 1854, por decisão de Dom Pedro II, foi estabelecido o Imperial

Instituto dos Meninos Cegos do Rio de Janeiro, hoje o famoso Instituto Benjamin Constant.

Ao lado do Poder Público, organizações da sociedade civil nacionais e estrangeiras, como, por exemplo, a Sociedade Pestalozzi, que se estabeleceu, no Brasil, em Minas Gerais, em 1932, têm prestado também sua colaboração.

Sem querer alongar-me no itinerário histórico em relação ao tema, destacaria como grande avanço nos últimos tempos a sanção da Lei nº 7.053, de 1989, regulamentada pelo Decreto nº 3.298, de 1999, dispondo sobre a Política Nacional da Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Senador Marco Maciel, V. Ex^a permitiria um aparte de menos de dois minutos?

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Pois não. Ouço com prazer V. Ex^a.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Fui convidado pelo Senador Aloizio Mercadante para assumir a Presidência, mas peço a generosidade de V. Ex^a, que faz um pronunciamento com a sua aparência de homem de profundas convicções católicas e de solidariedade ética. O que eu gostaria de dizer apenas é que tive a preocupação, em todo o meu mandato, de estar solidário a esse tema. E, na última decisão sobre o Orçamento-Geral da União, enviei uma emenda individual no valor de R\$3,5 milhões – cada Parlamentar tem R\$5 milhões para indicar o que vai ser aplicado pelo Governo Federal – para as pessoas portadoras de deficiência física. Isso gera uma contribuição enorme. Levando-se em consideração que somos uma quantidade apreciável de Parlamentares, se todos fizéssemos a mesma coisa, daríamos uma contribuição anual – só com emenda individual nesse valor que apresentei – de R\$2,79 bilhões. Seguramente, o problema do investimento em políticas especiais como a dos portadores de deficiência física estaria muito bem encaminhado. Sei que Parlamentares que não fizeram a mesma coisa que eu são solidários de muitas formas – não estou diminuindo ninguém –, mas é uma lembrança que gostaria de deixar nesse tema que afeta todos nós. Quero lembrar um poeta do meu Estado, mutilado pela hanseníase, chamado Bacurau, que dizia: “O amor ainda é o maior remédio para curar todos os males do mundo”. Muito obrigado. Expresso minha admiração por V. Ex^a.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Nobre Senador Tião Viana, acolho com muita satisfação o aparte de V. Ex^a e o incorporo ao discurso que estou concluindo.

Sr. Presidente, acrescentando mais um dado, devo lembrar também que essa mesma lei trata da Coordenação

nadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde), dispõe sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (Conade), institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público e define crimes.

Participei, como então Ministro da Educação e, após, como Chefe do Gabinete Civil do Governo do Presidente Sarney, da discussão desses temas e, ao longo do processo, tenho apresentado proposições legislativas voltadas para os portadores de deficiência.

No Congresso Nacional, e esta parece ser a nossa principal tarefa agora, precisamos concluir a tramitação do projeto de lei que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência, por oferecer um amplo conjunto de direitos aos interessados e por preparar, num exercício de pedagogia cívica, a sociedade para conviver com a diversidade. Enfim, o Brasil tem uma grande dívida moral para com essas pessoas e, portanto, obrigação de ajudá-las, sobretudo as mais carentes e necessitadas.

Na sua Primeira Encíclica, **Deus Caritas Est**, cujo texto alcança grande repercussão pela profundidade de suas reflexões, o Papa Bento XVI assinala que “o amor ao próximo é uma estrada para encontrar também a Deus e que fechar os olhos diante do próximo nos torna cegos também diante de Deus”. Acrescenta o Papa na Encíclica a que me referi: “Deus não nos ordena um sentimento que não possamos suscitar em nós próprios... O amor não é apenas um sentimento. Os sentimentos vão e vêm. O sentimento pode ser uma maravilhosa centelha inicial, mas não é a totalidade do amor”. E acrescenta: “O amor nunca está ‘concluído’ e completado, transforma-se ao longo da vida, amadurece e, por isso mesmo, permanece fiel a si próprio”.

Sr. Presidente, a Campanha da Fraternidade lança, portanto, a todos nós, sociedade brasileira e governos, o desafio de ajudar a resolver as questões relativas aos portadores de deficiência. E, se assim agirmos, estaremos sendo solidários em relação às pessoas com deficiência e, como diz a oração da Campanha da Fraternidade, descobrindo “o segredo da felicidade que está em fazer o bem e em partilhar suas alegrias e sofrimentos”.

Era o que tinha a dizer.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Marco Maciel?

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Com prazer, nobre Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Quero cumprimentar V. Ex^a pelo retrospecto histórico que fez sobre as iniciativas feitas desde o início do Parlamento brasileiro, porque isso representa enriquecimento para

todos. Quero muito saudar a CNBB e todos aqueles que estão partilhando dessa iniciativa do Senador Aloizio Mercadante. Registro que, há pouco, eu conversava com o Senador Arthur Virgílio, que ressaltou a beleza deste encontro. Prezado Dom Luciano, o senhor esteve aqui ontem e sentiu um pouco o ambiente tão carregado no Senado Federal. Hoje, em especial, estamos vendo que, graças a essa iniciativa do Líder do Governo, da CNBB e de todos que vêm aqui participar, estamos conseguindo um clima de união entre representantes de todos os partidos, em prol da defesa de iniciativas que possam assegurar àqueles portadores de deficiência condições para se tornarem cidadãos plenos. Então, faço minha manifestação em aparte, Senador Marco Maciel. Não pude estar presente desde o início da sessão em razão de outra responsabilidade no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, mas quero saudar o Senado Federal pelo ambiente de fraternidade que hoje caracteriza esta sessão tão bonita. Espero que, em breve, o Brasil possa seguir outros países cuja legislação relativa aos deficientes garante oportunidades muito melhores. Eu sei, Senador Marco Maciel, que algumas pessoas que têm filho ou filha com deficiência preferem se mudar para os Estados Unidos ou outros países onde a escola e muitos outros institutos provêem atenção aos deficientes. Mas é necessário que aqui tenhamos democracia e cidadania para todos os portadores de deficiência. Meus cumprimentos a todos que partilharam desta bonita sessão. Obrigado.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Concedo um aparte ao nobre Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Mesa autoriza o aparte concedido pelo nobre Senador Marco Maciel, mas pede objetividade, porque outros oradores se inscreveram, há bastante tempo, e reclamarão se o tempo não for observado.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Sr. Presidente, ontem, dirigi-me à Mesa para me inscrever. Disseram-me que não haveria inscrição, que os oradores seriam representantes de partidos indicados pelas Lideranças. É claro que eu queria participar, não só pelo sentimento de cristandade que sempre orientou a minha vida mas também pela importância do ato. Como representante do meu Partido e como foram concedidos apartes a outros Senadores, apartes provocados por V. Ex^a, com muita razão e com uma mensagem bonita, pedi licença porque quero dizer que realmente se devolve a paz ao plenário. O Senador Eduardo Suplicy tem razão quando diz que estava um clima supercarregado. Conversávamos sobre isso ontem. Sentimos aqui a

presença de Jesus hoje, pela qualidade das pessoas que, em toda a sua vida, orientaram-se pelo Evangelho. Desde quando eu estava na Secretaria desta Casa, procurei me inteirar daquilo que era importante para a inclusão dos deficientes. Sr. Presidente da CNBB, na última Bienal do Livro, tive a oportunidade de lançar o primeiro dicionário em braile no Brasil, com dez mil verbetes, graças ao trabalho da Gráfica do Senado. Um dos estudantes de Direito que era cego disse que, para conseguir um dicionário, teve de buscá-lo na Espanha, porque não havia nenhum no Brasil. Aqui tem se falado muito na inclusão, Senador Tião Viana. E V. Ex^a, como membro da Mesa, tem dado a qualificação da importância de se lutar pelo interesse daqueles que foram menos favorecidos. Tivemos a graça de Deus de sairmos perfeitos e termos uma família, Senador Marco Maciel, com filhos perfeitos. Então, nada mais justo do que oferecermos parte da nossa vida àqueles que tiveram a infelicidade de não nascer perfeitos, mas com vocação e devoção para prestar o serviço à comunidade.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Nobre Senador, agradeço a V. Ex^a pelo aparte bem como o faço ao Senador Eduardo Suplicy. Também faço minhas as palavras de reconhecimento ao trabalho do Episcopado brasileiro, por intermédio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, pois que, por meio de campanhas dessa natureza, a CNBB dá uma grande contribuição a que se desenvolva no País um sentimento de solidariedade e de fraternidade, fundamental para que possamos construir uma sociedade não somente democrática, mas também pacífica e justa.

Muito obrigado a V. Ex^{as}. (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Marco Maciel, o Sr. Aloizio Mercadante, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço ao eminente Senador Marco Maciel.

Concedo a palavra ao nobre Senador Cristovam Buarque, Líder do PDT.

Em seguida, usará da palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, Dom Celso de Queirós, grande figura e símbolo brasileiro Lars Grael, grande atleta Clodoaldo da Silva, Senador João Alberto Souza, cito a presença – não sei se ainda está aqui –, por uma questão pessoal de amizade a ele e à família, de Dom Luciano e, em nome dele, cumprimento todos os demais representantes da CNBB.

Todos os anos – quero que vocês, da CNBB, saibam – fico esperando, curioso, qual será o tema da Campanha da Fraternidade e, a cada ano, fico com a esperança, Dom Celso, de que já não haja nenhum tema para que a CNBB possa chamar a atenção de nós, brasileiros, ou até de que se possa dizer que alguns daqueles problemas já foram resolvidos. Mas não conseguimos. Parece que a lista das tragédias, das misérias, é infinita. Felizmente, a CNBB desperta o brasileiro para o assunto da fraternidade com algum tema. Este ano, serão focalizados os portadores de deficiência. E já surtiu um efeito, Dom Celso, porque hoje está sendo traduzido em linguagem de sinais o discurso dos Senadores, o que não acontece no dia-a-dia.

Peço até aos Senadores e ao Vice-Presidente, que a Mesa possa acelerar a apreciação de um projeto da Senadora Heloísa Helena, para que todos os discursos do Senado transmitidos pela televisão sejam traduzidos.

Ao esperar a oportunidade do meu pronunciamento, lembrava-me de uma visita que Dom Helder Câmara fez à casa de meus pais, quando eu trabalhava com ele, ainda muito jovem. Nessa ocasião, Dom Helder teve contato com um irmão meu portador de gravíssima deficiência mental. Não esqueço o olhar de Dom Helder. Era um olhar diferente. Esse olhar é o primeiro ato da fraternidade. Nós olhamos, em geral, para os portadores de deficiência de uma maneira que carece de fraternidade. O segundo ato são os gestos de fraternidade, os gestos de ajuda. Primeiro, de reconhecimento, como um semelhante, um igual e, segundo, usando a energia que temos, seja ao ver, ao ouvir ou ao caminhar, ajudando-o a compensar a sua deficiência.

Tenho certeza de que a campanha deste ano ajudará o Brasil a despertar, como ajudou o Marcos Frota, ao representar um papel em uma novela. Precisamos disso e também precisamos lembrar que, no Brasil, a deficiência dos indivíduos, em grande parte, vem da falta de responsabilidade social.

No Brasil, diferente de outros lugares, o deficiente não é deficiente por razões naturais, mas por razões sociais. São deficiências, como a cegueira e a deficiência mental, causadas pela fome na primeira infância. São as deficiências causadas por acidentes de um trânsito irresponsável. São as deficiências causadas pela violência. Grande parte dos portadores de deficiência de locomoção no Brasil são vítimas de tiros. É a deficiência por falta de assistência médica no momento certo. Não me refiro a erros, que é uma causa de um indivíduo sobre o outro, mas à causa social, que é a falta de assistência no momento certo.

Por isso, acrescento como uma das preocupações deste ano a deficiência que causa as deficiências: a deficiência moral. O Brasil é administrado em vez de ser cuidado. Isso tem a ver com aquele olhar de Dom Helder. Uma coisa é administrar, que exige um tipo de olhar; outra coisa é cuidar, que exige um olhar completamente diferente. A deficiência moral é incompatível com o cuidar, mas a administração é compatível com a deficiência moral. Pode-se ser um ótimo administrador e não ter o sentimento da moral daquilo que faz. Porém, se a pessoa cuida, não tem como ser imoral. A mãe que cuida do filho, o irmão que cuida do irmão são sempre regidos pela fraternidade, porque não sofrem da deficiência moral.

Nós precisamos despertar o Brasil não apenas para o olhar diante dos portadores de deficiência; não apenas chamando a atenção para os gestos de solidariedade, de fraternidade de cada indivíduo, mas peço que a CNBB, que talvez já tenha pensado, use este ano para despertar o Brasil diante da falta de fraternidade que decorre da única realmente grave deficiência, que é a deficiência moral, como muitos de nós olha o Brasil, olha os brasileiros. Por isso, não conseguimos transformar uma sociedade em uma grande família, não conseguimos transformar o País em uma grande Nação e terminamos sendo uma fábrica de deficiências, de geração, de produção de deficiências.

Mas está em tempo de dar uma virada na história do Brasil. Tenho certeza de que a CNBB, este ano, pode nos ajudar, como nos ajudou nos anos anteriores.

Era isso, Sr. Presidente, o que eu tinha a dizer. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares, Líder do PSB do Senado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Tião Viana; Dom Celso Queirós, Vice-Presidente da CNBB, no exercício da presidência; Dom Luciano Mendes de Almeida, ex-Presidente da CNBB; demais membros dessa modelar e grande instituição do Brasil aqui presentes; Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras; atleta Clodoaldo; meus amigos; a legislação brasileira e as resoluções internacionais são bastante generosas e fartas para com os portadores de deficiência. A ONU e a OIT baixaram resoluções históricas, assegurando os direitos dos portadores de deficiência. A nossa Constituição, em seu art. 7º, assevera, de forma límpida e clara:

São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

[...]

XXXI – proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência;

O ser humano é dotado, pela natureza, de dois grandes instrumentos, de dois grandes remédios que são utilizados nas horas de dificuldades pelos homens e mulheres fortes: o sonho e a esperança. O sonho, algo que à primeira vista é inatingível, pode assegurar àquele que dispõe dessa qualidade de sonhar a possibilidade de encontrar a vitória em seu caminho. Se conseguir juntar, além do sonho, a esperança, com a luta diária em função dos objetivos a que se propuser, seja o homem deficiente ou não, sempre encontrará um caminho para assegurar o direito à cidadania.

No Brasil, sem dúvida alguma, nós encontramos resistências, mas que estão sendo paulatinamente afastadas por empresários, por pessoas outras que finalmente vêm no ser humano deficiente a possibilidade e a perspectiva de um crescimento para o nosso País. Um País subdesenvolvido como o nosso não pode, de forma alguma, abandonar seres humanos que têm inteligência, têm competência, têm capacidade e podem contribuir decisivamente com o seu trabalho, com a sua participação para o desenvolvimento que buscamos. Mais de 25 milhões de brasileiros são deficientes, constituem uma força de trabalho inestimável. Existem países que têm menos de 25 milhões de habitantes, e este contingente populacional poderá, por meio do trabalho participativo, justo e legítimo, contribuir para essa luta titânica que todos nós desenvolvemos para tornar o Brasil um país igual.

Sr. Presidente, neste momento em que vislumbramos essas perspectivas de ajustamento do ser humano, seja ele qual for, aos nossos objetivos sociais e econômicos, é bom que lembremos a personalidade firme, solidária e humana daquele que morreu em defesa do ser humano, em defesa da liberdade, em defesa da não-violência, Mahatma Gandhi, que proferiu, num momento de inspiração, o seguinte pensamento:

Se eu pudesse deixar algum presente a você, deixaria aceso o sentimento do amor à vida dos seres humanos, a consciência de aprender tudo o que nos foi ensinado pelo tempo afora.

Lembraria os erros que foram cometidos para que não mais se repetissem.

A capacidade de escolher novos rumos.

Deixaria para você, se pudesse, o respeito àquilo que é indispensável, além do pão, o trabalho. Além do trabalho, a ação.

E, quando tudo mais faltasse, um segredo: o de buscar no interior de si mesmo a resposta para encontrar a saída.

E ainda: “A alegria está na luta, na tentativa. A alegria está no sofrimento envolvido”.

Concedo um aparte, com a permissão do Sr. Presidente, ao Senador Eduardo Azeredo, Presidente da Subcomissão das Pessoas com Deficiência, da nossa Comissão de Assuntos Sociais.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senado Antônio Carlos Valadares, é exatamente nessa condição de Presidente da Subcomissão da Pessoa com Deficiência, que está dentro da Comissão de Assuntos Sociais, presidida por V. Ex^a, quero externar, também, o meu apoio a todas as manifestações que foram feitas aqui por vários oradores, e dizer que essa campanha da CNBB vem realmente num momento propício, porque o Brasil tem uma legislação muito avançada, mas precisamos que seja cumprida, divulgada. E o trabalho de divulgação que a CNBB vem fazendo por todo o Brasil, seja nas paróquias, nas igrejas, sobre a questão da pessoa com deficiência, é de suma importância. Deixo, então, aqui, a minha palavra de apoio, em especial aos meus conterrâneos de Minas Gerais, que tanto precisam da ação do Poder Público, da sociedade, daqueles que têm o dever de zelar pela igualdade de direitos para todos. Essa igualdade virá na observância da legislação que o Brasil já tem.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, gostaria de conceder um último aparte à Senadora Ana Júlia Carepa do Estado do Pará, com muito prazer.

O SR. PRESIDENTE (Aloizio Mercadante. Bloco/PT – SP) – Evidentemente.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senador. Como apenas os Líderes podem falar, serei extremamente breve, para parabenizar também a CNBB pela escolha desse tema tão importante, que faz um reflexo na sociedade e faz com que a sociedade se conscientize da necessidade de ter um olhar, como já disse ainda há pouco o Senador Tião Viana, do amor, o olhar da solidariedade, o olhar da inclusão, para aqueles que são diferentes, mas que têm o direito de viver essas diferenças com igualdade de condições. Portanto, parabenizo a CNBB, o Senador Aloizio Mercadante e todos aqueles que aqui já se pronunciaram e que estão engajados de uma forma ou de outra nessa luta. Quem tem na família, como eu, uma pessoa portadora de deficiência sabe do que estamos falando. Tornamos-nos mais comprometidos ainda com essa luta. Então, parabéns! Eu, que sou católica também, que sou cristã, quero parabenizar o Senador e agradecer-lhe por esta possibilidade que estamos tendo de acordar o Brasil.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, ao encerrar minhas palavras, quero aqui reiterar, como todas as Senadoras e Senadores já o fizeram, os meus parabéns, as minhas felicitações, em nome do Partido Socialista Brasileiro e em nome da Comissão de Assuntos Sociais, à CNBB por essa louvável iniciativa, que, a meu ver, vem ao encontro do sentimento de brasilidade, do sentimento de solidariedade que sempre estiveram presentes na vida brasileira.

Povo brasileiro, eu gostaria também de parabenizar a iniciativa do eminente Senador Aloizio Mercadante, que apresentou requerimento aprovado pelo Senado Federal, para que, nesta sessão, pudéssemos falar sobre os portadores de deficiência, brasileiros como nós, iguais a nós nos direitos que lhes são assegurados pela nossa Constituição e pelas leis.

Obrigado, Sr. Presidente e obrigado pela iniciativa. (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Valadares, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Aloizio Mercadante.

O SR. PRESIDENTE (Aloizio Mercadante. Bloco/PT – SP) – Agradeço a intervenção sempre muito sensível do Senador Antonio Carlos Valadares, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais e representante, nesta tribuna, do PSB, o Partido Socialista Brasileiro. Quero saudar também a Senadora Ana Júlia e o Senador Eduardo Azeredo pelos apartes.

Honraram com o seu comparecimento a esta sessão grandes personalidades da vida nacional. Agradeço a todos os representantes da CNBB, em particular ao seu Presidente em exercício, Dom Celso Queirós; a essa referência do atletismo e do êxito não apenas na vida esportiva, mas também na vida pública e o exemplo de cidadão compromissado com o interesse público e com atitudes que só contribuem para uma cultura de paz, de respeito e de valorização da diversidade; agradeço ao Clodoaldo, esse grande atleta olímpico para quem o Brasil inteiro torcia. Os senhores sabem que o Nelson Rodrigues dizia que a seleção brasileira era a Pátria de chuteira; na natação, era a Pátria na piscina. Foi muito bonito o exemplo que você deu na paraolimpíada.

Agradeço também a presença do Senador João Alberto, Presidente do Conselho de Ética desta Casa, membro do PMDB, agradeço a todas as Senadoras e Senadores; ao Marcos Frota, que tem sido uma referência obrigatória em toda essa campanha pela cidadania, pela participação, pela inclusão social das pessoas com deficiência. Agradeço à Isabel Maior, representante do

Conselho Nacional de Defesa das Pessoas Portadoras de Deficiência, enfim, a todas as demais entidades, personalidades, a todos os senhores, ao meu amigo Gil – agradeço a sua presença e a sua história de vida, que é um exemplo que nos motiva.

Para encerrar esta sessão, que, como bem disse o Senador Eduardo Suplicy, criou um clima de cordialidade, de paz, de convivência pacífica, que é importante também para as nossas disputas, que serão sempre motivadas e impulsionadas pela crença de cada um de estar fazendo o melhor pelo Brasil, mas esses momentos ajudam também para se fazer uma reflexão e para a convivência fraterna.

Para encerrar a nossa sessão, convido, portanto, o nosso artista Ariosto Lopes, para que ele toque a música “Mundo Maravilhoso”.

(Procede-se à execução de peça musical.)

O Sr. Presidente (Aloizio Mercadante) (Bloco/PT – SP) – A Sr^a Senadora Maria do Carmo Alves e os Srs. Senadores Paulo Paim, Flexa Ribeiro e Paulo Octávio enviaram discursos à Mesa alusivos ao presente evento para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (PFL – SE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesta Sessão Especial em homenagem à Campanha da Fraternidade de 2006, quero saudar a Conferência dos Bispos do Brasil pela escolha do tema “Fraternidade e Pessoas com Deficiência”, com o lema: “levanta-te, vem para o meio”.

No momento em que o Congresso Nacional examina o Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência, a Campanha da Fraternidade traz ao centro das atenções o caráter de urgência com que devemos assegurar a inclusão social e o pleno exercício dos direitos individuais e coletivos desses cidadãos.

E eles são muitos, Sr^{as} e Srs. Senadores. Na América Latina, segundo dados do Banco Mundial, cerca de 10% das pessoas são afetadas por alguma deficiência. O censo demográfico brasileiro de 2000 registrou cerca de 27 milhões de pessoas, o que corresponde a 14,4% da população. Esse percentual chega a subir para 18% na Região Nordeste e atinge sua menor incidência em São Paulo, com 11,4%. Segundo a Organização Mundial da Saúde, nos países em desenvolvimento, cerca de 50% dessas pessoas são afetadas por algum tipo de deficiência mental.

É preciso criar condições de integração para as pessoas portadoras de deficiências, permitindo seu

acesso à educação, ao emprego, à saúde, ao esporte, ao lazer, respeitando seu direito de ir e vir, oferecendo-lhes condições de andar de ônibus ou simplesmente pelas calçadas, sabendo que elas não são ignoradas. Porque elas existem, Sr. Presidente, e é um exercício sabermos conviver com as diferenças.

Todos temos contribuições a dar à sociedade, seja econômica, política, artística ou apenas humana. Nas olimpíadas dos deficientes mentais realizada em Petrolina, Município de Pernambuco, o jovem Lucas, pessoa com deficiência mental que estava na frente na prova de natação, ao perceber os aplausos, viu que seu amigo, Adriano, estava mais atrás e esperou-o para que pudessem juntos partilhar o primeiro lugar. Mais do que a lógica da competição, a relação humana foi a grande vitoriosa, num exemplo gigante. O tema da Campanha da Fraternidade de 2006 é motivo de importante reflexão para a sociedade brasileira, e parabênz à Conferência dos Bispos do Brasil pela oportuna e justa iniciativa.

Muito obrigada.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, com o tema “Fraternidade e Pessoas com Deficiência” a Campanha da Fraternidade de 2006, elaborada pela CNBB, com a colaboração de grupos organizados de pessoas com deficiência, de entidades da sociedade que apóiam os portadores de deficiência, por peritos da área e pedagogos pretende trazer o tema para o meio de toda a sociedade.

Ficamos felizes, pois esta campanha vem ao encontro do Estatuto da Pessoa com Deficiência, PLS nº 06, de nossa autoria, que tramita na Câmara dos Deputados e aqui no Senado Federal. Esta Campanha é a porta aberta para a votação e aprovação desta proposta.

Seguindo a conhecida metodologia do ver-julgar-agir, o Texto-Base da CNBB aborda primeiramente a realidade social e a problemática enfrentada pelas pessoas com deficiência, bem como a história de suas lutas e conquistas.

A terceira ação, que é o agir, resulta do ver e do julgar. É exatamente esta a principal ação, pois é a partir da reflexão que surgem diversas idéias para a maior inclusão social e religiosa das pessoas com deficiência.

As “deficiências” congênitas são muitas: a cegueira a surdez, as que provocam algum tipo de dificuldade motora ou mental, e há, ainda, a possibilidade de adquirirmos ao longo da vida, provocada por alguma fatalidade. Por isso, o tema da Campanha é de grande relevância social.

Segundo dados divulgados pela mídia, calcula-se que no mundo inteiro haja mais de 500 milhões de pessoas com alguma deficiência.

Segundo a Organização Mundial da Saúde – OMS, nos países em via de desenvolvimento, cerca de 50% dessas pessoas são afetadas por algum tipo de deficiência mental.

Acredita-se, ainda, que na América Latina por volta de 10% das pessoas são afetadas por alguma deficiência. No Brasil já são quase 3 milhões de crianças com algum tipo de deficiência. Elas representam 4,7% do total da população com idade entre 0 e 17 anos. Estes meninos e meninas devem ter os mesmos direitos de qualquer outra criança, inclusive o de aprender a ler, a escrever e a de se inserir no mundo infantil.

O percentual de crianças com deficiência não alfabetizadas é quase o dobro do de crianças sem qualquer deficiência. Essa realidade precisa ser mudada!

Quero agradecer e parabenizar a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB pela grandiosidade e importância do tema escolhido. Parabéns à CNBB por mais esta iniciativa e que possamos comemorar a aprovação do Estatuto da Pessoa com Deficiência!

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, conforme calendário litúrgico da Igreja Católica, estamos, até a Páscoa, no período da Quaresma. Para todos os católicos, esse é um tempo de penitência e de reflexão. Para os brasileiros, em particular, é também tempo da Campanha da Fraternidade.

Há 42 anos, sob a inspiração do Concílio Vaticano II, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB vem promovendo anualmente essas campanhas, sempre na Quaresma, oferecendo, não só aos cristãos, mas a todas as pessoas de boa vontade, uma oportunidade para refletir e agir.

Se, inicialmente, as campanhas estiveram mais voltadas à vida interna da Igreja, desde muito cedo assumiram o objetivo de trazer à atenção da sociedade temas que procuram aumentar nossa consciência dos problemas mais relevantes que afetam nossa vida coletiva. Família, violência, fome, ecologia, trabalho, educação, exclusão – todos esses temas, entre outros, já foram trazidos à discussão pelas Campanhas da Fraternidade.

Este ano, Sr. Presidente, não foi diferente. O tema escolhido foi “Fraternidade e Pessoas com Deficiência”, convidando-nos a refletir, particularmente, sobre o problema da exclusão. O lema da Campanha “Levanta-te, vem para o meio”, foi retirado do Evangelho

de Marcos e lembra as palavras que Cristo dirigiu a um homem com a mão atrofiada, a quem, em seguida, curou. Para além dessa pertinente referência ao episódio da cura na sinagoga, o lema da campanha nos lembra o imperativo da inclusão, trazer para nosso meio aqueles que, por uma razão ou por outra, acabamos empurrando para as margens e deixando de fora. “Levanta-te, vem para o meio” não é só uma injunção dirigida aos portadores de deficiência, para que assumam sua dignidade e exijam o respeito de que são merecedores; é também um imperativo dirigido aos demais, para que estendam suas mãos e acolham a todos em seu meio.

Não se trata, portanto, apenas, de refletir: as Campanhas da Fraternidade são, também e sobretudo, um apelo à ação. Primeiro, ver e julgar a situação: é preciso abordar a realidade, ter uma dimensão do problema, considerá-lo à luz dos princípios ético-religiosos que fundamentam essas campanhas. Depois, é preciso agir, transformando em prática concreta o imperativo da fraternidade.

E fraternidade, Sr. Presidente, não nos podemos esquecer, é o valor comunitário mais elevado. Já os antigos filósofos gregos enfatizavam a importância da amizade como cimento da *pólis*. Na nossa tradição cristã, o valor da fraternidade ganha uma dimensão ainda mais saliente. O amor cristão, a caridade, eleva a fraternidade a um nível sublime: pois outra não é a mensagem do próprio Cristo senão a de que devemos nos amar uns aos outros assim como Ele próprio nos amou.

A revolução norte-americana e a revolução francesa, no século XVIII, popularizaram o lema “liberdade, igualdade e fraternidade”. De lá para cá, ainda lutamos para conquistar, para nossas sociedades, o que prometem esses valores. Todos conhecem a dificuldade de equilibrar as exigências de liberdade e de igualdade. Avançamos muito, no que diz respeito às garantias de liberdade. Lutamos ainda, com grandes dificuldades, para garantir a igualdade. Ao longo dessas lutas, o valor da fraternidade tem funcionado como um fiel da balança.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, com suas Campanhas da Fraternidade, que já constituem, com seus 42 anos, uma tradição importante, a Igreja Católica mostra claramente sua face humanista, preocupada com os grandes temas que afetam nossa vida comum. A bem da verdade, essa bela iniciativa da CNBB já adquiriu uma dimensão tal, que ultrapassa os limites da própria Igreja Católica: basta lembrar que, no ano passado, como também no ano 2000, a Campanha foi ecumênica, envolvendo diversas congregações cristãs.

Reforçar nossos laços comuns, nos fazendo recordar dos deveres da fraternidade, é uma forma especialmente proveitosa de cumprir o que prometem as religiões: “religar-nos”, ao nos fazer ver e compreender melhor nossa humana condição, nossas fragilidades, mas, ao mesmo tempo, nossa força, quando agimos em comunidade.

A Campanha da Fraternidade deste ano, ao lembrar que uma eventual deficiência em nada tira a dignidade que cada um de nós possui sempre integralmente, ao trazer, por intermédio do exemplo de Cristo, lembrado no lema da Campanha, o imperativo de estender a mão e incluir em nossa comunidade a pessoa com deficiência, faz justiça à longa tradição ética e social de que é depositária a Igreja Católica.

Congratulo-me, portanto, com a CNBB por mais essa edição da Campanha da Fraternidade, fazendo votos para que a campanha continue, como nos últimos 42 anos, sempre se renovando, sempre iniciando esse movimento de reflexão e renovação, neste período da Quaresma, que culmina justamente na celebração do renascimento, na Páscoa.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em dezembro último, pelo quadragésimo terceiro ano consecutivo de série que se iniciou em 1964, foi lançada, pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a Campanha da Fraternidade, que apresenta, em sua versão relativa a 2006, o tema “Fraternidade e Pessoas com Deficiência Física”

As questões que a Campanha aborda, sempre muito bem escolhidas, destacam, invariavelmente, um aspecto relevante da vida em comunidade; um aspecto que nos leva a refletir sobre o significado do compartilhamento do espaço social, do papel que vimos representando na vida do nosso próximo – seja ele um indivíduo, um grupo ou uma Coletividade – e sobre o que podemos produzir, juntos, em termos de transformação e de progresso coletivo.

Foi assim nos últimos anos, com a abordagem dos temas referentes à paz, à água, às pessoas idosas, aos povos indígenas, e à luta contra as drogas, para citar apenas algumas das edições havidas. Será também assim em 2006 até porque é difícil imaginar ocasião mais oportuna para promover o debate sobre os problemas que caracterizam o expressivo número de pessoas com deficiência existente em nosso País, ressaltando as potencialidades dessas pessoas e a necessidade de atenção social voltada a elas.

O objetivo geral da presente edição da Campanha da Fraternidade é, por isso, o de conhecer melhor a realidade das pessoas com deficiência, bem como o de refletir sobre sua situação, à luz da Revelação e da ética cristãs, de forma a suscitar um maior nível de fraternidade e de solidariedade para com os cidadãos com deficiência e, com isso, apoiar a promoção de sua dignidade e de seus direitos.

Um viés importante na discussão do tema, Senhoras e Senhores Senadores, encontra-se no texto-base da Campanha, e trata do conceito de deficiência. É que podemos ser tentados, de certa forma, a considerar uma determinada deficiência – seja ela física, sensorial ou cerebral – como um **status** estacionário, determinante e impeditivo da qualidade de vida de determinadas pessoas. Identificamos, de fato, pessoas com deficiência de visão, de audição e de fala; pessoas com dificuldades motoras e com deficiência mental.

Alguns de nós, entretanto, ainda não nos apercebemos de que o grau de impedimento e de alienação psíquica, emocional ou social que determinada deficiência poderá acarretar a quem a possui é em grande parte, determinado pelo nível de preconceito e de exclusão com que a comunidade trata a pessoa com deficiência.

Essa reflexão é, a meu ver, extremamente importante, visto que ela traz para muito mais perto de nós a realidade do deficiente; nos faz solidariamente responsáveis pelo fortalecimento de uma nova cultura de apoio e de respeito efetivos em relação às pessoas com deficiência e em favor de sua crescente inclusão no convívio social.

Essa inclusão significa, em concreto, o acesso mais pleno possível a condições positivas de sociabilidade, tais como o convívio com familiares e com grupos sociais, e o exercício dos direitos próprios à cidadania, como os relativos à educação, ao trabalho, à cultura, à saúde e ao lazer, entre outros.

Dados divulgados pela própria CNBB ajudam a quantificar o alcance da questão da pessoa com deficiência no contexto demográfico. Calcula-se que haja, em todo o mundo, mais de 500 milhões de pessoas com alguma deficiência. Na América Latina, a estimativa do Banco Mundial é a de que o percentual dessas pessoas ultrapasse 10% da população.

Circunstâncias especiais podem, inclusive, favorecer tipologias específicas, como é o caso dos países em via de desenvolvimento, onde metade dos casos de deficiência se refere a alguma espécie de problema mental.

As diferenças regionais também influenciam de forma significativa as estatísticas. Segundo o censo demográfico de 2000, elaborado pelo IBGE, o Brasil possui um contingente de 27 milhões de pessoas com deficiência, quantidade equivalente a 14,4% da população; o Estado de São Paulo, apontado como o de menor incidência, apresenta índice de 11,4%; já a Região Nordeste, situada no pólo oposto, apresenta números da ordem de 18%.

A injustiça dessa situação, Senhor Presidente, é dupla, uma vez que está claro que a indignidade provocada pela exclusão vem somar-se aquela gerada pela pobreza e pela miséria. É por isso, conforme venho declarando insistentemente, no exercício de meu mandato, que cabe a nós, parlamentares, parcela expressiva da ação de Estado em favor da inclusão social da pessoa com deficiência, em especial daquela em cuja vida o fato da miserabilidade surge como agravante de grande impacto.

Temos, hoje, um significativo rol de matérias em discussão, no âmbito do Congresso, onde o tema da inclusão da pessoa com deficiência está presente. Para citar algumas, menciono o Estatuto da Pessoa com Deficiência, de caráter geral, e, num caso mais específico, o Projeto de Lei, de minha autoria, que obriga à introdução de mecanismos que facilitem a identificação das cédulas de dinheiro pelos portadores de deficiência visual. Mas há muitas mais, Senhor Presidente, e é urgente ultimar sua discussão.

Rogo às Senhoras e aos Senhores Senadores, que agilizem e concluam, com rapidez, a discussão dessas matérias, em suas Comissões, para que a resposta à sociedade possa ser feita, também ela, com agilidade e rapidez.

Bem sei que não basta a norma legal que é necessária uma profunda mudança na forma como a comunidade vê a deficiência e na maneira como ampara, valoriza e integra o cidadão que a tem. Numa época em que preponderam os valores transitórios da beleza, da força e da competitividade interpessoal, será árduo o caminho da justiça e da igualdade de todos no acesso às oportunidades, mas é preciso apressar o passo nessa direção.

Sob determinado aspecto, é animador constatar o quanto progredimos na questão da pessoa com deficiência. Junto com o secretário-geral da CNBB, Dom Odilo Scherer, podemos dizer que “a legislação brasileira, no que se refere às pessoas com deficiência, avançou muito nos últimos anos, graças também à atuação de grupos organizados de pessoas com deficiência. ou de organizações da sociedade civil que lutam em favor de uma maior inclusão social dessas pessoas”.

Mas nós, tanto quanto a CNBB, não podemos entender como suficiente o progresso já alcançado

Poderia, nessa linha, citar um sem-número de iniciativas cuja incompletude representa privações e dificuldades significativas para as pessoas com deficiências e para suas famílias: a adaptação da sala de aula para acolher os casos de deficiência visual e auditiva, entre outras; o ajuste da infra-estrutura urbana para a facilitação do deslocamento em via pública e do acesso às edificações; o aprofundamento dos incentivos à oferta de emprego apropriado; uma melhor preparação do sistema público de saúde para o tratamento dos casos de deficiência mental e para o fornecimento tempestivo e qualificado de próteses e órteses.

Mas, por infundável que fosse essa relação, Senhor Presidente – e ela é, mesmo, quase sem fim –, nada substituiria a força da mudança do paradigma social negativo que pesa sobre os portadores de deficiência. Por isso, mais que por qualquer outra coisa, entendo fundamental o exemplo que possam dar os setores dirigentes de nosso País, à frente dos quais coloco o próprio Congresso Nacional.

Conheço nossa capacidade de convocar e de inspirar a sociedade brasileira para as causas mais justas e urgentes. Conheço, também, a força dessa sociedade, desde que bem informada e instrumentalizada, para reformar as suas próprias práticas e aprimorar seus valores.

É nessa perspectiva que, de forma humilde e entusiasmada, homenageio a iniciativa da CNBB, pela escolha temática feita para a Campanha da Fraternidade de 2006, e a ela me associo, com a certeza de que falo em nome de todas as Senadoras e Senadores aqui presentes.

Faço ainda meu o lema da Campanha, tomado ao Evangelho de São Marcos: “Levanta-te: Vem para o Meio”.

Está claro, Senhor Presidente, que esse chamamento não se dirige, apenas, às pessoas com deficiência. Levantemo-nos todos, pois, e preparemos nosso meio para que ele seja respeitoso acolhedor e inclusivo: para todos os brasileiros!

É o que tinha a dizer, Senhor Presidente. Muito Obrigado!

O Sr. Presidente (Aloizio Mercadante) (Bloco/PT – SP) – Nada mais havendo a tratar, está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 14 horas e 48 minutos.)

Ata da 23ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 22 de março de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Renan Calheiros, João Alberto Souza, Magno Malta,
Flexa Ribeiro e João Batista Motta*

ÀS 14 HORAS E 54 MINUTOS, ACHAM-
SE PRESENTES AS SRAS. E OS SRS. SE-
NADORES:

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 22/3/2006 08:06:47 até 22/3/2006 20:40:08

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	X	X
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	X
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	X
PMDB	RO	AMIR LANDO	X	X
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	X	X
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	X	X
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X	X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	X
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	X
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	X
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X	X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	X
Bloco-PT	MS	DELÍCIO AMARAL	X	X
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X	X
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	X
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	X
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	X	X
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	X	X
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	X
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	X	X
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	X
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	X	X
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X	X
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	X
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X	X
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X	X
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X	
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	X	X
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	X	X
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	X	X
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	X
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X	X
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	X

PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	X
PSDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	X	X
PCdoB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	X
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	X	X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X	X
PSDB	CE	LUIZ PONTES	X	X
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	X	X
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	X	
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	X
PMR	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	X
PFL	PE	MARCO MACIEL	X	X
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	X
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X	X
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	X
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	X
Bloco-PSB	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	X	
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	X
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	X
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	X	X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	X

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X	X
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	X	X
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	X
PFL	SP	ROMEU TUMA	X	X
PFL	MA	ROSEANA SARNEY	X	
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	X	X
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	X
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	X
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	X
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	X
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	X
PTB	DF	VALMIR AMARAL	X	
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX	X	

Compareceram: 73 Senadores

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A lista de presença acusa o comparecimento de 73 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 314, DE 2006

Requer Voto de Aplauso ao jornalista e historiador Hugo Studart pelo lançamento do livro A Lei da Selva, mais uma contribuição para a história da guerrilha da Araguaia.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos **Anais** do Senado, Voto de Aplauso ao jornalista e historiador Hugo Studart, pelo lançamento, ontem, dia 21, em Brasília, do livro **A Lei da Selva**, mais uma excelente contribuição para se entender o que de fato ocorreu na guerrilha do Araguaia.

Requeiro, ademais, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado.

Justificação

Formado em jornalismo pela Universidade de Brasília – UnB, com Mestrado em História pela mesma Universidade, e editor em Brasília da revista **Isto é Dinheiro**, passou oito anos colhendo informações em quartéis e com antigos guerrilheiros sobre o que de fato ocorreu na guerrilha do Araguaia. Teve acesso a documentos nunca antes revelados, tanto no meio militar quanto nas hostes do PC do B. Ouviu mais de um terço dos oficiais envolvidos naquela luta. “Além de informações inéditas” – assinala Ivan Martins, em resenha que fez do livro – muitas delas chocantes, o livro reconstitui os momentos cruciais da luta e apresenta uma visão nunca antes exposta da visão dos militares do conflito. É a versão deles “da guerra”, a maior mobilização militar da história brasileira no pós-guerra. Ainda nessa mesma resenha, Ivan Martins diz que “32 anos depois, a medida em que se abrem os baús da história e a memória dos protagonistas, vai ficando claro que aquilo que ocorreu na Amazônia, entre 1972 e 1974, foi, ao mesmo tempo, muito menor e muito pior do que se imaginava.” Eram 59 guerrilheiros de um lado e quatro mil militares de outro. “Não foi na verdade uma guerra, foi uma caçada”, nota Ivan Martins. Por ter levantado criteriosamente os dados sobre esse acontecimento, marcando sua estréia como historiador, Hugo Studart torna-se merecedor desta homenagem.

Sala das Sessões, 22 de março de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 315, DE 2006

Requer voto de Aplauso ao cineasta amazonense Alexandre Serrão, pela produção do filme Nas Trilhas de Milton Hatoum, documentário sobre a obra literária de um dos maiores escritores do Amazonas.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos **Anais** do Senado, Voto de Aplauso ao cineasta Alexandre Serrão, pela produção do filme **Nas Trilhas de Milton Hatoum**, documentário sobre a obra literária de um dos mais importantes escritores do Amazonas.

Requeiro, ademais, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado e do escritor Milton Hatoum.

Justificação

Formado em Letras, com especialização em Literatura Brasileira. Alexandre Serrão é também um entusiasmado cineasta de Manaus. Ele acaba de produzir seu primeiro documentário, com 42 minutos de duração, enfocando a obra literária de outro grande nome da cultura do Amazonas, o escritor Milton Hatoum, autor, entre outros livros, de **Cinzas do Norte**, um dos êxitos da literatura brasileira em 2003. E, pois, merecido o Voto de Aplauso que requeiro ao Seriado da República.

Sala das Sessões, 22 de março de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência encaminhará os votos de aplauso solicitados.

Os Requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 207, DE 2006

Da Mesa do Senado, sobre o Requerimento nº 1.137, de 2005.

Relator: Senador **Eduardo Siqueira Campos**

I – Relatório

Conforme despacho do Terceiro Secretário do Senado Federal, no exercício da Presidência, vem à apreciação desta Mesa o Requerimento nº 1.137, de 2005, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães.

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, e 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, o Senador

solicita da Senhora Ministra—Chefe da Casa Civil as seguintes informações, **verbis**:

Solicito seja encaminhado pedido de informações à Excelentíssima Senhora Ministra de Estado da Casa Civil, no sentido de que sejam prestados esclarecimentos referentes às atividades, cargos e funções dos filho(s), irmão(s), irmã(s) e cunhado(s) do atual Presidente da República.

O requerimento não é acompanhado de justificção.

II – Análise

Nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, sua competência expressa nos arts. 215, I, **a**, e 216, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, a Mesa examina o Requerimento nº 1.137, de 2005, que não contém solicitação de informações protegidas por sigilo, para decisão sobre sua admissibilidade.

São critérios de admissibilidade dos requerimentos de informação previstos no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e regulamentados no art. 216 do Regimento Interno desta Casa os seguintes:

Art. 216

I – serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora;

II – não poderão conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirija;

.....

O Ato da Mesa nº 1, de 2001, em especial em seus arts. 1º, 2º e 3º, estabelece:

Art. 1º O Senador ou Comissão poderão apresentar requerimento de informação, dirigido ao Ministro de Estado ou a qualquer titular de órgão diretamente subordinado à Presidência da República, sobre assunto submetido à apreciação do Senado Federal ou atinente a sua competência fiscalizadora.

§ 1º O requerimento de informação deverá ser dirigido ao Ministro de Estado ou ao titular de órgão diretamente subordinado à Presidência da República, ainda que contenha pedido relativo ao órgão ou entidade da administração pública indireta sob sua supervisão.

§ 2º As informações solicitadas deverão ter relação estreita e direta com o assunto que se procura esclarecer.

Art. 2º O requerimento de informação não poderá conter:

I – pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação de caráter especulativo ou sobre propósito da autoridade a quem é dirigido;

II – pedidos referentes a mais de um Ministério.

Art. 3º Lido na hora do expediente, o requerimento de informação será despachado à Mesa, para decisão, no prazo de quinze dias úteis.

§ 1º O requerimento será distribuído pelo Presidente a um relator, que, para apresentar o seu relatório, terá a metade do prazo da Mesa.

§ 2º Aprovado o requerimento pela Mesa, serão solicitadas à autoridade competente as informações requeridas, ficando interrompida a tramitação da matéria que se pretende esclarecer.

.....
A proposição está conforme aos dispositivos constitucionais e regimentais que disciplinam os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo. De igual modo, atende aos requisitos de admissibilidade exigidos pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, porque se dirige à autoridade ministerial competente, refere-se à matéria submetida à apreciação do Senado Federal no âmbito de sua competência fiscalizadora e não contém matéria cujo exame seja vedado pela Constituição Federal ou outro diploma legal.

Além disso, na conformidade do que dispõe o parágrafo único do art. 25 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, alterada pela Lei nº 11.036, de 22 de dezembro de 2004, o órgão destinatário enquadra-se na dicção do art. 50 da Constituição Federal, e o pedido está dirigido à autoridade competente.

Finalmente, a ausência de justificção escrita acompanhando o requerimento não o invalida, haja vista o permissivo para tal omissão, contido no art. 238 do Regimento Interno do Senado Federal.

III – Voto

À vista do exposto, o voto é favorável à aprovação do Requerimento nº 1.137, de 2005.

Sala de Reuniões. – **Renan Calheiros**, Presidente. – **Eduardo Siqueira Campos**, Relator. – **Álvaro Dias**. – **Antero Paes de Barros**. – **Tião Viana**. – **Paulo Octávio**.

PARECER Nº 208, DE 2006

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 107, de 2006.

Relator: Senador **Efraim Morais**

I – Relatório

O Requerimento nº 107, de 2006, de autoria do Senador Álvaro Dias, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal c/c os arts. 215, I, **a**; 216 e 217,

do Regimento Interno do Senado Federal, solicita ao Senhor Ministro de Estado do Banco Central que preste informações, com os documentos comprobatórios, a respeito do “Relatório sobre Avaliação de Conduta para Prevenção e Lavagem de Dinheiro – **Compliance**, referente aos bancos BMG, Rural e Bank Boston, a partir de 2002”, bem como do “Relatório sobre Classificação de Instituição Financeira – **Rating**, referente aos bancos supracitados, durante o mesmo período”.

O nobre parlamentar afirma que “as informações solicitadas são essenciais para que se possa averiguar a responsabilidade do Banco Central no que diz respeito ao cumprimento de sua missão institucional de verificação do funcionamento legal e operacional do sistema financeiro e os relatórios solicitados são básicos para o acompanhamento da missão institucional do BCB quanto ao combate à lavagem de dinheiro.”

II – Voto

Considerando que o Requerimento nº 107, de 2006, insere-se na competência fiscalizadora do Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, estando, de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 107, de 2006, de autoria do Senador Alvaro Dias.

Sala de Reuniões. – **Renan Calheiros, Presidente.** – **Efraim Moraes, Relator.** – **Alvaro Dias – Antero Paes de Barros – Tião Viana – Paulo Octávio.**

PARECER Nº 209, DE 2006

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 111, de 2006.

Relator: Senador **Efraim Moraes**

I – Relatório

O Requerimento nº 111, de 2006, de autoria do Senador Augusto Botelho, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal c/c o art. 90, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, solicita ao Senhor Ministro de Estado da Educação que preste informação sobre “os estudantes brasileiros que concluem curso de medicina em universidades bolivianas e que desejam revalidar seus diplomas no Brasil ou fazer residência médica em hospitais universitários brasileiros”.

O nobre parlamentar sustenta suas justificativas no fato de terem sido revogados alguns decretos regentes da matéria, bem como decisões da Justiça brasileira sobre o tema.

II – Voto

Considerando que o Requerimento nº 111, de 2006, insere-se na competência fiscalizadora do Congresso

Nacional, conforme dispõe o art. 49, X da Constituição Federal, estando, de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, somos favoráveis à aprovação de Requerimento nº 111, de 2006, de autoria do Senador Augusto Botelho.

Sala de Reuniões. – **Renan Calheiros, Presidente.** – **Efraim Moraes, Relator.** – **Alvaro Dias – Antero Paes de Barros – Tião Viana – Paulo Octávio.**

PARECER Nº 210, DE 2006

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 112, de 2006, relativo a envio de informações pelo Ministro de Estado da Educação.

Relator: Senador **Eduardo Siqueira Campos**

I – Relatório

O Senador Edison Lobão, com base no art. 50, 2º, da Constituição Federal, e no art. 216 do Regimento Interno, encaminhou a esta Mesa o Requerimento nº 112, de 2006, no qual solicita o envio de questões ao Ministro de Estado da Educação.

As informações solicitadas dizem respeito ao seguinte:

a) O quantitativo de cursos de Medicina e de Direito criados no nosso País, computando esses quantitativos pelos períodos abaixo especificados: entre janeiro de 1950 até dezembro de 1960, de janeiro de 1961 até dezembro de 1970, desde janeiro de 1971 até dezembro de 1980, de janeiro de 1981 até dezembro de 1990, de janeiro de 1991 até dezembro do ano 2000 e desde janeiro de 2000 até dezembro de 2005;

b) Quadro quantitativo desses cursos estratificados por instituição de ensino superior, tipificando as entidades federais, estaduais, privadas, inclusive as privadas particulares, também por estado da federação, incluindo o Distrito Federal;

c) Quadro quantitativo comparativo dos estudantes matriculados sempre em tabela, ou suporte análogo, e como tipificado no item anterior **[b)]** – por período acadêmico conforme o item **[a)]**;

d) Que medidas vêm sendo adotadas pelo governo com vistas à criação e regulamentação desses cursos, e como têm sido implementadas, inclusive no tocante à cassação de registro de funcionamento de cursos que não atendam aos requisitos estipulados pelo MEC para seu [deles] funcionamento.

Quantitativo de cursos fechados, principais causas do fechamento e regiões mais atingidas. Recursos jurídicos impetrados para evitar os fechamentos dos cursos. Evolução histórica do *modus faciendi* das concessões e seu patamar atual.

II – Análise

A proposição obedece às normas constitucionais e regimentais concernentes aos pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo, bem como ao disposto no Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001.

É pautado na competência fiscalizadora que o presente instrumento quer se legitimar, visto que há uma discrepância entre a criação dos dois cursos em questão. A partir das informações prestadas, será possível estabelecer ação pertinente para o esclarecimento da situação.

Especificamente, o requerimento em tela está amparado no art. 49 inciso X, da Constituição Federal, e que dá ao SF a prerrogativa de fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta, e no § 2º do art. 50 da Carta, segundo o qual as Mesas da Câmara dos Deputados e de Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informação a Ministros de Estado ou a qualquer das pessoas referidas no **caput** deste artigo, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não atendimento no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas. Encontra respaldo, ainda, no que dispõem os incisos I e II do art. 216 do RISF.

III – Voto

À luz do exposto, voto favoravelmente à aprovação do Requerimento nº 112, de 2006.

Sala de Reuniões. – **Renan Calheiros**, Presidente – **Eduardo Siqueira Campos**, Relator – **Álvaro Dias** – **Antero Paes de Barros** – **Tião Viana** – **Paulo Octávio**.

PARECER Nº 211, DE 2006

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 117, de 2006

Relator: Senador **Efraim Morais**

I – Relatório

Requerimento nº 117, de 2006, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, nos termos do art. 50, 2º, da Constituição Federal c/c o art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, solicita ao Senhor Ministro de Estado dos Transportes, “informações sobre a necessidade urgente

de reconstrução de uma ponte na rodovia BR – 135 no Município de Curvelo em Minas Gerais interditada desde outubro de 2005, por razões de segurança.”.

O nobre parlamentar justifica sua proposição, alegando que até o presente momento o Governo Federal não tomou nenhuma medida a respeito.

II – Voto

Considerando que o Requerimento nº 117, de 2006, insere-se na competência fiscalizadora do Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, estando, de acordo com o Regimento interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 117, de 2006, de autoria do Senador Eduardo Azeredo.

Sala de Reuniões, 21 de março de 2006. – **Renan Calheiros**, Presidente **Efraim Morais**, Relator – **Álvaro Dias**, **Antero Paes de Barros**, **Tião Viana**, **Paulo Octávio**.

PARECER Nº 212, DE 2006

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 122, de 2006, que requer, Ministro de Estado da Fazenda, informações relativas à venda, no mercado, de 7,5% do capital do Banco do Brasil.

Relator: Senador **Eduardo Siqueira Campos**.

I – Relatório

O Requerimento nº 122, de 2006, de autoria do Senador Pedro Simon, solicita as seguintes informações ao Excelentíssimo Sr. Ministro de Estado da Fazenda:

1) É verdade que o Governo ira colocar à venda 7,5% do capital do Banco do Brasil? Quando e de que forma em quantas tranches de colocação?

2) É procedente a informação de que o Governo pretende ampliar a participação estrangeira na composição acionária de Banco do Brasil, hoje de no máximo 5,6%, para até 25%? (Qual o instrumento jurídico que o Governo pretende utilizar para este aumento?)

3) Qual será a parcela, em cotas de participação, das ações a serem negociadas e quais são seus respectivos possuidores (Tesouro Nacional. BNDES, Previ e Outros)?

4) Qual a finalidade da referida negociação das ações de Banco do Brasil? Em que o Tesouro pretende aplicar o recurso auferido?

Na justificação do Requerimento, é destacada a preocupação do Excelentíssimo parlamentar a respeito de ampliação do capital privado em instituição fundamental para o desenvolvimento nacional, o Banco do Brasil. Além do mais, estar-se-ia ampliando a participação do capital estrangeiro no capital do referido banco, e que poderia vir a comprometer a independência da instituição, assim como o seu controle, com eventual impacto sobre o alcance de sua missão institucional: atenção aos interesses nacionais.

II – Análise

O Requerimento de Informações nº 122, de 2006, é dirigido ao Excelentíssimo Sr. Ministro de Estado da Fazenda, em conformidade ao que dispõe o § 2º do art. 50 da Constituição Federal. É de se notar que esse dispositivo limita-se a facultar às Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal o encaminhamento de pedidos escritos de informações a Ministros de Estado, que deverão ser atendidos no prazo de trinta dias; no plano constitucional, inexistente qualquer restrição, limitação ou condicionamento. Portanto, nesse aspecto, são cumpridos e observados esses critérios formais de tramitação dos pedidos de informações.

Cabe lembrar que o art. 49 da Constituição Federal confere ao Congresso Nacional competência exclusiva para fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta. Ademais, o art. 70 da Constituição Federal estabelece que a fiscalização financeira, orçamentária e patrimonial da União será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo.

Nesse entendimento, o Requerimento solicita-se encontra bem fundamentado como é exigido pelo Ato nº 1 da Mesa, de 2001, que regulamenta a tramitação de requerimento de informações. Ademais, ele está de acordo com normas estabelecidas no Regimento Interno do Senado Federal quanto às hipóteses de cabimento da iniciativa, encontrando amparo em seu art. 216 que exige sejam observados, entre outros, os seguintes critérios para a sua admissibilidade:

Art. 216. Os requerimentos de informações estão sujeitos as seguintes normas:

I – serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora;

II – não poderão conter pedido de providência, consulta sugestão, conselho ou in-

terrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirija;

.....

Ademais, entendemos que o Requerimento não envolve informação sigilosa, conforme definida no art. 8º do Ato nº 1 da Mesa, de 2001.

III – Voto

Em face do exposto, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do Requerimento nº 122, de 2006.

Sala de Reuniões, 21 de março de 2006. – **Renan Calheiros**, Presidente – **Eduardo Siqueira Campos**, Relator – **Alvaro Dias** – **Antero Paes de Barros** – **Tião Viana** – **Paulo Octávio**.

PARECER Nº 213, DE 2006

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 126 de 2006.

Relator: Senador **Efraim Moraes**

I – Relatório

O Requerimento nº 126, de 2006, de autoria de Senador Arthur Virgílio, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal c/c e art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, solicita ao Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, “que confirme os valores despendidos por aquela Pasta, nos anos de 2003, 2004 e 2005, até a presente data, com a manutenção de suas representações no exterior.”.

O nobre parlamentar, amparado em matéria da Revista **IstoÉ**, justifica sua proposição alegando que foram efetivados gastos pelo Ministério das Relações Exteriores, na rubrica do ponto indicado, acima de 1 bilhão de Reais, o que, segundo ele, seria um contra-senso, “particularmente em um momento em que severas restrições orçamentárias são impostas pelo atual governo a sociedade brasileira.”

II – Voto

Considerando que o Requerimento nº 126, de 2006, insere-se na competência fiscalizadora Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, estando, acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, somos favoráveis a aprovação do Requerimento nº 126, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

Sala de Reuniões, 21 de março de 2006. – **Renan Calheiros**, Presidente – **Efraim Moraes**, Relator – **Alvaro Dias** – **Antero Paes de Barros** – **Tião Viana** – **Paulo Octávio**.

PARECER Nº 214, DE 2006**Da Mesa do Senado Efraim Morais,
sobre o Requerimento nº 127, de 2006**Relator: Senador **Efraim Morais****I – Relatório**

O Requerimento nº 127, de 2006, de autoria de Senador Arthur Virgílio, nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal c/c o art. 216, inciso I, do Requerimento Interno de Senado federal, solicita ao Senhor Ministro de Estado de Trabalho que preste informações sobre “denúncias de irregularidades em contrato no âmbito do Programa Primeiro Emprego”.

O nobre parlamentar, amparado em matéria da Revista **IstoÉ**, justifica sua proposição alegando que pairam suspeitas no contrato firmado entre a União/Ministério do Trabalho e a empresa Cobra tecnologia, responsável por **software** de gerenciamento para o Programa Primeiro Emprego do Governo Federal.

II – Voto

Considerando que o Requerimento nº 127, de 2006, insere-se na competência fiscalizadora do Congresso Nacional conforme dispõe o Art. 49, X, da Constituição Federal, estando, de acordo com o regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1 de 2001, somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 127, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

Sala de Reuniões, 21 de março de 2006. – **Renan Calheiros**, Presidente – **Efraim Morais**, Relator – **Alvaro Dias** – **Antero Paes de Barros** – **Tião Viana** – **Paulo Octávio**.

PARECER Nº 215, DE 2006**Da Mesa do Senado Federal, sobre o
Requerimento nº 128, de 2006.**Relator: Senador **Efraim Morais****I – Relatório**

O Requerimento nº 128, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal c/c o Art 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, solicita ao Senhor Ministro de Estado da Justiça que preste informações sobre “o andamento das investigações dos crimes praticados pelo Sr. Delubio Soares, ex– Tesoureiro do Partido dos Trabalhadores”.

O nobre parlamentar sustenta suas justificativas na necessidade de se dar maior visibilidade às ações tomadas pelo Estado, notadamente o Ministério da Justiça por sua vinculada a Polícia Federal, em relação a apuração de responsabilidade do Senhor Delubio Soares, ex-Tesoureiro do Partido dos Trabalhadores.

II – Voto

Considerando que o Requerimento nº 128, de 2006 insere-se na competência fiscalizadora do Congresso Nacional conforme dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, estando, de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 128 de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

Sala de Reuniões, 21 de março de 2006. – **Renan Calheiros**, Presidente – **Efraim Morais**, Relator – **Alvaro Dias** – **Antero Paes de Barros** – **Tião Viana** – **Paulo Octávio**.

PARECER Nº 216, DE 2006**Da Mesa do Senado Federal, sobre
o Requerimento nº 140, de 2006, que soli-
cita informações ao Ministério da Fazenda
sobre condições de pagamento da dívida
externa.**Relator: Senador **Eduardo Siqueira Campos****I – Relatório**

O Requerimento nº 140 de 2006, da eminente Senadora Heloísa Helena, solicita ao Ministro de Estado da Fazenda, Senhor Antonio Palocci Filho, que forneça informações sobre as condições de pagamento da dívida externa. Em particular, a Senadora solicita informações a respeito dos diversos componentes do custo total das emissões soberanas realizadas em 2005; dos juros incidentes sobre as dívidas pagas antecipadamente junto ao Clube de Paris e ao Fundo Monetário Internacional; do valor das taxas de juros incidentes sobre cada tipo de bônus da dívida externa brasileira e sobre as demais modalidades de dívida externa, bem como o conteúdo das cláusulas vigentes sobre esses bônus; e o conteúdo dos relatórios referentes a todos os lançamentos de títulos da dívida externa ocorridos em 2004 e 2005, previstos nos arts. 3º e 4º da Resolução do Senado Federal nº 20, de 2004.

A autora justifica o requerimento com base em notícias veiculadas recentemente que mostram que, ao mesmo tempo em que o Brasil quitou antecipadamente sua dívida junto ao Clube de Paris e ao Fundo Monetário Internacional acelerou a emissão de títulos no mercado internacional, pagando ju-

ros mais elevados. As informações requeridas são necessárias para apurar eventuais deficiências na administração da dívida externa brasileira. A autora também destaca que o envio dessas informações é previsto nos arts. 3º e 4º da Resolução nº 20, de 2004, do Senado Federal. O art. 3º estatui que cada operação de administração de passivos deverá ser informada ao Senado Federal, e o art. 4º obriga o Ministro da Fazenda a apresentar trimestralmente, em reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, relatório da execução do Programa de Emissão de Títulos e Administração de Passivos de Responsabilidade de Tesouro Nacional no Exterior.

II – Análise

O requerimento é dirigido ao Ministério da Fazenda, conforme determina o § 2º do art. 50 da Constituição Federal, que concede à Mesa do Senado Federal poder para encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado. Tais pedidos deverão ser atendidos ao prazo de trinta dias, sob pena de imputação de crime de responsabilidade pela recusa. Não há, na Constituição Federal, limitação prevista para a natureza de informação a ser requerida.

Já os incisos I e II do art. 216 de Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que regulamenta o requerimento de informações no âmbito desta Casa, exigem que as informações requeridas devam ser de assunto submetido à apreciação de Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora e que não podem conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirija.

O requerimento em tela, portanto, está previsto na Constituição e atende às condições impostas pelo RISF.

III – Voto

Em face do exposto, manifestamo-nos favoravelmente a aprovação do Requerimento nº 140, de 2006.

Sala de Reuniões, 21 de março de 2006. – **Renan Calheiros**, Presidente – **Eduardo Siqueira Campos**, Relator – **Alvaro Dias** – **Antero Paes de Barros** – **Tião Viana** – **Paulo Octávio**.

PARECER Nº 217, DE 2006

**Da Mesa do Senado Federal, sobre o
Requerimento nº 175, de 2006.**

Relator: Senador **Efraim Morais**

I – Relatório

O Requerimento nº 175, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal c/c o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, solicita ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda, informações sobre o processo licitatório que irá selecionar mais duas agências de publicidade para o Banco do Brasil.

O nobre parlamentar justifica seu Requerimento apresentado matéria da Revista **Veja**, em edição datada de 15-2-2006, que denuncia a atuação de alguns lobistas, que estariam “vendendo” intimidade com o Banco do Brasil, espelhando práticas de corrupção e irregularidades pela administração do Banco e do atual Governo.

II – Voto

Considerando que o Requerimento nº 175, de 2006, insere-se na competência fiscalizadora do Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, estando, de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 175, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

Sala de Reuniões, 21 de março de 2006. – **Renan Calheiros**, Presidente – **Efraim Morais**, Relator – **Alvaro Dias** – **Antero Paes de Barros** – **Tião Viana** – **Paulo Octávio**.

PARECER Nº 218, DE 2006

**Da Mesa do Senado Federal, sobre o
Requerimento nº 176, de 2006.**

Relator: Senador **Efraim Morais**

I – Relatório

O Requerimento nº 176, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal c/c o art. 216, inciso I, de Regimento Interno do Senado Federal, solicita ao Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia, informações sobre a prisão do chefe do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM em Minas Gerais, acusado de envolvimento com quadrilha de contrabando de diamantes ao Brasil.

O Nobre Senador, amparado em matéria de jornal **Correio Braziliense** de 11-2-2006, solicita informações objetivando esclarecer as irregularidades apuradas e as providências que estão sendo adotadas sobre o caso da prisão do Sr. Luiz Eduardo Machado de Castro, Chefe do Departamento Nacional de Produção Mineral.

II – Voto

Considerando que o Requerimento nº 176, de 2006, insere-se na competência fiscalizadora do Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, estando, de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, somos favoráveis à aprovação Do Requerimento nº 176, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

Sala de Reuniões, – **Renan Calheiros**, Presidente – **Efraim Morais**, Relator – **Alvaro Dias** – **Antero Paes de Barros** – **Tião Viana** – **Paulo Octávio**.

PARECER Nº 219, DE 2006

**Da Mesa do Senado Federal, sobre o
Requerimento nº 177, de 2006.**

Relator: Senador **Efraim Morais**

I – Relatório

Requerimento nº 177, de 2006, de autoria de Senador Arthur Virgílio, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, solicita informações ao Sr. Ministro do Estado da Ciência e Tecnologia acerca dos riscos a que se submete o Astronauta Brasileiro Marcos César Pontes, que vai participar da viagem espacial russa em março de 2006.

Sua Excelência requer que o Sr. Ministro do Estado da Ciência e Tecnologia apresente uma série de informações a respeito da viagem espacial que o astronauta brasileiro Marcos César Pontes realizará em março de 2006, entre elas o motivo da antecipação da viagem, prevista inicialmente para outubro deste ano, conforme noticiado pela **Folha de São Paulo** em 9-2-2006.

II – Voto

Considerando que o Requerimento em análise insere-se na competência fiscalizadora do Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, estado de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 177, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

Sala de Reuniões, – **Renan Calheiros**, Presidente – **Efraim Morais**, Relator – **Alvaro Dias** – **Antero Paes de Barros** – **Tião Viana** – **Paulo Octávio**.

PARECER Nº 220, DE 2006

**Da Mesa do Senado Federal, sobre o
Requerimento nº 184, de 2006.**

Relator: Senador **Efraim Morais**

I – Relatório

O Requerimento nº 184, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, com fundamento no artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216, inciso I, do Regimento Interno, solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda acerca do patrocínio da Caixa Econômica Federal para publicação que enaltece a nova sede do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em Mato Grosso.

Sua Excelência justifica seu requerimento informando que a Caixa Econômica Federal figura como patrocinadora de publicação do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em Mato Grosso, cujo objetivo principal é enaltecer a construção de prédio do Fórum Federal de Cuiabá. O Nobre Senador afirma que, por suas características, a publicação se constitui, na verdade, em material de campanha do Juiz Federal Diretor do Foro, Juiz Julier Sebastião da Silva, que declarou-se candidato ao governo do Estado

II – Voto

Considerando que o Requerimento em análise insere-se na competência fiscalizadora do Congresso Nacional, estando de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 184, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

Sala de Reuniões, – **Renan Calheiros**, Presidente – **Efraim Morais**, Relator – **Alvaro Dias** – **Antero Paes de Barros** – **Tião Viana** – **Paulo Octávio**.

PARECER Nº 221, DE 2006

Para instruir decisão da Mesa do Senado Federal, sobre e Requerimento nº 200, de 2006, que requer informações ao Ministro de Minas e energia a respeito dos contratos ou convênios de patrocínio estabelecidos pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF.

Relator: Senador **João Alberto Souza**

I – Relatório

É submetido à apreciação da Mesa Diretora o Requerimento nº 200, de 2006, de autoria do Senador José Jorge.

Pretende-se com o requerimento, dirigido ao Ministro de Minas e Energia, que sejam fornecidas cópias dos documentos relativos aos contratos de publicidade e propaganda e dos contratos ou convênios de patrocínios estabelecidos pela Chesf.

São requeridas, assim, cópias integrais dos processos de contratação das empresas de publicidade pela Chesf, dos seus contratos e convênios de patrocínios assinados e de toda a documentação relativa à sua execução, assinados e executados desde o ano de 2003 até a presente data.

Ressalta o autor do Requerimento, Senador José Jorge, que os documentos solicitados visam complementar as informações já obtidas por meio de requerimento anterior, apresentado em 19 de junho de 2005, e que foram consideradas insatisfatórias, razão pela qual apresenta o presente Requerimento.

II – Análise

Inicialmente, cabe destacar que o Regimento Interno do Senado Federal, ao disciplinar as condições de admissibilidade dos requerimentos, estabelece em seu art. 217 que o requerimento de remessa de documentos equipara-se ao de pedido de informações.

Assim sendo, aos requerimentos de remessa de documentos se aplicam as condições e exigências definidas nos arts 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, complementadas pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001.

O Requerimento nº 200, de 2006 é dirigido ao Ministro de Estado de Minas e Energia, atendendo, assim, o que preceitua o § 2º do art. 50 da Constituição Federal.

O requerimento em exame está, também, de acordo com as condições expressas no Regimento Interno do Senado Federal quanto às hipóteses de cabimento da iniciativa, encontrando amparo, em particular, no art. 216, inciso I, que exigem sejam observados, preliminarmente, os seguintes critérios para a sua admissibilidade, entre outras limitações:

Art. 216. Os requerimentos de informações estão sujeitos às seguintes normas:

I – serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora;

.....

Sabe-se que a Constituição Federal atribui ao Congresso Nacional competência exclusiva para fis-

calizar e controlar, diretamente ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta. Logicamente, no desempenho dessa atribuição, é exigido amplo e atualizado universo de informações, para que ele possa, de forma plena, exercer suas competências legislativa e fiscalizadora.

Portanto, ao Poder Legislativo são necessários e admissíveis os repasses de informações de natureza e alcance diversos. No presente requerimento as informações visam complementar outras já recebidas em requerimento anterior, consideradas, entretanto, insuficientes para uma completa e pertinente elucidação de aspectos relativos aos contratos de serviço de publicidade, propaganda e de patrocínios estabelecidos pela CHESF nos últimos três anos.

Com efeito, ao empreender a função fiscalizadora, o legislativo poderá ter acesso às ações do Poder Executivo para conhecer o ato praticado na sua intimidade e, assim, tomar medidas corretivas, se necessárias.

Em particular, o requerimento em exame se mostra compatível com o próprio exercício dessa competência fiscalizadora que, entre outras matérias, adquire conteúdo na avaliação da eficácia, eficiência e economicidade dos projetos e programas de governo federal.

Fica evidenciado, portanto, o cumprimento e o atendimento dessas formalidades preliminares, condições essas imprescindíveis à admissibilidade dos requerimentos de informações.

Por outro lado, para a pertinente e adequada obtenção de informações devem ser observados os procedimentos legalmente determinados e diferenciados em função da natureza da informação requerida.

No presente requerimento, as informações solicitadas não são passíveis de serem caracterizadas como operações ativas de instituições financeiras, que exigiria e envolveria discussão acerca de sua natureza sigilosa.

Dessa forma, no presente requerimento, as informações solicitadas não caracterizam natureza sigilosa e são condizentes com o exercício da função desta Casa, tendo, portanto, seu rito de tramitação e apreciação estipulado nos termos da Seção I, arts. 1º a 6º, do Ato da Mesa nº 1, de 2001, que exige para o seu deferimento tão-somente as já referidas hipóteses de cabimento de iniciativa previstas no inciso I do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, quais sejam: somente “serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto

submetido a apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora”. Seus fundamentos para admissibilidade pressupõem, assim, matéria específica ou fato determinado. presente no Requerimento nº 200, de 2006, como enfatizado anteriormente.

Nesse contexto, o requerimento de remessa de documentos em exame, em nossa compreensão, encontra fundamentação, estando ainda de acordo com as condições expressas no Regimento Interno do Senado Federal quanto às hipóteses de cabimento da iniciativa.

III – Voto

Opinamos, assim, pela aprovação do Requerimento nº 200, de 2006, e seu encaminhamento ao Ministro de Estado das Minas e Energia.

Sala da Comissão, 21 de março de 2006. – **Renan Calheiros**, Presidente – **João Alberto Souza**, Relator – **Alvaro Dias** – **Antero Paes de Barros** – **Tião Viana** – **Paulo Octávio**.

PARECER Nº 222, DE 2006

Para instruir decisão da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 202, de 2006, que solicita ao Ministro de Estado de Minas e Energia informações a respeito dos contratos e convênios de patrocínios estabelecidos pelo Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS), nos anos de 2003 até a presente data.

Relator: Senador **João Alberto Souza**

I – Relatório

Em conformidade com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com e disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, o Senador José Jorge solicita ao Ministro de Estado de Minas e Energia as seguintes informações a respeito dos contratos e convênios de patrocínios estabelecidos pelo Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS), nos anos de 2003 até a presente data:

a) demonstrativos dos contratos e convênios de patrocínios firmados pela Petrobras, a partir de 2003, listados ano a ano, detalhando os objetivos, as entidades envolvidas, os prazos e os valores parciais e totais;

b) cópia dos contratos e convênios de patrocínios assinados com a Petrobras, de 2003 até e presente;

c) descrição detalhada sobre qual é a política corporativa da Petrobras para a seleção da concessão de patrocínios.

II – Análise

De acordo com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, as Mesas de ambas as Casas de Congresso Nacional poderão encaminhar pedidos escritos de informação a Ministres de Estado ou a quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República.

O presente requerimento de informações, formulado em consonância com o acima citado dispositivo constitucional e com o art. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, vem a esta Mesa, para decisão, nos termos das disposições regimentais, especialmente as contidas no inciso I do art. 215 e no inciso III do art. 216 do referido Regimento Interno do Senado Federal.

Assim, o requerimento atende às normas que disciplinam a apresentação da proposição, bem como as condições de admissibilidade estabelecidas no art. 216, porquanto destina-se a esclarecer assunto atinente à competência fiscalizadora do Senado sobre atos praticados na esfera do Poder Executivo.

Segundo o autor, há informações desconhecidas sobre o montante dos gastos efetivos da Petrobras com publicidade em 2005. Com efeito, os documentos e informações solicitados ao Ministro de Estado de Minas e Energia – responsável pelo órgão federal à qual a empresa estatal é vinculada permitirão apreciar os valores, assim como os critérios utilizados pela empresa para a concessão de verbas de patrocínio.

Em suma, o requerimento é dirigido à autoridade competente e trata de matéria atinente à competência fiscalizadora do Senado Federal. Ademais, não contém pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a que se destina.

Depreende-se outrossim, que a proposição atende aos requisitos de admissibilidade previstos no Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, que regulamenta a tramitação dos requerimentos, não se lhe aplicando as normas da Seção II do citado Ato, uma vez que o pedido não envolve informações sigilosas relativas a operações ativas de instituição financeira.

III – Voto

Diante de exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 202, de 2006, e seu encaminhamento ao Ministro de Estado das Minas e Energia.

Sala das Reuniões, 21 de março de 2006. – **Renan Calheiros**, Presidente – **João Alberto Souza**, Relator – **Alvaro Dias** – **Antero Paes de Barros** – **Tião Viana** – **Paulo Octávio**.

PARECER Nº 223, DE 2006

**Da Mesa do Senado Federal, sobre o
Requerimento nº 219, de 2006.**

Relator: Senador **João Alberto Souza**

I – Relatório

Senador Mozarildo Cavalcanti, fundamentado em dispositivos constitucionais e regimentais requer sejam prestadas informações, pelo Ministro de Estado da Fazenda, sobre supostas fraudes perpetradas por empresas localizadas em áreas de livre comércio de importação e exportação da região Norte e as providências eventualmente adotada para a otimização da fiscalização tributária nas áreas de livre comércio da região Norte”.

Reportagens do **Correio Brasiliense**, dos dias 25 e 26 de janeiro, veiculam notícia acerca da abertura de dois inquéritos, pela Polícia Federal, para investigar crimes de desvio de mercadorias, falsificação de documentos públicos, superfaturamento de preços e corrupção na Zona Franca de Manaus e em outras oito áreas de Livre Comércio nos Estados do Acre, Rondônia, Roraima, Amapá e Amazonas, todos visando à sonegação de impostos. O intuito do presente requerimento é pois, obter do Ministro ao qual esta subordinada a Secretaria da Receita Federal – órgão competente para a fiscalização tributária no âmbito federal – maiores informações sobre a suspeita e, principalmente, se tal situação decorre da omissão do Poder Público no seu dever de fiscalização.

II – Análise

É competência da Mesa desta Casa decidir apenas sobre a adequação do pedido condições de admissibilidade previstas nas normas atinentes aos requerimentos de informações, não sendo cabível manifestação acerca do mérito da solicitação.

A Secretaria da Receita Federal pertence a estrutura do Ministério da Fazenda. O requerimento esta, pois, dirigido à autoridade competente, estando, também, em conformidade com o disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 216 do Regimento Interno desta Casa, bem como com as normas de admissibilidade estabelecidas no Ato da Mesa nº I, de 2001.

III – Voto

Ante o exposto, nosso parecer é favorável ao encaminhamento do Requerimento 2006.

Sala de Reuniões, 21 março de 2006. – **Renan Calheiros**, Presidente – **João Alberto Souza**, Relator – **Alvaro Dias** – **Antero Paes de Barros** – **Tião Viana** – **Paulo Octávio**.

PARECER Nº 224, DE 2006

**Da Mesa do Senado Federal, sobre o
Requerimento nº 220, de 2006.**

Relator: Senador **João Alberto Souza**

I – Relatório

O Senador Mozarildo Cavalcanti, fundamentado em dispositivos constitucionais e regimentais requer sejam prestadas informações pelo Ministério de Estado do Desenvolvimento, indústria e Comércio Exterior, sobre supostas fraudes perpetradas por empresas localizadas em áreas de livre comércio de importação e exportação da região Norte e as providências eventualmente adotadas para a otimização da fiscalização tributária nas áreas de livre comércio da região Norte”.

Reportagens do **Correio Brasiliense** dos dias 25 e 26 de janeiro veiculam notícia acerca da abertura de dois inquéritos, pela Polícia Federal para investigar crimes e desvios de mercadorias, falsificação de documentos públicos, superfaturamento de preços e corrupção na Zona Franca de Manaus e em outras áreas de livre Comercio nos Estados do Acre, Rondônia, Roraima, Amapá e Amazonas todos visando à sonegação de impostos. O intuito do presente requerimento é pois, obter do Ministro ao qual estão vinculadas a Zona Franca de Manaus e as referidas Áreas de Livre Comércio maiores informações da omissão do Poder Público no seu dever de fiscalização.

II – Análise

É competência da Mesa desta casa decidir apenas sobre a adequação do pedido as adequação do pedido às condições previstas nas normas atinentes aos requerimentos de informações, não sendo cabível manifestação acerca do mérito da solicitação.

A Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) é vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. O requerimento esta, pois, dirigido à autoridade competente, estando, também, em conformidade com o disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 216 do Regimento Interno desta Casa, bem como com as normas de admissibilidade estabelecida no Ato da mesa nº 1, de 2001 de 2001.

III – Voto

Ante o exposto, nosso parecer favorável ao encaminhamento do Requerimento nº 220, de 2006.

Sala de Reuniões, 21 de março de 2006. – **Renan Calheiros**, Presidente – **João Alberto Souza**, Relator – **Alvaro Dias** – **Antero Paes de Barros** – **Tião Viana** – **Paulo Octávio**.

PARECER Nº 225, DE 2006

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 238, de 2006, relativo a pedido de informações ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República.

Relator: Senador **João Alberto Souza**

I – Relatório

O Senador Arthur Virgílio, com fulcro no art. 216, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) apresenta a esta Mesa o Requerimento nº 238, de 2006, dirigido ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República.

No pedido, solicita-se a indicação dos programas de entrevista da TV NBr, e bem assim dos nomes dos entrevistados e o inteiro teor das entrevistas realizadas entre janeiro de 2003 e fevereiro de 2006.

II – Análise

A proposição em exame dirigiu-se a Ministro de Estado, em conformidade com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal. O tema da conformidade com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal. O tema da solicitação inclui-se nas atribuições da autoridade destinatária, definidas no art. 1º da Lei nº 10.683 de 28 de maio de 2003, com a redação dada pela Lei nº 11.204, de 5 dezembro de 2005. Além disso, o tema tratado conforma-se às competências de fiscalização e controle do Senado Federal. Não obstante, entendemos que o expediente sob análise carente de ajuste.

Ao solicitar o inteiro teor de todas as entrevistas veiculadas nos programas de entrevista pela TV NBr entre janeiro de 2003 e fevereiro de 2006, o requerimento em pauta extrapola os limites preconizados pelo princípio da proporcionalidade, e ou princípio da proibição do excesso, que exige a adequação dos meios utilizados aos fins visados. Nesse sentido, não vemos como a necessidade de fiscalizar a programação dos órgãos oficiais de comunicação do Poder Executivo possa justificar pedido de tamanha extensão. Procedimento de maior pertinência, a nosso ver, seria requisitar as transcrições ou cópias apenas das entrevistas em que houvesse indício de atuação ilícita, a partir da indicação dos programas e de seus respectivos entrevistados.

Conseqüentemente, somos levados a aprovar o requerimento em tela, excluído a menção ao inteiro teor das entrevistas veiculadas nos programas indicados.

III – Voto

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Requerimento nº 238, de 2006, com a seguinte redação:

Requeiro, nos termos do art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, que sejam solicitadas, ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, informações que indiquem quais os programas de entrevista da TV NBr, com os nomes de todos os entrevistados no período de janeiro de 2003 e de fevereiro de 2006

Sala de Reuniões, 21 de março de 2006. – **Renan Calheiros**, Presidente, Senador **João Alberto Souza**, Relator, **Alvaro dias Antero Paes de Barros**, **Tião Viana**, **Paulo Octávio**.

PARECER Nº 226, DE 2006

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício “S” nº 5, de 2006, Mensagem nº 12/2006, na Origem de indicação da Senhora Ministra Ellen Gracie Northfleet para exercer a Presidência do Conselho Nacional de Justiça.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em votação secreta realizada em 22 de março de 2006, apreciando o relatório apresentado pelo Senador Antonio Carlos Magalhães sobre o Ofício “S” nº 5, de 2006, opina pela aprovação da indicação da Senhora Ministra Ellen Gracie Northfleet para exercer a Presidência do Conselho Nacional de Justiça, por 23 votos favoráveis, – contrários e – abstenções.

Sala da Comissão, 22 de março de 2006.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: OF 5 Nº 5 DE 2006

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 22/03/2006, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE EVENTUAL:	SEN. PEDRO SIMON
RELATOR:	SEN. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (RELATOR)	1-ROMEY TUMA
CÉSAR BORGES	2-MARIA DO CARMO ALVES
DEMÓSTENES TORRES	3-JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	4-JORGE BORNHAUSEN
JOSÉ JORGE	5-RODOLPHO TOURINHO
JOÃO BATISTA MOTTA	6- TASSO JEREISSATI
ALVARO DIAS	7-EDUARDO AZEREDO
ARTHUR VIRGÍLIO	8-LEONEL PAVAN
JUVÊNCIO DA FONSECA	9-LÚCIA VÂNIA
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, ⁽¹⁾ , PL e PPS)	
ALOIZIO MERCADANTE	1-DELCIDIO AMARAL
EDUARDO SUPPLY	2- PAULO PAIM
FERNANDO BEZERRA	3-SÉRGIO ZAMBIASI
MAGNO MALTA	4- PATRÍCIA SABOYA GOMES
IDELI SALVATTI	5-SIBÁ MACHADO
ANTONIO CARLOS VALADARES	6-MOZARILDO CAVALCANTI
SERYS SLHESSARENKO	7-MARCELO CRIVELLA ⁽²⁾
PMDB	
RAMEZ TEBET	1-LUIZ OTÁVIO
MAGUITO VILELA	2-GERSON CAMATA
JOSÉ MARANHÃO	3-SÉRGIO CABRAL
ROMERO JUCA	4-ALMEIDA LIMA
AMIR LANDO	5-WELLINGTON SALGADO
PEDRO SIMON	6-GARIBALDI ALVES FILHO
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1-OSMAR DIAS

Atualizada em: 21/03/2006.

(1) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.

(2) O Senador Marcelo Crivella filiou-se ao PMR em 28/09/2005.

Relatório

Relator: Senador **Antonio Carlos Magalhães**

O Senado Federal é chamado a se manifestar sobre a indicação da Doutora Ellen Gracie Northfleet, para integrar, como Presidente, o Conselho Nacional de Justiça, nos termos do inciso I do **caput** combinado com o § 1º do art. 103-B, da Constituição Federal e da Resolução nº 7, de 2005.

A Constituição Federal (art. 103-B), conforme a Emenda Constitucional nº 45, de 2004, atribui ao Senado Federal competência privativa para aprovar a escolha dos membros do Conselho Nacional de Justiça.

Outrossim, a Resolução nº 7, de 2005, desta Casa, confere à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania competência para aprovar os indicados de que se trata.

A Ministra Ellen Gracie Northfleet nasceu na Cidade do Rio de Janeiro, tendo-se graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 1970. Pós-graduou-se, em nível de especialização, em Antropologia Social, pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, em 1982.

Antes de ser Ministra do Supremo Tribunal Federal exerceu a advocacia, tendo integrado o Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil no Rio Grande do Sul/OAB-RS, onde foi Diretora-Fundadora da Escola Superior da Advocacia, em 1986/1987, sendo eleita Vice-Presidente do Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul em 1988.

Integrante do Ministério Público Federal entre 1973 e 1989, a ilustre indicada compôs o Pleno inicial do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, com jurisdição sobre os Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina e sede em Pódo Alegre, em vaga destinada ao quinto constitucional, tendo participado da Comissão que elaborou o Regimento Interno da então nova Corte.

No Tribunal Regional Federal da 4ª Região presidiu a Comissão de Estudos e Cursos da Casa nos anos de 1992 a 1994, tendo chegado a Vice-Presidente (1995-1997) e a Presidente (1997-1995) daquela importante Corte de Justiça.

Em 14 de dezembro de 2000 foi empossada no cargo de Ministra do Supremo Tribunal Federal, após ter o seu nome aprovado por este Senado e tendo sido nomeada pelo Presidente da República.

Já em nossa Suprema Corte compôs a Comissão Permanente de Regimento (2001/2002) e a Comissão Permanente de Documentação (2002). Atuou no Tribunal Superior Eleitoral como Ministra-Substituta (2001) e como Ministra efetiva (2001/2003), tendo assumido

as funções de Vice-Presidente da nosso mais elevado Tribunal Eleitoral em 2003.

Em 2004 assumiu a Vice-Presidência do Supremo Tribunal Federal e em breve será investida na Presidência da Corte, eis que acaba de ser eleita pelos seus Pares para o mais elevado cargo do Poder Judiciário em nosso País, razão pela qual, por mandamento constitucional, deverá assumir também a Presidência do Conselho Nacional de Justiça.

Cabe, por fim, destacar, ainda, as atividades acadêmicas da Ministra Ellen Gracie Northfleet, que é Professora de Direito Constitucional da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, ora licenciada. Durante os anos de 1991 e 1992 foi bolsista da prestigiosa Fundação Fullbright, dos Estados Unidos, ocasião em que se dedicou ao tema “Administração da Justiça”. Foi também fundadora do Conselho Consultivo da Global Legal Information Newtwork – GLIN e Jurista em Residência na Biblioteca do Congresso dos EUA (1992).

No que diz respeito especificamente às exigências contidas na Resolução nº 7, de 2005, desta Casa, cumpre-nos anotar que a Senhora Ministra Ellen Gracie Northfleet apresentou as declarações previstas no art. 50 do referido diploma legal.

Diante do exposto, entendemos que os Senhores Senadores integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de elementos suficientes para deliberar sobre a Presente indicação para o Conselho Nacional de Justiça.

Não poderíamos encerrar o nosso Relatório sem dar a devida relevância ao fato de que pela primeira vez em sua história, o País terá uma mulher na Presidência do Supremo Tribunal Federal e na Presidência de um dos Poderes da República – como, também, impõe-se a nós registrar que têm sido auspiciosas as decisões que estão sendo adotadas pelo Conselho Nacional de Justiça, o que só reforça a nossa convicção do acerto que foi a criação, pelo Congresso Nacional, desse órgão de controle administrativo e financeiro do Poder Judiciário.

O Conselho Nacional de Justiça é o primeiro grande beneficiado do ingresso da Ministra. A qualidade e justeza de suas decisões desde que passou a integrar a mais alta Corte do país é garantia disso. Não somente o Conselho será beneficiado, mas todo o Poder Judiciário, que passa a contar com Sua Excelência nessa nova missão e, principalmente, o Brasil, que vê chegar ao Conselho uma jurista da estirpe da Ministra Ellen Gracie Northfleet.

Sala da Comissão, em 22 de março de 2006.
– Senador **Pedro Simon**, Presidente Eventual – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Os Pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência comunica ao Plenário que a Mesa do Senado Federal aprovou, na presente data, os seguintes Requerimentos de Informação, nos termos de seus relatórios: **nºs 1.137, de 2005; e 107, 111, 112, 117, 122, 126, 127, 128, 140, 175, 176, 177, 184, 200, 202, 219, 220 e 238, de 2006.**

Serão cumpridas as decisões da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sobre a mesa, avisos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

AVISOS DE MINISTROS DE ESTADO

- Nº 80/2006, de 9 do corrente, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 21-A, de 2006, do Senador Antero Paes de Barros.
- Nº 81/2006, de 9 do corrente, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.154, de 2005, da Senadora Heloísa Helena.
- Nº 239/2006, de 9 do corrente, do Ministro de Estado da Justiça, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.387, de 2005, do Senador Antero Paes de Barros.
- Nº 240/2006, de 9 do corrente, do Ministro de Estado da Justiça, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.341, de 2005, do Senador Mozarildo Cavalcanti.

AVISO DO PRESIDENTE DO BANCO CENTRAL DO BRASIL

- Nº 27/2006, de 9 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.365, de 2005, do Senador José Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OFÍCIO DE MINISTRO DE ESTADO

- Nº 60/2006, de 9 do corrente, do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, encaminhando

informações em resposta ao Requerimento nº 21, de 2006, do Senador Antero Paes de Barros.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Lei do Senado nº 117, de 2004**, de autoria do Senador Sibá Machado, que *revoga a Lei nº 7.399, de 4 de novembro de 1985, e o Decreto nº 92.290, de 10 de janeiro de 1986, e dá outras providências* (dispõe sobre a competência para exercer a profissão de geógrafo).

Tendo sido aprovada em apreciação terminativa pela Comissão de Assunto Sociais, a matéria vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 69, DE 2006

Dá nova redação ao § 1º do art. 30 da Lei nº 11.101 de 9 de fevereiro de 2005, para restringir o impedimento de integrar o Comitê de Credores e exercer a função de administrador judicial, além dos parentes e dependentes, ao amigo íntimo e ao inimigo capital do devedor.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 1º do art. 30 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 30.

§ 1º Ficará também impedido de integrar o Comitê ou exercer a função de administrador judicial quem tiver relação de parentesco ou afinidade até o terceiro grau com o devedor, seus administradores, centro controladores ou representantes legais ou legais ou deles for amigo íntimo, inimigo capital ou dependente.

..... (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Este projeto tem o singelo objetivo de padronizar a terminologia relativa às hipóteses processuais de suspeição e impedimento. Diferentemente dos Códigos

gos de Processo Civil e Penal, que trazem como hipóteses de suspeição do juiz o fato de este ser antigo íntimo ou inimigo capital de qualquer das partes, a Lei de Falências fez menção apenas a amigo ou inimigo, sem qualquer adjetivação que mensure o grau de amizade ou inimizade.

Vê-se logo que a redação da Lei de Falências é mais rígida, e impõe restrição desnecessária, dificultando a composição do Comitê de Credores ou a nomeação do administrador judicial dos devedores em recuperação. É importante registrar que o simples fato de o membro do Comitê ou o administrador judicial ser amigo ou inimigo não pode servir como barreira intransponível à sua nomeação.

Ora, se não há vedação sequer para que o juiz que tem amizade ou inimizade comum com uma das partes conduza o processo, qual a razão que justifica que tal restrição exista quanto ao membro do Comitê de Credores ou o administrador judicial?

Assim, nossa proposta, em consonância com o que preleciona o ilustre Desembargador do tribunal Regional Federal da 1ª Região, Professor Carlos Fernando Mathias de Souza (**A legislação de falência no direito brasileiro: o regime da Lei nº 11.101/05 In Correio Braziliense**, de 16 de maio de 2005, Caderno Direito & Justiça, p. 8), tem por objetivo trazer para a Lei de Falências o mesmo padrão terminológico do Código de Processo Civil.

Diante dessas considerações, conclamamos os nobres Pares a aprovar nossa proposta, convictos que estamos de sua grande utilidade para a sociedade brasileira.

Sala das Sessões, em 22 de março de 2006, Senador **Valdir Raupp**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 1.101. DE 9 DE FEVEREIRO DE 2005

Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária.

Art. 30. Não poderá integrar o Comitê ou exercer as funções de administrador judicial quem, nos últimos 5 (cinco) anos, no exercício do cargo de administrador judicial ou de membro do Comitê em falência ou recuperação judicial anterior, foi destituído, deixou de prestar contas dentro dos prazos legais ou teve a prestação de contas desaprovada.

§ 1º Ficará também impedido de integrar o Comitê ou exercer a função de administrador judicial quem tiver relação de parentesco ou afinidade até o 3º (terceiro) grau com o devedor, seus administrado-

res, controladores ou representantes legais ou deles for amigo, inimigo ou dependente.

§ 2º O devedor, qualquer credor ou o Ministério Público poderá requerer ao juiz a substituição do administrador judicial ou dos membros do Comitê nomeados em desobediência aos preceitos desta lei.

O juiz decidirá, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas sobre o requerimento do § 2º deste artigo.

(Às Comissões de Assuntos econômicos e de Constituição, Justiça e Cidadania, Cabendo à última a decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Assuntos Econômicos e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 25, DE 2006

Cria o Grupo de Parlamentar “Amizade Brasil-Zâmbia”.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É criado, como serviço de cooperação interparlamentar, o Grupo “Amizade Brasil-Zâmbia”, com a finalidade de desenvolver e incentivar as relações bilaterais entre seus Poderes Legislativos.

Art. 2º O Grupo Parlamentar será integrado por membros do Congresso Nacional que a ele livremente aderirem.

Art. 3º As reuniões serão realizadas, preferencialmente, nas dependências do Senado Federal, podendo ser convidados membros dos Legislativos interessados, representantes, para participar e contribuir para o bom equacionamento das questões em debate.

Art. 4º O Grupo Parlamentar “Amizade Brasil-Zâmbia” reger-se-á por um regulamento interno ou, na falta deste, pela decisão da maioria de seus membros fundadores presentes à reunião em que as matérias forem postas em discussão, respeitadas as disposições legais e regimentais em vigor.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

São inegáveis os laços fraternos que ligam as duas nações, destacadamente no respeito aos fundamentos da democracia e da cidadania.

São muitas e, particularmente, nesta quadra, as razões que nos levam a manter erguida a bandeira da preservação e do fortalecimento da amizade entre os nossos povos. É certo que a nossa diplomacia já supera todas as expectativas, o mesmo acontecendo

na área do intercâmbio comercial com todos os seus percalços. Há, no entanto, uma lacuna: a falta de uma aproximação mais intensa no relacionamento entre os legislativos e de seus representantes.

Este é, declaradamente, o objetivo desta proposição que visa, tão somente, a estreitar os nossos laços de fraternidade, abrindo a possibilidade de uma maior interação entre os nossos legislativos; promovendo um intercâmbio de medidas que possam ser normatizadas por intermédio de legislações, na área social e científica; no ajuste das políticas públicas em defesa da cidadania, dos acordos suscetíveis da aprovação congressional e tudo mais que necessário, desde que voltado para a consolidação, cada vez maior, da amizade e da convivência harmoniosa entre as duas nações.

Sala das Sessões, 22 de março de 2006. – Senador **Marcelo Crivella**.

(Às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e Diretora.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e à Comissão Diretora.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 26, DE 2006

Altera a redação do Regimento Interno do Senado Federal para modificar a competência do Segundo, Terceiro e Quarto Secretários do Senado Federal e criar a Olvidaria Parlamentar do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º Os arts. 55, 56 e 208 do Regimento Interno do Senado Federal passam a vigor com a seguinte redação:

Art. 55. Ao Segundo-Secretário compete exercer a função de Corregedor Parlamentar.

§ 1º Compete ao Corregedor Parlamentar:

I – promover a manutenção do decoro, da ordem e da disciplina no âmbito do Senado Federal;

II – dar cumprimento às determinações da Mesa referentes à segurança interna e externa da Casa

III – supervisionar a proibição de porte de arma, com poderes para revistar e desarmar:

IV – fazer sindicância sobre denúncias de ilícitos no âmbito do Senado, envolvendo Senadores.

§ 2º O Corregedor Parlamentar poderá, observados os preceitos regimentais e as orientações da Mesa, baixar provimentos no sentido de prevenir perturbações da ordem e da disciplina no âmbito da Casa.

§ 3º Em caso de delito cometido por Senador nos edifícios do Senado, caberá ao Corregedor Parlamentar presidir o inquérito instaurado para apuração dos fatos:

I – serão observados, no inquérito, o Código de Processo Penal e os regulamentos policiais do Distrito Federal, no que couber.

II – o presidente do inquérito poderá solicitar a cooperação técnica de órgãos policiais especializados ou requisitar servidores de seus quadros para auxiliar sua realização.

III – servirá como escrivão servidor estável do Senado, designado Pelo presidente do inquérito.

IV – o inquérito será enviado, após sua conclusão, à autoridade competente.

V – em caso de flagrante de crime inafiançável, realizar-se-á a prisão do agente, que será entregue, com o auto respectivo, ao Presidente do Senado, atendendo-se, nesta hipótese, ao prescrito no art. 53. § 3º, da Constituição Federal. (NR)”

“Art. 56. A Terceiro-Secretario compete exercer a função de Ouvidor Parlamentar.

§ 1º Compete ao Ouvidor Parlamentar receber, examinar e encaminhar aos órgãos competentes as reclamações ou representações dos cidadãos sobre:

I – ilegalidades ou abuso de poder imputadas a qualquer agente político ou servidor público do Senado Federal, nessa condição;

II – violação ou qualquer forma de discriminação atentatória aos direitos e liberdades fundamentais, praticadas pelos agentes a que se referem o inciso anterior;

III – imprioridades praticadas no processo legislativo ou nos serviços administrativos do Senado Federal.

§ 2º Incumbe ao Ouvidor Parlamentar, após observar a consistência das alegações:

I – propor medidas para sanar as violações, as ilegalidades e os abusos constatados;

II – propor as medidas necessárias à regularidade do processo legislativo e dos serviços administrativos do Senado Federal;

III – encaminhar ao Tribunal de Contas da União, aos órgãos policiais ou ao Ministério Público as informações pertinentes a matérias de competência dessas instituições;

IV – responder aos cidadãos e às entidades interessadas quanto às providências tomadas pelo Senado em face das informações e/ou alegações que tenha levado ao conhecimento do Ouvidor Parlamentar;

V – realizar audiências públicas a respeito de assuntos de sua competência;

VI – propor, quando cabível, a abertura de inquérito ou sindicância destinados a apurar as irregularidades de que tenha conhecimento.

§ 3º O Ouvidor Parlamentar, no exercício de suas atribuições, poderá:

I – solicitar informações ou cópia de documentos a qualquer órgão ou servidor do Senado Federal;

II – ter vistas no recinto do Senado de proposição legislativa, atos e contratos e quaisquer outros documentos que entenda necessários;

III – requerer ou promover as diligências e investigações que entender cabíveis.

§ 4º A demora injustificada em responder às solicitações feitas ou na adoção das providências requeridas pelo Ouvidor Parlamentar enseja a responsabilização do agente responsável. (NR)

.....

Art. 208. A ata de sessão secreta sena redigida pelo Quarto – Secretário. aprovada com qualquer número, antes de levantada a sessão. assinada pelo Presidente. Primeiro e Segundo Secretários, encerrada em sobrecarta lacrada, datada e rubricada pelos Secretários, e recolhida ao arquivo. (NR)'

Art. 2º O Regimento Interno do Senado Federal fica acrescido do seguinte art. 56-A:

Art. 56-A. Ao Quarto-Secretário compete:

I – lavrar as atas das sessões secretas. proceder-lhos a leitura e assiná-las depois do Primeiro-Secretário;

II – fazer a chamada dos Senadores, nos casos determinados neste Regimento;

III – contar os votos em verificação de votação;

IV – auxiliar, o Presidente na apuração das eleições, anotando os nomes dos votados e organizando as listas respectivas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revoga-se a Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993.

Justificação

A presente proposição legislativa visa redefinir as competências dos Secretários do Senado Federal, com exceção do Primeiro-Secretário, bem como incorporar ao Regimento a Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993, que dispõe sobre a Corregedoria Parlamentar, e, por último, criar a Ouvidoria Parlamentar do Senado Federal.

As atribuições do Segundo, Terceiro e Quarto Secretários do Senado Federal, contidas no Regimento Interno, são meramente burocráticas, além de poucas, ficando as estruturas dos gabinetes dessas secretarias superdimensionadas para o pouco serviço institucional de que são incumbidas, e os seus titulares, nobres Senadores da República, exercendo funções de pouca relevância. A presente Resolução empresta prestígio elevado ao Segundo, Terceiro e Quarto Secretários da Casa.

Saliente-se que não está previsto no Regimento interno nem em nenhuma norma conexa, nem mesmo na aludida RSF nº 17/1993, a disponibilização de gabinete para o Corregedor Parlamentar. Tal distorção não nos parece razoável, e é sanada com o presente Projeto de Resolução. sem aumento de despesas para a Casa, quando fica estabelecido que cabe ao Segundo-Secretário exercer a função de Corregedor Parlamentar.

Em conseqüência, atribuímos ao Quarto-Secretário as tarefas outrora exercidas pelo Segundo e Terceiro Secretários, inclusive procedendo a pequena adequação reducional no artigo 208 do Regimento Interno.

O Terceiro – Secretário e aqui reside a inovação legislativa da presente proposição – passa a exercer a função de Ouvidor Parlamentar.

A criação do unia Ouvidoria Parlamentar é o objeto de varias proposições em tramitação na Casa, a exemplo do PRS 8/2003, de autoria do Senador Siba Machado. Do fato, a própria Mesa Diretora já tomou essa iniciativa, e apresentou o PPR 15/2004.

Cumprе salientar que a Câmara dos Deputados já possui a sua (ouvidoria Parlamentar, nos termos do art. 21 A do seu Regimento interno.

Por fim, note-se que o Corregedor o o Ouvidor substitutos serão os respectivos suplentes dos secretários.

Sala das Sessões. de 22 de março de 2006. – Senador **Delcídio Amaral**.

LEGISLAÇÃO CITADA

RESOLUÇÃO Nº 93/1970

.....
Art. 55. Ao Segundo-Secretário compete lavrar as atas das sessões secretas, proceder-lhes a leitura e assiná-las depois do Primeiro-Secretário.

Art. 56. Ao Terceiro e Quarto Secretários compete:

I – fazer a chamada dos Senadores, nos casos determinados neste Regimento;

II - contar os votos, em verificação de votação;

III – auxiliar o Presidente na apuração das eleições, anotando os nomes dos votados e organizando as listas respectivas.

.....
Art. 208. A ata de sessão secreta será redigida pelo Segundo-Secretário, aprovada com qualquer número, antes de levantada a sessão, assinada pelo Presidente, Primeiro o Segundo Secretários, encerrada em sobrecarta lacrada, datada e rubricada pelos Secretários e recolhida ao arquivo.

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 53. Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos.

.....
§ 3º Recebida a denúncia contra o Senador ou Deputado, por crime ocorrido após a diplomação, o Supremo Tribunal Federal dará ciência à Casa respectiva, que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação.

RESOLUÇÃO Nº 17, DE 1993

Dispõe sobre a Corregedoria Parlamentar.

Art. 1º É criada a Corregedoria do Senado Federal, constituída de um Corregedor e três Corregedores Substitutos, os quais serão eleitos na forma pela qual o são os demais membros da Comissão Diretora.

Art. 2º Compete ao Corregedor ou Corregedor Substituto:

I – promover a manutenção do decoro, da ordem e da disciplina no âmbito do Senado Federal;

II – dar cumprimento às determinações da Mesa referentes a seguranças interna e externa da Casa;

III – supervisionar a proibição de porte de arma, com poderes para revistar e desarmar;

IV – fazer sindicância sobre denúncias de ilícitos no âmbito do Senado, envolvendo Senadores.

Art. 3º O Corregedor poderá, observados os preceitos regimentais e as orientações da Mesa, baixar provimentos no sentido de prevenir perturbações da ordem e da disciplina no âmbito da Casa.

Art. 4º Compete aos Corregedores Substitutos substituírem o Corregedor em seus eventuais impedimentos, de acordo com a ordem de precedência dos respectivos cargos na Mesa.

Art. 5º Em caso de delito cometido por Senador nos edifícios do Senado, caberá ao Corregedor, ou Corregedor Substituto por ele designado, presidir o inquérito instaurado para apuração dos fatos.

§ 1º Serão observados, no inquérito, o Código de Processo Penal e os regulamentos policiais do Distrito Federal, no que couber.

§ 2º O presidente do inquérito poderá solicitar a cooperação técnica de órgãos policiais especializados ou requisitar servidores de seus quadros para auxiliar sua realização.

§ 3º Servirá de escrivão funcionário estável do Senado, designado pelo presidente do inquérito.

§ 4º O inquérito será enviado, após sua conclusão, à autoridade competente.

§ 5º Em caso de flagrante de crime inafiançável, realizar-se-á a prisão do agente, que será entregue, com o auto respectivo, ao Presidente do Senado, atendendo-se, nesta hipótese, ao prescrito no art. 53, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 17 de março de 1993. – Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Projeto que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência comunica ao Plenário a abertura de prazo de cinco dias úteis, perante a Mesa, para recebimento de emendas. ao **Projeto de Resolução nº 26, de 2006**, que acaba de ser lido, nos termos do art. 235, II, **a**, do Regimento Interno.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, do PSDB.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Eu gostaria que V. Ex^a me informasse se foi, realmente, o primeiro a solicitar a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Fui o primeiro a levantar o microfone. Não sei se os outros companheiros concordarão.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Almeida Lima, do PMDB de Sergipe.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex^a é o segundo inscrito.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Acredito que seria o primeiro, mas concordo com o Senador Flexa Ribeiro. Já que ele diz que é o primeiro, eu sou o segundo.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Senador Antonio Carlos Valadares e o Senador Maguito Vilela estão pedindo a palavra pela ordem e eu gostaria de saber quem realmente é o primeiro, porque apenas três serão inscritos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de falar pelo PSB, como Líder.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Inscrevo V. Ex^a, pelo PSB, como Líder.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Pela ordem.) – Peço minha inscrição para uma comunicação inadiável. Fui o terceiro a solicitar a palavra.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Exatamente. Inscrevo V. Ex^a, Senador Maguito Vilela, pelo PMDB de Goiás.

Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Ana Júlia Carepa, do PT do Pará.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Pela ordem.) – Obrigada, Senador. Sei que três Senadores já estão inscritos, mas alguém pode desistir da palavra ou falar pela Liderança, por isso peço que me inscreva como primeira suplente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex^a está inscrita em quarto lugar.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, desejo solicitar minha inscrição para falar pela Liderança do PDT.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex^a está inscrito para falar em nome do PDT.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Já há três inscritos para comunicação urgente?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Já há, Senador Romeu Tuma.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares, do PSB de Sergipe, para falar em nome da Liderança, por cinco minutos, para uma comunicação urgente, de interesse partidário.

Antes, porém, quero comunicar às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que quando presido a sessão gosto de que se cumpra o tempo determinado. Desculpem-me, mas vou exigir isso.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a. Espero cumprir integralmente a determinação regimental e acatar a sugestão de V. Ex^a.

Celebra-se, hoje, em todo o Planeta, o Dia Mundial da Água. Nesta data, convoco todo o País para fazer uma reflexão sobre a importância da utilização responsável e consciente da água como elemento fundamental para o futuro de nossa existência.

Sem água não há vida, não há terra, não há nada. Seu valor, portanto, é inestimável. A nação mais rica do mundo, dotada de recursos e tecnologia de ponta, nada será sem que disponha de água em abundância para o consumo. Nesse aspecto, fomos abençoados pelo Criador – nosso País abriga 12% das reservas de

água doce do mundo. Mas um alerta deve ser dado: de nada adiantará essa abundância se não soubermos utilizar nossos recursos hídricos com sabedoria e de forma sustentável.

Exemplo absolutamente simbólico dessa situação podemos verificar na questão do Rio São Francisco. E é bom que utilizemos a paradigmática data de hoje para tocarmos novamente no problema do Velho Chico. O Rio da Integração Nacional está doente, mas, ao invés de lhe concederem “remédios” e “nutrientes” para revigorar a sua vitalidade, querem retirar mais sangue de um paciente já enfermo. Faz-se necessária a sua revitalização, daí por que o Senado Federal e a Câmara dos Deputados estão aprovando a PEC nº 524, de 2002, que trata da revitalização do Rio São Francisco.

Dessa forma, o atual estado do Velho Chico é o emblema maior de que, caso não priorizemos uma política nacional de recursos hídricos séria e bem planejada, sem voluntarismos ou politicagem, correremos o risco de ver perdida essa nossa imensa vantagem comparativa. Quero dizer que o Governo e a Bancada da Câmara dos Deputados já se manifestaram favoráveis à PEC da revitalização.

Também quero conclamar toda a população brasileira para uma campanha de combate ao desperdício de água em nosso País. Quantas vezes vemos por aí torneiras esguichando ao deus-dará, ou mangueiras abertas deixando escorrer água pelas ruas e avenidas das grandes cidades? Quanta falta poderemos sentir, no futuro, dessa fartura líquida! Não levará muito tempo para que as reservas de água doce valham muito mais do que as de petróleo ou de qualquer outro recurso mineral.

O Brasil, juntamente com Argentina, Paraguai e Uruguai, possui um dos maiores reservatórios subterâneos de água doce do mundo, o Aquífero Guarani. Infelizmente, essa reserva grandiosa também enfrenta graves problemas e corre sério risco de perder sua potabilidade, caso medidas não sejam tomadas, com urgência, para deter sua contaminação.

Devemos reconhecer, Sr. Presidente, que a criação da Agência Nacional de Águas (ANA) foi extremamente importante e auspiciosa para a evolução e para o fortalecimento de nossa gestão de recursos hídricos. Mas sua ação ainda nos parece tímida e pouco eficaz diante do tamanho e da robustez do seu objeto de atuação. Faz-se necessário, portanto, dar-lhe maior envergadura e poder para que suas atribuições, principalmente as de fiscalização e controle, sejam plenamente executadas.

O astronauta russo Yuri Gagarin, Sr. Presidente, foi o primeiro a dizer, extasiado, que a Terra é azul. Na

data de hoje, rogamos daqui, de nosso Brasil, para que o Planeta continue azul, imerso e banhado por águas dadivosas. Só assim, a vida continuará a resplandecer, regada no azul do líquido vital.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias, pela Liderança do PDT, por cinco minutos, para uma comunicação urgente de interesse partidário.

Em seguida, a palavra será facultada conforme a lista de oradores. Desde já, informo-lhes que o primeiro orador inscrito é o Senador César Borges, do PFL da Bahia.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Tem a palavra V. Ex^a, pela ordem.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, antes que se inicie o pronunciamento do Senador Osmar Dias, solicito a V. Ex^a minha inscrição, como Líder, no momento que V. Ex^a entender oportuno.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex^a falará após o pronunciamento do Senador César Borges.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, está completa a lista de oradores para comunicações inadiáveis?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Está completa a lista, Senador. No caso, V. Ex^a seria o segundo suplente.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – De qualquer forma, requeiro de V. Ex^a a minha inscrição pela Liderança do PSDB, para falar após a Ordem do Dia. O documento está sendo encaminhado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Eu aguardarei a comunicação.

Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias, por cinco minutos. Após S. Ex^a, falará o Senador César Borges.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Senadora Marina Silva, Ministra do Meio Ambiente, em pronunciamento na Convenção sobre Diversidade Biológica, a COP 8, realizada em Curitiba, criticou o fato de o projeto que regula o acesso a recursos genéticos no Brasil, ou a Lei da Biodiversi-

dade, estar tramitando no Congresso há 11 anos – S. Ex^a disse que eram treze anos, mas, na verdade, são 11 anos – sem ser aprovado.

A Ministra Marina Silva é a autora do Projeto, e eu, o Relator no Senado Federal. Esse projeto, realmente, tramita há 11 anos no Congresso Nacional, mas a Ministra Marina Silva não disse que ele não foi aprovado no Governo passado porque o Governo editou uma medida provisória para substituir o projeto de autoria de Senadores e de Deputados, como de praxe, fazendo a pirataria de sempre. A Senadora Marina Silva também deixou de dizer que o atual Governo já se dirige para o seu último ano e, portanto, já poderia ter aprovado o projeto da sua Ministra do Meio Ambiente.

Esse projeto sofreu muitas modificações. Eu, como Relator, depois de muito andar por este Brasil afora, em audiências públicas, colhendo informações, propostas e sugestões, fiz as alterações no projeto que regula o acesso aos recursos genéticos.

A Senadora e Ministra está correta quando diz que o Brasil não tem uma lei que proteja adequadamente a biodiversidade. No Brasil, o País com a mais rica biodiversidade do mundo, já deveria existir essa lei. A lei não existe, porque o Governo anterior preferiu editá-la como medida provisória, e o atual Governo nada fez para aprovar, na Câmara dos Deputados, a lei que já foi aprovada pelo Senado Federal. Esta Casa cumpriu sua parte, porque, aqui, já aprovamos um projeto com mais de 100 artigos, oferecendo, em primeiro lugar, direitos a países que forneçam partes de plantas ou de animais para a pesquisa científica que resultem em produtos comerciais que faturam bilhões de dólares por este mundo afora.

Há exemplos de produtos fármacos que são retirados da nossa floresta, da nossa biodiversidade, e que se transformam em medicamentos, em perfumes, enfim, em produtos comercializáveis no mundo inteiro. E o Brasil, que cede a matéria-prima à fabricação desses fármacos, acaba pagando a conta, porque aqueles países detentores da tecnologia cobram o preço que querem no produto, resultado exatamente da pesquisa feita com materiais colhidos na nossa biodiversidade.

Há, portanto, uma responsabilidade coletiva pelo fato de esse projeto não haver sido aprovado. Agora, a Senadora anuncia que novo projeto está em gestação no Governo. Ora, será que não seria mais fácil partir do projeto que já foi aprovado pelo Senado Federal? Se há correções a fazer, que se façam as correções no projeto – e sou autor do substitutivo –, para que, com a aprovação pela Câmara, apressemos esse processo e para que a Lei de Biodiversidade vigore em nosso País!

O curioso é que obtive uma informação que considero relevante: o projeto que está sendo elaborado pelo Governo é quase uma cópia do projeto que foi aprovado pelo Senado e que aguarda votação na Câmara dos Deputados.

À Senadora Marina Silva, autora do projeto no Senado Federal, hoje Ministra do Meio Ambiente, faço um apelo: em vez de continuarmos com essa pirataria em relação a projetos aprovados pelas Casas Legislativas e de permitirmos que a pirataria genética continue prosperando, a Ministra poderia tomar o nosso projeto, o projeto que S. Ex^a elaborou e que transformei em substitutivo, que foi aprovado no Senado e encaminhado à Câmara. Isso poderia ser feito, em vez de se começar tudo de novo, com um novo projeto que está sendo elaborado pelo Governo.

Se aprovarmos aquele projeto que está na Câmara dos Deputados, o Brasil será um dos primeiros países a ter uma lei protegendo sua biodiversidade. Será muito bom para o Brasil, será muito bom para os brasileiros que tenhamos essa lei protegendo nossa biodiversidade. No entanto, essa mesquinha do Governo de não querer dar a autoria a um Senador ou a uma Senadora e de querer ficar como dono desse projeto de lei é que faz com que se arraste esse problema e com que o Brasil continue sofrendo processos de biopirataria genética, de biopirataria que leva parte de nossa floresta e de nossa biodiversidade – depois, vendem-nos esses produtos em forma de produtos comerciais.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Muito obrigado, Senador Osmar Dias.

Concedo a palavra ao Senador César Borges, do PFL da Bahia, por dez minutos. Em seguida, ouviremos o nosso Líder Mozarildo Cavalcanti. Logo depois, falará o Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, foi dito neste plenário, na sessão que antecedeu esta, que o clima precisava melhorar no Senado. Foi dito que o clima já estava melhorando, até porque estávamos todos irmanados num tema que merecia toda a atenção por parte de qualquer cidadão brasileiro: o da Campanha da Fraternidade deste ano, realizada pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que fala dos deficientes, no sentido de unir todos os brasileiros. Essa é uma verdade insofismável. No entanto, Sr. Presidente, é difícil analisar como um Presidente da República, em viagem pelo País – e ontem, lamentavelmente, escolheu o meu Estado –, vai à Bahia para

fazer críticas infundadas a praticamente todo o mundo político, ao Congresso Nacional.

Se não, vejamos, Sr. Presidente. O Presidente Lula foi à Bahia para dizer textualmente: “Enquanto o povo sofre, nós não conseguimos aprovar o Orçamento. O Congresso ainda não aprovou”. O Congresso. “Sem ele, não poderemos fazer os investimentos”. E coroou a sua fala dizendo: “A maior desgraça do ser humano é a inveja”.

Então, Sr. Presidente, é claro que o Presidente da República, que é tão contraditório em seus pronunciamentos, que não guarda nenhuma lógica entre o início, o meio e o fim do seu pronunciamento, que se contradiz diversas vezes, foi de uma infelicidade, de uma injustiça com o Congresso Nacional.

O Senador Gilberto Mestrinho, que preside a Comissão Mista de Orçamento, disse ontem aqui que é a Bancada do Governo que não quer a aprovação do Orçamento, que a Bancada do Governo não dá número para a aprovação do Orçamento. E por quê, Sr. Presidente? Porque o Presidente está suprimindo as suas necessidades de recursos por meio das medidas provisórias, colocando-os onde deseja gastar, utilizando esse artifício de que não tem Orçamento para não atender pleitos de correligionários e muito menos ainda de adversários políticos. É esse cinismo, Senadora Heloísa Helena, de que V. Ex^a está sorrindo porque não dá para chorar, mas é essa a realidade que o Presidente Lula adota.

Agora, com esta frase “a maior desgraça do ser humano é a inveja”, o Presidente Lula quer atingir quem? Quem está com inveja do Presidente Lula? Inveja de quê, Sr^{as} e Srs. Senadores? Inveja de um homem que não cumpriu seus compromissos com 53 milhões de brasileiros? Inveja de alguém que instalou essa triste e lamentável cena brasileira de hoje, de valerioduto, de mensalão, que teve de demitir o seu Chefe da Casa Civil? Se raciocinasse rápido, ele demitiria imediatamente o Ministro da Fazenda. Inveja? Que tipo de inveja, Sr. Presidente? O que, na verdade, temos de fazer é cobrar insistentemente do Presidente Lula, dizendo-lhe que a maior desgraça do mundo não é a inveja, mas o mau-caratismo, a falta de compromisso com a população, é fazer com que sofram os mais pobres da nossa sociedade, é não aplicar as políticas que prometeu à população brasileira.

Vejam, Sr. Presidente, que ele foi adiante: “Sou criticado porque dizem que estou gastando muito dinheiro com os pobres, quando deveria estar fazendo estradas e outras coisas”.

Sr. Presidente, ele nem gasta com os pobres, nem faz estradas. O dinheiro nacional está sendo utilizado para pagar a banca, para pagar juros exorbitantes ao

sistema financeiro nacional e internacional por uma política econômica errada, equivocada, que aumenta as despesas de custeio, que aumenta a carga tributária e paga juros altíssimos. É a política econômica que o Presidente Lula tanto preserva por intermédio do seu Ministro Palocci.

Mas aqui estou lendo algo que saiu em uma página do jornal **O Globo**. Mas, na mesma página, Sr. Presidente, tem o seguinte – como diz o Senador Mão Santa, atentai –: “Gastos sociais caíram 2,7% no Governo Lula”. Quer dizer, ele diz que está sendo criticado porque gasta com os pobres. Agora, gastos sociais caíram 2,7% no Governo Lula. E quem está dizendo isso é César Borges, Senador do PFL, de oposição – o que muito me honra? Não, Sr. Presidente. Quem está dizendo isso é o ex-Secretário Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade de São Paulo, na gestão da petista Marta Suplicy, no período de 2001 a 2004, o Sr. Marcio Pochmann, que fez um estudo em que mostra que esses gastos sociais do Governo caíram 2,7% nos primeiros três anos de gestão Lula, em comparação com os últimos dois anos do Governo Fernando Henrique Cardoso. Diz o Sr. Marcio Pochmann: “O gasto médio **per capita**, em 2001 e 2002, foi de R\$1.533, contra R\$1.498, em 2003 e 2005.

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Pois não, Senador.

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – Esses dados não são de São Paulo. São do Brasil.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não. São do Brasil.

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – V. Ex^a está falando no ex-Secretário do PT, mas é do Brasil.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas ele é um estudioso do assunto e foi Secretário Municipal, ou seja, insuspeito do ponto de vista de ter participado de um Governo petista. É ele quem faz essa análise.

E diz mais:

De acordo com o Professor da Unicamp, Sr. Marcio Pochmann, a culpa é do modelo econômico que drena dinheiro para o sistema financeiro e, na outra ponta, assiste os mais pobres, com programas como o Bolsa Família e o aumento do salário mínimo.

Quer dizer, tira com uma mão para dar com outra. Reduziram-se os gastos sociais, de um modo geral, de nove itens do Orçamento que ele selecionou. Em relação ao período anterior, houve aumento apenas na assistência social, que inclui o Bolsa-Família. Então, no cômputo geral, os gastos sociais caíram 2,7%.

Ele vai mais adiante ao dizer que o resultado dessa política é o achatamento da renda da classe média assalariada. De acordo com o estudo, o salário mínimo cresceu 27,8% e os gastos sociais, 29,8%, nos últimos dez anos. Entretanto, o resultado médio dos assalariados caiu 16,6%. Ou seja, é a classe média que está cada vez mais achatada. Este Governo assumiu o poder disposto a mudar esse quadro, mas, lamentavelmente, o agravou ainda mais.

Os números mostram que o ajuste fiscal do Governo não recaiu prioritariamente sobre os gastos sociais – é bom que se diga isso. Os investimentos federais foram reduzidos em 39,73%, quase 40%. Quer dizer, recaiu principalmente sobre os investimentos; ou seja, diminuíram os gastos sociais e os gastos em investimentos. Então contradiz o Presidente: nem estradas, nem gasto social. Essa é uma realidade que está aqui diagnosticada.

E vai mais além: o momento atual é o pior desde 1840, o fim do período de sete décadas entre o Ciclo do Ouro e o início da produção de café. Imaginem, Sr^{as} e Srs. Senadores, é o pior desde 1840. E o Presidente Lula diz que estamos invejosos.

A Sr^a Heloísa Helena (P-Sol – AL) – Senador César Borges, V. Ex^a me concede um aparte?

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Concedo o aparte, com muita satisfação, à Senadora Heloísa Helena e, em seguida, ao Senador Almeida Lima.

A Sr^a Heloísa Helena (P-Sol – AL) – Senador César Borges, é bem rapidinho. Primeiro, sempre que vou analisar as questões relacionadas ou à vigarice política, ou à insensibilidade, ou à incompetência, tenho insistido em dizer que isso é o povo brasileiro quem vai decidir. O povo brasileiro tem todo o direito de reeleger o Presidente Lula, ou até de eleger o Presidente Alckmin, mesmo que não seja nenhum dos dois com o meu voto, mas tem todo o direito. Então, deixemos isso de lado. Segundo, gostaria de deixar de lado também esse discurso do Presidente da República. Quando vi o discurso que ele fez em Alagoas, só não dei a maior gargalhada porque era um negócio muito trágico. Ele estava falando da elite ao lado do que há de pior, de podre e de rico na elite alagoana. Refiro-me a Alagoas, porque aos discursos nos outros Estados nem assisto. Estava lá no palanque com o PIB alagoano. Todos os ricos, usineiros, gente milionária, estavam todos lá no palanque, e ele falando dos pobres. Quem analisa o orçamento público e a execução orçamentária também vê exatamente isto: em apenas um ano, em 2005, o Governo pagou de juros da dívida oito vezes mais do que investiu na educação; dez vezes mais do que investiu na saúde; setenta e duas vezes mais do que investiu

em segurança pública; setecentas e vinte vezes mais do que investiu em saneamento. Então, o Presidente tem todo o direito de fazer demagogia. Infelizmente, ainda vai ter até o dia 1º de julho para estar na televisão com essa cantilena enfadonha e mentirosa, dizendo que governa para os pobres quando governa para os ricos e dá aos pobres apenas as migalhas para ludibriar a pobreza. Esse tipo de coisa. Retomemos a verdade. Qual é a verdade? É a questão do Orçamento. Ao se analisar a execução orçamentária, vê-se claramente que, infelizmente, Senador João Alberto Souza, quem zela pela verdade, pela análise técnica da execução orçamentária, e que não é da base bajulatória, com certeza, verá que o Governo jogou mais da metade da riqueza nacional para a lama da especulação e aumentou a concentração de renda. É só analisar o Orçamento que se vê que infelizmente, para todos nós brasileiros, muito infelizmente mesmo, para mim, para V. Ex^a e para os pobres do Brasil, o pronunciamento de V. Ex^a está absolutamente correto.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito infelizmente, lamentavelmente, Senadora Heloísa Helena. É por isso que venho trazer esse discurso e mostrar esse estudo, insuspeito, porque, Sr. Presidente, ainda no jornal **O Globo**, tem um artigo muito triste de se ler, porque é a pura realidade, do festejado Zuenir Ventura.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O tempo de V. Ex^a está esgotado.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Só para concluir, Sr. Presidente.

Trata-se do artigo “Um futuro sem futuro”. Leiam para ver o que está acontecendo com a infância brasileira; lamentavelmente, com a infância brasileira. “(...) meninas de onze anos vendendo o corpo por R\$1,99 ou de cinco anos fazendo sexo oral por R\$0,50 e à noite se vê no Fantástico o Documentário “Falcão”.

Pergunto: o que este Governo fez pela criança, pela juventude brasileira? E o que este Presidente fala em nome dos pobres? Ele tem de falar em nome dos banqueiros, que tiveram juros recordes, e ele é o representante, e não falar em nome dos pobres, porque está aqui fazendo perjúrio, está mentindo!

Se o Presidente me conceder, eu havia prometido um aparte ao Senador Almeida Lima.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador, quando o Senador Rodolpho Tourinho for falar, em seguida, S. Ex^a fará o aparte.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Peço desculpa ao Senador Almeida Lima e agradeço a sua compreensão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Muito obrigado, Senador César Borges.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, PTB, Roraima, como Líder, por cinco minutos, para uma comunicação urgente de interesse partidário.

Por gentileza, Senador Mozarildo.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, estou aqui com um quadro fornecido com dados da Superintendência Regional do Incra do meu Estado, em que vemos um dado alarmante – o meu Estado era um Território Federal, transformado em Estado pela Constituinte de 1988, da qual tive muita honra de participar e lutar por essa transformação –, mostrando como estão as terras do meu Estado.

Terras arrecadadas pelo Incra: 48,97%; outras terras públicas federais, 43%. Sobram, portanto, para serem terras possivelmente do Estado, apenas 8,03% da área total do meu Estado.

Diante desse fato e depois de tentar inúmeras vezes resolver essa questão pela via da negociação, do entendimento com o Poder Executivo, não conseguindo isso, entrei com uma ação popular no Supremo Tribunal Federal, já que considero isso um conflito federativo. É um esbulho que o Governo Federal faz por meio do Incra – de um lado é a Funai; do outro lado é o Incra –, nesse caso, o Incra contra o Estado. Que Estado é esse que não tem terra? Que Estado é esse que não tem área para ser plantada, para ser cultivada?

Então, entrei, no dia 19 de maio de 2005, com uma ação popular. O Ministro Eros Graus mandou, liminarmente, arquivar dizendo que não tinha cabimento. Entrei com agravo regimental no dia 5 de agosto do ano passado.

Pois bem, esses autos estão conclusos para o relator desde o dia 18 de agosto do ano passado. Estamos caminhando, portanto, para fazer um ano; e não há manifestação alguma.

Fico realmente surpreso quando vejo tanta rapidez em decisões do Supremo no que tange a ações do Parlamento, como, por exemplo, para salvaguardar direitos fundamentais – não entro no mérito da questão – para que certas pessoas não revelem na CPI o que a CPI quer saber; para proteger o sigilo bancário de algumas pessoas que manifestamente têm problemas, e não resolve rapidamente essa questão das terras do meu Estado que estão sob o domínio indevido do Incra.

Faço aqui um registro de que agora o Governo Federal nomeou para Superintendente do Incra no meu Estado um jovem advogado roraimense, conhecedor da

realidade de lá. Um homem que tem, portanto, todas as condições de tentar desatar esses nós. Porém, Sr. Presidente, não acredito realmente que este Governo tenha interesse em resolver essa questão no meu Estado. Uma questão fundiária que, de um lado, repito, são as imensas reservas indígenas, que, portanto, não podem ser exploradas as terras nem os minérios – dizem que agora vão mandar um projeto para poder explorar minérios em terras indígenas; e, do outro lado, o Incra, que assentou lá milhares de colonos em diversos municípios e os abandonou à própria sorte, sem lhes dar assistência técnica, sem lhes propiciar adequado financiamento. E ainda por cima não repassa essas terras para que o Estado possa fazer um plano de desenvolvimento – já que está na moda – sustentável, que o Estado possa ter um zoneamento econômico-ecológico.

Faço um apelo ao Ministro Eros Grau, para que realmente defina, se pronuncie sobre o agravo regimental, que está lá, repito, desde o dia 5 de agosto do ano passado.

É um assunto de alto interesse para o meu Estado. Na condição de Senador pelo meu Estado, não posso ver uma situação dessa e me limitar, lamentavelmente, a fazer somente discursos aqui. Por isso entrei com uma ação judicial, pois pela via parlamentar, de projeto, não se resolve e pela via da conversa amigável com o Poder Executivo, com o Presidente da República e com os seus ministros, também não se resolve, espero que o Supremo olhe isso.

Termino reiterando meu apelo ao Ministro Eros Grau, para que decida essa questão das terras do meu Estado, ao mesmo tempo em que espero que o novo superintendente, Dr. Juscelino, possa, efetivamente, ter sorte e fazer as cobranças que o Estado espera para titular as terras até daqueles colonos que já estão lá, milhares de colonos que têm um lote de 100 ha que não têm nem título, e o Estado não pode titular porque as terras estão sob o domínio do Incra.

Quero, Sr. Presidente, pedir que sejam transcritos na íntegra tanto a ação popular quanto o agravo regimental e esses dados que aqui li como parte integrante do meu pronunciamento. Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO EROS ROBERTO GRAU, DO EG. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Francisco Mozarildo de Melo Cavalcanti, brasileiro, casado, Médico e Senador da República pelo

Estado de Roraima, portador do título de eleitor em anexo, com domicílio Ala Senador Afonso Arinos, gab. 10, Senado Federal, Brasília-DF, por seu Advogado infra-assinado, vem, nos termos do art. 317 do RISTF, interpor o presente

AGRAVO REGIMENTAL

Em face da decisão de Vossa Excelência que extinguiu, sem julgamento de mérito, a ação cautelar proposta em face da União, pessoa jurídica de direito público, representada pelo Advogado-Geral da União e o INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, autarquia pública, representada por seu Procurador Federal, o que faz nos seguintes termos:

Da decisão agravada

Decidiu Excelentíssimo Senhor Ministro Eros Roberto Grau que:

“7 A ação popular prevista no inciso LXXIII do art. 5 da constituição do Brasil tem por objeto a anulação de ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e seu ajuizamento apenas se justifica quando a lesão ao patrimônio público possa ser objetiva e minimamente mensurável, o que não ocorrer na espécie. ademais, a alegada omissão da União, consubstanciada em ausência de regulamentação do art. 4º da Lei nº 10.304/2001, não se enquadra em qualquer das hipóteses de nulidade enunciadas art. 2º da lei 4.717/65. Nego seguimento ao pedido, por ser manifestamente incabível (art. 21, § 1º, do RISTF)”.

Em síntese, que a Lei nº 4.717/65 traz com requisito para a sua propositura a mensuração mínima e objetiva da lesão ao patrimônio público; e que a regulamentação de lei não estaria acobertada pelas hipóteses enunciadas no art. 2º da Lei nº 4.717/65.

Do Cabimento da Ação Popular

Conforme ressaltado na exordial, objetiva-se, com a presente ação popular, determinar à União e ao INCRA que obedeçam ao comando constitucional de assegurar ao Estado de Roraima os direitos de posse e de propriedade quanto as terras devolutas que não estão inseridas no conceito de terras da União, na forma como previsto no art. 26, inciso IV; art. 20, inciso II; e art. 14 do ADCT, todos da Constituição Federal de 1988.

Além desse pedido declaratório, formulou-se um pedido condenatório no sentido de se efetuar, concretamente, as transferências de terras indevidamente

em poder do INCRA e da União que, com a criação do Estado de Roraima, passaram a ser daquele ente da federação, e que hoje se encontram registradas ou administradas pelas citadas pessoas jurídicas de direito público.

A causa de pedir que justifica a propositura da ação popular é exatamente o significativo prejuízo econômico e à administração do Estado de Roraima em face de não possuir a gerência sobre 92% do seu território, hoje em nome da União ou Incra, ou por eles administrados.

São três os requisitos específicos da ação popular, na forma como preleciona Hely Lopes Meirelles: legitimidade de cidadão, ilegalidade e lesividade.¹

Discute-se, neste agravo, apenas os dois últimos requisitos, que igualmente se encontram preenchidos nesta ação, senão vejamos:

Da Ilegalidade

Prevê o art. 14 do ADCT que:

Art. 14. Os Territórios Federais de Roraima e do Amapá são transformados em Estados Federados, mantidos seus atuais limites geográficos.

§ 1º A instalação dos Estados dar-se-á com a posse dos governadores eleitos em 1990

§ 2º Aplicam-se à transformação e instalação dos Estados de Roraima e Amapá as normas e critérios seguidos na criação do Estado de Rondônia, respeitado o disposto na Constituição e neste Ato.

Prevê os arts. 20 e 26 da Constituição Federal que:

Art. 20. São bens da União:

I – os que atualmente lhe pertencem e os que lhe vierem a ser atribuídos;

II – as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidas em lei;

III – os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais;

¹ MEIRELES, HELY lopes. Mandado de Segurança ação popular ação civil pública. Mandado e injunção. **Hábeas data**. Ação direta de inconstitucionalidade. Ação declaratória de constitucionalidade. Arguição de descumprimento de preceito fundamental. O Controle incidental de normas no Direito Brasileiro. 26ª edição. Malheiros: São Paulo, 2004, p. 125.

IV – as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países; as praias marítimas; as ilhas oceânicas e as costeiras, excluídas, destas, as que contenham a sede de Municípios, exceto aquelas áreas afetadas ao serviço público e a unidade ambiental federal, e as referidas no art. 26 II (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 46, de 2005)

V – os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva;

VI – o mar territorial;

VII – os terrenos de marinha e seus acrescidos;

VIII – os potenciais de energia hidráulica;

IX – os recursos minerais, inclusive os do subsolo;

X – as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos;

XI – as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.

(...)

§ 2º A faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei.

Art. 26. Incluem-se entre os bens dos Estados:

I – as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei as decorrentes de obras da União;

II – as áreas, nas ilhas oceânicas e costeiras, que estiverem no seu domínio, excluídas aquelas sob domínio da União, Municípios ou terceiros;

III – as ilhas fluviais e lacustres não pertencentes à União;

IV – as terras devolutas não compreendidas entre as da União.

A Lei Complementar nº 41, de 1981, no que tange a questão patrimonial do Estado de Rondônia, preceitua que:

Art. 15 Ficam transferidos ao Estado de Rondônia o domínio, a posse e a administração dos seguintes bens móveis e imóveis:

I – os que atualmente pertencem ao Território Federal de Rondônia;

II – os efetivamente utilizados pela Administração do Território Federal de Rondônia;

III – rendas, direitos e obrigações decorrentes dos bens especificados nos incisos I e II, bem como os relativos aos convênios, contratos e ajustes firmados pela União, no interesse do Território Federal de Rondônia.

Prevê, por fim, a Lei nº 10.304/2001 que:

Art. 1º As terras pertencentes à União, compreendidas no Estado de Roraima, passam ao domínio desse Estado, mantidos os seus atuais limites e confrontações, nos termos do art. 14 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 2º São excluídas da transferência de que trata esta Lei as áreas relacionadas nos incisos II, III, IV, VIII, IX e X do art. 20 da Constituição Federal, as terras indígenas pertencentes à União e as destinadas pela União a outros fins de necessidade ou utilidade pública.

Esses dispositivos constitucionais e legais já deixam claro o que são terras da União e o que são terras do Estado de Roraima.

No entanto, 92% das terras do Estado de Roraima encontram-se ou registradas em nome da União e suas autarquias, ou por eles administrados.

Da Lesividade

A lesividade, para fins da ação popular, conforme a melhor doutrina, não se restringe à questão patrimonial e nem aos atos comissivos.

Hely Lopes Meirelles, que na sua consagrada obra sobre Mandado de Segurança e outros remédios constitucionais, afirma que:

“O terceiro requisito da ação popular é a lesividade do ato o patrimônio público. Na conceituação atual, **lesivo é todo ato ou omissão administrativa que desfalca o erário ou prejudica a administração**, assim como o que ofende bens ou valores artísticos, cívicos, culturais, ambientais ou históricos da comunidade.”² (grifo nosso).

Assim, em princípio, a lesividade se caracteriza tanto por uma ato comissivo ou omissivo que venha a causar prejuízos econômicos ao Estado ou prejudicar a administração pública.

² MEIRELLES, Hely Lopes. Mandado de Segurança ação popular ação civil pública. Mandado e injunção. Hábeas data. Ação direta de inconstitucionalidade. Ação declaratória de constitucionalidade. Arguição de descumprimento de preceito fundamental. O controle incidental de normas no Direito Brasileiro. 26ª edição, Malheiro: São Paulo, 2004, p. 124.

A omissão se caracteriza pela não transferência das terras indevidamente em poder da União e do INCRA ao Estado de Roraima, na forma como determinada pela constituição e leis acima apontadas.

Esse ato, por si só, já revela o prejuízo econômico do Estado, já que o Estado de Roraima não tem como desenvolver economicamente não tendo a gerência sobre 92% de seu território.

Os Estados sobrevivem basicamente das suas receitas derivadas, que são frutos especialmente do ICMS. O ICMS só existe se houve comércio e esse só existe se houver desenvolvimento econômico.

Sem a possibilidade de se assegurar a posse e titularidade de terras, principalmente no âmbito rural, dentro de um planejamento estratégico, não há como atrair investimentos e o Estado não tem como se desenvolver.

A questão da mensuração dessa lesividade é questão de mérito, que deve ser analisada ao final da ação, e não como condição ou requisito para a sua propositura.

Exigir do autor popular a mensuração desse prejuízo econômico é desvirtuar o espírito da própria ação popular que, aliás, possibilita até mesmo a propositura da ação sem qualquer prova documental.

A impossibilidade de um ente federativo de gerir 92% das suas terras é, salvo melhor juízo, um indicativo grave de prejuízo econômico para o Estado de Roraima, de forma a preencher de forma satisfatória, nesse momento processual, o requisito da lesividade ao erário público.

Além de prejudicar o erário público, a própria administração do Estado fica prejudicada. O Estado de Roraima hoje é um Estado de servidores públicos. O fim do Estado é pagar servidores públicos. Não há planejamento econômico. Não há desenvolvimento. Não há emprego na iniciativa privada. E isso se dá exatamente porque não se tem qualquer segurança jurídica de investimento econômico naquele Estado, já que a União não transfere ao Estado o que lhe pertence.

Exigir que o autor popular faça uma mensuração desse prejuízo à administração é exigir que o mesmo prove o óbvio.

Da Necessidade de Condenação numa Obrigação de Fazer

A transferência das terras indevidamente em poder da União e do Incra não precisaria ser feita, necessariamente, por meio de decreto regulamentar da Lei nº 10.304/2001, caracterizando, como disse o MM. Ministro Relator, a omissão legislativa que afastaria a aplicação da ação popular, de acordo com o rol do art. 2º da Lei nº 4.717/65.

A Lei nº 10.304/2001 disse apenas o óbvio, ou seja, o que já havia sido dito pela própria constituição, quando ressaltou o que são bens dos Estados e o que são bens da União.

O fato é que, concretamente, a União e o Incra não obedecem ao texto constitucional, violando, portanto, o princípio da legalidade, e continuam a administrar as referidas terras como se suas fossem, quando em

verdade já haviam sido transferidas ao Estado, o que violaria o princípio da moralidade.

E o que é pior é que essa administração por parte da União não leva em consideração os interesses de desenvolvimento do Estado.

O Estado não participa de nenhuma decisão da União, quanto à utilização de seu próprio patrimônio.

Além da natureza declaratória, que toda ação possui, inclusive a ação popular, o pedido principal da presente demanda é obrigar o poder público federal a efetivamente fazer cumprir a determinação constitucional e transferir as terras que a Constituição determinou que são do Estado de Roraima.

Tal medida pode ser feita de diversas formas. Primeiro, com a declaração desse Eg. Supremo Tribunal Federal de que os citados dispositivo são auto-aplicáveis, não necessitando de nenhum ato infra-constitucional. O que por si só já resolveria o problema.

Segundo, com atos concretos que a União e o INCRA teriam que fazer, quais sejam: transferir as referidas áreas, que eventualmente estiverem registradas indevidamente por elas para o Estado de Roraima.

Essa transferência só seria necessária para as áreas registradas indevidamente em nome da União ou Incra. As demais áreas, que já são do Estado de Roraima, simplesmente deixariam de ser administradas pelo Incra, já que não lhe compete administrar terras que não lhe pertence.

Sem a intermediação do poder judiciário nessa questão, não haverá, jamais, qualquer possibilidade de que a União e o Incra, de forma espontânea, venham a concretizar o preceito constitucional dos dispositivos citados, já que não há qualquer interesse federal nessa questão.

Não se pretende a regulamentação da Lei nº 10.304/2001, o que habilitaria a ação de controle concentrando de constitucionalidade por omissão. Essa lei apenas disse o óbvio, qual seja, o que seriam as terras dos Estados e aquelas que seriam da União, na forma como já preceituada pelo próprio texto constitucional.

A desnecessidade de lei a regulamentar os citados dispositivos constitucionais já foi acatada por esse Eg. Supremo Tribunal Federal quando do julgamento da Ação Cível Originária nº 640 (cópia anexa).

Do Pedido

Ante o exposto, requer seja conhecido o presente recurso de agravo para, no mérito, dar-lhe provimento para cassar a decisão do Mm. Relator que extinguiu o feito sem julgamento de mérito, dando-se seguimento ao trâmite normal da ação popular em tela.

Termos em que pede e espera deferimento.

Brasília, 4 de agosto de 2005. — **Ranilton Monteiro Neves**, OAB-DF nº 20.561.

Nº 96, sexta-feira, 20 de maio de 2005

Diário da Justiça - Seção 1

JCSV 1677-7018

5



RECURSO EXTRAORDINÁRIO 346.679-8 (19)
PROCED. MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. CARLOS BRITTO
RECTE(S) : S/A ESTADO DE MINAS
ADV(A/S) : MARCUS VINÍCIUS DE PAULA FREITAS E
 OUTROS
RECTE(S) : MARA FERREIRA DA SILVA
ADV(A/S) : EDEN MATTAR E OUTROS
REQDO(A/S) : AS MESMAS

Matéria:
 RESPONSABILIDADE CIVIL
 INDENIZAÇÃO
 ACIDENTE DO TRABALHO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 416.827-8 (50)
PROCED. SANTA CATARINA
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
RECTE(S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SO-
 CIAL - INSS
ADV(A/S) : MIGUEL ÂNGELO SEDREZ JUNIOR
REQDO(A/S) : EDIR GOMES DE ANDRADE
ADV(A/S) : TÁIS SOARES PINTO E OUTRO(A/S)

Matéria:
 PREVIDÊNCIA SOCIAL
 PENSÃO
 REVISÃO

Brasília, 17 de maio de 2005

LUIZ TOMIATISU
Secretário

ACÓRDÃOS

Décima-quinta (15ª) Ata de Publicação de Acórdãos, rea-
 lizada nos termos do art. 95, do Regimento Interno do S.T.F.

QUEST. ORD. EM AÇÃO CAUTELAR 244-3 (51)
PROCED. DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
REQTE(S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
REQDO(A/S) : CID ROJAS AMÉRICO DE CARVALHO
ADV(A/S) : JOSÉ EDUARDO RANGEL DE ALCKMIN E
 OUTRO(A/S)

Decisão: O Tribunal, por maioria, vencido o Senhor Ministro Joaquim Barbosa, resolvendo a questão de ordem suscitada, afastou o arresto de bens e determinou o sobrestamento desta ação para aguardar o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.797-2/DF. Votou o Presidente. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Nelson Jobim. Presidente. Presidiu o julgamento a Senhora Ministra Ellen Gracie. Vice-Presidente. Plenário, 21.10.2004.

ARRESTO - EXTENSÃO - PENDÊNCIA DO PROCESSO PRINCIPAL - PROJEÇÃO NO TEMPO. A natureza acatadora do arresto sinaliza a existência de ato precário e balizado no tempo, mormente quando alcançado o universo dos bens do destinatário do ato de constrição. A regra do artigo 807 do Código de Processo Civil há de ser tomada sob o ângulo da razoabilidade, longe ficando de implicar a indeterminação do prazo de eficácia das medidas cautelares.

ACÃO CÍVEL ORIGINÁRIA 640-6 (52)
PROCED. : RORAIMA
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
AUTORA : UNIÃO
ADV. : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
REU : ESTADO DE RORAIMA
ADV(A/S) : CLEUSA LUCIA DE SOUZA LIMA

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, julgou improcedente a ação nos termos do voto do relator. Falou pelo réu o Dr. Régis Gurgel do Amaral Jereissani, Procurador do Estado. Presidiu o julgamento o Senhor Ministro Nelson Jobim. Plenário, 09.03.2005.

BENS DA UNIÃO - TERRITÓRIO DE RORAIMA - UTILIZAÇÃO. Ante o teor do § 2º do artigo 1º do Ato das Disposições Transitórias da Carta de 1988, aplicáveis são as normas norteadoras da criação do Estado de Rondônia e, portanto, quanto aos bens da União e à transferência destes para o novo Estado de Roraima, o preceito do artigo 15 da Lei Complementar nº 41/81. Os bens efetivamente utilizados pela Administração do Território Federal de Roraima passaram ao domínio do novo Estado.

ACÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 1531-2.884-7 (53)
PROCED. RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
REQTE(S) : PARTIDO PROGRESSISTA - PP
ADV(A/S) : VALMOR GAVARINA E OUTRO(A/S)
REQDO(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
REQDO(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Decisão: O Tribunal julgou procedente, em parte, a ação para declarar a inconstitucionalidade do artigo 1º, do artigo 3º e seu parágrafo único, do artigo 4º, da expressão "dentro os Procuradores em exercício junto ao Tribunal de Contas", constante do parágrafo único do artigo 3º, do inciso I do parágrafo único do artigo 5º, e do artigo 6º, todos da Lei Complementar nº 62, de 18 de julho de 1960, do

Estado do Rio de Janeiro, bem assim da expressão "e a lista de que trata o art. 128, § 2º, II, da Constituição do Estado", constante do inciso V do caput do artigo 9º, da alínea "b" do inciso III do artigo 39, e da expressão "e ao Tribunal de Contas do Estado", constante do caput do artigo 42, todos da Lei Complementar nº 106, de 93 de janeiro de 2003, do Estado do Rio de Janeiro. No que se refere ao artigo 128, § 2º, II, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, na redação dada pela Emenda Constitucional estadual nº 13.2600, e ao artigo 18 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias do Estado do Rio de Janeiro, na redação dada pela Emenda Constitucional estadual nº 25/2002, o Tribunal deu interpretação conforme a Constituição, para, sem redução de texto, restringir-lhes a exegese em ordem a que, afastada qualquer outra possibilidade interpretativa, seja fixado o entendimento de que o Ministério Público refere-se em tais normas e o Ministério Público especial com atuação exclusiva junto ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. Votou o Presidente, Ministro Nelson Jobim. Decisão unânime. Plenário, 02.12.2004.

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - A QUESTÃO PERTINENTE AO MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS ESTADUAL - UMA REALIDADE INSTITUCIONAL QUE NÃO PODE SER DESCONHECIDA - CONSEQUENTE IMPOSSIBILIDADE CONSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL SER SUBSTITUÍDO, NESSA CONDIÇÃO, PELO MINISTÉRIO PÚBLICO COMUM DO ESTADO-MEMBRO - AÇÃO DIRETA JULGADA PARCIALMENTE PROCEDENTE

OS ESTADOS-MEMBROS, NA ORGANIZAÇÃO E COMPOSIÇÃO DOS RESPECTIVOS TRIBUNAIS DE CONTAS, DEVEEM OBSERVAR O MODELO NORMATIVO INSCrito NO ART. 75 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA.

Os Tribunais de Contas estaduais deverão ter quatro Conselheiros eleitos pela Assembleia Legislativa e três outros nomeados pelo Chefe do Poder Executivo do Estado-membro. Dentre os três Conselheiros nomeados pelo Chefe do Poder Executivo estadual, apenas um será de livre nomeação do Governador do Estado. Os outros dois deverão ser nomeados pelo Chefe do Poder Executivo local, necessariamente, dentre ocupantes de cargos de Auditor do Tribunal de Contas (um) e de membro do Ministério Público junto à Corte de Contas local (um). Súmula 653/STF.

Uma das nomeações para os Tribunais de Contas estaduais, de competência privativa do Governador do Estado, acha-se constitucionalmente vinculada a membro do Ministério Público especial, com atuação perante as próprias Cortes de Contas.

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL JUNTO AOS TRIBUNAIS DE CONTAS NÃO SE CONFUNDE COM OS DEMAIS RAMOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO COMUM DA UNIÃO E DOS ESTADOS-MEMBROS

O Ministério Público especial junto aos Tribunais de Contas - que configura uma indiscutível realidade constitucional - qualifica-se como órgão estatal dotado de identidade e de fisionomia próprias que o tornam inconfundível e inassimilável à instituição do Ministério Público comum da União e dos Estados-membros.

Não se reveste de legitimidade constitucional a participação do Ministério Público comum perante os Tribunais de Contas dos Estados, pois essa participação e atuação acham-se constitucionalmente reservadas aos membros integrantes do Ministério Público especial, a que se refere a própria Lei Fundamental da República (art. 130).

O preceito consubstanciado no art. 130 da Constituição reflete uma solução de compromisso adotada pelo legislador constituinte brasileiro, que preferiu não outorgar ao Ministério Público comum, as funções de atuação perante os Tribunais de Contas, optando, ao contrário, por atribuir esse relevante encargo a agentes estatais qualificados, deferindo-lhes um "status" jurídico especial e ensinando-lhes, com o reconhecimento das já mencionadas garantias de ordem subjetiva, a possibilidade de atuação funcional exclusiva e independente perante as Cortes de Contas.

A QUESTÃO DA EFICÁCIA REPRISTINATÓRIA DA DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE "IN IUSTRICTO"

A declaração final de inconstitucionalidade, quando proferida em sede de fiscalização normativa abstrata, importa - considerado o efeito repristinatório que lhe é inerente - em restauração das normas estatais anteriormente revogadas pelo diploma normativo objeto do juízo de inconstitucionalidade, eis que o ato inconstitucional, por juridicamente inválido (RTJ 146:461-462), não se reveste de qualquer carga de eficácia derogatória doutrinária. Precedentes (STF).

ACÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 1541-2.895-2 (54)
PROCED. ALAGOAS
RELATOR : MIN. CARLOS VELLOSO
REQTE(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE ALAGOAS
ADV(A/S) : PGE-AL - RICARDO BARROS MÊRO E OUTRO(A/S)
REQDO(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE ALAGOAS
REQDO(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, julgou procedente, em parte, a ação e declarou a inconstitucionalidade, no artigo 74 da Lei Complementar nº 07, de 18 de julho de 1991, com a redação dada pela Lei Complementar nº 23, de 03 de julho de 2002, ambas do Estado de Alagoas, da seguinte expressão "não podendo os Procuradores de Estado de 4ª Classe perceber subsídio ou vencimento inferior ao amoldado ao do cargo de Procurador-Geral". Votos o Presidente, Ministro Nelson Jobim. Plenário, 02.02.2005.

EMENTA: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REMUNERAÇÃO. VINCULAÇÃO OU EQUIPARAÇÃO. C.F., art. 37, XIII. Lei Complementar nº 7, de 1991, com a redação da Lei Complementar nº 23, de 2002, do Estado de Alagoas.

I - Objetivando impedir majorações de vencimentos em cadeia, a Constituição Federal, art. 37, XIII, veda a vinculação ou equiparação de vencimentos para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

II - Inconstitucionalidade de parte da segunda parte do art. 74 da Lei Complementar nº 7, de 1991, com a redação da Lei Complementar nº 23, de 2002, ambas do Estado de Alagoas.

III - Não obstante de constitucionalidade duvidosa a primeira parte do mencionado artigo 74, ocorre, no caso, a impossibilidade de sua apreciação, em obsequio ao "princípio do pedido" e por não ocorrer, na hipótese, o fenômeno da inconstitucionalidade por "arrastramento" ou "abração", já que o citado dispositivo legal não é dependente da norma declarada inconstitucional. ADI 2.653/MT, Ministro Carlos Velloso, "DJ" de 31.10.2003.

IV - ADI julgada procedente, em parte.

MED. CAUT. EM AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.377-8 (55)

PROCED. RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
REQTE(S) : PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO
ADV(A/S) : MARCUS RODRIGUES CAMARGO FILIPE DOS SANTOS E OUTRO(A/S)
REQDO(A/S) : TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, referendou a liminar indeferida pelo relator e prejudicou o agravo regimental interposto. Votou o Presidente, Ministro Nelson Jobim. Ausentes, justificadamente, as Senhoras Ministras Carlos Velloso e Eros Grau. Plenário, 14.04.2005.

ACÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - CORTES DE CONTAS - ELEIÇÃO DO PRESIDENTE - ARTIGOS 93 E 102, RESPECTIVAMENTE, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DA LEI ORGÂNICA DA MAGISTRATURA. Não concorre a relevância suficiente a conduzir à concessão da medida acatadora, uma vez evocado preceito constitucional relativo à magistratura e, portanto, inaplicável às Cortes de Contas.

AG.REG.NA AÇÃO RESCISÓRIA 1.752-1 (56)
PROCED. RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. SEPÚLVEDA PERTENCE
AGTE(S) : LYSIAS PLOUVIER
ADV(A/S) : ARY MARCOS VARJÃO DAS DORES
AGDO(A/S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, negou provimento ao agravo. Ausentes, justificadamente, o Senhor Ministro Nelson Jobim (Presidente), a Senhora Ministra Ellen Gracie (Vice-Presidente) e o Senhor Ministro Gilmar Mendes. Presidiu o julgamento o Senhor Ministro Sepúlveda Pertence. Plenário, 07.04.2005.

EMENTA: 1. Ação rescisória: inadmissibilidade.

Inviável a ação rescisória que se funda em violação literal de lei, se a decisão rescindenda não se pronunciou sobre a norma legal tida por violada por falta de alegação oportuna.

2. Agravo regimental: necessidade de impugnação do fundamento da decisão agravada (RISTF, art. 317, § 1º).

AG.REG.NA RECLAMAÇÃO 872-8 (57)
PROCED. SÃO PAULO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
ORIGINÁRIO : MIN. NELSON JOBIM
RELATOR PARA O ACÓRDÃO : MIN. NELSON JOBIM
AGTE. : UNIÃO
ADV. : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AGDO : JUÍZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 1ª VARA DE ARACATUBA DA 7ª SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Decisão: Após o voto do Senhor Ministro Marco Aurélio (Relator), negando provimento ao agravo regimental, pediu vista o Senhor Ministro Nelson Jobim. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Sydney Sanches. Plenário, 06.9.2000.

Decisão: Renovado o pedido de vista do Senhor Ministro Nelson Jobim, justificadamente, nos termos do § 1º do artigo 1º da Resolução nº 278, de 15 de dezembro de 2003. Presidência do Senhor Ministro Mauricio Corrêa. Plenário, 23.04.2004.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO PRESIDENTE DO EG. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

FRANCISCO MOZARILDO DE MELO CAVALCANTI, brasileiro, casado, Médico o Senador da República pelo Estado de Roraima. portador do título do eleitor em anexo, com domicílio Ala Senador Afonso Arinos. gab. 10. Senado Federal. Brasília-DF, por seu Advogado infra-assinado, vem propor a presente.

AÇÃO POPULAR

Contra a **União**, pessoa jurídica de direito público, representada pelo Advogado-Geral da União e o Incra, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, autarquia pública, representada por seu Procurador Federal e o **Estado de Roraima**, representado por seu Procurador Geral, o que faz nos seguintes termos.

Breve Resumo da Demanda

O Território Federal de Roraima foi transformado em Estado pela Constituição Federal de 1988. nos termos do art. 14 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, **verbis**:

Art. 14. Os Territórios Federais de Roraima e do Amapá são transformados em Estados Federados, mantidos seus atuais limites geográficos.

§ 1º A instalação dos Estados dar-se-á com a posse dos governadores eleitos em 1990.

§ 2º Aplicam-se à transformação e instalação dos Estados de Roraima e Amapá as normas e critérios seguidos na criação do Estado de Rondônia, respeitado o disposto na Constituição e neste Ato.

Conforme se depreende desse dispositivo constitucional, em relação à transformação do Território no novo Estado de Roraima, conclui-se que:

a) O Estado de Roraima deveria ter a mesma dimensão territorial do então Território de Roraima:

b) A referida transformação seria regida pela mesma norma e mesmos critérios seguidos na criação do Estado de Rondônia.

Essa norma de que trata o dispositivo constitucional é a Lei Complementar nº 41, de 1981, que, no que tange a questão patrimonial do Estado de Rondônia, preceitua que:

Art. 15. Ficam transferidos ao Estado de Rondônia o domínio, a posse e a administração dos seguintes bens móveis e imóveis:

I – os que atualmente pertencem ao Território Federal de Rondônia;

II – os efetivamente utilizados pela Administração do Território Federal de Rondônia:

III – rendas, direitos e obrigações decorrentes dos bens especificados nos incisos I e II, bem como os relativos aos convênios, contratos e ajustes firmados pela União, no interesse do Território Federal de Rondônia.

Desse dispositivo legal, alçado a norma constitucional, depreende-se que os bens móveis e imóveis que pertenciam ao antigo Território Federal de Roraima, bem como os bens móveis e imóveis efetivamente utilizados pela Administração do Território Federal de Roraima passaram automaticamente para a esfera de domínio e posse do recém criado Estado de Roraima.

Muito embora tenha sido bastante clara a intenção constitucional de transferir o domínio imobiliário do então Território Federal de Roraima para o Estado de Roraima, o que se vê foi a total desobediência constitucional por parte da União, que até hoje, após cerca de 14 anos da efetiva instalação do referido Estado, ainda não transferiu os bens do Estado para que este possa desempenhar o seu papel que a constituição lhe reservou.

Visando proporcionar a imediata transferência dos citados bens imóveis para a esfera de domínio e posse do Estado de Roraima, foi promulgada a Lei nº 10.304, de 05 de novembro de 2001, **verbis**:

LEI Nº 10.304, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2001

Transfere ao domínio do Estado de Roraima terras pertencentes à União e dá outras providências.

O Presidente da República, Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º As terras pertencentes à União, compreendidas no Estado de Roraima, passam ao domínio desse Estado, mantidos os seus atuais limites e confrontações, nos termos do art. 14 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 2º São excluídas da transferência de que trata esta Lei as áreas relacionadas nos incisos II, III, IV, VIII, IX e X do art. 20 da Constituição Federal, as terras indígenas pertencentes à União e as destinadas pela União a outros fins de necessidade ou utilidade pública.

Art. 3º As terras transferidas ao domínio do Estado de Roraima deverão ser utilizadas em atividades de assentamento e de colonização, podendo ser adotado o regime de concessão de uso, previsto pelo Decreto-Lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967.

§ 1º A aquisição ou o arrendamento de lotes por estrangeiros obedecerá os limites, condições e restrições estabelecidos na legislação federal.

§ 2º (Vetado)

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Ocorre que essa lei, no seu art. 4º determinou que o Poder Executivo deveria regulamentá-la no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, prazo este que se encontra esgotado desde maio de 2002.

E mais uma vez, passados quase 3 (três) anos, até a presente data o Estado de Roraima encontra-se seriamente prejudicado, sem os bens que a Constituição Federal lhe assegurou, o que lhe impede de promover o seu desenvolvimento econômico e social.

Da Competência do Supremo Tribunal Federal

A competência para julgar a presente ação popular é do Supremo Tribunal Federal, já que a matéria tratada envolve conflito federativo, entre a União e o Estado de Roraima, nos termos do art. 102, inciso I, letra f da Constituição Federal de 1988.

O próprio Supremo Tribunal Federal já reconheceu, por ocasião do julgamento da RCL nº 2.833, que a competência para julgar matérias que envolvam questões fundiárias entre um Estado da Federação e a União, é do Supremo Tribunal Federal, independentemente de ser uma ação popular.

Do Cabimento da Ação Popular

A ação popular é o meio constitucional posto a disposição de qualquer cidadão, que vise anular ato lesivo ao patrimônio público, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, nos termos do art. 5º, inciso LXXIII da Constituição Federal de 1988.

Nos termos do artigo 1º da Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965, **verbis**:

Art. 1º Qualquer cidadão será parte legítima para pleitear a anulação ou a declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Municípios, de entidades autárquicas, de sociedades de economia mista (Constituição, art. 141, § 38), de sociedades mútuas de seguro nas quais a União repre-

sente os segurados ausentes, de empresas públicas, de serviços sociais autônomos, de instituições ou fundações para cuja criação ou custeio o tesouro público haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, de empresas incorporadas ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios, e de quaisquer pessoas jurídicas ou entidades subvencionadas pelos cofres públicos.

A legitimação ativa da presente ação popular encontra-se adequadamente preenchida, já que o autor é cidadão brasileiro, conforme título de eleitor em anexo, e é detentor de um mandato legislativo de Senador da República, tendo a sua atuação política marcada pela defesa da regularização fundiária do Estado de Roraima, como ponto de partida para qualquer linha de desenvolvimento econômico e social.

Descumprimento de uma norma constitucional, que deveria ter sido cumprida desde a instalação do Estado, ou seja, há quase 14 (quatorze) anos, e ou pela ausência de um ato Regulamentar que não foi editado.

Daí ser a via judicial o único caminho necessário para resolver o problema dessa grave omissão administrativa do poder público em transferir efetivamente os bens imóveis do antigo território para o Estado de Roraima.

Esta ação popular visa, portanto, restabelecer o princípio da legalidade e da autonomia do Estado de Roraima, já que há uma norma legal expressa determinando ao Executivo Federal a regulamentação da Lei nº 10.301, de 2001, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da publicação da referida lei, o que se deu em 05 de novembro de 2001, o que não foi feito até o presente momento e há uma norma constitucional atribuindo o domínio pelo Estado de Roraima das terras públicas federais encontradas nos limites de seu território.

Visa ainda restabelecer a vontade constitucional da efetiva criação do Estado de Roraima, que de forma injustificada encontra-se inviabilizada com a grave omissão do Governo Federal e de suas autoridades, que não transfere as terras que pertenciam ao Território Federal de Roraima para o então criado Estado de Roraima, na forma como determinada pelo art. 14 do ADCT da CF/88, e não permite o domínio pleno de seu poder sobre as referidas áreas.

Por fim, encontra-se violado o princípio da moralidade, já que não se concebe como possa um Estado da federação ter a sua situação fundiária a depender exclusivamente de um ato regulamentar da União, que

não possui qualquer interesse em resolver o problema de um Estado da Federação, com cerca de 300.000 pessoas, já que constantemente cria novas ou aumenta as reservas indígenas existentes, de forma a ampliar ainda mais a sua arca, em detrimento da área do já fragilizado Estado de Roraima.

Ainda quanto ao elemento da lesividade, resta cristalino que o Estado de Roraima não possui território, ou seja, não possui uma base territorial devidamente delimitada, de forma que possa exercer o poder de império, buscando o desenvolvimento agrário e industrial do Estado, já muito comprometido pela indefinição que a situação fundiária causa.

Todas as terras localizadas no Estado de Roraima, com raríssimas exceções, como as que foram adquiridas por meio de contrato de compra e venda ou por meio de doação, são da União, o que totaliza cerca de 92% do Estado.

Dessa forma, a lesão é latente, já que não se concebe, nem na teoria, nem na prática, um Estado sem território. Na teoria, a base territorial é um elemento objetivo do conceito de Estado. Não se concebe um Estado sem território, sem povo e sem governo soberano, conforme nos ensina Hildebrando Accioly, quando trata dos elementos constitutivos dos Estados, no seu **Manual de Direito Internacional Público**, Saraiva: São Paulo, 11ª edição, p. 16.

Na prática, o que ocorre é que o Estado de Roraima não possui qualquer chance de desenvolvimento econômico ou social, já que simplesmente não possui qualquer patrimônio imobiliário que possa ser utilizado com essas finalidades.

O Estado de Roraima não tem condições de atrair investidores, que ficam com receio de investir em terras que venham a ser demarcadas no futuro como áreas indígenas, ou como terras do Incra, como são exemplos nas diversas demandas judiciais que essa Casa encontra-se detida sobre o tema, tais como a polêmica demarcação da Raposa Serra do Sol e da anulação dos títulos definitivos emitidos em favor de alguns produtores rurais, já anulados nesse Supremo Tribunal Federal.

Como o Governo Federal e o Incra insistem em não resolver o problema, até porque não possuem qualquer interesse nisso, não resta outra saída a não ser ingressar com a presente ação popular visando restabelecer a autonomia do Estado de Roraima sobre as terras localizadas em seu território, conferidas pela Constituição Federal de 1988.

Dos Bens Públicos Estaduais e a Criação do Estado de Roraima

Os bens do Estado de Roraima são bens públicos, na forma como determina o art. 98 do Código Civil Brasileiro.

Os bens imóveis privados são adquiridos, em regra, por meio do registro do título, acessão, usucapião e direito hereditário, na forma dos arts. 1.238 a 1.244, 1.248 e 1.784 do Código Civil, art. 167, da Lei nº 6.015/73 e Lei nº 7.433/85.

No entanto, os bens públicos para serem adquiridos não necessitam, necessariamente, do registro imobiliário, já que em relação a eles há a aplicação de um regime de direito público, cujo registro imobiliário passa a ser apenas um dado accidental.

O art. 99 do Código Civil, prescreve que:

Art. 99. São bens públicos:

I – os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças;

II – os de uso especial tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias;

III – os dominicais, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.

Parágrafo único. Não dispondo a lei em contrário, consideram-se dominicais os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.

Somente os bens dominicais podem ser transferidos para os particulares, observadas as exigências legais, na forma do art. 101 do Código Civil e, quando isto ocorre, estes bens são passíveis de registro.

Já os demais bens públicos não podem ser apropriados pelos particulares, independentemente de haver registro público ou não.

Da mesma forma, os bens públicos, inclusive os dominiais, não são submetidos a registro público quando são transferidos entre os entes da federação, por força da própria constituição ou das leis, dando-se a publicidade necessária para impor o regime jurídico de direito público.

Não é por outro motivo que o art. 168 da Lei nº 6.015, de 1973, que arrola os casos em que os bens móveis são levados a registro, onde não se verifica os bens imóveis públicos. **verbis**:

Art. 168. No Registro de imóveis serão feitas:

I – a inscrição:

a) dos instrumentos públicos de instituição de bem de família;

b) das hipotecas legais, judiciais e convencionais;

c) dos contratos de locação de prédios, nos quais tenha sido consignada cláusula de vigência no caso de alienação da coisa locada;

d) do penhor de máquinas e de aparelhos utilizados na indústria, instalados e em funcionamento, com ou sem os respectivos pertences;

e) das penhoras, arrestos e seqüestros de imóveis;

f) dos títulos das servidões em geral, para sua constituição;

g) do usufruto e do uso sobre imóveis e da habilitação, quando não resultarem do direito de família;

h) das rendas constituídas ou vinculadas a imóveis, por disposição de última vontade:

i) da promessa de compra e venda de imóvel não loteado, sem cláusula de arrependimento, cujo preço deva pagar-se a prazo, de uma só vez ou em prestações (artigo 22 do Decreto-Lei nº 58, de 10 de dezembro de 1937, com a redação alterada pela Lei nº 649, de 11 de março de 1949);

j) da enfiteuse;

l) da anticrese;

m) dos instrumentos públicos das convenções antenupciais;

n) das cédulas de crédito rural (Decreto-Lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967);

o) das cédulas de crédito industrial (Decreto-Lei nº 413, de 9 de janeiro de 1969);

p) dos contratos de penhor rural (Lei nº 492, de 30 de agosto de 1969);

q) dos empréstimos por obrigações ao portador ou debêntures, inclusive as conversíveis em ações (Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, artigo 44);

r) dos memoriais de incorporação e das instituições e convenções de condomínio a que alude a Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964;

s) dos memoriais de loteamento de terrenos urbanos e rurais, para a venda de lotes a prazo, em prestações (Decreto-Lei nº 58/37, Lei nº 4.591/64 e Decreto-Lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967);

t) das citações de ações reais ou pessoais, reipersecutórias, relativas a imóveis;

u) das promessas de cessão (artigo 59, da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964);

II – a transcrição:

a) das sentenças e de nulidade ou anulação de casamento, quando nas respectivas partilhas existirem imóveis ou direitos reais sujeitos a registro;

b) dos julgados e atos jurídicos **inter vivos** que dividirem imóveis ou os demarcarem;

c) das sentenças que nos inventários e partilhas, adjudicarem bens de raiz em pagamento das dívidas da herança;

d) dos atos de entrega de legados de imóveis, formal de partilha e das sentenças de adjudicação em inventário quando não houver partilha;

e) da arrematação e da adjudicação em hasta pública;

f) do dote;

g) das sentenças declaratórias de usucapião, para servirem de títulos aquisitivos;

h) da compra e venda pura e condicional:

i) da permuta;

j) da dação em pagamento:

l) da transferência de quota a sociedade, quando for constituída por imóvel;

m) da doação entre vivos;

n) das sentenças que, em processos de desapropriação, fixarem o valor da indenização.

III – a averbação:

a) das convenções antenupciais, especialmente em relação aos imóveis existentes, ou posteriormente adquiridos, pela cláusula do regime legal;

b) por cancelamento da extinção dos direitos reais;

c) dos contratos de promessa de compra e venda de terrenos loteados, em conformidade com as disposições de Decreto-Lei nº 58, de 10 de dezembro de 1937;

d) da mudança de nome dos logradouros e da numeração dos prédios, da edificação, da reconstrução, da demolição, do desmembramento e do loteamento de imóveis;

e) da alteração do nome por casamento ou por desquite ou, ainda, de outras circunstâncias que, por qualquer modo, afetem o registro ou as pessoas nele interessadas;

f) dos contratos de promessa de compra e venda, cessão desta, ou de promessa de cessão, a que alude a Lei nº 4.591, de 16 de

dezembro de 1964, bem como dos contratos de compra e venda relativos ao desmembramento das unidades autônomas respectivas;

g) da individualização das unidades autônomas condominiais de que trata a Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, e o artigo 13 do Decreto nº 55.815, de 8 de março de 1965;

h) das cédulas hipotecárias a que alude o Decreto-Lei nº 70, de 21 de novembro de 1966;

i) da caução, da cessão parcial e da cessão fiduciária dos direitos aquisitivos relativos a imóveis (Decreto-Lei nº 70, de 21 de novembro de 1966);

j) das sentenças de separação de dote;

l) do julgamento sobre o restabelecimento da sociedade conjugal;

m) das cláusulas de inalienabilidade, impenhorabilidade, e incomunicabilidade impostas a imóveis, bem como da instituição de fideicomisso;

n) das decisões, recursos e seus efeitos, que tenham por objeto os atos ou títulos registrados.

A desnecessidade do assento nos registros imobiliários dos chamados bens de domínio público é enfaticamente defendida por Walter Ceneviva:

“O registro do loteamento tem efeito constitutivo de direito em favor do município. Efeito que nasce com o registro, na data deste. As vias, praças e espaços livres, áreas destinadas a edifícios públicos e equipamentos urbanos, constantes do projeto e do memorial descritivo, passam a pertencer ao domínio municipal, independentemente de outros assentos. Os bens públicos integram o patrimônio da União, dos Estados e dos Municípios. O domínio público é uma das formas de exercício da soberania, nem confundível com a propriedade, nem a ela equiparável. Por isso não é sujeito ao registro imobiliário, destinado às modificações dos direitos reais sobre imóveis” (**Lei dos Registros Públicos Comentada**. São Paulo: Saraiva, 73 ed., 1991) (grifo nosso)

Hely Lopes Meirelles define o domínio público como:

“(…) poder superior (eminente) que o Estado mantém sobre todas as coisas existentes em seu território, não se confunde com o direito de propriedade que o mesmo Estado exerce sobre as coisas que lhe pertencem, por

aquisição civil ou administrativa. Aquele é um domínio geral e potencial sobre bens alheios: este é um domínio específico e efetivo sobre bens próprios do Estado, o que o caracteriza como um domínio patrimonial, no sentido de incidir sobre os bens que lhe pertencem.

“O domínio patrimonial do Estado sobre os seus bens é direito de propriedade, mas direito de propriedade pública, sujeito a um regime administrativo especial. A esse regime se subordinam todos os bens das pessoas administrativas, assim considerados bens públicos, e, como tais, regidos pelo direito público, embora supletivamente se lhes apliquem algumas regras da propriedade privada. Mas, advirta-se que as normas civis não regem o domínio público; suprem, apenas, as omissões das leis administrativas” (**Direito Administrativo Brasileiro**, São Paulo: RT, 15ª ed. p. 421 (grifo nosso)

Afrânio de Carvalho, na sua conhecida obra, *Registro de Imóveis* (Forense, 1982, 3ª ed. p. 43-47), tece variegadas considerações acerca do tema:

“Ao acolher apenas os imóveis particulares, deixando livres os imóveis públicos, o registro tem em vista que a propriedade pública não necessita da proteção por ele oferecida, por estar a salvo de atos jurídicos dos particulares. Nada obsta, porém, que a administração pública resolva futuramente subordinar todos os imóveis públicos ao Registro, a fim de que esta reflita a imagem completa do território do País. Essa fase provavelmente será atingida mais adiante como natural decorrência do cadastro, do qual se pode dizer como já se disse da natureza, que tem horror ao vácuo...”

“De parte essas observações sobre categorias de bens públicos, talvez não haja temeridade em admitir à vista de episódios atuais, que no futuro o Registro de Imóveis venha a dar publicidade às mutações jurídico-reais tanto da propriedade particular como da propriedade pública, embora, no tocante à segunda, só sirva para facilitar trâmites administrativos na rotina das repartições, ao contrário do que acontece relativamente à primeira, em que serve para criar ou extinguir direitos. A integração imprimirá ordem aos assentos de ambas as propriedades, que disso se beneficiarão mutuamente,” (grifo nosso)

A propósito convém destacar o seguinte precedente do Supremo Tribunal Federal, **verbis**:

AR nº 1.137/MG – Minas Gerais

Ação Rescisória

Relator(a): Mim. Rafael Mayer

Rel. Acórdão

Min. Néri da Silveira

Julgamento: 22-6-1988 Órgão Julgador:

dor:

Tribunal Pleno

Publicação: DJ Data-6-9-2001 PP nº 9

Ement

Vol-02042-02 PP nº 239

Ementa: – Ação rescisória. 2. Limites territoriais entre Municípios: ação concernente à nulidade de sua alteração. Acórdão rescindendo que afirmou, quanto à prescrição da ação, ser a vintenária do art. 177 do Código Civil e não a de cinco anos do art. 1º do Decreto nº 20.910, de 1932. 3. Jurisdição territorial entre dois Municípios. 4. Base física do exercício de sua autonomia, o território do Município. definido na lei estadual de sua criação, ou em posterior lei de revisão administrativa e territorial do Estado, certo está constitui elemento integrativo da noção desse ente político, em nosso sistema constitucional. Não é cabível entender que porção do território de um Município possa ser integrada à jurisdição de outro município, por via diversa daquela prevista na Constituição. Se a divisão territorial do Estado em municípios é de previsão constitucional; se isso havia de fazer-se, já no regime da Constituição de 1946, segundo a lei do Estado-membro, não é admissível ter como válida qualquer alteração territorial dos Municípios, senão na conformidade da disciplina legislativa do Estado, o que vale dizer, modo público, e não por simples negócio jurídico, modo privado, ou simples disposições municipais. 5. De outra parte, enquanto base física sobre a qual se exerce a autonomia, dimensão política da jurisdição do ente municipal, forca é entender, em princípio, que noção publicística informa a natureza do território da comuna, enquanto bem imóvel. Nesse plano, não há visualizar o tema da prescrição, a não ser na perspectiva do tratamento dispensado, pela ordem jurídica positiva, aos bens públicos. 6. Ação anulatória do Termo de Acordo de retificação de limites promovida por um dos Municípios visando retomar o exercício de sua jurisdição política

e administrativa sobre a porção territorial em causa, restaurando-se, dessa maneira, os limites fixados anteriormente na lei estadual de sua criação. 7. Hipótese em que não é admissível ter a ação como de natureza meramente pessoal, para enquadrá-la no âmbito de incidência do Decreto nº 20.910, de 1932, sujeita a prescrição quinquenal. 8. Ação rescisória do acórdão julgada improcedente.

Dessa forma, verifica-se que somente os bens dominicais é que são objeto de direito pessoal ou real, carecedores, portanto, de transferência de propriedade por meio de registros públicos.

E isso somente quando esses bens são transferidos a particulares. A transferência de bens imóveis entre entes públicos (União, Estado e Município) não carece, igualmente, de registro público visando transferir a propriedade, já que esta se opera por força da constituição ou da lei, conferindo a publicidade que seria atingida com o registro público.

Os bens públicos descritos na própria Constituição Federal, a qual os distribuem nas três esferas federativas, não se submetem à legislação do registro imobiliário comum, mas sim à regulação que os referidos entes da federação lhes der, na forma da lei.

Assim, são bens da União aqueles descritos no art. 20, enquanto que os bens dos Estados, do Distrito Federal encontram-se discriminados nos art. 26. da Carta da República Federativa do Brasil.

Portanto, a discriminação entre os bens da União e dos Estados encontra-se na própria Constituição, não havendo necessidade de nenhum ato formal de transferência de registro, já que os bens públicos surgem exatamente quando surge o Estado.

Com a Constituição é que os bens nela descritos passam, automaticamente, para a União e para os Estados, independentemente de qualquer registro.

Esses bens não necessitam de qualquer registro público, já que já nascem públicos e integrando o patrimônio de cada ente da federação. Pensar diferente seria admitir o registro público do mar, de um rio, da sede do Congresso Nacional ou da sede do Supremo Tribunal Federal. Esses bens são públicos independentemente de qualquer registro.

A União não pré-existe ao Estado da Federação, como se fosse a mãe, da qual nasce o filho, mas exatamente o contrário. A União é a formação, como o próprio nome diz, da união dos Estados que se juntam para formar a federação, idealizada e concretizada pelos federalistas.

Portanto, não há necessidade, numa federação, da União passar os seus bens para o Estado. Com a Constituição, os bens já surgem como patrimônio

público do Estado da Federação, cuja atribuição e autonomia encontra-se igualmente prevista no texto constitucional.

Não se poderia atribuir um direito natural de propriedade da União, em detrimento dos estados, quando em verdade a União surge a partir da união dos Estados e juntamente com estes, com o advento da Constituição Federal.

Essa discriminação dos bens públicos encontra-se na Carta da República não carece de nenhum ato regulamentar do Poder Executivo, bastando apenas que o Estado da Federação promova, ele próprio, a demarcação de suas terras, na forma com a Constituição lhe determina.

Qualquer impugnação da União em relação a eles deve ser feita na forma da lei ou por meio do poder judiciário.

O Estado de Roraima foi criado pela Constituição da República Federativa do Brasil. Em verdade ele foi criado juntamente com um novo Estado Federativo Brasileiro, composto desde o início pela União, os Estados do Distrito Federal e os Municípios.

A União surge, perante o ordenamento jurídico, no exato momento em que surgiu o Estado de Roraima. Daí não haver bens da União a serem repassados ao Estado de Roraima.

O território onde se localiza o Estado de Roraima, na atualidade, era, perante a federação anterior, um Território. Mas com o advento da Constituição Federal de 1988, inaugura-se um novo Estado Federativo, dando-se início à União, ao Distrito Federal, aos Municípios e aos Estados da Federação, dentre eles, o Estado de Roraima. Todos eles detentores do domínio sobre os bens que a própria constituição lhes assegura, na forma do art. 20 e do art. 26, ambos da CF/88.

Portanto, as terras devolutas não compreendidas entre as da União são do Estado de Roraima, na forma do inciso IV do art. 26 da Constituição Federal.

As terras devolutas que pertencem à União são somente aquelas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental e as terras indígenas. As demais são todas do Estado de Roraima.

As terras que atualmente lhe pertencem, na forma do inciso I do art. 20 da Constituição Federal de 1988, não abrangem as terras do antigo Território de Roraima, que foram transferidas de forma expressa para o Estado de Roraima, na forma art. 14 do ADCT

da Constituição Federal de 1988 c/c art. 15, inciso I da Lei Complementar nº 41, de 1981.

Não é por outro motivo que o Supremo Tribunal Federal, em 9 de março do corrente, por ocasião do julgamento da ACO nº 640 entendeu que os bens de que trata o art. 15 da Lei Complementar nº 41/81 são do Estado de Roraima, independentemente de qualquer ato formal da União ou do Incra. Acórdão esse ainda pendente de publicação, cuja razão de decidir se aplica inteiramente a este pedido.

Portanto, as terras devolutas que se localizam no Estado de Roraima a este pertence, por força direta da Constituição Federal de 1988, não carecendo de nenhum ato formal ou regulamentar da União para lhes conferir a devida propriedade.

Assim, o entendimento desse Eg. Supremo Tribunal Federal manifestado no ACO nº 640 pode e deve ser estendido para todos os bens imóveis que pertenciam à União e ao Incra e que foram transferidos ao Estado de Roraima por força do art. 14 do ADCT da Constituição Federal de 1988 c/c art. 15, inciso I da Lei Complementar nº 41, de 1981.

Das Terras do Incra

O patrimônio do Incra, autarquia pública federal, é aquele determinado pelas leis infraconstitucionais, aqueles resultantes de desapropriação visando à reforma agrária, bem como aqueles derivados de negócios jurídicos celebrados na forma da lei civil.

Com o advento da Constituição Federal de 1988, os bens públicos imóveis da União, localizados nos limites do Estado de Roraima, passaram a ser do próprio Estado de Roraima, não havendo, portanto, qualquer bem passível de ser administrado pelo Incra no Estado, que não seja adquirido após a Constituição Federal de 1988, na forma da lei, por via de desapropriação ou aquisição na forma da legislação civil.

Se assim não fosse, teríamos que admitir que o Incra se locupletou dos bens do Estado de Roraima, sem ter que indenizá-lo dessa expropriação, contrariando o que determina o art. 184 da Constituição Federal de 1988.

As terras que o Incra administra nos limites territoriais do Estado de Roraima deveriam ter sido indenizadas ao Estado, na forma da Constituição Federal de 1988, não havendo a possibilidade de sua utilização sem que haja a prévia indenização.

Se assim não fosse, estar-se-ia admitindo a hipótese de a Constituição Federal de 1988 ter 'criado' o Estado de Roraima sem lhe conferir o território, que continuaria a pertencer a uma autarquia federal, des-

provendo-lhe de um dos elementos da figura do Estado que é o seu território.

Por outro lado, ainda haveria a violação ao princípio da justa indenização, já que o Estado de Roraima seria desprovido de compensação financeira com prévia desapropriação. O que evidentemente seria um absurdo.

Com o advento da Cada de 1988, o Estado de Roraima passa a ser o titular de todas as terras devolutas localizados nos limites de seu território, não podendo mais o Incra administrar qualquer terra que pertencia ao antigo território ou à União.

Essas terras são, portanto, de titularidade Estado do Roraima.

Da Desobediência ao art. 49 da Lei nº 10.304, de 5 de novembro de 2001

A considerar que a titularidade dos bens públicos do Estado de Roraima não surgiu com o próprio Estado brasileiro, com a Constituição Federal de 1988, o que se admite apenas ante o princípio da eventualidade, tem-se que a omissão do Poder Executivo Federal em ver resolvida a situação fundiária de Roraima, face ao art. 4º da Lei nº 10.304, de 2001, é patente.

Não há nenhuma ação do governo federal ou do Incra no sentido de legalizar as terras que são do Estado de Roraima, promovendo-se a devida demarcação de todas as áreas da União e do Estado.

Ao contrário, toda ação do Governo Estadual de disposição e discriminação de terras do Estado é fortemente combatida pela União ou pelo Incra, conforme se pode notar nas ações em curso nesse Eg. Supremo Tribunal Federal, como a ACO nº 640, julgada recentemente em favor do Estado de Roraima.

Toda essa situação gera uma significativa insegurança no Estado, já que nem mesmo as residências localizadas no Município de Boa Vista, capital, deixam de ser questionadas pela União ou pelo Incra, como sendo terras da União.

Com isso, fica o Estado de Roraima, e todos os Municípios, desprovidos da segurança jurídica que a Constituição Federal lhes dá, ante a determinação de que os bens públicos localizados no âmbito do Estado de Roraima, a ele pertence, na forma do art. 15. da Lei Complementar nº 41/81.

Do Pedido

Ante o exposto, requer seja recebida a presente ação popular determinando-se;

a) a citação da União na pessoa do Advogado-Geral da União.

b) a citação do Incra, na pessoa de seu Procurador-Geral;

c) a citação do Estado de Roraima, na pessoa de seu Procurador-Geral para contestar ou assumir o feito na qualidade de litis-consorte ativo;

d) a intimação do Ministério Público Federal para funcionar como custos legais, na forma da lei;

e) para instruir o presente feito foi requerido junto ao Incra e à União, a apresentação dos documentos comprobatórios sobre a titularidade das terras do Incra, da União e do ex-território existentes nos limites geográficos do Estado de Roraima, e a forma de aquisição dessas terras, nos termos dos §§ 4º e 5º da Lei nº 4.717/65 LAP, (docs anexos), cujas respostas serão posteriormente encaminhadas para juntada aos autos.

f) requer seja, ao final, julgado procedente o pedido para:

– declarar que todos os bens imóveis que pertenciam ao território de Roraima e à União, que não se enquadram nos dispositivos constitucionais (art. 20 da CF) passaram automaticamente por força do ad. 14 da Constituição Federal ao Estado de Roraima c/c o art. 15 da LC nº 41/81, independentemente de posterior regulamentação infralegal ou de qualquer ato regulamentar: ou,

– diante do princípio da eventualidade, acaso não deferido o pedido supra, que se determine o prazo de 30 (trinta) dias para que a União, por meio do Presidente da República emita a regulamentação determinada pelo art. 4º da Lei nº 10.301, de 2001.

– na hipótese de determinação de prazo, que seja fixada uma multa (astreinte) por cada dia de atraso na referida regulamentação a ser devida em favor do Estado de Roraima.

Protestando provar o alegado por todas as formas em direito permitidas, dá-se à causa o valor simbólico de R\$1.000,00.

Termos em que pede e espera deferimento.

Brasília, 17 de maio de 2005. – **Ranilton Monteiro Neves**, OAB/DF 20561 – **Dênio José Rodrigues Louro**, OAB/DF 21175 – **Alexander Ladislau Menezes**, OAB/RR 226 – **Antônio Glaucius de Moraes**, OAB/DF 15.720.

Pautas Processos Jurisprudência DJ STF-Push Notícias BNDPJ Legislação Institucional Licitações



Brasília, quarta-feira, 22 de março de 2006 - 13:26h

ANDAMENTOS

PETIÇÃO Nr.3404

ORIGEM:RR **RELATOR:** MIN. EROS GRAU

REDATOR PARA ACÓRDÃO: -

REQTE.(S): FRANCISCO MOZARILDO DE MELO CAVALCANTI

ADV.(A/S): RANILTON MONTEIRO NEVES E OUTRO(A/S)

REQDO.(A/S): UNIÃO

ADV.(A/S): ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

REQDO.(A/S): INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA

REQDO.(A/S): ESTADO DE RORAIMA

ADV.(A/S): PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DE RORAIMA

ANDAMENTOS

DATA	ANDAMENTO	OBSERVAÇÃO
18/08/2005	CONCLUSOS AO RELATOR	
05/08/2005	AUTOS	AGUARDANDO DECURSO DE PRAZO
05/08/2005	JUNTADA	MANDADO DE INTIMAÇÃO DO INCRA
05/08/2005	JUNTADA	DA CÓPIA DE MANDADO DE INTIMAÇÃO DO AGU
05/08/2005	INTERPOSTO AGRAVO REGIMENTAL	Juntada Petição: 91018/2005
08/07/2005	INTIMACAO DO AGU	REF. AO DESPACHO PUBLICADO NO DJ DE 1/7/2005.
08/07/2005	INTIMACAO	DO INCRA - REF. AO DESPACHO PUBLICADO NO DJ DE 1/7/2005.
01/07/2005	PUBLICACAO, DJ:	DECISÃO DE 27/06/2005.
27/06/2005	AUTOS	AGUARDANDO PUBLICAÇÃO.
27/06/2005	DECISÃO DO(A) RELATOR(A) - NEGADO SEGUIMENTO	MANIFESTAMENTE INCABÍVEL. PUBLIQUE-SE. ARQUIVE-SE.
21/06/2005	CONCLUSOS AO RELATOR	
21/06/2005	JUNTADA	MANDADO DE INTIMAÇÃO DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA.
21/06/2005	JUNTADA	CÓPIA MANDADO DE INTIMAÇÃO DO ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO REFERENTE PUBLICAÇÃO DE 30/05/2005.
21/06/2005	RECEBIMENTO DOS AUTOS	EM 20/06/2005, DA PGR COM PARECER
08/06/2005	VIDE	MANDADO DE INTIMAÇÃO DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, DEVIDAMENTE CUMPRIDO, NA SPO/1ªT, AGUARDANDO O RETORNO DOS

		AUTOS DA PGR.
06/06/2005	INTIMACAO	DO INCRA - REF. AO DESPACHO PUBLICADO NO DJ DE 30/5/2005.
03/06/2005	VIDE	CÓPIA DO MANDADO DE INTIMAÇÃO DO ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, DEVIDAMENTE CUMPRIDO, NA SPO/1ªT, AGUARDANDO O RETORNO DOS AUTOS DA PGR.
03/06/2005	INTIMACAO DO AGU	REF. AO DESPACHO PUBLICADO NO DJ DE 30/5/2005.
31/05/2005	VISTA AO PROCURADOR-GERAL DA REPUBLICA	
30/05/2005	PUBLICACAO, DJ:	DESPACHO DE 20/05/2005.
23/05/2005	AUTOS	AGUARDANDO PUBLICAÇÃO.
23/05/2005	DESPACHO ORDINATORIO	DE 20/05/05: VISTA AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. PUBLIQUE-SE.
20/05/2005	CONCLUSOS AO RELATOR	
19/05/2005	DISTRIBUIDO	MIN. EROS GRAU

[Mapa do Site](#)
[Ajuda](#)
[Fale Conosco](#)

SITUAÇÃO FUNDIÁRIA DO ESTADO DE RORAIMA

DISCRIMINAÇÃO	AREA (ha)	PERCENTUAL (%)
SUPERFICIE ESTADUAL	22.298.980,00	100,00
TERRAS ARRECADADAS PELO INCRA	10.922.011,10	48,97
Ocupadas por Projetos de Assentamentos	1.241.579,12	5,58
Ocupadas por Unidades de Conservação	1.279.190,00	5,71
Ocupadas por Reservas Indígenas / FUNAI	1.858.775,75	8,34
Ocupadas pelo Ministério da Defesa	23.593,71	0,11
Imoveis Rurais Cadastrados	1.156.968,80	5,18
Terras a Destinar	5.363.905,72	24,05
OUTRAS TERRAS PUBLICAS FEDERAIS	9.592.413,01	43,00
Ocupadas por Unidades de Conservação	1.050.667,00	4,70
Ocupadas por Reservas Indígenas / FUNAI	8.539.614,25	38,29
Ocupadas pelo Ministério da Defesa	2.131,76	0,01
TERRAS ARRECADADAS PELO ESTADO	2.241.180,00	10,05
DIFERENÇA	4.546.624,11	2,04

Fonte: Superintendência Regional do Incra - RR

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Muito obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Concedo a palavra ao orador seguinte, Senador Rodolpho Tourinho, PFL, Bahia; em seguida, o Senador Jonas Pinheiro, PFL, Mato Grosso, e, depois, ao ilustre Senador Antonio Carlos Magalhães, do PFL, da Bahia.

Com a palavra o Senador Rodolpho Tourinho, por 10 minutos.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho hoje à tribuna tratar de um assunto relativo à educação, a criação do Fundeb, e trazer uma grande preocupação dos Municípios brasileiros que já estão atingidos por grande crise financeira e que, com essa posição, poderiam se ver numa situação muito pior. Isso foi levantado pelo Senador Osmar Dias, na medida em que, no projeto do Fundeb, na questão do orçamento, não há indicação de fontes para esses recursos. Esse foi um ponto. O outro ponto é o que foi colocado aqui pela Senadora Ideli, que os impostos municipais estariam fora do processo do Fundeb.

Então, quero reconstituir a verdade de tudo isso, sobretudo em relação àquilo que foi colocado pela Líder do Partido dos Trabalhadores, e dizer que os impostos municipais continuam a fazer parte de todo o processo do Fundo. E mais: o percentual, que era de 15% no Fundef, passa para 20% no Fundeb. Ainda são acrescentados ao Fundo o IPVA, que é dividido normalmente com o Município; o Imposto de Transmissão, e o ITR, que está passando – ou vai passar – a ser municipal.

Então, na verdade, esse problema existe, e a grande preocupação em relação ao Fundeb é que estaríamos com um valor muito pequeno para cobrir aquilo que não foi incluído no projeto original, basicamente a questão das creches, que devem fazer parte do Fundo, mas cujo valor colocado é muito pequeno. Há uma grande legião de crianças para entrar em todo esse processo, e a grande preocupação, a rigor, é exatamente em relação aos compromissos do Governo Federal.

Aí, volto ao Fundef, que tratava do Ensino Fundamental, para dizer que todos os Municípios e Estados cumpriram com sua parte, o que não foi feito pelo Governo Federal em momento algum desde a criação do Fundo. Só para lembrar, cabia aos Estados e aos Municípios aportar para o Fundo 15% do seu ICMS, do seu Fundo de Participação dos Estados, do seu Fundo de Participação dos Municípios, do IPI de exportação e até dos recursos da chamada Lei Kandir.

O que cabia à União? Cabia à União, única e exclusivamente – e era aquilo que ela deveria garantir e não garantiu – que o valor aluno/ano, em todo o País, fosse, no mínimo, igual à média nacional. Isso nunca foi garantido. Em tempo algum, isso foi garantido. Essa diferença só aumentou com o tempo. O valor que deveria ser, em 2005, de R\$990,00 por aluno, Senador César Borges, foi de R\$620,00. Esse número representa 63% de defasagem, mas era menor no início do Fundo: 75%. Além de o Governo Federal não ter cumprido sua parte, ao longo do tempo, isso se agravou.

Trago aqui uma preocupação muito grande, porque essa parte não cumprida pelo Governo Federal representou, em valores correntes, se isso fosse analisado, cerca de R\$25 bilhões. Em valores corrigidos pelo IGPM, seriam cerca de R\$34 bilhões, desde a criação do Fundo até 2005.

Quando se analisa isso, verifica-se que quem perdeu, aliás, como era de se esperar, foi o Nordeste. A grande perda pelo não aporte desses recursos, pela não atualização do valor pela União, coube ao Nordeste, em grande parte do Nordeste e também a Bahia. Assim, o Nordeste arcou com 76% da perda. Os Estados e Municípios ricos não sofreram o que o Nordeste sofreu. Daí a preocupação trazida a esta tribuna no início desta semana – repito – pelo Senador Osmar Dias quanto aos Municípios em relação ao Fundeb.

É preciso também lembrar que, a essa altura, com o crescimento do Fundo, que passa de 15 para 20%, a responsabilidade dos Municípios e dos Estados torna-se muito maior.

Convém lembrar também – e quero deixar bem claro que não somos contra o Fundef nem contra o Fundeb – que, analisando os últimos anos, houve um decréscimo de matrículas no Ensino Fundamental, o que significa que isso foi importante e deve ser atribuído ao êxito do Fundeb. Entre 2002 e 2005, o número de matrículas caiu de 31,9 para 30,1. Em compensação, subiu no Ensino Médio, onde o Fundeb vai atuar sobretudo. Subiu 4,6% no Ensino Médio e caiu 5,8% no Ensino Fundamental, atingidos – claro – os objetivos do Fundef, e mostrando-se claramente esse crescimento do Ensino Médio.

Quero puxar outra vez a preocupação para os Municípios e Estados do Nordeste, porque, enquanto a matrícula no Ensino Médio cresceu 4,6% no País, na Bahia, cresceu o dobro, Senador César Borges. Isso explica, em grande parte, por que estamos aplicando 30%, e não 25%, em educação. Houve um crescimento muito maior do que no restante do País, e o Governo Federal não cumpriu com a sua parte. O Governo anterior já não havia cumprido; o Governo Lula também não está cumprindo. Ocorre, contudo, que neste Go-

verno o problema agravou-se porque essa diferença está sendo ampliada.

Então, entendo que essas preocupações são muito válidas, que esse assunto deve ser discutido e que não poderia, em hipótese alguma, ter sido votado durante a convocação extraordinária do Congresso Nacional, para que fosse, finalmente, aprovado. Esse assunto tem de ser discutido com muita cautela, verificando-se tudo aquilo que precisa ser feito, mesmo porque nossa primeira proposta é de que aquela participação do Governo Federal, prevista para o quarto ou quinto ano, comece no início do Fundeb.

Aliás, isso seria até coerente com a propaganda que o Governo tem feito do Fundeb, como se ele já estivesse em vigor, em andamento, e como se já estivesse trazendo esses R\$4 bilhões ou R\$5 bilhões para aplicação, entregando-os aos Estados e aos Municípios, o que não é verdade. É uma propaganda falsa, enganosa.

Concedo, com muito prazer, um aparte ao Senador César Borges.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Senador Rodolpho Tourinho, V. Ex^a faz uma análise precisa, séria, criteriosa. Como Secretário da Fazenda que foi, hoje como Senador pela Bahia, sabe muito bem do esforço que fizemos no nosso Estado para avançarmos, em especial no Ensino Médio. Nós mais do que dobramos a capacidade de nossas escolas no Ensino Médio para atender a demanda que vinha com a aplicação correta do Fundef e o acréscimo de alunos matriculados no Ensino Fundamental, que demandavam o Ensino Médio. O Estado da Bahia aplicou e fez o mesmo no ensino universitário. São quatro universidades. Creio que V. Ex^a chegou ao ponto a que eu queria chegar no discurso. Enquanto estamos discutindo no Senado de forma técnica e criteriosa a criação do Fundeb, que, frise-se, não está ainda aprovado, o Governo Federal já está veiculando matérias propagandísticas de que fez o Fundeb. A aplicação de recursos federais vai ocorrer ao longo de cinco anos para se chegar ao R\$4,5 bilhões. Mas ele divulga, como propaganda enganosa, que já estaria aplicando R\$4,5 milhões. O Presidente foi à Bahia ontem para dar início a uma nova universidade federal, coisa mais do que justa, pela qual a Bahia reclamava há muitos anos e que foi criada aqui por um projeto autorizativo do Senador Waldeck Ornelas – sabe muito bem V. Ex^a. O Estado tem quatro universidades, Sr. Presidente. O Governo Federal tem apenas uma, que recebe apenas um terço dos alunos matriculados nas escolas federais daquele Estado. Mesmo assim, o Presidente foi lá levando R\$4 milhões para instalar uma universidade. Isso é propaganda enganosa, é demagogia. Isso precisa ser

dito. A análise sobre o Fundef é esta que faz V. Ex^a de forma criteriosa. No mais, é aproveitamento político-eleitoreiro do Presidente da República. Eu agradeço e cumprimento V. Ex^a pelo pronunciamento.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Muito obrigado.

Para concluir, Sr. Presidente, quero dizer que é preciso haver, de imediato, uma alteração naquilo que está proposto aqui, para que o Governo Federal passe a aportar, já no primeiro ano, aquilo que está previsto para ser só no quinto ano.

Outro aspecto com o qual precisamos nos preocupar bastante, refere-se às creches, para que aquelas, que hoje são mantidas pelo setor privado não venham de repente a passar para o setor público, porque o grande problema que temos, a grande batalha que vamos travar é para evitar que o valor por aluno seja reduzido. Se isso acontecer, vamos ter uma queda na qualidade do ensino, vamos voltar atrás tudo aquilo que foi feito com grande sacrifício pelos Estados e Municípios e – quero repetir aqui – pelos Estados e Municípios prejudicados, sobretudo os do Nordeste brasileiro. É isto que temos de evitar, é isto que não podemos tolerar: que mais uma vez os Estados e Municípios mais pobres tenham de arcar com a maior parte das perdas. É contra isso que devemos nos colocar e discutir esse projeto até o final, impedindo que ele seja aprovado como está.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sou eu quem agradeço, Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, Senador Azeredo do PSDB de Minas Gerais.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de me inscrever como Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Já recebi o documento e V. Ex^a está inscrito.

Concedo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro e, em seguida, ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, V. Ex^a havia me anunciado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Anunciei, Senador Antonio Carlos Magalhães, mas a Liderança tem prioridade. Sou obrigado a me submeter ao Regimento, a não ser que o Senador Eduardo Azeredo...

Em seguida, falará o Senador Antonio Carlos Magalhães por cessão do Senador Eduardo Azeredo.

Com a palavra o Senador Jonas Pinheiro por dez minutos.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em anos anteriores eu era aqui porta-voz do sucesso do agronegócio brasileiro. Hoje, com muito constrangimento, estamos aqui fazendo um pronunciamento que põe às claras a crise da agricultura brasileira.

Até a safra 2003/2004, o meu Estado de Mato Grosso atingia níveis elevados de produção de grãos e fibras e chegou a superar as projeções de produção mais otimistas, tanto do governo quanto de especialistas no ramo.

Entretanto, já a partir da última safra, e especialmente na safra atual, a de 2005/2006, as perspectivas são não só pessimistas, mas também muito preocupantes em decorrência de fatores independentes da vontade do produtor, como a queda dos preços internos das *commodities*, a elevação dos custos de produção, a exorbitância das taxas de juros, as restrições à concessão de crédito rural e à renegociação das dívidas dos produtores, além de um câmbio extremamente desfavorável. Em Mato Grosso, deixou de ser cultivado, na presente safra, cerca de um milhão e meio de hectares. No caso do algodão, por exemplo, a redução verificada foi da ordem de 30% em relação à safra anterior e, no caso do arroz, a redução chegou a 60%.

Em vista disso, as estimativas de lucratividade que têm sido feitas para a presente safra só têm sido negativas, demonstrando prejuízo iminente, uma vez que, na outra ponta, a previsão dos custos de produção das principais culturas, como a soja, o algodão, o milho e o arroz, tem demonstrado que esses custos serão maiores do que a receita que os produtores possam auferir delas na colheita.

Nesse particular, a valorização crescente do real frente ao dólar tem um peso importante. Se na safra 2004/2005, o dólar já havia se desvalorizado cerca de 40% entre a época da compra dos insumos e a época de venda da produção, na atual safra essa defasagem se acentuou. Na época de compra dos insumos, o dólar estava cotado em torno de R\$2,40; agora, a previsão é de que, na época da venda da produção da atual safra, ele esteja cotado abaixo de R\$2,10 ou até mesmo abaixo de R\$2,00, como sinalizam alguns analistas econômicos. Haverá, outra vez, um novo descasamento entre os preços pagos pelos insumos e o valor recebido pela produção, o que afeta diretamente a lucratividade da empreitada.

Para dar um exemplo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, somente no último ano o dólar se desvalorizou em 18% e, com isso, o preço da saca de soja

teve uma queda, em real, de 11%. Desse modo, o preço obtido pelo produto não remunera o produtor. Além disso, o custo da logística estrangula ainda mais a margem de lucratividade, uma vez que 30% do preço recebido é gasto com despesas de frete para escoar a safra das regiões produtoras até os centros de consumo e de exportação.

Os sinais da crise também se tornaram muito evidentes por causa da inadimplência de muitos produtores junto aos agentes financeiros, tanto oficiais quanto privados, com a conseqüente desaceleração das atividades das regiões produtoras. Esse fato reflete negativamente no nível de emprego e na arrecadação dos municípios e do estado.

Preocupadas com esses acontecimentos na agropecuária e, mais ainda, com as conseqüências dessa crise na economia local, entidades do setor agropecuário de Mato Grosso criaram, naquele estado, o Fórum Rural MT, formado por onze entidades que representam aquele setor. A finalidade desse Fórum é suscitar o debate do assunto em busca de soluções viáveis para essa crise, a fim de reverter esse preocupante cenário e também articular ações com a finalidade de garantir a recuperação da renda dos produtores rurais e das regiões que têm na agropecuária a sua base de sustentação econômica e de emprego.

Nesta semana, os representantes do Fórum Rural MT estão em Brasília, onde têm mantido entendimentos com representantes do Congresso Nacional e dos Ministérios da Fazenda, da Agricultura, da Integração, do Trabalho e Emprego e ainda com o Banco do Brasil, com vistas a negociar a implementação de medidas que possam minimizar os efeitos dessa crise sobre os produtores rurais e sobre o estado de Mato Grosso.

No Ministério do Trabalho, aquele Fórum apresentou o pleito de que seja aprovada pelo Codefat a proposta apresentada pelo Ministério da Agricultura para alterar as condições de uso dos recursos do FAT – Giro Rural, atualmente com saldo não aplicado de cerca de 2,3 bilhões. No Ministério da Integração, o Fórum Rural MT pleiteia a prorrogação do prazo de pagamento das parcelas de investimento de dívidas contraídas com recursos repassados do BNDES e a prorrogação e adequação dos prazos de pagamento dos financiamentos com recursos do FCO. No Ministério da Agricultura, a equipe vem discutindo um conjunto de medidas que assegurem apoio à comercialização da produção, bem como a sustentação dos preços dos produtos agropecuários em crise de lucratividade, inclusive a soja, que enfrenta uma danosa fase de rentabilidade. O Fórum Rural MT ainda pleiteia a prorrogação do prazo de pagamento das dívidas de

investimento e de custeio dos produtores rurais e das que já foram renegociadas e securitizadas.

Devo confessar, Sr. Presidente, que, ao acompanhar essas negociações, tenho sentido que tem havido bastante sensibilidade quanto a essa crise por parte das autoridades procuradas e também um grande interesse em buscar soluções que possam minimizar os seus efeitos.

Entretanto, Sr. Presidente, sabe-se que, para que essas ações realmente se tornem efetivas, fica-se na dependência da sensibilidade do Ministério da Fazenda, uma vez que, algumas delas, sobretudo aquelas que visam à sustentação de preços, exigem alocação de recursos federais.

Lamentavelmente, ainda não sinto essa desejada sensibilidade por parte das autoridades do Ministério da Fazenda.

Tenho a impressão de que algumas autoridades da área econômica, numa visão distorcida, só de curto prazo, interessam-se mais pela manutenção do preço baixo dos produtos alimentícios no mercado interno, o que favorece a política de controle da inflação e passa à população consumidora urbana uma boa imagem do Governo. É um equívoco de avaliação, pois todos os que estão próximos ao drama dos produtores rurais sabem que a capacidade produtiva deles está no limite e está comprometida; qualquer agravamento na saúde financeira desses produtores só trará conseqüências graves para a estabilidade do agronegócio brasileiro.

Sr. Presidente, no ano passado, o Senado Federal aprovou emenda ao Orçamento-Geral da União, propondo R\$2 bilhões a mais no orçamento do Ministério da Agricultura, a fim de que ele adotasse políticas de apoio à comercialização de produtos agrícolas. Apesar de aprovada a emenda, os recursos correspondentes não foram acrescentados, à época, ao Orçamento, mas o Governo Federal assumira, naquela ocasião, o compromisso de pôr esses recursos à disposição no momento oportuno, a fim de viabilizar essas medidas. Uma parte desses recursos somente foi liberada no mês de dezembro de 2005, após exaustivo processo de negociação, quando já era tarde demais para que ele surtisse os efeitos desejados.

Agora, no presente Orçamento, a Comissão de Agricultura do Senado aprovou emenda ao Orçamento de 2006, propondo reforço de R\$1 bilhão para o mesmo fim. O Relator setorial não pôde, pelas limitações, acolher essa emenda, e estamos trabalhando com o Relator-Geral, para que a acolha.

Sr. Presidente, estamos aqui discutindo se podemos incluir ou não R\$1 bilhão no Orçamento para garantir preços a milhares de produtores rurais e evitar o aprofundamento da crise em um dos setores mais

importantes da nossa economia que, somente nos últimos anos, tem assegurado não somente milhões de empregos, como também superávits recordes em nossa balança comercial.

Estamos discutindo apenas R\$1 bilhão para um segmento que contribui com mais de 40% do PIB brasileiro, enquanto o Governo Federal anuncia com orgulho aumentos na arrecadação de impostos e os nossos Bancos, inclusive o Banco do Brasil e a Caixa Econômica, obtêm lucros bilionários, jamais atingidos, o que é uma incoerência e uma pequenez.

Sr. Presidente, peço mais um minuto para concluir meu pronunciamento.

Por falta de apoio efetivo do Governo Federal à comercialização da produção agropecuária, muitos produtores estão tendo de vender seus produtos a preços aviltados ou, numa atitude de desespero, de recorrer a empréstimos, com taxas elevadíssimas, os quais, certamente, não conseguirão pagar. Veja, Sr. Presidente, que tenho conhecimento de que renegociações de CPR estão sendo feitas entre Bancos e agricultores a taxas de 32% ao ano. Trata-se de suicídio financeiro, pois é certo que a atividade não suporta encargo em nível tão elevado.

É importante ressaltar que os produtores rurais não estão solicitando anistia de dívidas, nem privilégios ou vantagens descabidas. Solicitam medidas de apoio tão-somente para suportarem este momento de crise, que, é bom que se ressalte, é devido mais às conseqüências das políticas cambial e de juros, a fatores incontrolláveis da natureza, à elevação dos custos devido ao aumento da carga tributária, à deterioração da malha viária e à inadequação da estrutura de escoamento e de exportação brasileira.

Assim, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero aqui, na condição de guardião do agronegócio brasileiro, apelar ao Governo Federal para que assegure os recursos federais com vistas a poder dar ao agricultor brasileiro o devido apoio neste momento de crise por que passa a agricultura. Não se pode, depois de profundo esforço e de elevados investimentos feitos por anos a fio, assistir passivamente ao agravamento da crise a ponto de comprometer a “galinha dos ovos de ouro” da nossa economia e de ter seus efeitos em outros segmentos da sociedade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Eu é que lhe agradeço, nobre Senador Jonas Pinheiro.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Mão Santa, do PMDB do Piauí.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente João Alberto, pedi permissão para falar, porque, ontem, fizemos um requerimento que foi encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Tratava-se de requerimento de congratulações a um grupo empresarial vitorioso, à TV Cidade Verde do Piauí, cujo Diretor-Presidente, ex-Deputado Federal, é o Suplente desse extraordinário Senador Heráclito Fortes, do Piauí.

Então, eu e Heráclito Fortes estamos aqui, juntos, porque o dia é hoje, a festividade é hoje, o motivo de glória para o Piauí é hoje, uma vez que se trata de órgão de comunicação do qual nos orgulhamos e que pertence ao Dr. Jesus Elias Tajra e a seu filho, Jesus Elias Tajra Filho.

Gostaria também de congratular os jornalistas e apresentadores Amadeu Campos; Elivaldo Barbosa; Nadja Rodrigues; Elvira Raulino, Laércio Andrade; Virgínia Fabris; Herbet Henrique e Cleiton Riedel, assim como os que por lá passaram, tais como Gilberto Melo (**in memoriam**); Carlos Augusto de Araújo Lima, extraordinário homem público; Luís Carlos Maranhão; Deoclécio Dantas; Chico Viana e todos os funcionários que, hoje, contribuem de certa forma para a boa imagem da TV Cidade Verde no Piauí.

É essa a homenagem que eu e o Senador Heráclito Fortes fazemos aqui no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, por dez minutos. Em seguida, concederei a palavra, pela Liderança do PSDB, ao Senador Eduardo Azeredo.

Tem a palavra V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Li, hoje, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, uma declaração – que, há pouco, estava sobre a mesa e que ainda deve estar lá – em que o Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh faz um ataque pessoal a mim, dizendo que agora ia me responder todas as vezes que o Lula fosse atacado. Agora, realmente, há a tese no PT de ganhar prêmio para defender Lula. É o que notamos neste Senado, e, evidentemente, isso está existindo em vários lugares.

S. Ex^a me acusava de ter violado o painel. Esse assunto foi tratado nesta Casa e no Supremo Tribunal Federal, onde foi arquivado. Pouco importa isso!

Mas mandei um fax para o Sr. Greenhalgh – que fala publicamente, mas que, depois, aqui diz outra coisa –, nestes termos:

Sr. Deputado, tomei conhecimento pela imprensa de declarações suas me atacando, inclusive dizendo que vai me responder quando eu criticar o Presidente Lula. Falta-lhe autoridade comigo, que nunca lhe pedi nada e sempre fiz favores, para sofrer de sua parte qualquer ataque. Lembre-se quando o povo paulista o derrotou e tive a caridade de lhe oferecer cargo na Presidência do Senado para o seu sustento. Você não aceitou e preferiu fazer o tipo de advocacia que você gosta de fazer, a de defender criminosos, como no caso comprovado da morte de Celso Daniel. Mesmo assim, quando você disputou a Presidência da Câmara, foi à Bahia me pedir apoio e recebeu apoio da minha Bancada, embora tivesse sido repudiado pelos votos dos Parlamentares. Não aceito ameaças de quem está acostumado a viver no crime e lhe peço que me respeite para que, apesar de tudo, eu possa lhe dar o mínimo de respeito. Responda-me sempre que quiser, pois eu saberei, com a verdade, demonstrar quem é você [e as suas mentiras].

Acaba de chegar um fax do Sr. Luiz Eduardo Greenhalgh, em resposta ao que lhe mandei às 13 horas:

Recebi seu fax e respeito a sua indignação. Não tenho compromisso com o erro e não tenho qualquer constrangimento em desculpar-me se o ofendi com minha declaração publicada no jornal O Estado de S. Paulo, em sua edição de hoje. É o que faço agora. Em meio ao turbilhão de ataques que o meu partido vem sofrendo nos últimos tempos, julgo, de fato, ter me excedido, talvez pela exaltação resultante da lamentável guerra político-partidária vivenciada nos últimos meses, que desmerece o Parlamento e acaba por contaminar os seus integrantes.

Portanto, reitero o respeito que tenho por V. Ex^a, ao tempo em que também lastimo e custo acreditar no conceito que V. Ex^a demonstra ter de minha pessoa, expressa em seu fax. Senador, tenho orgulho de minha biografia como advogado e homem público, cuja vida foi dedicada à luta pela garantia dos direitos humanos. Não sou advogado de criminosos e não vivo do crime. Não temo a verdade, pois, com base nela, construí minha história. E atividade parlamentar é apenas uma parte dela.

Anseio para que, sinceramente, continuemos a manter nosso relacionamento de respeito mútuo, que transcenda as diferenças ideológicas, partidárias, superando o episódio.

Seria deselegante se eu não lesse o fax, mas é muito fácil atacar em público e pedir desculpas em particular. Isso não admito!

Portanto, passo agora a tratar do meu prato principal e a esperar as respostas do Sr. Greenhalgh ou daqueles que querem prêmios do Governo Lula.

Lula foi à Bahia. Está aqui a manchete: “Indiferença popular marca visita de Lula”. Podem falar que esse jornal não quer falar a verdade, porque tem ligações comigo. E de fato tem. Toma-se o jornal que faz oposição a mim, outra manchete: “Muitos ficaram indiferentes à presença do Presidente” – jornal **A Tarde**, um dos de maior circulação no Nordeste.

Sr. Presidente, havia ali uma série de papéis meus – provavelmente, não houve nenhum petista para tirá-los –, que demonstrava com muita clareza que o Governo Lula caminha para uma situação cada vez mais difícil do ponto de vista moral. Ele próprio diz, num desses recortes da imprensa de hoje, que a crise está chegando ao Palácio e que o Ministro Palocci agora está mais no Palácio do que no Ministério da Fazenda.

Todos estão notando que a situação do Presidente Lula cai a todo instante, e não temos por que lamentar, apenas ficar gratificados, porque se abre neste País uma nova oportunidade de vida.

Moralmente, este Governo não tem condições de fazer o que fez com o sigilo de um pobre caseiro. Hoje mesmo, o jornal **O Estado de S. Paulo** exige de nós uma atitude mais firme e mais forte. Realmente, não podemos desrespeitar as decisões do Poder Judiciário, mas precisamos exigir uma verdadeira harmonia com esse Poder. Cabe ao Presidente Renan Calheiros tomar as providências indispensáveis para que isso ocorra.

Sr. Presidente, quem deve depor é o Lulinha; é a Telemar, que sustenta o Lulinha com R\$15 milhões; é o Okamoto, que paga as contas do Presidente e de seus familiares; é o Roberto Teixeira, que é um beneficiário permanente do Presidente da República.

Não se pode fazer vingança, Sr. Presidente, com os menos favorecidos. E, no Brasil, não se fala em outra coisa, porque são burros, não sabem nem mesmo constranger moralmente o pobre do caseiro, que não tem culpa de ter presenciado cenas, não do Ministro, mas dos amigos do Ministro, nessa residência.

Portanto, digo a esta Casa: vamos crescer moralmente! Não vamos fazer guerra com o Supremo Tribunal Federal; ao contrário, vamos procurar métodos conciliatórios, mas sem perder a dignidade da Casa. A

dignidade não será perdida, se não houver as reações devidas com aqueles que merecem essas reações!

Sr. Presidente, mais uma vez, digo ao Brasil que o Senado Federal não vai se curvar às benesses do Presidente da República.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, estou terminando.

Acima dos favores ocasionais está a dignidade do ser humano, representada aqui pelos verdadeiros representantes do povo e não por aqueles que, por causa de uma verbinha de um Orçamento corrupto... Porque o Orçamento da República é corrupto e está se fazendo corrupção ainda agora. Por isso a votação está sendo difícil. Não o votamos por causa do Presidente e dos seus asseclas.

Sr. Presidente, temos de reagir. O Presidente do Senado – tenho dito isto várias vezes, porque eu o respeito e tenho profunda admiração por ele – não tem sido subserviente, mas precisa ser mais duro nas suas posições, principalmente com o Executivo.

Avaliem V. Ex^{as} que, no caso tratado pelo Senador César Borges da renegociação das dívidas, o que se fez é inacreditável: um veto total ao projeto feito pelas duas Casas do Congresso e, depois, a apresentação de um arremedo de renegociação que não ajuda nenhum dos agricultores brasileiros e é feito justamente para criar mais problemas.

Sabemos que o que este Governo faz é o que fez ontem na Bahia. Não fez coisa alguma. Lançou a pedra fundamental de uma universidade, criada pelo Senador Waldeck Ornelas, com parecer e incentivo meu. Visitou as obras na comunidade de Alagados, na Bahia, outra obra minha com o Ministro Andreazza, e continuada, recentemente, pelo Senador César Borges e pelo Governador Paulo Souto, com o programa Viver Melhor. É isso o que ele foi fazer lá.

No mais, disse que somos invejosos. Ninguém tem inveja de ladrão. Ninguém pode ter inveja de corrupto. Ninguém pode ter inveja de quem não sabe fazer coisa alguma pelo bem do Brasil, mas sabe dilapidar o Erário. É o que ele está fazendo: dilapidando o Erário, com a conivência de muitas pessoas ilustres que, infelizmente, não compreendem o seu papel numa hora tão difícil do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Eu que agradeço, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azere-do, pela Liderança do PSDB, por cinco minutos, para uma comunicação inadiável.

Em seguida, vou conceder a palavra ao Senador Maguito Vilela, intercalando os Senadores, porque não é justo que um Senador chegue ao plenário às 14 horas, peça a palavra para fazer uma comunicação inadiável e não use a palavra. O Senador Maguito Vilela fez, inclusive, um acordo com o Senador Flexa Ribeiro, que estava à sua frente, com o Senador Almeida Lima, para que...

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. *Fora do microfone.*) – Com o Senador Almeida Lima, não, apenas com o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Então, com o Senador Flexa Ribeiro...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, quando eu falarei?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex^a falará em seguida ao Senador Maguito Vilela.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pois não. Está com a palavra o Senador Eduardo Azeredo, por cinco minutos, a quem peço desculpa.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela Liderança do PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não passa um dia sequer sem que algum membro da cúpula do Poder Executivo apareça na mídia cantando loas ao próprio Governo; contando proezas sobre realizações extraordinárias; alardeando que atingiu todos os recordes em todos os campos da atividade governamental.

Entretanto, ao menos em relação a um setor da vida nacional – a agropecuária –, o Planalto parece ter-se emudecido ultimamente. Há tempos não se vê mais publicada nenhuma notícia grandiloquente sobre os resultados da nossa economia rural, sobretudo do segmento do agronegócio, embora gere mais renda, mais divisas e mais empregos que muitas outras áreas da atividade econômica. E não têm saído boas notícias não é porque o Governo tenha de repente resolvido moderar sua voracidade em matéria de propaganda. Não. A verdade é outra. Na safra do ano de 2004, até que houve crescimento de alguns índices positivos de produção e comercialização no setor agropecuário. Mas agora, que se aproxima a safra deste ano e já se conhece a do ano passado, o Governo não tem nada para alardear sobre grandes feitos na área. Ao contrário, os números já calculados são altamente preocupantes, sobretudo ao levar-se em conta que a agropecuária como um todo e especialmente seu subsetor mais avançado, o agronegócio, são pilares fundamentais da nossa economia ainda muito dependente da produção e exportação de **commodities**.

A queda do PIB do agronegócio foi de quase 5%. Para ser exato, 4,7%, no ano passado, em comparação com o ano de 2004. Isso representa, em valores absolutos e nominais, mais de R\$26 bilhões a menos na área da agricultura. E que, na avaliação abalizada do Chefe do Departamento Econômico da Confederação Nacional de Agricultura – CNA, Getúlio Pernambuco, significou “os piores resultados para o agronegócio brasileiro nos últimos seis anos”.

Esses são números apurados em estudos feitos pela Confederação em parceria com o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Universidade de São Paulo. Portanto, agora que estamos apontando essa inquietante realidade, que o Governo não venha negá-la, como costuma fazer, tapando o sol com a peneira e repetindo propaganda como se fosse expressão da verdade.

Os fatos aí estão e contra eles não há argumentos. A própria modéstia da estimativa do IBGE informa que o PIB da agropecuária cresceu, no ano passado, exatos 0,8%. Em comparação com 2004, indica a reversão da tendência de crescimento verificada dois anos antes.

Mesmo que o IBGE não queira rever seus números, como recomenda Getúlio Pernambuco, o índice de 0,8 constatado é reduzido demais. Se considerarmos os segmentos da agropecuária brasileira, as preocupações crescem. As exportações de carnes de frango e de porco caem, por efeito da gripe aviária, e não se vê nenhuma campanha de demonstração das condições de sanidade das produções avícolas e suínas.

Por sua vez, durante a safra de laranja que terminou, houve queda de mais de 5,5% nas vendas externas de suco concentrado e congelado.

É evidente que o câmbio também tem influenciado negativamente, afetando muito as nossas exportações.

Com igual tendência de redução, apresenta-se a produção de leite. Esta deverá aumentar apenas 3% neste ano, contra 13% de crescimento verificado no ano anterior. Embora os preços dos insumos, como o milho e a soja, tenham sofrido também baixas, o consumo interno de leite continua crescendo muito pouco.

Permanece baixo o crescimento da economia brasileira e da renda nacional. Até hoje, faltando apenas nove meses de governo, aguarda-se a geração dos 10 milhões de empregos prometidos na campanha de 2002!

Em meu Estado, Minas Gerais, a situação dos agropecuaristas é tão delicada face ao custo do dinheiro, à contenção do consumo interno e das exportações,

que nossos produtores de leite precisaram providenciar medidas de racionalização de logística e custos para suportar as dificuldades.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Cerca de seis mil produtores de onze entidades e cooperativas, que colocam no mercado diariamente cerca de 1,3 milhão de litros de leite, organizaram-se num *pool* para redução de custos de transporte e compras de insumos: única solução para contornarem a crise.

Ouçó, com muito prazer, o Senador Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Eduardo Azeredo, interfiro no seu bem fundado pronunciamento para dizer que essa situação é inacreditável. As coisas importantes do Brasil, o crescimento da economia, uma política para o agronegócio, que está rolando água abaixo...

(Interrupção do som.)

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – ...conforme V. Ex^a está bem afirmando no seu pronunciamento, não se vê uma palavra governamental, Senador Eduardo Azeredo. O Governo não acena com nenhuma solução, não acena com crédito maior, não acena com taxas de juros menores, não acena com absolutamente nada. É como se devesse ficar assim mesmo. Deixa assim, vamos esvaziar o campo de uma vez. Não vale a lição do estadista americano que diz que, quando se empobrece o campo, a violência e a crise aumentam nas cidades. O que se ouve do Governo é apenas defesa, justificativa naquilo que não precisava existir. Só se ouve explicações negando ou afirmando algo a respeito da moralidade pública, mas ninguém dá uma palavra de incentivo ao agricultor brasileiro, ninguém dá uma palavra de incentivo ao pecuarista que vê as suas economias se esvaírem. E nós, que somos de Mato Grosso do Sul, como V. Ex^a é de Minas Gerais, onde o agronegócio é de fundamental importância, vemos o campo empobrecendo cada vez mais, as pessoas saindo do campo. Onde nós vamos parar, Senador Eduardo Azeredo? É isto o que devemos fazer aqui, nesta Casa: devemos ser mais contundentes. Peço isso a V. Ex^a – e ao Senador Maguito Vilela, do Estado de Goiás – que tantas vezes tem-se pronunciado desta tribuna, para que formemos um time aqui dentro para defender a economia nacional, para defender os interesses do Brasil. Está tudo esparramado, disperso; está tudo banalizado, até mesmo a produção, Senador Eduardo Azeredo! Sr. Presidente, V. Ex^a sou a campainha e com razão, não sei se por causa do meu tom de voz ou por causa do tempo.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Por causa do tempo, Senador.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – De qualquer forma, peço-lhe desculpa, mas não estou conseguindo me conter mais diante desse quadro anárquico em que vive a Nação brasileira.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Senador Ramez Tebet, V. Ex^a tem toda razão. Agradeço-lhe o aparte.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Conclua o seu pronunciamento, por gentileza, Senador.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sim, estou caminhando para a conclusão, Sr. Presidente.

Eu falava do leite, de que Minas é o maior produtor. Há pouco o Senador Jonas Pinheiro falou sobre a soja. A carne, em Minas, era valorizada a R\$56,00 a arroba há dois anos; agora está sendo vendida a R\$45,00. Portanto, passados dois anos, os produtos agrícolas se desvalorizaram e os insumos continuaram crescendo.

Caminhando para a conclusão, quero lembrar ainda que hoje é o Dia Mundial da Água. É fundamental para a produção agrícola e para a pecuária que também cuidemos da preservação dos nossos rios. Que fique aqui também um brado de alerta em relação ao rio São Francisco, que interessa tanto ao meu Estado de Minas Gerais!

Quero deixar aqui, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta palavra, que apela ao Governo para que assegure financiamento, acessível e barato; infra-estrutura de escoamento e de armazenagem; investimentos em pesquisa científica e tecnológica. Fora isso, falar em crescimento e desenvolvimento da agropecuária brasileira torna-se, na verdade, “conversa para boi dormir”. Precisamos de ação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR EDUARDO AZEREDO.

Senhor Presidente, Senhoras Senadoras, Senhores Senadores.

Não passa um dia sequer sem que algum membro da cúpula do Poder Executivo apareça na mídia cantando loas ao próprio governo; contando proezas sobre realizações extraordinárias; alardeando que atingiu todos recordes em todos os campos da atividade governamental.

Entretanto, ao menos em relação a um setor da vida nacional – a agropecuária –, o Planalto parece ter se emudecido ultimamente, ao menos dessa vez.

Há tempos não se vê mais publicada nenhuma notícia grandiloquente sobre os resultados da nossa

economia rural, sobretudo do segmento do agronegócio, embora gere mais renda, mais divisas e mais empregos que muitas outras áreas da atividade econômica.

E que, na avaliação abalizada do chefe do Departamento Econômico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Getúlio Pernambuco, significou “os piores resultados para o agronegócio brasileiro nos últimos seis anos”.

Esses são números apurados em estudo feito pela Confederação em parceria com o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Universidade de São Paulo. Portanto, agora que estamos apontando essa inquietante realidade, que o Governo não venha negá-la, como costuma fazer, tapando o sol com a peneira e repetindo propaganda como se fosse expressão da verdade.

Senhor Presidente, Senhoras Senadoras e Senhores Senadores.

Os fatos estão aí e contra eles não há argumentos! A própria modéstia da estimativa do IBGE, informa que o PIB da agropecuária cresceu no ano passado de 1 por cento – exato zero vírgula oito por cento. Em comparação com 2004, indica a reversão da tendência de crescimento verificada dois anos atrás.

E não tem saído boas novidades não é porque o Governo tenha de repente resolvido moderar sua voracidade em matéria de propaganda. Não!

Na safra do ano de 2004, até que houve crescimento de alguns índices positivos produção e comercialização no setor agropecuário. Mas agora que se aproxima a safra deste ano e já se conhece a do ano passado, o Governo não tem nada para alardear sobre grandes feitos na área!

Ao contrário, os números já calculados são altamente preocupantes, sobretudo ao levar-se em conta que a agropecuária como um todo e, especialmente, – o seu sub-setor mais avançado – o agronegócio – são pilares fundamentais da nossa economia, ainda muito dependente da produção e exportação de **commodities**.

A queda do PIB do agronegócio foi de quase 4,7 por cento no ano passado, na comparação com o ano de 2004. Isso representa em valores absolutos e nominais mais de 26 bilhões de reais.

Mesmo que o IBGE não queria rever seus números, como recomenda Getúlio Pernambuco, o índice de zero vírgula oito por cento constatado pelo Instituto é reduzido demais. Portanto, não permite ao Governo propagar nenhum ufanismo.

Se considerarmos segmentos da agropecuária brasileira, as preocupações crescem. As exportações de carne de frango e porco caem por efeito da gripe

aviária e não se vê nenhuma campanha de demonstração da condição de sanidade das produções avícola e suína.

Por sua vez, durante a safra de laranja que terminou, houve queda de mais de 5,5 por cento nas vendas externas de suco concentrado e congelado.

E com igual tendência de redução, apresenta-se a produção de leite. Esta deverá aumentar apenas 3 por cento neste ano, contra 13 por cento de crescimento verificado no ano passado. Embora os preços dos insumos, como o milho e a soja, tenham sofrido baixas, o consumo interno de leite continua crescendo pouco.

Permanece baixo o crescimento da economia brasileira e da renda nacional. Até hoje, faltando apenas nove meses de governo, aguarda-se a geração dos 10 milhões de empregos prometidos na campanha de 2002!

Em meu estado, Minas Gerais, a situação dos agropecuaristas é tão delicada face ao custo do dinheiro, à contenção do consumo interno e das exportações, que nossos produtores de leite precisaram providenciar medidas de racionalização de logística e custos para suportar as dificuldades.

Cerca de seis mil produtores de 11 entidades e cooperativas, que colocam no mercado diariamente cerca de 1,3 milhão de litros de leite, organizaram-se num **pool** para redução de custos de transporte e compras de insumos: única solução para contornarem a baixa remuneração do segmento.

Senhor Presidente, Senhoras Senadoras e Senhores Senadores.

Como rapidamente expus, a conjuntura vivida atualmente pela agropecuária brasileira exige muito mais atenção e cuidados do Planalto que os meros e fáceis discursos de exaltação.

Não basta trombetear a ampliação do volume de crédito rural ou das exportações do agronegócio, ou ainda dos contratos do Pronaf.

O setor agropecuário precisa de recursos suficientes e aplicados com agilidade e em tempo hábil, com um olho na conjuntura do mercado mundial de **commodities** e o outro no mercado consumidor nacional, de modo que se complementem e proporcionem segurança ao produtor.

Expressivas aplicações governamentais de recursos, ontem, podem ser insuficientes hoje. Se faltar mercado externo num momento, há de se suprir as vendas e a remuneração dos produtores no mercado interno!

Ou seja, recursos para a agropecuária não são apenas sazonais; dependem sim, de uma opção política persistente, estável e compromissada pra valer com o setor!

Também não adianta o Governo Federal sonhar – para não dizer delirar – com aberturas fantásticas de mercado no Exterior, em função de quiméricas quedas de barreiras protecionistas por parte de países que também precisam cuidar – e cuidam bem – de seus produtores rurais, particularmente de seu agronegócio.

Dia mundial da água (rio São Francisco)

A União Européia acaba de anunciar que sua prioridade são os acordos multilaterais no âmbito da Organização Mundial de Comércio.

E não são prioritárias de imediato, as negociações com o Mercosul e, por via de consequência com o Brasil, em torno de uma suposta abertura de seu mercado aos produtos agrícolas estrangeiros.

A concorrência internacional é dura e cotidiana também no mercado agropecuário.

Mais razão ainda para o Governo Federal assumir para o setor uma política que vise a altos ganhos de produção, produtividade, qualidade e competitividade.

Imprimir à agropecuária o dinamismo que o Brasil requer, a fim de continuar gerando as divisas e os milhões de empregos que o País necessita, implica tomar o setor como atividade estratégica nacional.

Implica assegurar-lhe financiamento farto, acessível e barato; infra-estrutura de escoamento e armazenagem; investimentos em pesquisa científica e tecnológica; e remuneração condigna! Fora disso, falar em crescimento e desenvolvimento da agropecuária brasileira se torna conversa pra boi dormir!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Eduardo Azevedo.

Concedo a palavra ao Senador Maguito Vilela, por permuta com o Senador Flexa Ribeiro, por cinco minutos.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o PMDB chega este mês aos seus 40 anos de uma existência forjada na luta inabalável pela democracia e na defesa do povo brasileiro. E chega como o Partido que, com suas bandeiras de luta pela justiça social e pelo desenvolvimento, mantém-se forte e enraizado em cada região deste imenso País.

Muitas vezes se apregoa a decadência e até o fim do PMDB. E a cada vez que os adversários lançavam essas profecias, o Partido ressurgia das urnas, pelas mãos da vontade popular, revigorado e mais forte, o que comprova a grande sinergia existente entre o PMDB e o povo brasileiro.

O PMDB resistiu a perseguições da ditadura, a tentativas de esvaziamento e chega aos 40 anos exibindo muita força e muita vitalidade. O Partido tem representação com diretórios municipais em 4.671 cidades. São nove Governadores, três Vice-Governadores, 21 Senadores, 82 Deputados Federais, 140 Deputados Estaduais, além de dois mil prefeitos e vice-prefeitos e quase 10 mil Vereadores. E o mais importante: mais de dois milhões de filiados e 15 milhões de simpatizantes em todo o Brasil, o que lhe confere, em qualquer pesquisa de opinião, o título de Partido mais querido do Brasil.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, passados 40 anos de lutas e vitórias, de uma interação total com a sociedade, o PMDB permanece forte, com um projeto ousado de desenvolvimento, praticando a democracia interna. No último domingo, em todo o País, foram realizadas prévias para a escolha do pré-candidato à Presidência da República e dos candidatos a Governador em vários Estados brasileiros. Foi mais um exemplo de respeito às bases peemedebistas em todos os recantos do País. Um gesto de reconhecimento por aqueles que são os mais importantes líderes do PMDB, porque sustentam o Partido em cada cidade e em cada região.

Em Goiás, houve um comparecimento maciço às prévias. Os Líderes municipais escolheram livremente seus candidatos a Governador e a Senador. E quero aqui agradecer a todos os meus companheiros de Goiás que me escolheram para representar o PMDB na disputa pelo Governo do Estado. Cumprimento também ao advogado Ney Moura Teles, que disputará uma vaga no Senado e que, a partir do ano que vem, com o apoio dos goianos, estará aqui, nesta Casa, honrando o nosso Estado e trabalhando pelo Brasil.

Da mesma forma, saúdo outros dois companheiros nossos que concorreram às prévias: o Prefeito da Cidade de Catalão, médico, Adib Elias, e o ex-Deputado Federal Luiz Soyer. Adib é um dos melhores administradores do País, e Soyer, um democrata, cuja história política se confunde com a história do glorioso Manda Brasa.

Adib e Soyer, assim como todos os companheiros do PMDB, contribuíram para esse exemplo fantástico de democracia interna. Eles e todos nós, do PMDB em Goiás, sob a liderança do grande Prefeito de Goiânia, Iris Rezende Machado, estamos unidos e dispostos, com o objetivo de alcançar a vitória em outubro para fazer um grande trabalho por Goiás e pelo Brasil. O PMDB entra fortalecido na campanha que se avizinha.

Ao finalizar, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, cumprimento cada filiado do PMDB, cada militante, cada simpatizante do Partido pelos 40 anos de lutas deste

que é o Partido do Brasil. É preciso mirar as forças dos exemplos do passado, do legado de figuras como Ulysses Guimarães e Tancredo Neves, para que possamos continuar lutando pela construção de um País mais desenvolvido e mais justo com seus cidadãos.

Viva o PMDB pelo transcurso dos seus quarenta anos! Viva o povo brasileiro!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Maguito Vilela, agradeço a V.Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Antonio Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria providências da Mesa – inclusive o Senador Renan Calheiros está extremamente interessado no assunto – sobre a votação hoje, aqui, para a escolha da Ministra Ellen Gracie para a Presidência do Supremo Tribunal Federal.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador, eu gostaria que V. Ex^a ligasse o microfone. Ele não está ligado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Está ligado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Melhorou agora.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – O erro é lá de cima, que está habitualmente errado. Há mais de dez anos que eles erram!

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex^a faz uma solicitação ao Senador Renan Calheiros para a votação de hoje?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Para saber a que horas será votada a matéria referente à indicação da Ministra Ellen Gracie.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto. PMDB – MA) – Sim.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – A Mesa deve ter um calendário!

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Estamos aguardando. Tenho a impressão de que o Senador estava em reunião com as Lideranças. Há pouco, chegou ao plenário o Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB do Amazonas.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Tenho a impressão de que a reunião é outra, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Estamos aguardando o Senador Renan Calheiros.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – O Ministro Carreiro está aí para isso!

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Já ligamos para todas as Lideranças, inclusive, para convocar os Srs. Senadores a fim de que se proceda à votação.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pois não, Senador.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem.) – Peço a palavra como Líder do PSDB, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex^a está inscrito.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiramente, desejo cumprimentar o Sr. Milton Zuanazzi, que assumiu a Presidência da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), no dia 20 de março. Fui o Relator da indicação do Sr. Milton Zuanazzi.

Para ser aprovado o seu nome, houve uma “rasgação de seda” nesta Casa! Depois de aprovado, defendi, com unhas e dentes, o nome dele. Porém, ele foi nomeado e não nos comunicou o fato. Não sei por quê. Ele nem sequer agradeceu os votos que recebeu no Senado para que fosse indicado como Presidente da Anac.

Apesar de ele não ter agradecido ao Senado nem nos ter convidado, quero cumprimentar o Sr. Milton Zuanazzi. Espero que ele não tenha preguiça de exercer sua função, como teve preguiça de comunicar e de agradecer sua nomeação ao Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio como Líder do PSDB.

Senador, eu já havia anunciado a palavra para o Senador Heráclito Fortes.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Se V. Ex^a me permitir, logo em seguida, concederei a palavra a V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de o Senador Heráclito Fortes falar, eu queria dar uma satisfação à Casa, que é o fato de o Senador José Agripino e eu termos dado uma entrevista coletiva sobre a tal falsa lista de Furnas. Então, encaminho à Mesa um breve resumo de quem são dois dos responsáveis: Luiz Fernando Carceroni e Rogério Corrêa, este último, Deputado Estadual pelo PT de Minas e Vice-Presidente da Assembléia; o primeiro, militante do PT. Os dois estão enrolados mais do que se possa imaginar, mais do que espiral de qualquer coisa. Aqui constam as ações do PSDB e do PFL sobre a falsidade da lista de Furnas; ações judiciais contra o lobista Nilton Monteiro e Luiz Fernando Carceroni; requerimento na Polícia Federal de depoimentos, pedindo a acareação do lobista Nilton Monteiro com Luiz Fernando Carceroni e o Deputado Estadual Rogério Corrêa; representação na Procuradoria-Geral da República por improbidade administrativa, pedindo enquadramento por improbidade administrativa e prevaricação do Presidente da Funarte, Sr. Antonio Grassi, que andou espalhando essa lista falsa via *e-mail* oficial, gastando dinheiro do povo com isso. representação também na Procuradoria Parlamentar da Câmara dos Deputados, dirigida ao Deputado Ney Lopes, pedindo que sejam identificados aqueles *sites* que disseminaram, intencional e deliberadamente, na Internet a cópia da lista de Furnas. Espero que não tenha Deputados, mas, quem sabe...

Muito bem, Sr. Presidente. Também vai para o Sr. Zambroni, com cópia para o Sr. Antonio Fernando Barros de Silva e Souza. Estamos aqui requerendo a apuração, em especial também nesses autos, das condutas configuradoras em tese de concurso de pessoas por parte do Sr. Luiz Fernando Carceroni e Rogério Corrêa. Pedem isso o PSDB e o PFL.

E também ao Sr. Antonio Fernando Barros Silva e Souza, Procurador-Geral da República, estamos nós, do PSDB e do PFL, também requerendo enquadramento em ato de improbidade administrativa do Presidente da Funarte, Sr. Antonio Grassi. Perfeitamente isso, Sr. Presidente.

Estou encaminhando tudo para a Mesa, Sr. Presidente. Em seguida, aguardo que V. Ex^a me conceda a palavra.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Exmº Sr. Antônio Fernando Barros de Silva e Souza,
DD. Procurador-Geral da República

Referência: Atos de Improbidade Administrativa, em tese, no âmbito da Fundação Nacional de Artes – FUNARTE

Assunto: Representação para os fins

Os Líderes do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB e do Partido da Frente Liberal – PFL, no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, ao final assinados, vêm, respeitosamente, com fundamento na Constituição da República, art. 129, inciso III, na Lei nº 8.429/1992 (“Lei da Improbidade Administrativa”), e na Lei nº 7.347/1985 (“Lei da Ação Civil Pública”), formalizar a presente representação, para tanto expondo o que se segue:

I – Dos Fatos e do Direito

1. Desde o dia primeiro de janeiro deste ano, os sítios da Internet têm sido bombardeados por uma série de e-mails contendo uma carta, assinada pelo Sr. Luiz Fernando Carceroni (Doc. nº 1), divulgando como se fosse “verdadeira” e “autêntica” uma lista contendo 156 nomes de supostos “beneficiários” de repasses ilegais de recursos na campanha eleitoral em 2002.

2. A referida lista é composta, na verdade, por cópias reprográficas tiradas de uma outra cópia reprográfica que, por sua vez, teria sido hipoteticamente “autenticada” em cartório na data de 22-9-2005, contendo o nome de 156 (cento e cinquenta e seis) integrantes de 12 (doze) partidos políticos e a suposta “assinatura” de Dimas Fabiano Toledo, ex-Diretor de Engenharia da empresa estatal Fumas – Centrais Elétricas S.A.

3. De acordo com os papéis, todas as pessoas mencionadas na lista teriam recebido vantagens ilícitas decorrentes de um alegado esquema de arrecadação de doações irregulares de campanha, no valor total de R\$39.665.000,00 (trinta e nove milhões seiscentos e sessenta e cinco mil reais).

4. O Sr. Luiz Fernando Carceroni, nesta mesma correspondência, acusa que a fonte dos papéis é o Sr. Nilton Antônio Monteiro, definido como “lobista”.

5. Além disso, diversas incongruências técnicas visíveis e coincidências duvidosas tomam incontestável a falsidade do material distribuído pelo Sr. Nilton Antônio Monteiro Ao Sr. Luiz Fernando Carceroni, bem como a vários órgãos de imprensa – senão, veja-se:

(i) conquanto o material esteja datado de 30-11-2002, alguns integrantes de partidos políticos já aparecem como ocupantes de cargos que somente iriam conquistar após as eleições de 2002;

(ii) a lista está “datada” como se tivesse sido feita no ano de 2002, sendo que a “autenticação” da cópia, em cartório, aconteceu somente em 2005. Além disso, chama a atenção o fato de esta “autenticação” ter ocorrido em um cartório e o “reconhecimento” da firma em outro;

(iii) o ex-ministro de Minas e Energia Francisco Luiz Gomide, que sequer participou das eleições de 2002, aparece erroneamente como ocupante do cargo de deputado federal;

(iv) o ex-prefeito da Cidade de Vitória (ES) Luiz Paulo Velloso Lucas, que também sequer participou das eleições de 2002, aparece erroneamente relacionado como deputado federal eleito pelo Estado do Espírito Santo;

(v) embora tivesse sido hipoteticamente redigida em 20-11-2002, a lista se refere aos recursos como sendo “não contabilizados”, expressão esta que somente seria criada, pelo ex-tesoureiro do Partido dos Trabalhadores, Delúbio Soares, no ano de 2005, em pleno escândalo do “Mensalão”;

(vi) há nomes de diversos integrantes de partidos políticos redigidos com erros grosseiros, e há a identificação errônea dos respectivos estados de origem; por exemplo: o corregedor da Câmara Federal, deputado federal Ciro Nogueira, que nega ter recebido os tais recursos ilegais, está relacionado como deputado que teria sido “eleito” pelo Estado de Pernambuco, quando na verdade se elegeu pelo Estado do Piauí.

(vii) para uma lista que seria uma “prestação de contas”, ou algo assim, os erros de grafia e de inserção dos nomes são inúmeros: o deputado federal Nárcio Rodrigues é relacionado primeiro como “Márcio Rodrigues”, depois como Nêscio; o deputado federal Affonso Camargo também figura duas vezes na tal “lista”, sendo que numa o nome dele é grafado como um “E”, e em outra com “FF”; já o nome do deputado Márcio Reinaldo Moreira figura em momentos diferentes da tal lista e com grafias também diversas.

(viii) conquanto o material esteja datado de 30-11-2002, a empresa EDP – Eletricidade de Portugal aparece na lista como uma das “doadoras” de recursos ilegais, com a denominação de “Energia de Portugal”, nome que esta empresa somente veio a adotar no ano de 2005

6. Com efeito, de modo a não deixar dúvidas sobre a falsidade da lista, vale transcrever, sinteticamente, o histórico de atitudes semelhantes atribuídas ao Sr. Nilton Antonio Monteiro que culminaram na instaura-

ção de diversos processos e procedimentos cíveis e criminais (ver anexo Doc. 2):

7. Ou seja: é fato público e notório que, por diversas vezes, o Sr. Nilton Antônio Monteiro tem seu nome sério e gravemente vinculado a operações fraudulentas, nos exatos moldes do presente caso, como falsificador de documentos públicos e particulares para a obtenção de vantagens ilícitas.

8. Com efeito, conforme claramente comprovado acima, a apresentação de uma lista falsa apontou o nome de integrantes de diversos partidos políticos como supostos “beneficiários” de um esquema ilegal de corrupção.

9. Todavia, e conforme será demonstrado a seguir, ao elaborar e divulgar uma lista falsa, com nítidos propósitos políticos, atribuindo aos nomes constantes na lista a prática de “crimes”, o Sr. Nilton Antônio Monteiro cometeu ato ilícito.

10. Demais disso, eis que, pelo envio de e-mail, ou até mesmo pessoalmente, o Sr. Luiz Fernando Carceroni propalou e divulgou a referida lista falsa, disseminando-a também na rede mundial de computadores, bastando mencionar que o endereço por ele utilizado na Internet (www.pontoflash.com.br/furn@s), gerou a existência de pelo menos 32 (trinta e duas) páginas ou registros (Docs. 3) nos quais a malsinada “lista” foi estampada.

11. Como se tudo isso não bastasse, é de se registrar – e é este o fato que, na presente, é aqui especialmente noticiado a V. Exa., para os fins legais – que, conforme publicado (documentadamente) no Blog do Jornalista Fernando Rodrigues (www.uolpolitica.blog.uol.com.br), edição de 17 de março de 2006, última sexta-feira, a Presidência da Fundação Nacional de Artes – FUNARTE, Entidade de Direito Público, integrante da Administração Pública Federal, enviou, através de E-Mail oficial da Instituição, cópia daquela aludida “lista” mentirosa e ofensiva, segundo o relato jornalístico que se transcreve, abaixo, integralmente:

E-mail de Antonio Grassi, da Funarte, foi usado para propagar “lista de Furnas”. O e-mail funcional do presidente da Funarte, o ator Antonio Grassi, foi usado no último dia 9 de fevereiro para ajudar a propagar a chamada lista de Furnas – um conjunto de informações sem confirmação sobre um suposto esquema de corrupção dentro da estatal federal de energia. A maior parte do conteúdo da “lista de Furnas” compromete políticos do PSDB e do PFL. A Funarte é uma fundação do governo federal, comandada fortemente por pessoas ligadas ao PT.

O e-mail com a “lista de Furnas” propagado pelo endereço eletrônico de Antonio

Grassi veio de Ana de Hollanda, diretora do CEMUS (Centro de Música da Funarte). Ana teve o cuidado de enviar a “lista de Furnas” usando seu e-mail pessoal, às 23h19min do dia 8 de fevereiro passado. Ela aparentemente mandou as informações para uma lista de funcionários da própria fundação, pois aparece o seguinte no campo de destinatários: “@funarte.gov.br”.

Este **blog** recebeu o e-mail de Grassi por meio de um dos seus destinatários. Por dez dias o **blog** trocou várias informações com Grassi, que não conseguiu até agora dar uma explicação conclusiva para o fato de seu correio eletrônico ter sido usado. No seu penúltimo comunicado, o ator afirmou que tentaria mandar algum detalhamento técnico sobre o episódio até 15 de março. Depois, entraria em férias. O dia 15 chegou. E nada. Ontem, 18 de março, às 19h51min, mandou uma mensagem curta depois que o **blog** insistiu várias vezes: “O gabinete da Funarte, por minha solicitação, está lhe respondendo”. Até o momento, nada.

Como a resposta não veio, o **blog** publica o que recebeu. A cópia do e-mail de Grassi propagando a “lista de Furnas” pode ser acessada nesta página, na seção “Documentos” (só para assinantes do UOL). Os nomes dos destinatários foram retirados, até porque não têm responsabilidade pelo eventual erro cometido pela pessoa que usou o e-mail de Antonio Grassi – o próprio Grassi ou alguém ainda incógnito.

No **post** seguinte, as explicações (inconclusas) de Grassi.

::Escrito por Fernando Rodrigues às 7h44min.

Tendo havido cobranças reiteradas, pelo referido Jornalista, acerca da conduta da Presidência da Funarte quanto aos fatos acima relatados, eis que, segundo o próprio Jornalista, ficou evidenciado que – de acordo com a “inconclusiva explicação” da Funarte –, simplesmente constata-se que não foi tomada qualquer providência, naquela Instituição Pública Federal, para a formal e legal apuração das evidentes condutas infracionais, e nem mesmo, sequer, para a simples “identificação” das pessoas (Agentes Políticos) eventualmente responsáveis.

Senão, veja-se:

Funarte manda esclarecimento sobre e-mail; resposta é inconclusiva; caso fica em aberto.

Primeiro, só para esclarecer aos internautas que postaram comentários: sim, é claro que é possível falsificar um e-mail, o seu remetente etc. Não está escrito nos **posts** anteriores que isso não seja possível. Está escrito apenas que Antonio Grassi tentou dizer que basta mudar o nome do remetente (não o e-mail), o que é outra coisa.

O **blog** também perguntou claramente ao presidente da Funarte, por vários dias, se ele poderia checar com seu departamento de informática a consistência daquele e-mail. Em vez de ir diretamente ao ponto, preferiu primeiro dizer que estava no exterior (não estava), que é fácil falsificar um e-mail (é verdade, mas o exemplo dado era furado). E nada de checagem nas máquinas da fundação.

Para completar, o presidente da Funarte socializou a responsabilidade. Alegou que seu e-mail (não divulgado na página da Funarte) é usado por assessores. Diz ele que seu e-mail “é acessado, aberto diariamente, pela assessoria do gabinete. Muitas das respostas são feitas diretamente pelos assessores”. Em resumo, não há controle possível.

O **blog** então perguntou se o sistema de computadores e de e-mails da Funarte registraria quando cada mensagem é enviada e por qual endereço (máquina). A resposta veio só hoje. É inconclusiva. Lamentavelmente, diz não ser possível dizer se o e-mail propagando a “lista de Furnas” saiu ou não da máquina da presidência da Funarte.

Por outro lado, a resposta da Funarte diz ter constatado a troca de vários e-mails entre Grassi e Ana de Hollanda (que usando um endereço particular teria enviado ao presidente da Funarte a mensagem original, com a tal “lista de Furnas”).

Como o e-mail enviado usando o endereço de Grassi foi para várias máquinas da própria Funarte e do governo (o presidente da fundação sabe quais são, pois recebeu cópia completa da mensagem enviada por este **blog**), o setor de informática do órgão poderia fazer uma checagem mais detalhada para descobrir, de fato, quem enviou a mensagem. Seria necessário uma checagem nas máquinas dos destinatários. A julgar pela resposta recebida hoje, esse tipo de averiguação não foi realizada.

O caso vai ficar sem solução, claro. E sem apuração. O de sempre.

A seguir, a íntegra da comunicação de hoje da Funarte:

“Em resposta aos questionamentos formulados pela Presidência da Funarte em 10-2-2006, informamos que:

* Não há como checar se o e-mail referido saiu da máquina do Presidente ou de alguma outra máquina da Funarte. Nossos servidores registram as movimentações (data, hora, endereço de entrada, endereços de saída) das contas, mas não o IP (identificação) da máquina que originou o e-mail. Até porque o e-mail pode ter sido originado de qualquer máquina externa ou através de nosso webmail.

* Com relação à comprovação de envio de e-mail em 09/02, nossos servidores registram a troca diária de correspondências entre anadehollanda@uol.com.br e antoniograssi@funarte.gov.br, inclusive nesta data, limitando-se a isso.

Para confirmar a identidade do remetente de uma mensagem específica, precisaríamos analisar o seu código fonte original.

• O endereço antoniograssi@funarte.gov.br, assim como os demais, somente pode ser acessado pelo proprietário da conta ou por pessoa por ele autorizada e que possua o **login** e **senha**”.

Edson Carvalho, Chefe da Divisão de Informática – Funarte

::Escrito por Fernando Rodrigues às 16h06min.

Não há dúvida, assim, de que pelo menos a Presidência da Funarte, na pessoa do Sr. Antônio Grassi (Agente Político), deixou de velar pela estrita observância dos princípios da legalidade e da moralidade pública no trato da questão, bem como violou os deveres de imparcialidade e de lealdade às instituições (art. 11 da Lei nº 8.429/1992, “Lei da Improbidade Administrativa”), na medida em que:

(a) praticou ato visando fim proibido em lei ou diverso daquele previsto na regra de competência (inciso I do referido art. 11); e

(b) retardou e, mais, deixou de praticar, indevidamente, ato de ofício (inciso II do mesmo art. 11), uma vez que, tendo tomado conhecimento de fato que, em tese, caracteriza o cometimento de infração administrativa, simplesmente não determinou a sua imediata apuração mediante procedimento de Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar (conforme determinam os arts. 143 e 144 da

Lei nº 8.112, de 1990) – e isso ao ponto de merecer o cáustico (e, o que é lamentável, procedente) comentário do mencionado Jornalista Fernando Rodrigues (estampado publicamente na Internet):

“O caso vai ficar sem solução, claro. E sem apuração. O de sempre”.

É isso o que, com a presente Representação, os Requerentes, agindo nos exatos termos legais, pretendem evitar, buscando assim, junto ao Parquet Federal, a apuração e a fixação de responsabilidades, em defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa.

II – Do pedido

Assim, os Requerentes pedem que esta Procuradoria-Geral tome, de pronto, com a maior urgência possível, as providências necessárias para que se fixe a plena responsabilização do(s) Agente(s) Político(s) cuja(s) conduta(s), conforme relatado, tenham incidido em improbidade administrativa – sem prejuízo, naturalmente, da apuração inclusive da prática de eventual ilícito(s) criminal(is).

Termos em que pedem deferimento.

Brasília, 22 de março de 2006. – **Arthur Virgílio Neto**, PSDB – AM – **Juthahy Júnior**, PSDB – BA – **José Agripino Maia**, PFL – RN – **Rodrigo Maia**, PFL – RJ.

DOCUMENTOS EM ANEXO:

Doc. 1 – Texto de Mensagem por e-mails contendo uma carta, assinada pelo Sr. Luiz Fernando Carceroni.

Doc. 2 – “Ficha Corrida” do Sr. Nilton Antônio Monteiro.

Docs. 3 – Páginas impressas a partir do **Blog** do Jornalista Fernando Rodrigues (www.uolpolitica.blog.uol.com.br)

Exmo. Sr. **Luiz Flávio Zampronha**

DD. Delegado da Polícia Federal

Brasília – DF

Com cópia para o

Exmº Sr. Antônio Fernando Barros de Silva e Souza

DD. Procurador Geral da República

(em razão do teor do art. 129, inc. I, da Constituição Federal.)

Referência: Inquérito Policial em curso sob a Presidência de V. Exª, a respeito da confecção e distribuição da chamada “Lista de Furnas.”

Assunto: Requerimento de apuração em especial, também nestes autos, das condutas configuradoras, em tese, de concurso de pessoas por parte do Sr. Luiz Fernando Carceroni e do Sr. Rogério Correia

Os Líderes do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB e do Partido da Frente Liberal – PFL, no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, ao final assinados, vem, respeitosamente, com fundamento no direito constitucional de petição (CF, art. 5º inc. XXXIV, alínea a), e bem assim nas disposições legais regentes do Processo Penal pátrio (CPP, art. 5º, § 3º primeira parte, conjugado com o art. 6º, inc III), formalizar o presente Requerimento para tanto expondo o que se segue:

I – Dos Fatos

1. Como, por certo, já deve estar bem documentado nestes autos apuratórios, desde o dia primeiro de janeiro deste ano, os sítios da Internet têm sido bombardeados por uma série de e-mails contendo uma carta, assinada pelo Sr. Luiz Fernando Carceroni, Professor aposentado da Rede Pública Municipal de Ensino de Belo Horizonte – MG, e atualmente no exercício de Cargo em Comissão da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), divulgando como se fosse “verdadeira” e “autêntica” uma lista contendo 156 nomes de supostos “beneficiários” de repasses ilegais de recursos na campanha eleitoral em 2002.

2. A referida “Lista” é composta, na verdade, por cópias reprográficas tiradas de uma outra cópia reprográfica que, por sua vez, teria sido hipoteticamente “autenticada” em cartório na data de 22-9-2005 contendo o nome de 156 (cento e cinquenta e seis) integrantes de 12 (doze) partidos políticos e a suposta “assinatura” de Dimas Fabiano Toledo, ex-Diretor de Engenharia da empresa estatal Furnas – Centrais Elétricas S.A.

3. De acordo com os papéis, todas as pessoas mencionadas na lista teriam recebido vantagens ilícitas decorrentes de um alegado esquema de arrecadação de doações irregulares de campanha, no valor total de R\$39.665.000,00 (trinta e nove milhões seiscentos e sessenta e cinco mil reais).

4. O Sr. Luiz Fernando Carceroni, nesta mesma correspondência, acusa que a fonte dos papéis é o Sr. Nilton Antônio Monteiro, definido como “lobista” – que, aliás, e segundo noticiou o Jornal Correio Braziliense (referido no site www.urimeiraleitura.com.br, Doc. I) no final desta última semana, pode vir a ser indiciado, nestes mesmos autos, como responsável pela confecção e divulgação da aludida “Lista de Furnas”.

5. Além disso, o Sr. Luiz Fernando Carceroni também emitiu publicamente declarações, nos meios de comunicação, no sentido de que o Sr. Rogério Correia, Deputado Estadual pelo Partido dos Trabalhadores (PT) de Minas Gerais, é quem lhe teria fornecido aquela

“Lista” – veja-se (Jornal Folha de São Paulo, 4 – fev. 2006, p. A-6, grifos não originais, Doc. 2), **verbis**:

Foi o Deputado Estadual Rogério Correia, aqui do PT de Minas, quem me passou o papel. Ele disse ter visto o original. Escaneei os papéis e comecei a mandar para amigos Jornalistas.”

Porém, em entrevista ao Jornal **O Tempo** (edição de exato um dia depois, 5-fev-2006, p. A – 5, Doc. 3) – e embora o Sr. Carceroni mais uma vez confirme ter recebido uma cópia da “Lista” do Sr. Rogério Correia – eis que, estranhamente, o Sr. deputado Rogério Correia simplesmente rebateu aquelas declarações, revelando-se deste modo uma flagrante contradição entre as versões dos dois petistas; senão, veja-se (grifos não originais):

“ (. . .)

‘Nunca vi o original, mas confio em quem viu e me deu uma cópia, que foram o Rogério (Correia) e o Simião (assessor do parlamentar). Por isso, não duvido da autenticidade do documento’, diz Carceroni. ‘Não repassei nada a ninguém, nem ao Carceroni. . .i, rebate Rogério Correia’.

Bastariam estas afirmações acima, absolutamente díspares e antagônicas embora emitidas por cidadãos e correligionários políticos, que, ao que parece, mantinham relações muito próximas (e até mesmo de declarada confiança) para, por si só, se justificar e, mais, até mesmo ser imprescindível e exigível a realização da competente acareação de ambos, sem prejuízo de outras providências investigativas a respeito.

Até porque – a par das condutas nada “ortodoxas” do Sr. Nilton Monteiro (cujo “currículo”, ao que já se sabe até mesmo pela imprensa, não o recomenda, de modo algum, como um arauto da boa-fé pública), todos os demais fatos, já amplamente divulgados em escala nacional, estão a indicar que o mesmo não perpetrrou suas ações isoladamente, mas, ao contrário, com elas contribuíram, por certo, outras pessoas que, com incomum tenacidade, tentam a todo custo, de uma forma ou de outra, imprimir alguma “credibilidade” à fraudulenta “construção” (grosseira montagem) daquela indigitada “Lista”.

6. Mas não é só tudo (mesma reportagem, Doc. outras curiosas declarações isso; ainda de acordo com a **Folha de São Paulo** 2), o mesmo Sr. Carceroni pres-
tou algumas (grifos não originais), quais sejam:

“Segundo o petista, que vive em Belo Horizonte, o deputado Rogério Correia teria recebido a fotocópia de Nilton Monteiro, um lobista que seria o detentor do suposto documento original. (...) Rogério Correia, 47, segundo vice—presidente da Assembléia mineira, confirma a história. ‘Vi o original em novembro. O Nilton me mostrou’, diz. (...)”

No entanto, na mesma interminável sequência de informações desencontradas do Sr. deputado Rogério Correia consigo próprio, o mesmo, em entrevista desta feita dada ao Jornal paulista **Hora do Povo** (edição de 21.set.2005, Doc. 4) —portanto, logo na véspera do dia 22.set.2005 (data em que aquela “Lista” teria sido supostamente “autenticada”) —, o referido parlamentar do PT mineiro afirma, naquela data de 21 de setembro do ano passado, já ter “visto” e inclusive “lido” a via “original” daquela tal “Lista”, chegando a afirmar, textualmente, que ela, segundo ele, envolveria ... “...tucanos de alta plumagem de Minas e São Paulo, além de filhinhos de papai do Rio de Janeiro e da Bahia.”

Confirmando ter sido esta, acima, a “primeira” (e contraditória) versão do Sr. ROGÉRIO CORREIA o Jornalista Alessandro Rodrigues, autor da reportagem — de 21 de setembro —, complementa o texto afirmando:

“... disse Correia, ressaltando que já viu os documentos que estarão em breve em suas mãos.”

A propósito, tal “episódio” sugere uma indagação pertinente: se realmente as coisas se passaram assim (como ele diz que se passaram), então por que o Sr. deputado petista Rogério Correia, lá antes naquela ocasião, já não apresentara então a sua “denúncia” à Polícia Federal?

7. Demais disso, eis que, pelo envio de e-mail, ou até mesmo pessoalmente, o Sr. Luiz Fernando Carceroni propalou e divulgou a referida lista falsa, disseminando-a também na rede mundial de computadores, bastando mencionar que o endereço por ele utilizado na Internet (www.pontoflash.com.br/furn@s) gerou a existência de pelo menos 32 (trinta e duas) páginas ou registros nos quais a malsinada “Lista” foi estampada — e uma simples consulta sobre o tema em www.google.com.br revela 77.400 registros, evidenciando a repercussão da ofensa em escala planetária.

8. Tais fatos, como os indícios revelam, evidenciam um inaudito esforço ou mesmo um inusitado “enredo” (com variados “atores”, e em diversos “atos”) no sentido de se tentar conferir alguma dose de “sustentabilidade” àquela mal-elaborada e criminoso “Lista”,

feita e apresentada (sub-repticiamente), ao País, com indistigável escopo de enganar a opinião pública e os Poderes Constituídos, ainda que ao preço da honra e imagem alheias.

Importante, portanto — mormente quando os fatos apontam para um possível indiciamento do Sr. Nilton Antônio Monteiro —, atentar-se para o que dispõe a figura jurídica do concurso de pessoas (Código Penal, art. 29), relativamente a quem, de qualquer modo, tenha concorrido para o crime, incidindo assim, na medida de sua culpabilidade, nas penas a ele cominadas, como bem registra, a respeito, Celso Delmanto (Código Penal comentado. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1991, p. 55, grifos não originais):

“Na participação, não há o comportamento típico que a lei descreve. Porém, a conduta de contribuir moral ou materialmente para o crime adquire tipicidade pela regra deste art. 29, que manda punir quem concorre (colabora) de qualquer modo, para o crime de outrem.”

9. É fato público e notório que, por diversas vezes, o Sr. Nilton Antônio Monteiro teve seu nome séria e gravemente vinculado a operações fraudulentas, nos exatos moldes do presente caso, como falsificador de documentos públicos e particulares para a obtenção de vantagens ilícitas — e, neste contexto, chama a atenção, e muito, o comportamento de proximidade entre uma pessoa como esta, de um lado, e, de outro lado, dois notórios militantes político-partidários (um deles até mesmo Parlamentar Estadual), tudo, pois, a exigir que não somente aquele, mas também o Sr. Luiz Fernando Carceroni, e também o Sr. Rogério Correia, venham a ser chamados a prestar detalhado depoimento a respeito de tais fatos, inclusive e especialmente mediante uma bem adequada acareação entre os três, de modo que as ainda desencontradas versões, de todos eles, se “harmonizem”, ao menos um pouco, na busca da verdade real que este Procedimento reclama.

Por tudo isso, enfim, os fatos em apuração — que hoje, cada vez mais, mobilizam a Nação — estão a demandar seja fixado, com exatidão, se existiu ou não existiu o prefalado concurso de pessoas a implicar a responsabilização de todos quantos tenham agido (e/ou colaborado) para a prática das falsidades que pululam nos autos...

Termos em que requerem a juntada aos autos da presente Petição, com a documentação inclusa, e pedem deferimento.

Brasília, 22 de março de 2006. — Senador **Arthur Virgílio Neto**, PSDB — AM — **José Agripino Maia**, PFL — RN — Deputado **Jutahy Júnior**, PSDB — BA — **Rodrigo Maia**, PFL — RJ.

DOCUMENTOS EM ANEXO:

Doc. 1 – Texto do Jornal **Correio Braziliense** (referido no Site www.primeiraleitura.com.br)

Doc. 2 Recorte do Jornal **Folha de São Paulo**, 4-fev-2006, p. A-6

Doc. 3 Recorte do Jornal **O Tempo**, 5-fev-2006, p. A-5

Doc. 4 Texto do Jornal **Hora do Povo**, 21.set.2005

**SOBRE A FALSIDADE DA “LISTA DE FURNAS”:
quem são – e o que fizeram,
Luiz Fernando Carceroni e Rogério Correia**

• **Luiz Fernando Carceroni:**

> Servidor Público aposentado, exerce o Cargo de Confiança na Prefeitura de Belo Horizonte;
> assinou um texto em que garante ser verdadeira a chamada “Lista de Furnas”;
> produziu uma “planilha” com os nomes de Parlamentares e Partidos Políticos que, segundo ele (e o lobista Nilton), seriam os supostos “beneficiários”
> e o mais grave: divulgou o texto e a “Lista” na internet

• **Rogério Correia:**

> Deputado Estadual, é Vice-Presidente da Assembléia de Minas Gerais
> Segundo declarações de Carceroni, foi ele quem lhe entregou a chamada “Lista de Furnas”
> Tem ligações muito próximas com o lobista Nilton
> É a única pessoa do Brasil que diz ter “visto” a via supostamente “original” da tal “Lista de Furnas”

**Ações do PSDB e do PFL sobre a falsidade
da “Lista de Furnas”**

A partir desta quarta-feira, dia 22 de março de 2006, parlamentares e dirigentes do PSDB e do PFL tomam várias iniciativas e providências, judiciais e extrajudiciais, visando à apuração e à punição dos responsáveis pela elaboração e divulgação da chamada “Lista de Furnas”, cuja investigação está sendo feita na Polícia Federal. Os dois Partidos tomam as seguintes medidas:

1ª) Ações Judiciais contra o lobista Nilton Antônio Monteiro e o militante petista, e ocupante de cargo comissionado na Prefeitura de Belo Horizonte, Luiz Fernando Carceroni, com a finalidade de reparação indenizatória pelos danos morais causados por eles, e também buscando evitar que as suas práticas ilegais, criminosas e difamatórias, voltem a se repetir;

2ª) Requerimento na Polícia Federal relatando fatos que tornam necessária a tomada de depoimentos e a acareação do lobista Nilton Monteiro com o militante

Luiz Fernando Carceroni e o Deputado Estadual Rogério Correia, ambos do PT de Minas Gerais, e destes últimos entre si, para que sejam esclarecidas as graves contradições das declarações que todos prestaram aos meios de comunicação; o PSDB e o PFL querem, em especial, que a Polícia Federal investigue e esclareça qual foi a participação (colaboração) do militante Carceroni e do Deputado Estadual Rogério Correia com o intuito de dar algum mínimo de “credibilidade” à fraudulenta fabricação, pelo lobista Nilton Monteiro, do chamado “dossiê de Furnas”;

3ª) Representação na Procuradoria-Geral da República (Ministério Público Federal) para que seja investigada a conduta infracional de improbidade administrativa ou o crime de prevaricação do Presidente da Funarte, o ator Antônio Grassi, de cujo E-mail “funcional” (de uma Fundação Pública) foram enviadas inúmeras mensagens, destinadas aos funcionários públicos, divulgando cópias da “Lista de Furnas”, conforme foi revelado na última sexta-feira, dia 17, por reportagem investigativa do jornalista da **Folha de S. Paulo**, Fernando Rodrigues, em seu blog (www.uolpolitica.blog.uol.com.br);e

4ª) Representação na Procuradoria Parlamentar da Câmara dos Deputados, dirigida ao Deputado Ney Lopes (e com cópias ao Presidente e ao Corregedor da Câmara, Deputados Aldo Rebelo e Ciro Nogueira), com o objetivo de que a Polícia Federal, com a urgência necessária, identifique as pessoas físicas responsáveis pelos Sites que disseminaram intencional e deliberadamente, na Internet, as cópias da “Lista de Furnas” – isso para que os dois Partidos possam exercer, em tempo hábil, o seu constitucional direito de resposta.

Por certo, a Nação espera que eventuais injunções governamentais não irão se sobrepor, jamais, aos deveres maiores e ao senso de responsabilidade funcional e profissional dos Órgãos de Controle e Investigação, aos quais competem a busca da verdade real, e assim – diante dos novos fatos, argumentos e documentos ora apresentados oficialmente pelo PSDB e pelo PFL – sejam enfim tomadas todas as demais providências e procedimentos necessários à coleta das provas.

Com estas iniciativas sérias e responsáveis, os Partidos de oposição registram publicamente a sua firme expectativa de que a Polícia Federal, enquanto Instituição de Estado, bem saberá desincumbir-se de suas constitucionais atribuições no sentido de que, dentro do tempo desejável, se possa identificar a real ocorrência das práticas criminosas denunciadas, para a oportuna punição dos verdadeiros responsáveis.

Brasília, 22 de março de 2006. – **Arthur Virgílio Neto**, PSDB-AM – **José Agripino Maia**, PFL-RN.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex^a será atendido, na forma do Regimento.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a propósito do pedido de informações do Senador Antonio Carlos Magalhães, acerca da Ordem do Dia, e diante da informação prestada por V. Ex^a, no dia de ontem, não chegou a esta Casa uma nova medida provisória que suspendeu a tramitação de todos os outros processos e não haverá deliberações na tarde de hoje?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Almeida Lima, o Presidente da Casa já está se dirigindo ao plenário e vai responder à questão de ordem de V. Ex^a, em consonância com as Lideanças desta Casa.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Peço uma segunda informação a V. Ex^a. Aqueles que se inscreveram para uma comunicação inadiável, porque já o fiz no dia de ontem e não houve tempo, se antes da Ordem do Dia, V. Ex^a me concederá a palavra ainda?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Almeida Lima, estou fazendo uma intercalação. Vai falar o Senador Heráclito Fortes e depois falaria V. Ex^a. Mas se o Presidente aqui chegar e se pronunciar pela Ordem do Dia, estará suspenso. Aí, só depois da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Com a palavra o Senador Heráclito Fortes, por dez minutos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como não poderia deixar de ser, quero que as minhas primeiras palavras unam-se às do Senador Maguito Vilela e parabenizar este extraordinário Partido que é o PMDB, Partido que durante muitos anos me acolheu, pelos seus quarenta anos de existência. E dizer, dentro do contexto dessa homenagem, ao Senador Leonel Pavan que o Deputado Ulysses Guimarães dizia que, para uns – e isso é próprio da natureza humana –, gratidão é a esperança do favor futuro. Portanto, conforme-se em não receber telefonemas, faz parte da vida e da natureza do homem.

Senador João Alberto, eu venho há dias dizendo ao Senador Cristovam Buarque que o País está anestesiado. O País está anestesiado e vivendo permanentes crises de amnésia. Senador Cristovam, há dois dias seguidos, o Sr. Luiz Marinho, Ministro do Trabalho do Governo, agrade o Congresso Nacional.

Ontem, a manchete era de que testemunha foi bem treinada, insinuando que a testemunha, envolvendo esse episódio tenebroso que envolve a república do Riberão Preto, teria sido treinada por um, por dois ou por dez parlamentares, fazendo uma grave acusação a esta Casa.

Hoje, Senador Arthur Virgílio, mais uma vez o Sr. Marinho agride esta Casa, Senador Tebet, dizendo que ela deve trabalhar mais, e dando opiniões sobre o funcionamento de CPLs, que é uma prerrogativa do Poder.

Em outros tempos, Senador Presidente, Renan Calheiros, esta Casa já teria chamado e interpelado o Ministro do Trabalho pelas agressões praticadas contra ela. Aliás, estava marcada hoje a sua presença aqui em uma Comissão da Casa, e eu fui para lá para tomar a iniciativa desse gesto. S. Ex^a não veio. Será que se deu conta das grosserias cometidas através da imprensa contra o Congresso Nacional?

Portanto, Sr. Presidente, requeiro à Mesa desta Casa que indague do Sr. Ministro do Trabalho se as notícias aqui divulgadas são verdadeiras e que as mesmas sejam confirmadas e esclarecidas. Afinal de contas, pelo menos no que diz respeito ao Orçamento da União, é uma afirmativa caluniosa, uma vez que não é a Oposição que vem obstruindo essa peça orçamentária, mas, sim, o próprio Governo, na convicção de que poderá usar, a seu bel-prazer, verbas da Nação através do recurso dos duodécimos. Um led engano e, acima de tudo, uma atitude perigosa.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Líderes da Oposição, meu caro Senador Jefferson Péres, tudo isso está sendo adredemente preparado. Esta tentativa permanente do Governo de jogar o Congresso contra a população não vem de agora. Vamos nos lembrar do episódio da convocação extraordinária, quando o Governo, usando de poderes, transformou em autoconvocação e mandou aquela pauta, que era um monstro sem nenhum efeito prático, de noventa itens. E ficamos aqui atolados, sem podermos avançar na pauta, porque o excesso de medidas provisórias não permitia.

Ontem, nós vimos um outro exemplo. Vimos o exemplo da votação da Anac, que o Governo, desasombradamente, mandou para cá, após ter dado posse aos seus dirigentes. E insere no contexto da medida um penduricalho de contratações de centenas e centenas de funcionários, sem sequer explicar a urgência e a necessidade.

Mas o que me preocupa, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Líderes, é essa vocação, cada dia mais exposta, de setores do Governo em defender o autoritarismo à força e em agredir o que há de mais sagrado ao homem, que é sua privacidade, que é a liberdade de expressão.

Ontem, aqui, houve o triste episódio da proposta de fiscalização de quem entra nos gabinetes e de quem deles sai. Hoje, Senador Ramez Tebet – acho que V. Ex^a estava presente –, houve um ato de censura prévia por parte da Liderança do PT contra o jornal **O Estado de S. Paulo**. Refiro-me à reunião que aconteceu na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde estava sendo ouvida a Ministra Ellen Gracie. O País, na voz da Liderança do PT, foi alertado para um editorial em que **O Estado de S. Paulo** descreve a crise que vivemos, sob o título “A hora de o Congresso dizer basta”.

Sr. Presidente, **O Globo** traz um editorial também abordando esse assunto, sob o título “Desordem jurídica”. Mas o que foi citado hoje na Comissão, não num ato de opinião pessoal ou de crítica, mas de censura – V. Ex^a estava presente –, foi o editorial do **Estadão**, aquele **Estadão** que, num passado bem distante, nos momentos mais negros que este País viveu, teve de trocar editoriais dessa mesma natureza por receita de bolo, por músicas, por letras de músicas. Agora, Senador Arthur Virgílio, volta-se a tentar praticar e a se insinuar a prática...

Concedo um aparte a V. Ex^a, com o maior prazer, Senador Jefferson Péres.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – Senador Heráclito Fortes, não me surpreendo com nada disso que está acontecendo. É a corrupção como fins que justificam os meios. Já o leninismo pregava isso, como o autoritarismo, que é o ranço do stalinismo. O stalinismo é uma doença incurável. Não adianta, a conversão à democracia é falsa. A mente está entranhada, encharcada de autoritarismo, não se cura nunca. Não há remédio para isso. Parabéns pelo seu pronunciamento!

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a tocou num ponto importante, Senador Jefferson Péres.

Hoje, eu conversava com um homem de muita responsabilidade, que foi testemunha ocular de fatos passados e que me chamou a atenção para uma coincidência: a de que a censura agravou-se quando o Governo da época, o Governo de exceção, mergulhou no momento mais profundo da corrupção, envolvendo grandes obras, como Itaipu e outras mais. Dizia-se que a censura servia exatamente para cercear o pensamento político de alguns, mas, na realidade, a censura servia para que fatos graves não fossem às páginas dos jornais e da imprensa brasileira.

Hoje, o fato se repete. Esse gesto, simbolizado pelo pensamento petista na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, que me deu inclusive o direito

de ganhar uma aposta com o Senador Arthur Virgílio, é apenas mais um nessa seqüência.

Portanto, meu caro Senador Jefferson Péres, quero fazer um apelo às Lideranças de Oposição para que se unam e criem, Senador Arthur Virgílio, uma pauta positiva de votações neste Congresso até o final do primeiro semestre, para que não fiquemos presos às manobras do Governo. Que as Oposições se unam e vejam claramente o que é importante para o País votar e tenham, Senador Ramez Tebet, esse elenco de medidas com necessidade de aprovação no Congresso como objetivo inarredável. O Governo, se quiser, que acompanhe, porque tem sido assim. Nesta Casa, o Governo não conseguiu aprovar nada sem a Oposição, sem nossa compreensão, sem nosso apoio.

E tenho a certeza de que o Presidente desta Casa, pelo papel histórico que representa neste momento, poderá ser o grande condutor e o moderador dessa agenda, nascida no Congresso Nacional, para que não fiquemos atrelados aos caprichos do Poder Executivo, que nos empulha com suas medidas provisórias.

Senador Ramez Tebet, com o maior prazer, concedo-lhe o aparte.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Heráclito Fortes, quero só me solidarizar com V. Ex^a. Realmente, devemos marchar com uma agenda positiva, mas, para isso, é preciso mudar algo na Legislação. Se as medidas provisórias chegam aqui e trancam a pauta, como é que vamos avançar naquilo que é importante para o País? É isso que o editorial do **Estadão** está falando; falou com clareza que estava na hora de o Congresso Nacional reagir. Por que falou assim? Porque, em meio a um depoimento na CPI, veio uma ordem para calar um homem humilde. O que poderemos fazer se a lei continuar desse jeito? Deixaremos de cumprir a decisão do Judiciário? Isso é impossível. Temos profunda vocação democrática, principalmente os que pertencem ao Legislativo e que sabem o valor do voto, o valor do sufrágio universal. Talvez, possamos fazer uma lei, como algumas que já estão caminhando por aí, para que liminar contra Poder Público pelo menos não possa ser dada dessa forma, fazendo com que os outros Poderes fiquem desmoralizados – é essa a expressão – diante de decisões que estão sendo tomadas. Temos de ir, realmente, na direção do discurso de V. Ex^a. Façamos uma agenda positiva! Mas que nela se inclua uma legislação que dê força ao Congresso Nacional!

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex^a, e é a primeira colaboração concreta que está sendo dada para que possamos caminhar nessa direção.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Em seguida, eu lhe concederei o aparte.

Até que, no caso das medidas provisórias, tranque-se a pauta, faremos um protesto aqui diariamente. Faremos uma vigília, mostrando à Nação que o que pára esta Casa não é a atividade do parlamentar, mas, sim, o mecanismo de fuga do Executivo.

Meu caro Senador Amir Lando, defensor das liberdades, o Senador Ramez Tebet disse muito bem que esse artigo é um alerta à Nação. Pode-se não concordar com ele; é um direito. Mas criticá-lo e dizer que isso é um perigo para o País, uma ameaça, é uma afronta à liberdade democrática. O pensamento tem de ser livre. Podemos concordar ou não, podemos comprar ou não o jornal que assim se comporta, mas pedir seu fechamento jamais.

Tem o aparte o Senador Gilvam Borges.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Senador Heráclito Fortes, o entusiasmo e a disposição de V. Ex^a realmente...

(Interrupção no som.)

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Quero me congratular, Senador Heráclito. V. Ex^a tem sido um exemplo de combatividade, de capacidade. Acho que o Governo deveria prestar atenção aos posicionamentos de V. Ex^a. Sábio no processo democrático é o governo que, às vezes, pauta sua correção nas vozes e nas considerações da Oposição. V. Ex^a tem sido um aguerrido. Acredito que a agenda positiva precisa chegar. Há pouco comentava com uma amiga sobre a matéria do Fantástico. Impressionante a matéria em que vimos os menores, a confusão, esse confronto. É algo sobre o qual precisamos agir. Portanto, quero me congratular com V. Ex^a. Uma agenda positiva é necessária, e V. Ex^a, o seu entusiasmo, é um exemplo a ser seguido. Que o diga a Líder do Governo, que tem em V. Ex^a um companheiro contínuo e assíduo na contraposição da argumentação, o que faz o debate, próprio do processo democrático, ser viçoso e importante para o País. V. Ex^a tem que ser muito mais ouvido pelo Governo, pois V. Ex^a só traz contribuições.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex^a e, com a permissão do Presidente, concedo o último aparte ao Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Vou tentar ser rápido, Senador Heráclito. Sabe que sou muito atencioso a todos os pronunciamentos que V. Ex^a faz dessa tribuna pela importância que se tem que dar à sua voz. Mas, se V. Ex^a permitir, quero, com a presença do Senador Gilberto Mestrinho, demonstrar minha amar-

gura e minha não-aceitação com a declaração do Presidente Lula de que somos invejosos. Eu jamais tive inveja de qualquer coisa, Sr. Presidente. Não é correto, Senador Gilberto Mestrinho, dizer-se que, por inveja, não aprovamos o Orçamento. Senador Ramez Tebet, ainda ontem, a pedido do Senador Flexa Ribeiro, do PSDB, saí da Comissão de Educação e fui à Comissão de Orçamento para que a reunião não fosse encerrada por falta de quórum. V. Ex^a me disse: “Infelizmente, os Parlamentares do Governo não estão dando número para votar o Orçamento”. Eu não aceito isso. Todo dia, eu faço orações para que o Lula tenha sorte na sua gestão porque isso beneficia a sociedade. Mas nos chamar de invejosos? É claro que eu não visto a carapuça porque não o sou. Aproveito o aparte para cumprimentar o Senador Gilberto Mestrinho, o Senador Heráclito Fortes e V. Ex^a, Sr. Presidente Renan Calheiros, que hoje fecha o Plenário para questões legislativas e o abre para questões administrativas. Fiquei satisfeito com a projeção que V. Ex^a faz. Cumprimento-o por isso, abrindo a votação para a Ministra Ellen Gracie.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Meu caro Presidente, ninguém pode dar um não ao Senador Gilberto Mestrinho, e V. Ex^a concorda com isso.

O Sr. Gilberto Mestrinho (PMDB – AM) – Senador Heráclito Fortes, concordo com o que está dizendo o Senador Romeu Tuma. Pelo menos, a maioria dos Senadores de Oposição quase sempre estão lá. Ainda ontem, quem pediu o encerramento da reunião, por meio de verificação, não foi a Oposição. Digo com toda a lealdade porque pertenço à Base do Governo. No entanto, quem pediu a verificação foi o Líder do Governo na Comissão, o Deputado João Leão.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, está aí a palavra do Presidente da Comissão do Orçamento.

Baseado em que o Presidente da República mente em seus pronunciamentos? Será por má informação? Será que realmente não sabe o que acontece no País ou será por má-fé?

Caro Senador Gilberto Mestrinho, nessa pauta, o primeiro item deve ser o Orçamento. V. Ex^a, pacientemente, tem discutido, ao longo desses meses, para encontrar um modelo que não seja tão massacrante dentro da política de distribuição regional de verbas para o País. V. Ex^a tem sido silencioso, como é do seu estilo, mas tem sido firme. Na realidade, há uma tentativa de massacrar regionalmente os mais pobres e de prestigiar apenas os Estados mais ricos. Não é para isso que o Orçamento da União foi criado, Sr. Presidente.

Diante disso, encerro este pronunciamento na certeza de que esta Casa irá se unir em torno dessa

agenda única e positiva. O Governo, se quiser, que venha, mas venha para ajudar, e não para atrapalhar.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Heráclito Fortes, o Sr. João Alberto Souza, 2ª Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL.) – Agradeço muito a V. Ex^a.

Mais uma vez lembro às Sr^{as} e aos Srs. Senadores, como fiz ontem, que o embate entre Governo e Oposição é democrático, faz parte do jogo democrático. No entanto, quero prevenir e advertir que esse embate não pode ultrapassar o limite máximo da convivência, porque, se isso acontecer, iremos comprometer a produtividade do próprio Senado – e vejam que tenho feito toda a intervenção com absoluta isenção.

Com relação à quebra do sigilo do caseiro, reagi veementemente, porque não é possível que se conceba alguém ter a sua privacidade invadida à revelia do Estado de Direito, à revelia da Justiça. Isso é algo repugnante, que tem do Senado a reação que precisa ter.

Da mesma forma, com relação às investigações que precisamos fazer; não podemos colocar limite em nenhuma investigação. Se fizermos isso, vamos perder não só legitimidade, como a isenção que temos tido no encaminhamento de todas as questões, quer seja do interesse do Governo, quer seja do interesse da Oposição.

Estou apenas fazendo essa colocação para, mais uma vez, falar aos companheiros do Senado Federal que é fundamental retomarmos esse clima de civilidade, essa convivência que faz bem à instituição e à democracia. Vou fazer o que for preciso para investigar tudo, esclarecer tudo, para não permitir o que aconteceu no caso do caseiro, que é algo repugnante, abominável. Ninguém está acima ou abaixo da lei; ninguém pode ter sua privacidade invadida.

Hoje, pela manhã, uma jornalista me perguntou: “O senhor não acha 15 dias muito?” Eu disse que comecemos a achar 15 dias muito pela indignação que nos causa toda vez que isso acontece. O importante é que isso seja esclarecido rapidamente e que, em havendo um responsável – e haverá, sim –, ele seja punido exemplarmente para que essas coisas não voltem a acontecer no Brasil, porque fazem mal a todos, principalmente à democracia.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tire-me apenas uma dúvida, para uma questão de tranquilidade e consciên-

cia. Essa advertência que V. Ex^a faz não tem nada que ver com o pronunciamento que acabei de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL.) – Foi inspirada no pronunciamento de V. Ex^a, que cobra a responsabilidade que o Presidente da Casa deve ter – inspirado, chamado à baila, à consideração.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL.) – Aproveito a oportunidade para parabenizar V. Ex^a pela intervenção que mais uma vez faz.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL.) – Senador Arthur Virgílio, vou conceder a palavra a V. Ex^a, pela ordem, e, em seguida, ao Senador Almeida Lima.

Antes porém, comunico à Casa que hoje, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, combinamos com os Líderes – e esse é o desejo da Casa – que vamos votar o nome da Ministra Ellen Grace.

A Presidência esclarece que o Supremo Tribunal Federal, ao apreciar o Mandado de Segurança nº 25.443, decidiu que a regra do §6º do art. 62 da Constituição não se aplica a deliberação dessa natureza, mas tão-somente alcança votação de projetos em tramitação e, conseqüentemente, de medidas provisórias também.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nesse capítulo, creio que, sobretudo, é o consenso da Casa. São os Líderes, são as Bancadas concordando como se abria essa exceção na praxe, o que viabiliza aprovarmos o nome da ilustre futura Presidenta do Supremo Tribunal Federal para presidir também, como se faz necessário, o Conselho Nacional de Justiça. Então, estamos completamente de acordo. Entendemos que isso não abre precedente algum. Não se está tratando aqui da Diretoria da Embratur, nem da Diretoria do Dnit, mas de mostrar mais uma vez a nossa consideração para com o Supremo Tribunal Federal.

Sr. Presidente, aproveito o ensejo para fazer uma clara reclamação do Senhor Presidente da República. Sua Excelência, ontem, num verdadeiro desvario de comícios, um atrás do outro, inaugurando pedras fundamentais e por aí afora, chegou a pôr a culpa no Congresso Nacional pela não aprovação do Orçamento. Aqui está o Senador Gilberto Mestrinho, Presidente ilustre da Comissão de Planos, Orçamentos Públicos e

Fiscalização, dizendo que o que observa com clareza – e S. Ex^a já o disse publicamente; já foi publicado o que disse – é que à Base do Governo não está interessando neste momento aprovar orçamento nenhum, até porque não querem cumprir, com os Governadores, os compromissos em torno da Lei Kandir. Este é o fato.

Agora, Sr. Presidente, V. Ex^a faz um esforço enorme e nós também. E o Presidente da República faz uma afronta ao Congresso Nacional que repilo neste momento. Se alguém não cumpre suas obrigações e não trabalha é Sua Excelência. Eu trabalho. Se Sua Excelência trabalhasse como eu, em primeiro lugar, o Brasil não estaria envolvido nesses escândalos; segundo, não teríamos esse marasmo administrativo, que é a tônica do Governo. Em nome do PSDB – e gostaria muito de poder falar em seu nome, mas sei que V. Ex^a vai falar com mais legitimidade e melhor do que eu pelo Congresso –, devolvo a Sua Excelência essa assacaidilha. Não se aprova o Orçamento porque não articula sua Base e, agora diz o Senador Gilberto Mestrinho, porque Sua Excelência não o quer. Pretende substituir o Orçamento, canhestra e mediocrementemente, por medidas provisórias, votando créditos. É o que imagina que vai acontecer. Podemos aqui resolver que isso não vai passar pelo Congresso também.

Portanto, Sr. Presidente, gostaria muito de deixar claro que a nossa intenção é sermos produtivos em relação ao trabalho do Congresso. E sugeri ontem a V. Ex^a uma reunião de líderes para, inclusive, depois, quem sabe, vermos uma comissão desses líderes da Base do Governo para irem ao Presidente da República e dizerem a Sua Excelência algumas condições nossas.

Ontem, por exemplo, estávamos aqui prontos para votar, de repente chega uma declaração estapafúrdia do Líder do PT na Câmara, dando veracidade, e com isso até faltando com o decoro, a essa lista falsa de Furnas, que está desmoralizada hoje.

Hoje, o Sr. Rogério Correia, Deputado Estadual do PT, que era o que mais propagandeava a lista, está jurando de pés juntos, ajoelhado no milho, lá em Belo Horizonte, que nunca disse que a lista era verdadeira ou coisa parecida.

Fizemos uma coletiva hoje, o Senador José Agripino e eu. Encaminhei para os Anais da Casa as medidas judiciais que estamos encaminhando, juntamente com o Senador Romeu Tuma. Mostramos os laudos da Polícia Federal, comprovando a falsidade da lista de Furnas. E chega o líder e cita os nomes de três ou quatro, o Senador Alvaro Dias, não sei mais quem e o Senador Antonio Carlos Magalhães. Ele cita o nome de três companheiros nossos, criando um quadro que não era de se manter o compromisso de votar coisa alguma mesmo.

Então, Sr. Presidente, peço a V. Ex^a, em primeiro lugar, que faça essa reunião de líderes com vistas a se harmonizar, a se chegar a um **modus convivendi**, a um modo de convivência aqui. De nossa parte, nada a obstar. Segundo, quero deixar bem claro que não estamos dispostos a aceitar esse gato por essa lebre. O Presidente faça, sob o clima de qualquer euforia que queira, pessoal, psicológica – isso não é comigo; eu não trabalho no ramo da psiquiatria; não tenho nada a ver com isso –, o que quiser. Mas toda a vez que Sua Excelência falar do Congresso algo injusto eu vou rebater daqui; toda a vez que Sua Excelência tentar tirar a culpa de cima de si próprio, jogando a eterna cortina de fumaça para responsabilizar terceiros, vou chamar a atenção dele, vergastá-lo aqui da tribuna, porque esse é o meu dever como Líder de Oposição.

Eu diria que o grande agente desagregador a dificultar os trabalhos deste Congresso chama-se Luiz Inácio Lula da Silva, Sr. Presidente. Portanto, creio que está na hora de energia, inclusive da parte de V. Ex^a, porque não é possível que Sua Excelência passe para a opinião pública, pela grande mídia, que este Congresso é irresponsável e não é capaz de aprovar o Orçamento.

Este Congresso, antes de Sua Excelência, aprovava o Orçamento todo o ano no ano-base, não aprovava nunca com atraso. Sua Excelência entra e de repente reinauguramos aquela moda **cucaracha**, atrasada, subdesenvolvida de aprovarmos o Orçamento só no ano seguinte, sabe-se lá em que mês. E Sua Excelência pensa que é bonito substituir a peça orçamentária, que é a peça mais importante de elaboração do Congresso, segundo a tradição parlamentar anglo-saxônica, por medidas provisórias que ficam aqui da mesma maneira na nossa dependência. Chega medida provisória aqui e começam eles a implorar, não pedem verificação de **quorum**, deixam votar porque afinal de contas está envolvido aqui o setor tal, vai parar o ministério tal, vai parar o ministério qual, a empresa tal vai deixar de funcionar.

Ou seja, eles não estão sabendo lidar com o Congresso. Há prepotência e há incompetência, e a prepotência junto com a incompetência forma uma dupla explosiva, uma dupla que não ajuda o Brasil e que está paralisando, desmoralizando não só o Governo, mas, sem dúvida alguma, como vemos, o Congresso Nacional.

Portanto, imagino que é hora de uma resposta dura ao Presidente da República, que nos trata com tanta irresponsabilidade e leviandade.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vou conceder a palavra ao Senador Almeida

Lima e, em seguida, nós vamos proceder à votação do Parecer nº 226, de 2006, que trata de escolha de autoridade.

Senador Almeida Lima, com a palavra V. Ex^a.

Peço aos Srs. Senadores que estão em seus gabinetes ou em outras dependências da Casa que venham ao Plenário, porque teremos, daqui a pouco, votação nominal.

Peço ao Secretário-Geral da Mesa que determine a suspensão dos trabalhos das Comissões Parlamentares de Inquérito.

Com a palavra o Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Nação brasileira percebe que já estamos ultrapassando os limites da decência, da legalidade, da tolerância, da dignidade. Trago à Tribuna, na tarde de hoje – pretendia trazê-lo na tarde de ontem, mas não foi possível, regimentalmente –, a notícia de uma representação disciplinar à qual devo dar entrada na manhã da quinta-feira, amanhã, junto ao Exm^o Sr. Ministro Corregedor do Conselho Nacional de Justiça, contra o Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Ministro Edson Vidigal. E essa representação disciplinar, Sr. Presidente, decorre exatamente do fato de o Sr. Ministro, em viagem ao Maranhão, mais precisamente na cidade de Imperatriz, em estúdio de televisão, ter declarado ser candidato pelo PSB e pelo PT, com apoio do Presidente Lula e do Governador José Reinaldo. Isto conforme matéria do jornal **O Globo**, sob o título “Vidigal se declara candidato”.

A **Folha de S.Paulo**, que traz também a mesma matéria, diz que Vidigal anuncia que será candidato no Maranhão e publica textualmente suas palavras: “Não estou para brincadeira, nós iremos fazer uma campanha para ganhar a eleição. Que se cuide o pessoal”, disse Vidigal em entrevista à TV Difusora.

Inúmeras matérias registraram esse fato do último final de semana. O **Correio Braziliense** traz matéria idêntica: “Política no labirinto”. A **Folha de S.Paulo** traz outra matéria idêntica. Hoje, o jornal **O Estado de S. Paulo** publica em seu editorial expressamente:

Mas em tudo isso o que deve se registrar como o mais grave é a invasão de atribuições entre Poderes, que vem em um crescendo e tem chegado a lances escandalosos. Mencione-se, como ilustração, a aberrante atitude do Presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Edson Vidigal, ao se imiscuir na liberdade decisória de um partido político, anulando a prévia do PMDB, em defesa notória dos interesses de seu padrinho político, Senador José Sarney, e do candidato Lula da Silva – e

sem demonstrar o mínimo pejo de, na mesma ocasião, ir ao Maranhão para lançar a própria candidatura ao governo daquele Estado!

É preciso que o Legislativo comece a dizer basta. Melhor seria então que, para isso, simplesmente ignorasse a decisão de Jobim e fizesse a oitiva de Francenildo Costa na CPI dos Bingos. Com certeza, assim agindo o Legislativo deixará claro que na representação legítima que faz da sociedade brasileira ínsita não está a submissão subserviente e humilhante a outros Poderes.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, exatamente por não me considerar submisso, considero que a atitude do Ministro foi indigna. O que S. Ex^a, o Ministro Edson Vidigal, do Superior Tribunal de Justiça, cometeu, no último final de semana, é de uma aberração jurídica sem tamanho.

Não quero reportar-me apenas à liminar do PMDB. Ela vem acudir esta minha representação, pois a Constituição Federal diz expressamente, no parágrafo único do art. 95:

Parágrafo único. Aos juízes é vedado:

(...)

III – dedicar-se à atividade político-partidária.

S. Ex^a pode até dizer que não se encontra filiado a partido político algum.

(Interrupção do som.)

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Só que, constitucionalmente, essa expressão não significa filiação a partido político. O exercício da atividade político-partidária pode cingir-se tão-somente a um pronunciamento em um comício eleitoral, porque, mesmo que ele não seja filiado a partido político, é atividade político-partidária. A doutrina é abrangente quanto a esse aspecto.

O exemplo que o Magistrado de um Tribunal Superior deu a toda a judicatura nacional, à Magistratura Nacional, foi a pior possível, Sr. Presidente. Estaremos, proximamente, participando de uma eleição, no dia 1º de outubro. Como juízes de Direito, no exercício da jurisdição eleitoral, poderão comportar-se neste País afora diante desse péssimo exemplo que dá o Ministro Edson Vidigal? É um absurdo!

E mais: a própria Lei Complementar nº 35/79 (Loman), que é a Lei Orgânica da Magistratura Nacional, diz:

Art. 26 – O magistrado vitalício somente perderá o cargo:

(...)

II – em procedimento administrativo para perda do cargo nas hipóteses seguintes:

(...)

c) exercício de atividade político-partidária.

Ou seja, a pena de demissão será aplicada aos Magistrados vitalícios, nos casos a que me referi, especificamente o exercício da atividade político-partidária.

Agora entra a questão da liminar, que foi concedida em um processo de interesse do PMDB.

(Interrupção do som.)

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Ora, como pode um Ministro de um Tribunal Superior ir ao Estado do Maranhão declarar-se candidato, expressamente, ele diz, com o apoio do Presidente Lula, filiado ao PSB, com o apoio do Governador do Maranhão – ou seja, ele se inclui, Senador Ramez Tebet, como personagem da próxima eleição –, e ele, Ministro, não se considerar suspeito para a concessão ou não de uma liminar em um processo que envolve um partido político que está pleiteando a candidatura ao cargo de Presidente da República?

O Código de Processo Civil, no art. 135, diz expressamente:

Art. 135. Reputa-se fundada a suspeição de parcialidade do juiz, quando:

I – amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer das partes;

(...)

V – interessado no julgamento da causa em favor de uma das partes.

Está mais do que claro que o Ministro Edson Vidigal tinha interesse expresso na causa. S. Ex^a foi extremamente indigno com a Magistratura Nacional. Não poderia conceder ou negar liminar em processo de partido político, pois são partes interessadas no próximo pleito. S. Ex^a deveria ter assumido a postura digna a todo Magistrado: a da isenção, a do distanciamento da atividade político-partidária. Mas, ao contrário, concedeu uma liminar, como fazem, por exemplo, delegados no interior deste País...

(Interrupção do som.)

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Sr. Presidente, agradeço a complacência de V. Ex^a.

Refiro-me ao delegado que recebe uma ordem do chefe político local, prende um adversário do chefe local e viaja, exatamente no final de semana, para não encontrar um outro delegado que possa liberar, soltar aquele cidadão. Que papel ridículo!

E nós que integramos o Poder Legislativo, independentemente da sigla, temos que nos contrapor, não podemos ser subalternos e assumir uma postura invertebrada, de submissão. É preciso que se dê um basta nisso tudo. É preciso que o Parlamento nacional, pelo seu conjunto, pela sua instituição e pelos seus Parlamentares, diga: chega!

Portanto, Sr. Presidente, está aqui pronta, já aparelhada, uma representação disciplinar, a qual apresentarei amanhã, exatamente junto ao Ministro-Corregedor do Conselho Nacional de Justiça, contra o Ministro Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Edson Vidigal, por ter atuado de forma indigna no exercício da sua judicatura. Ele não poderia, pela proibição constitucional, ter atividade político-partidária. Se S. Ex^a tinha, como tem, a pretensão de ser candidato ao Governo do Estado do Maranhão, que aguardasse para dar essa declaração e entrevistas próprias de pré-candidatos e de candidatos depois do dia em que se afastasse do Poder Judiciário. Não poderia, no exercício da Magistratura, ir ao Estado do Maranhão fazer tais declarações. E o mais grave: antes de ir, concedeu uma liminar.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Peço a V. Ex^a para concluir, porque seu tempo está encerrado.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Concluo, Sr. Presidente.

Quero comunicar à Casa minha posição. Entendo que, como Poder Legislativo, não podemos assumir posição diferente.

Digo isso não apenas na condição de filiado e de Senador pelo PMDB e não porque tenha qualquer contrariedade em relação à liminar concedida, depois revogada e restabelecida por ele próprio. Não! Digo isso porque é preciso que deixemos aviventados os limites em que o Poder Judiciário pode transitar, dentro da normalidade democrática.

Falo aqui mais como Senador do que como filiado ao PMDB. Não trago a questão do PMDB das prévias. Trago aqui, sim, o comportamento ilegítimo e indigno de um membro da Magistratura Nacional em um Tribunal Superior, que não agiu de acordo com a Constituição Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Conforme anunciado anteriormente, passamos à votação do Parecer nº 226, de 2006, extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Discussão, em turno único, do Parecer nº 226, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que teve como Relator o nobre Senador Antonio

Carlos Magalhães, sobre o Ofício nº S/5, de 2006 (nº 12/2006, na origem), do Supremo Tribunal Federal, submetendo à deliberação do Senado a indicação da Ministra Ellen Gracie Northfleet para compor o Conselho Nacional de Justiça e, nos termos constitucionais, exercer a sua Presidência.

Discussão do parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 103 – B, §2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 288, inciso III, do Regimento Interno, a matéria depende, para a sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta da composição da Casa, devendo a votação ser feita pelo processo eletrônico.

As Srs. e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Peço aos Srs. Senadores que estão em outras dependências da Casa que venham ao plenário. Estamos em processo de votação.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito a presença de todos os Senadores do PSDB no plenário, a fim de deliberarmos sobre a relevante matéria que é a indicação do nome da Ministra Ellen Gracie Northfleet para a Presidência do Conselho Nacional de Justiça.

O SR. JOSÉ AGRIPIANO (PFL – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPIANO (PFL – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a que comunique o início da votação à CPI dos Bingos, que está alertada e pronta para interromper seus trabalhos tão logo haja comunicação da Mesa para que os Senadores que lá estão venham ao plenário cumprir o dever de votar na indicação da Ministra Ellen Gracie.

Peço, portanto, à Mesa que faça o comunicado à CPI dos Bingos e a qualquer outra Comissão que possa estar funcionando para que os Senadores fiquem liberados.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a intervenção do Senador José Agripino.

Peço, reforçando o que pediu S. Ex^a, que os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos venham, por favor, ao plenário, assim como todos os membros de outras comissões permanentes que estão trabalhando nesta oportunidade. Estamos em processo de votação.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pela ordem.) – Sr. Presidente, o PMDB também pede a todos os Senadores que estão em seus gabinetes que, por gentileza, venham ao plenário para votarmos a indicação da Ministra Ellen Gracie.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em virtude de, hoje pela manhã, estar atendendo a convite do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, não pude estar presente à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que arguiu a Ministra Ellen Gracie Northfleet. Mas manifesto, abertamente, meu voto favorável cumprimentando-a por ser a primeira mulher que assume a Presidência do Supremo Tribunal Federal e desejando que ela possa dignificar a mulher brasileira à frente desse posto de magistrada máxima do Supremo Tribunal Federal.

Meus cumprimentos à Ministra Ellen Gracie.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Senador Pedro Simon e outros pediram que houvesse uma comemoração dos 40 anos do PMDB na próxima sexta-feira. Como se trata de um dia de menos frequência, queremos que – e aqui está o requerimento, assinado, inclusive, pelo próprio Senador Pedro Simon – a sessão seja amanhã, às 10 horas.

Peço a todos os Senadores do PMDB e aos demais que amanhã estejam todos presentes para prestar homenagens a um Partido que tem muita participação na história do Brasil, que tem um passado, tem um presente e, com certeza, terá um grande futuro.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Defiro o pedido de V. Ex^a e o envio à publicação.

Peço aos Srs. Senadores que estão em outras dependências da Casa que venham ao plenário. Estamos votando o nome da Exm^a Sr^a Ministra Ellen Gracie para compor o Conselho Nacional de Justiça como Presidente.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o voto é secreto. Sendo assim, não preciso declará-lo. Mas é com muita honra que voto neste momento que, para todas nós, mulheres, e para o povo brasileiro, tem uma relevância significativa, porque não estamos votando, na tarde de hoje, apenas a indicação da Ministra Ellen Gracie para presidir o Conselho Nacional de Justiça, pois também, nos próximos dias, ela irá presidir um dos Poderes da República. Será a primeira vez que uma mulher vai ter a oportunidade de alçar um posto dessa magnitude.

Portanto, não poderíamos deixar de fazer o registro da importância do momento, do ato, da indicação, do trabalho que a Ministra Ellen Gracie terá a desenvolver tanto à frente da Presidência do Conselho Nacional de Justiça, como também à frente do Poder Judiciário brasileiro.

Hoje pela manhã, já desejamos a S. Ex^a sucesso. O momento é delicado e a maneira especial e diferente que as mulheres têm de exercer suas responsabilidades e cumprir suas tarefas será muito importante e relevante. Que este momento tão delicado, quando há tanta turbulência e se buscam tantas situações que possam criar a instabilidade institucional e a instabilidade da harmonia entre os Poderes, possa ser enfrentado pela Ministra Ellen Gracie com toda a galhardia e competência, já demonstradas ao longo de sua vida profissional.

Portanto, nossos parabéns à Ministra Ellen Gracie. O meu voto é dado, indiscutivelmente, com todo prazer. Não preciso declará-lo, mas toda a Nação brasileira sabe qual é.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra o Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero prestar as minhas homenagens e o reconhecimento pelo trabalho exemplar que o Ministro Nelson Jobim teve não apenas à frente do Conselho Nacional de Justiça, mas também como Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Não haveria a reforma do Judiciário se não tivéssemos tido o empenho, a participação, a competência, a formação jurídica do Ministro Nelson Jobim. S. Ex^a não só ajudou a construir a reforma como sustentou a posição favorável ao Conselho.

Na Presidência do Conselho, o Ministro Nelson Jobim teve a atitude corajosa de enfrentar temas polêmicos que há muitos anos, há décadas, o Judiciário não queria enfrentar, como o nepotismo, como o teto salarial.

O Ministro Nelson Jobim deixou uma contribuição inestimável ao aprimoramento do Poder Judiciário no Brasil, imprimindo-lhe mais agilidade, mais eficácia, garantindo mais direito de defesa àqueles que não têm acesso à Justiça. Por isso, começo prestando minhas homenagens ao Ministro Nelson Jobim.

Da mesma forma, estou muito seguro de que esse trabalho terá prosseguimento com a Ministra Ellen Gracie, não apenas como Presidente do Supremo Tribunal Federal, mas também como Presidente do Conselho Nacional de Justiça. É uma juíza que tem uma longa vida como magistrada, uma carreira exemplar no Poder Judiciário, uma produção intelectual acadêmica expressiva, tem formação também específica em relação à administração do Poder Judiciário, e essa experiência de gestora com formação, com curso nos Estados Unidos, com uma longa vivência de aprimoramento desse Poder, contribuirá decisivamente com o Conselho Nacional de Justiça.

Portanto, o Senado hoje tem um momento único, ao promover à Presidência do Conselho, à segunda gestão depois do belíssimo trabalho do Ministro Nelson Jobim, essa Ministra que seguramente já marcou a história da República.

Neste mês de março, que é o mês das mulheres, ressalto que as mulheres ocupam apenas 9% dos cargos executivos da Nação, e as negras, menos de 1%. Ainda há uma outra questão, que é a participação das mulheres negras na representação da sociedade. Todavia, com apenas 9%, um dos Poderes da República terá na chefia uma mulher. É um exemplo, é uma referência, é a expressão da valorização das mulheres, que já representam hoje 30% de juízas na Primeira Instância do nosso Brasil.

Por tudo isso, solicito o voto “sim” de todas as Sr^{as} Senadoras e de todos os Srs. Senadores, com a certeza de que estamos promovendo o Conselho Nacional de Magistratura. Teremos, no Supremo Tribunal Federal, uma grande magistrada, que dará prosseguimento a essa grande obra de reforma do Poder Judiciário que esta Legislatura promoveu em parceria com o Supremo Tribunal Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Peço, mais uma vez, aos Senadores que estão em outras dependências da Casa que, por favor, venham ao plenário, pois estamos votando o nome da Ministra Ellen Gracie para a Presidência do Conselho Nacional de Justiça.

Além da competência do Senado Federal, este é um dia histórico para o Brasil, porque as mulheres, por intermédio da referida Ministra, estão assumindo a chefia de um importante Poder da República, e o Senado está também feliz com isso, pelo que significa do ponto de vista emblemático e do jogo democrático.

Aproveito a oportunidade para agradecer o empenho pessoal do Senador Antonio Carlos, que se dedicou inteiramente à votação hoje, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do nome da Ministra, para que fizéssemos o que ora estamos fazendo.

Parabéns, Senador Antonio Carlos Magalhães, a quem concedo a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V. Ex^a acompanhou parte da reunião, e a Ministra Ellen Gracie obteve aprovação unânime dos membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Seria uma felicidade para este Senado se esse resultado fosse traduzido hoje também no Plenário.

A Ministra Ellen Gracie realmente agradou pela sua exposição, pela sua compostura a toda a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Apesar de problemas que tivemos – é inegável que os tivemos –, de ações que muitos não aceitaram, inclusive eu, muitas vezes, seria justo que V. Ex^a encontrasse um modo de homenagearmos o Presidente Nelson Jobim, que deixa a Corte no dia 30. Consequentemente, se V. Ex^a dedicasse um expediente ao Ministro Jobim, antes do dia 30, ou uma sessão – não diria extraordinária, porque, às vezes, sessões extraordinárias até atrapalham e não têm o brilho que V. Ex^a e eu desejamos.

O Plenário aceitaria muito bem se fizéssemos uma homenagem – claro que presidida por V. Ex^a, que é a figura maior da Casa e que se tem portado como tal – ao Presidente Nelson Jobim, que está deixando o cargo.

É o apelo que faço.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Parabeno V. Ex^a pelo gesto. Não se trata de um gesto comum na vida brasileira. V. Ex^a, coerentemente com o que sempre fez e faz, lembra a necessidade de o Senado Federal prestar uma homenagem ao Presidente do Supremo Tribunal, Nelson Jobim. Vou pessoalmente conversar com V. Ex^a depois, para

que possamos decidir a melhor maneira de o Senado concretizar essa sugestão que V. Ex^a acaba de nos fazer, com muita satisfação. Parabéns, Senador Antonio Carlos.

Concedo a palavra ao Senador Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PMR – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Renan Calheiros, não poderia deixar de marcar neste momento a posição do meu Partido, que se sente muito feliz em ver uma mulher, como V. Ex^a bem disse, assumindo o Conselho Nacional da Justiça.

Sr. Presidente, nós que somos da terra de Joana Angélica, de Maria Quitéria e de tantas outras heroínas do nosso País, somos também da terra da discriminação, de mulheres que ficaram por décadas, por séculos, alijadas do processo político, econômico e até mesmo cultural do nosso País, quando votamos numa Ministra, quando votamos na única Ministra que temos no Supremo Tribunal Federal para chefiar, para comandar, para presidir o Conselho Nacional de Justiça conseguimos enxergar cidadania, processo civilizatório, que hoje têm um marco na vida de nosso País.

É assim, Sr. Presidente, que eu gostaria de, em nome do PRB, saudar a Ministra, que hoje, certamente, será consagrada pelo Plenário do Senado Federal para assumir a Presidência do Conselho.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Marcelo Crivella, V. Ex^a, mais uma vez, interpretando o sentimento da Casa, fala em nome de todos nós.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero juntar-me a todos os meus Pares que me antecederam, parabenizando a Ministra Ellen Gracie por ascender ao maior posto da magistratura brasileira: a Presidência do Supremo Tribunal Federal e a Presidência do Conselho Nacional de Justiça. Ao parabenizar a Ministra Ellen Gracie, parabeno a Nação brasileira por ter à frente do Poder Judiciário, à frente do Conselho Nacional de Justiça, a Ministra Ellen Gracie, que já tem mostrado, pela sua probidade, pela sua competência e pela sua honradez, a forma como presidirá, sob as bênçãos divinas, o Poder Judiciário de nossa Nação.

Parabeno a Nação brasileira e a Ministra Ellen Gracie.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero, em meu nome e do meu Partido, o PTB, também cumprimentar a Ministra Ellen Gracie. Já tive oportunidade de fazê-lo hoje pela manhã, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, quando da votação de seu nome. Frisei naquele momento que considerava importantíssimo o fato, sobre todos os aspectos – os aspectos jurídicos são indiscutíveis, os conhecimentos jurídicos da Ministra –, porque ela não chegou lá pelo fato de ser mulher, mas pela competência que tem. Coincidentemente, sendo mulher, disse que aprendi muito cedo, como todos nós, a admirar as mulheres, admirando as nossas mães, que nos ensinam, desde cedo, o caminho do bem, da virtude, da tolerância.

Mas aprendi a admirar ainda mais as mulheres quando, formado em Medicina, passei a exercer a especialidade de Ginecologia e Obstetrícia. Aprendi, portanto, de perto, a conhecer não só a fisiologia, a anatomia, mas, sobretudo, a mente, o espírito das mulheres diante de todas as mais difíceis horas que atravessam. Elas são sempre um exemplo de tolerância, de racionalidade, de emotividade também, mas, sobretudo, sabem distinguir, com muita clareza, na hora de um julgamento, a melhor forma de julgar, a melhor forma de encaminhar os problemas e de buscar soluções que sempre atendam, de maneira justa, todas as partes.

Portanto, deixo registrado o meu voto favorável e, em nome do meu Partido, parabeno a Ministra Ellen Gracie.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Luiz Otavio.

O SR. LUIZ OTAVIO (PMDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje pela manhã, sob a presidência do Senador Antonio Carlos Magalhães, do PFL, líder na Bahia e no Brasil, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania deu uma demonstração clara do apoio e da consideração que esta Casa tem para com a Ministra Ellen Gracie.

Ao ter aprovado, por unanimidade, seu nome para presidir o Conselho Nacional de Justiça e, posteriormente, assumir a Presidência do Supremo Tribunal Federal, a Ministra Ellen Gracie dá uma prova para o Brasil e para o mundo de que nosso País também tem suas mulheres, como ficou demonstrado nas homenagens prestadas no dia 8 de março, pelo Dia Internacional da Mulher, e no dia 9 de março, aqui no Senado Federal, às mulheres do mundo inteiro, em sessão presidida pela Senadora Serys Slhessarenko.

Hoje, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que votou por unanimidade o seu nome

para presidir o Conselho Nacional de Justiça, o Senador Antonio Carlos Valadares fez uma referência que aqui repito: com certeza, teremos uma mulher na Presidência da República. A Ministra Ellen Gracie terá a oportunidade, como Ministra e Presidente do Supremo Tribunal Federal, de assumir interinamente a Presidência da República do Brasil durante o período eleitoral, a partir de 1º de julho, com a realização das convenções, e agora, a partir de 1º de abril, com a desincompatibilização dos cargos do Poder Executivo para concorrer às eleições de 1º de outubro de 2006. Pois o Presidente da República, ao viajar, passa a faixa presidencial ao Vice-Presidente, o ex-Senador José Alencar, ou ao Presidente da Câmara Federal, Aldo Rebelo, e ao próprio Senador Renan Calheiros, como Presidente do Senado Federal. Estes são os nomes a que a Constituição Federal confere a capacidade e o poder de assumir a Presidência da República na ausência do Presidente. Como todos deverão ser candidatos nas próximas eleições – ou terão que decidir até o próximo dia 30 de junho, nas convenções de seus partidos –, ficarão impedidos de assumir a Presidência. Assim, teremos uma mulher como Presidente da República. A Ministra Ellen Gracie dará ao Brasil, pela primeira vez, a oportunidade de termos uma mulher na Presidência da República.

Portanto, Sr. Presidente, é com imensa satisfação e com grande prazer que, representando o povo do Pará, eu, que estou aqui há sete anos, terei, pela primeira vez, a oportunidade de votar em uma mulher para presidir o nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Mão Santa, com a aquiescência de V. Ex^a, o Senador Aloizio Mercadante vai entregar um expediente à Mesa.

Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante. Em seguida, aos Senadores Mão Santa, Arthur Virgílio, Pedro Simon, Romero Jucá e Antonio Carlos Valadares.

Tem a palavra V. Ex^a, Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Agradeço a gentileza da Mesa e do Senador Mão Santa.

Gostaria de apresentar, em iniciativa comum com o Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, uma proposta para que esta Casa, o Senado da República, realize sessão especial em homenagem ao Ministro Nelson Jobim, que realizou um grande trabalho à frente do Supremo Tribunal Federal e desempenhou papel decisivo na reforma do Judiciário e também na implantação

do Conselho Nacional da Magistratura. O Ministro é um homem respeitado, e todos reconhecem a contribuição inestimável que deu à frente dessa função.

Estamos propondo que a sessão de homenagem seja no último dia do exercício de seu mandato, dia 29, quarta-feira que vem, a fim de que haja grande presença de Senadoras e de Senadores, e que, mais uma vez, o Senado demonstre o prestígio e o respeito que tem pelo Judiciário brasileiro, na pessoa desse Presidente que deu imensa contribuição, especialmente nessa reforma que há mais de uma década era aguardada pela sociedade.

Encaminho, portanto, em nome do Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, Senador Antonio Carlos Magalhães, e em meu nome, propositura de homenagem especial ao Ministro do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim, que se despede no próximo dia 30.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Morais.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 316, DE 2006

Nos termos do art. 199 do Regimento Interno, requeremos a realização de Sessão Especial do Senado, no dia 29 de março de 2006, destinada a homenagear o Ministro Nelson Jobim, Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Sala das Sessões, 22 de março de 2006.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência defere o requerimento que acaba de ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Acolho a sugestão do Senador Antonio Carlos Magalhães e de V. Ex^a, e, interpretando o sentimento da Casa, marco sessão para as 10 horas do dia 29 de março, para o Senado Federal homenagear o Ministro Nelson Jobim, Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Senador Mão Santa, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente Renan Calheiros, Sr^{as} e Srs. Senadores, o homem é um animal político. Onde começou a democracia, assim pensou Aristóteles, e ninguém contestou. Esse animal político, Presidente Renan, saiu buscando formas de governo. Individualmente, aceitamos que seria melhor o absolutismo, os reis. Mas o povo, que é sábio, com coragem, foi às ruas e derrubou esse regime com o grito “liberdade, igualdade, fraternidade”. Quis Deus que hoje a Campanha da Fraternidade fosse aqui festejada; ou seja, um grito que nasceu da democracia.

Presidente Renan, é complicado este governo do povo. Foi melhorando. Mas quem melhor fez isso, para dividir o poder, acabar com o misticismo do “*l’état c’est moi*”, o poder único, em que o rei seria o Deus na terra, tinha todos os poderes, foi Montesquieu. E ficou bem claro que isso deveria ser dividido.

Já que falamos em Deus, acho que Deus não ia abandonar o Brasil. Está escrito que Ele nunca abandonou seu povo. Assim, Ele buscou a pessoa certa; assim, Ele buscou Davi, buscou Moisés e, sem dúvida, Ele busca e apresenta ao País uma mulher. No momento mais difícil, complicado, da democracia, lá onde ela nasceu, a guilhotina fez rolar a cabeça de muita gente. Temos que aperfeiçoá-la e reconhecer Montesquieu como o que mais avançou. Ele criou a divisão de poder, mas imaginou que seriam harmônicos, eqüipotes, contrapoderes; nunca imaginou que teríamos o que ocorre hoje. A mazela do Brasil e da democracia está aí: um poder a saltar em torno de outro, a mandar, a se intrometer e, às vezes, saltar com o prestígio e a tradição de um poder em outro. É o que vemos no Brasil e, com certeza, essa mulher saberá evitar, saberá ser fiel àquele que ensinou a divisão do poder.

Sr. Presidente Renan Calheiros, lá onde nasceu a democracia, um dos últimos presidentes, nascido do povo, Mitterrand, em seu último livro – já não podia nem escrever, pediu o auxílio de um companheiro Prêmio Nobel de Literatura –, disse que deixava uma mensagem aos governantes: fortalecer os contrapo-

deres. Essa foi a última mensagem de Mitterrand, e nisso esperamos e confiamos.

Acho que Deus mandou, neste momento, como uma bênção do céu, uma mulher para ter esse entendimento e essa coragem. Ao ler o Livro de Deus, vemos que há várias heroínas. E no maior drama da humanidade, a crucificação de Cristo, todos os homens falharam. Pilatos, político e governante como nós, foi fraco, fraquejou. A mulher de Pilatos, Verônica, as três mulheres, as mulheres que anunciaram Cristo... Por isso, nós temos a imagem de Cristo, porque a mulher passa essa verdade.

Portanto, estamos aqui para saudar a vinda dessa Ministra, mulher, como uma bênção, reproduzindo Aquele, que não tinha uma tribuna como nós temos agora: “Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça”. É o Brasil que é bem-aventurado e recebe a Ministra como uma bem-aventurança.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

A maior distorção, realmente, que pode haver na democracia é o Executivo governar legislando, como também uma distorção, o Legislativo legislar governando.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – O Judiciário quer pular, traquirar com a política.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Se todos já votaram, vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

Senador Romero Jucá, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, estou permutando com o Senador Pedro Simon. Falo agora; depois, S. Ex^a falará.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Não é falar, estamos em processo de votação.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – É para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra, V. Ex^a.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é apenas para registrar a nossa homenagem a Ministra Ellen Gracie e ressaltar que, hoje, é uma data histórica. Na verdade, está sendo dado um passo extremamente importante na igualdade dos gêneros.

Aproveito também para homenagear o grande e profícuo trabalho realizado pelo Ministro Nelson Jobim – o que já foi feito pelo Senador Aloizio Mercadante. O Ministro, sem dúvida nenhuma, merece todas as homenagens da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – S. Ex^a será homenageado na quarta-feira, dia 29, às 10 horas.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Estaremos aqui para reconhecer os avanços promovidos por S. Ex^a e o trabalho proveitoso do Ministro em prol da sociedade brasileira.

Congratulo-me com a Ministra e desejo-lhe a continuidade do sucesso do seu trabalho sério, árduo e competente. Tenho certeza de que a Casa vai aprová-la por unanimidade, fazendo também justiça à indicação e à sua posse.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é também com grande emoção que, em nome do Rio Grande do Sul, votamos na Ministra Ellen para presidir o Conselho. Salientamos também um fato importante: o de ela já ter sido escolhida Presidente do Supremo Tribunal Federal. Não há, pois, como deixar de reconhecer seus méritos.

Gostamos sempre de dizer que “este é um momento histórico” ou que “estamos vivendo um momento histórico”. Mas, desta vez, estamos realmente vivendo um momento histórico, pois uma mulher chega à Presidência do Supremo Tribunal Federal pelos seus méritos e qualidades. Não se trata de uma indicação ou uma escolha de cima para baixo. S. Ex^a foi advogada, depois, Procuradora, Juíza Federal, Presidente do Tribunal Regional Federal do Rio Grande do Sul, Ministra do Supremo e, agora, Presidente do STF e do Conselho Nacional de Justiça.

Temos muita confiança na Ministra Ellen Gracie, que mostrou, ao longo da sua vida, não só sua inteligência e capacidade jurídica, mas também seu equilíbrio e senso de responsabilidade.

Nesta hora, em que a Nação vive um momento difícil e de grande responsabilidade, a Ministra Ellen terá a consideração de todo o Brasil. Creio que S. Ex^a haverá de desempenhar um papel muito importante no diálogo e no entendimento entre os três Poderes.

Haveremos de ter, na Ministra Ellen – na Presidência do Supremo Tribunal Federal, no diálogo com o Congresso Nacional e com a Presidência da República –, o grande poder, a grande liderança, a grande capacidade de entendimento e a grande responsabilidade pelo que tem a fazer.

Também concordo com o que foi dito aqui. V. Ex^a será candidato. Poderia ser candidato à Presidência da República, pelo PMDB, mas não quer porque crê que não tem condições. Lamento porque acredito que poderia ser. Poderia ser candidato a Senador da República, a Deputado Federal. V. Ex^a será candidato, logo não poderá ocupar a Presidência da República no segundo semestre.

O Presidente da Câmara também será candidato. É Deputado Federal e também será candidato. O Vice-Presidente da República também será candidato. É absolutamente certo que o Presidente Lula, no segundo semestre, haverá de viajar, haverá de percorrer o seu itinerário – as viagens já estão previstas e serão por vários países.

A Presidente do Supremo estará na Presidência da República. Será também a primeira mulher a ocupar a Presidência da República. Creio que esse também será um fato histórico e muito importante. Não sei, mas meu sentimento, minha vontade e minha intuição me dizem que Deus olhará para essa mulher a fim de abençoá-la, a fim de dar-lhe mais força, a fim de reforçá-la. S. Ex^a será, realmente, não uma surpresa, mas a grande realidade das esperanças que todos nós depositamos nela.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradecemos muito a V. Ex^a pelo depoimento isento e verdadeiro que acaba de dar.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares. Depois, concederei a palavra aos Senadores Fernando Bezerra e Heráclito Fortes e encerrarei a votação.

Senador Antonio Carlos Valadares, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostaria de enaltecer a iniciativa do Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e o requerimento do Senador Mercadante, para homenagearmos, na próxima quarta-feira – e já é decisão firmada por V. Ex^a –, o grande Presidente do Supremo Tribunal Federal, que se está despedindo, dia 30, das altas funções que lhe foram delegadas como Ministro do Supremo, onde realizou um grande trabalho, principalmente defendendo a reforma do Judiciário e acelerando, portanto, os futuros processos judiciais.

Sr. Presidente, antigamente, em tempos imemoriais, já se dizia que a mulher era invencível pelas lágrimas, e o homem, pela força. Entretanto, com o avanço da sociedade democrática, das instituições que defendem a liberdade, e da substituição da força pela força do direito, o que se diz hoje é que a mulher e o homem são invencíveis, acima de tudo, pela competência, pelo trabalho, pela dedicação à cultura, à inteligência e à solidariedade.

Por isso, neste instante, sinto-me à vontade, assim como fiz na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para homenagear brevemente, mas me-

recidamente, a Ministra Ellen Gracie, que se fez por si, pelo seu trabalho, pela sua competência, pela experiência que devotou à causa da Justiça, seja como advogada, seja como professora de Direito Constitucional, seja como membro do Ministério Público, seja como um dos mais atuantes membros do Supremo Tribunal Federal.

Sr. Presidente, tenho certeza de que esta homenagem é unânime, dado que os 23 membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania votaram maciçamente no nome da Ministra para não apenas constituir, mas ser a primeira Presidente do Conselho Nacional de Justiça. É ela uma mulher engrandecida pela força do trabalho e, acima de tudo, pelo conhecimento e sabedoria jurídica. S. Ex^a vai assumir duas posições estratégicas no mundo jurídico e político do Brasil: Presidente do Supremo Tribunal Federal e Presidente do Conselho Nacional de Justiça.

Realmente é uma grande conquista da mulher brasileira o espaço que S. Ex^a conquistou com o seu próprio trabalho.

Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Fernando Bezerra, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero me juntar àqueles que aqui homenagearam, em primeiro lugar, a figura do Presidente do Tribunal. Quero também congratular-me com V. Ex^a e com o Senador Antonio Carlos pela homenagem que esta Casa prestará ao Ministro Nelson Jobim na próxima quarta-feira. A esse grupo de pessoas que vão homenageá-lo, quero me somar.

Sr. Presidente, quero ainda cumprimentar a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania pela decisão de aprovar o nome da Ministra Ellen Gracie para o Conselho Nacional de Justiça.

Esta é, certamente, uma homenagem do meu Partido, e, embora outros Senadores tenham falado em nome do Rio Grande do Norte, como o Senador José Agripino já o fez, quero fazê-lo em nome do povo do meu Estado a esses dois grandes nomes da Justiça brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, associo-me a esta Casa na homenagem que presta à Ministra Ellen Gracie, que, a partir da próxima semana, terá a responsabilidade de presidir a instância maior da Justiça do nosso País. A Minis-

tra Ellen Gracie tem tido no Supremo Tribunal Federal uma atuação que desperta a admiração de todos. Neste momento em que a Ministra se prepara para substituir o Ministro Nelson Jobim, a quem teremos a oportunidade de homenagear, apresento-lhe meus votos de uma administração profícua e, acima de tudo, harmoniosa, em que haja pleno entendimento entre os Poderes constituídos deste País, de maneira muito especial entre o Judiciário e o Legislativo.

Portanto, deixo aqui esse registro em meu nome e em nome dos piauienses.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tive a oportunidade de, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, dirigir a palavra à Ministra Ellen Gracie e não poderia, na hora em que se vota esta matéria – tenho certeza de que será aprovada por unanimidade pelo Plenário –, deixar de fazer um elogio público a uma figura que julgo particular e excepcional.

Eu conversava há pouco com os Senadores Jefferson Péres e Romeu Tuma e lhes dizia que se trata de uma *lady* de confiabilidade, uma Ministra marcada pelo equilíbrio, pela competência jurídica e pela decência.

Quando um voto qualquer vai ser proferido pela Ministra Ellen Gracie, por parte de ninguém há predisposição de entendê-lo de forma **a** ou **b**, porque se sabe que de S. Ex^a virá sempre um voto calcado no equilíbrio, no interesse coletivo e no Direito, fundamentalmente no Direito.

De modo que é com muita alegria que nós do PFL registramos a eleição da Ministra Ellen Gracie para a Presidência do Supremo e, como tal, sua indicação para a Presidência do Conselho Nacional de Justiça. Na hora em que este Senado, em virtude de uma exceção feita pelos Líderes – a pauta, que estava trancada por medidas provisórias, foi aberta para votarmos esta matéria –, aprecia a indicação de S. Ex^a para a Presidência do Conselho Nacional de Justiça, eu manifesto de público o respeito que o meu Partido tem pela Ministra Ellen Gracie, Presidente do Supremo Tribunal Federal.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Magno Malta, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Antes que V. Ex^a proclame o resultado, também, a exemplo de tantos Líderes, desejo manifestar minha satisfação por esse momento em que votamos a indicação da Ministra Ellen Gracie para a Presidência do Conselho Nacional de Justiça.

Tudo o que foi dito é verdade. Qualquer outro elogio que se faça a S. Ex^a nesse momento significará chover no molhado, pois é do conhecimento de todos o saber jurídico e a postura ética, até o exato momento, da Ministra Ellen Gracie. O desfecho de qualquer questão que vá ser por ela decidida, disse bem o Senador José Agripino, é aguardado sem sobressalto ou expectativa de que alguma coisa fora do que estabelece a Lei saia de um voto por ela emitido. Por isso, ganha o Brasil, com a alegria de todos nós no dia de hoje, ganham as mulheres brasileiras, ganhamos todos nós.

Hoje pela manhã, quando a S. Ex^a me dirigiu, dei-lhe notícia de uma pesquisa particular, como é do meu costume, que fiz no Rio Grande do Sul, onde escolhi aleatoriamente, na lista telefônica, 30 famílias, e lhes fiz algumas perguntas. Todas responderam que estavam felizes com a eleição da Ministra Ellen Gracie, que lá viveu e estudou, para a Presidência do Supremo, não só pela importância do cargo, mas também pela sua vida digna, ética, baseada em rígidos princípios morais. Disseram que ela chegou aonde chegou – com a graça de Deus, é claro, – pelos seus próprios méritos.

Por isso a cumprimento nesta tarde feliz, festiva e gratificante para todos nós.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Augusto Botelho, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de me associar às palavras de todos os que me antecederam, concordando com S. Ex^a – e dizendo, ainda, que hoje é o Dia Mundial da Água.

A Ministra Ellen Gracie está sendo nomeada para trabalhar em uma nova árvore que plantamos neste País: o Conselho Nacional de Justiça. Essa coincidência de datas faz com que eu tenha a convicção de que essa árvore, irrigada pela presença de uma mulher com grande conhecimento do Direito, dará bons frutos, para melhorar a Justiça do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

PARECER Nº 226, DE 2006 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)

Sra. ELLEN GRACIE NORTEHEIPEL PARA COMPOZ O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Num.Sessão: 1 Num.Votação: 1 Abertura: 22/3/2006 17:21:34
 Data Sessão: 22/3/2006 Hora Sessão: 14:00:00 Encerramento: 22/3/2006 18:06:26

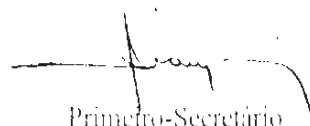
Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PL	MG	AE. TONFRINTAS	Votou
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	Votou
Bloco-PT	SP	ALCIZO MERCADANTE	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
PMDB	RO	AMIR LINDO	Votou
Bloco-PT	PA	ANA JULIA CAREPA	Votou
PSDB	MT	ANTONIO PAES DE BARROS	Votou
PFL	BA	ANTONIO CARLOS VAGALHÃES	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PSDB	AM	ARTHUR VIRGILIO	Votou
PDT	RR	AUGUSTO BOTEELHO	Votou
PFL	BA	CESAR BORGES	Votou
PDT	DF	CRISTOVAN BLARQUE	Votou
Bloco-PT	MS	DELUJO AMARAL	Votou
PFL	MA	EDISON LOBAO	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEVEDO	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou
PFL	PB	ERAMY NORAIS	Votou
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
PMDB	AC	GILRILDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	Votou
PMDB	AP	GILVANI BORGES	Votou
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	Votou
PFL	P	HERACITO FORTES	Votou
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou
PDT	AM	JEFFERSON PERES	Votou
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	Votou
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	Votou
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	Votou
PFL	RN	JOSE AGRIPINO	Votou
PFL	PE	JOSE JORGE	Votou
PMDB	PB	JOSE MARANHÃO	Votou
PMDB	AP	JOSE SARNEY	Votou
PSDB	MS	JURENO DA FONSECA	Votou
PMDB	TO	LEOMAR GUINTELLA	Votou
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	Votou
PMDB	PA	LUIZ OTAVIO	Votou
PSDB	GO	LUIZ PONTES	Votou

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PSDB	PI	SERGIO GULARRA	Votou
PTB	RS	SERGIO ZAMBIAS	Votou
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESARENKO	Votou
Bloco-PT	AC	TIAO VIANA	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PMDB	MG	WILLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	Votou

Operador: HÉLIO FERREIRA LIMA

Previdente: ELIANA CALHEIROS

Votos SIM : 61
 Votos NÃO : 01 Total : 63
 Votos ABST. : 01



Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Votaram SIM 61 Srs. Senadores; NÃO, 1.

Houve 1 abstenção.

Total: 63 votos.

Está, portanto, aprovado o nome da Ministra Ellen Gracie para presidir o Conselho Nacional de Justiça.

Vou assinar a mensagem que será enviada ao Presidente da República e ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, comunicando-lhes o resultado com muita satisfação pelo que a Ministra significa para o Judiciário brasileiro, para este País e para todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Morais.

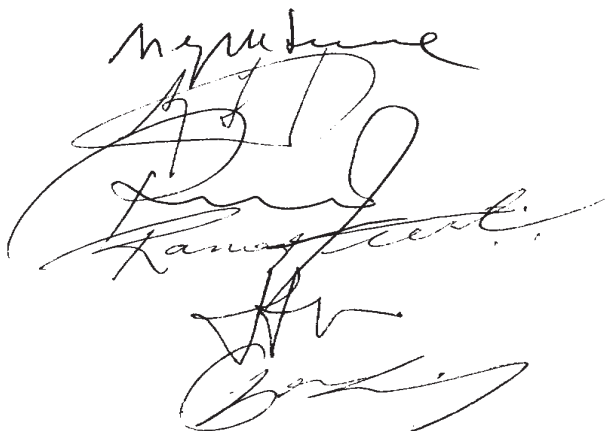
É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 317, DE 2006

Senhor Presidente,

Em aditamento ao Requerimento nº 302, de 2006, requeremos que a sessão seja realizada no dia 23 do corrente, às 10h.

Sala das Sessões, 22 de março de 2006.



O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Em consequência do proposto, fica restabelecida a sessão não deliberativa da sexta-feira, dia 24 de março, às 9 horas.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Morais.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 318, DE 2006

Requer Voto de Lembrança ao ensejo do centenário de nascimento de Arthur Reis, pensador, historiador e Governador (indireto) do Amazonas.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Lembrança ao ensejo do centenário de nascimento de Arthur Reis, pensador e historiador amazonense, que governou o Amazonas de junho de 1964 a janeiro de 1967, por nomeação do então Presidente Humberto Castelo Branco.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento dos familiares do homenageado.

Justificação

Por iniciativa do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, realiza-se, de hoje a 24 deste mês, o Seminário Arthur Reis: o intelectual e o homem de ação, com que, no meu Estado se comemora o centenário do pensador e historiador Arthur Reis, também Governador do Amazonas, de junho de 1964 a janeiro de 1967. Chegou ele à chefia do Executivo amazonense por escola e nomeação do então Presidente da República, General Humberto de Alencar Castelo Branco, no começo do regime militar.

Seu Governo foi marcado por realizações na área educativo-cultural, construindo diversas escolas, alguns hospitais, além da reformulação do Arquivo Público e da Biblioteca Pública do Estado. Na área de infra-estrutura, abriu as estradas Manaus-Itacoatiara e Manaus-Manacapuru. Apoiou, nesse período, a publicação de 103 livros de autores amazonenses.

Antes de assumir o Governo estadual, Arthur Reis, que era muito ligado a Darcy Ribeiro servia ao Governo Jango e, quando ocorreu o golpe que implantou o regime de exceção, estava em Genebra, como integrante da delegação brasileira à Conferência de Comércio e Desenvolvimento. Hesitou em retornar, mas mudou de idéia e, no Brasil, articulou-se com expressivos segmentos militares, tendo, então, virado Governador, por eleição indireta na Assembléia Legislativa do Estado, substituindo o Governador Plínio Coelho, cassado pela ditadura em junho de 1964. Nessa oportunidade, Bernardo Cabral que depois veio a ser Deputado Federal Constituinte e, em seguida, Senador, votou no ex-Senador Waldemar Pedrosa e em Francisco Queiroz e Abdala Sahdo, então Deputados e que haviam se recusado a participar do “pleito”. Os três pertenciam ao PTB de Vargas, Jango e Brizola.

Ungido pela votação determinada pelo regime discricionário, Arthur Reis foi o mais autoritário do ciclo de governantes imposto pelo Alto Comando dito Revolucionário. Os demais (Dr. Danilo Areosa, coronel João Walter, Ministro Henoch Reis e Prof. José Lindoso) procuraram relacionar-se de maneira menos conflituosa com Legislativo e Judiciário.

Reis chegou a fechar a Assembléia Legislativa e a invadir a residência do Deputado Andrade Netto, que fora seu Líder na ALEA e, após rompimento, tornou-se importante membro da Oposição: Fato significativo é que, ao visitar Manaus, o Senador Robert Kennedy recusou-se a estar com o Governador, sob a alegação de incompatibilidade política incontornável com quem impedira, ainda que por pouco tempo, o funcionamento do Legislativo, considerado pelo visitante como o mais significativo pilar da Democracia.

A despeito da conduta autoritária que seguiu como governante, Arthur Reis era pessoalmente homem íntegro. Os demais delegados da ditadura, é justo também afirmar, eram todos igualmente irreprováveis, do ponto de vista da integridade.

Arthur Reis perseguiu meu tio Helso do Livramento do Carmo Ribeiro, irmão de meu pai, Senador Arthur Virgílio, então Líder da Oposição no Senado. Helso era Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado e votou “com o Relator”, seguindo a praxe, determinado processo, considerado, pelo Governador, irregular. Por isso, meu tio foi punido (aposentado compulsoriamente e privado dos seus direitos políticos por 10 anos) a partir das conclusões de Comissão de Sindicância, manipulada por Reis e presidida, pasmem! pelo Relator do tal processo “irregular”. O objetivo de Reis era retaliar o Senador Arthur Virgílio, que o regime de força não apreciava ver na tribuna do Senado.

Grande amazonólogo, contudo, pensou a Amazônia com admirável lucidez, revelando-se extremamente avançado para o seu tempo. Foi reconhecidamente um grande pensador e historiador, que escreveu numerosos trabalhos literários, 320 dos quais publicados. De sua obra literária, ressaltam História do Amazonas, Manaus e Outras Vilas. A Política de Portugal no Vale Amazônico, Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira e A Amazônia Cobiçada.

É meu dever, entendo assim, homenagear o grande pensador amazônico que foi Arthur Reis. Estou certo de que meu pai e meu tio, se vivos fossem, haveriam de anistiá-lo, eles, que foram cassados injustamente pelo regime que fez de Reis o seu primeiro Governador, no Estado do Amazonas.

Com este pensamento é que proponho ao Senado da República um Voto de Lembrança, pelos cem anos desse estudioso da questão amazônica que foi Arthur Reis.

Sala das Sessões, 22 de março de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio, autor do requerimento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de apresentar este Voto de Lembrança a um importantíssimo intelectual amazonense, autor de 320 livros, que é uma figura contraditória, se a examinarmos do ponto de vista político, meditei muito, porque tenho restrições graves a fazer a essa figura pública, tendo em vista sua ação política, pois ele serviu ao Governo ditatorial, e não é só isso, mas também a forma atrabiliária como se portou, a forma arbitrária como agiu, fechando a Assembléia Legislativa.

Enfim, Sr. Presidente, para ficar bem objetivo, lerei a justificativa. Requeri Voto de Lembrança ao ensejo do centenário de nascimento de Arthur Reis, pensador, historiador e Governador indireto do Amazonas.

Requeri nos termos do art. 222, do Regimento Interno, para que, ouvido o Plenário, seja consignado, nos Anais do Senado, Voto de Lembrança ao ensejo do centenário de nascimento de Arthur Reis, pensador e historiador amazonense, que governou o Amazonas, de junho de 1964 a janeiro de 1967, por nomeação do então Presidente Humberto de Alencar Castello Branco.

Por iniciativa do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, realiza-se, de hoje a 24 deste mês, o Seminário Arthur Reis: o intelectual e o homem de ação, com que no meu Estado se comemora o centenário do pensador e historiador Arthur Reis, também Governador do Amazonas, de junho de 1964 a janeiro de 1967. Chegou ele à chefia do Executivo amazonense por escolha e nomeação do então Presidente da República, Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, no começo do regime militar.

O Governo de Artur Reis foi marcado por realizações na área educativo-cultural, construindo diversas escolas, alguns hospitais, além da reformulação do Arquivo Público e da Biblioteca Pública do Estado. Na área de infra-estrutura, abriu estradas muito importantes para a economia do meu Amazonas, Manaus-Itacoatiara e Manaus-Manacapuru. Apoiou, nesse período, a publicação de 103 livros de autores amazonenses.

Antes de assumir o Governo estadual – e este, Senador Pontes, é o lado polêmico e por isso meditei tanto antes de fazer a homenagem – Arthur Reis, que era muito ligado a Darcy Ribeiro, Ministro de João Goulart, servia ao Governo Jango e, quando ocorreu o golpe que implantou o regime de exceção, estava em Genebra, como integrante da delegação brasileira à Conferência de Comércio e Desenvolvimento. Hesitou em retornar, mas mudou de idéia e, no Brasil,

articulou-se com expressivos segmentos militares, tendo, então, virado Governador, por eleição indireta na Assembléia Legislativa do Estado, substituindo o Governador Plínio Coelho, cassado pela ditadura em junho de 1964. Nessa oportunidade, Bernardo Cabral, que depois veio a ser Deputado Federal Constituinte e, em seguida, Senador, preferiu não votar naquele que a ditadura recomendava. Bernardo Cabral, como democrata que é, votou no ex-Senador Waldemar Pedrosa, uma figura já falecida, ainda viva à época, e de enorme respeitabilidade.

Além de Bernardo Cabral, o falecido Deputado Francisco Queiroz e o ainda, graça a Deus, muito bem vivo Deputado Abdala Sahdo, então Deputados e que haviam se recusado a participar do “pleito”. Os três pertenciam ao PTB de Vargas, Jango e Brizola.

Ungido pela votação determinada pelo regime discricionário, Senador Pedro Simon, Arthur Reis foi o mais autoritário do ciclo de governantes imposto pelo Alto Comando dito Revolucionário. Os demais (Dr. Danilo Areosa, Coronel João Walter, Ministro Henoch Reis e Professor José Lindoso) procuraram relacionar-se de maneira menos conflituosa com o Legislativo e Judiciário.

Reis chegou a fechar a Assembléia Legislativa e a invadir a residência do Deputado Andrade Neto, que fora seu Líder na Assembléia Legislativa e, após rompimento, tornou-se importante membro da Oposição. Fato significativo é que, ao visitar Manaus, o Senador Robert Kennedy recusou-se a estar com o Governador, sob a alegação de incompatibilidade política incontornável com quem impedira, ainda que por pouco tempo, o funcionamento do legislativo, considerado pelo visitante como o mais significativo pilar da democracia.

A despeito da conduta autoritária que seguiu como governante, Arthur Reis era pessoalmente homem íntegro. Os demais delegados da ditadura, é justo também afirmar, era todos igualmente irreprováveis, irreprocháveis do ponto de vista da integridade.

Arthur Reis perseguiu meu tio Helso do Livramento do Carmo Ribeiro, irmão de meu pai, Senador Arthur Virgílio, então Líder da Oposição no Senado. Helso era Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado e votou “com o Relator”, conforme a praxe, determinado processo, considerado pelo Governador irregular. Por isso, meu tio foi punido (aposentado compulsoriamente e privado, sem direito de defesa, dos seus direitos políticos por 10 anos) a partir das conclusões de Comissão de Sindicância, manipulada por Reis e presidida – pasmem! – pelo Relator do tal processo considerado “irregular”. Ou seja, o Relator do processo considerado irregular foi o Presidente da Comissão

de Sindicância, que determinou que meu tio, porque supostamente teria votado a favor de um processo irregular, tivesse os direitos políticos suspensos e fosse aposentado compulsoriamente do cargo que exercia. O objetivo de Reis, na verdade, era retaliar o Senador Arthur Virgílio, meu pai, que o regime de força não apreciava ver na tribuna do Senado e muito menos ouvi-lo, orador de escol e homem valente e bravo que era, Senador Roberto Saturnino.

Grande amazonólogo, contudo, Arthur Reis pensou a Amazônia com admirável lucidez, revelando-se extremamente avançado para o seu tempo. Foi reconhecidamente um grande pensador e historiador, que escreveu, produziu, numerosos trabalhos literários, 320 dos quais publicados. De sua obra ressaltam **História do Amazonas, Manaus e Outras Vilas, A Política de Portugal no Vale Amazônico, Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira e Amazônia Cobiçada**.

Senador Roberto Saturnino, toda vez que alguém fala em cobiça internacional da Amazônia está no fundo repetindo aquele que por primeiro falou, que foi Arthur Reis. Tentei primeiro estabelecer todas as minhas contradições até familiares com ele, e como contradições políticas, pelo seu desapego à democracia quando governou, mas ressalto aqui o homem de valor intelectual e que prestou serviços inestimáveis à causa da minha região.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Posso apartear-lo, Senador?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB AM) – Pode, com certeza.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT RJ) – Senador Arthur Virgílio, gostaria de me associar a esta homenagem nos termos em que V. Ex^a está colocando, porque compartilho dessa apreciação que V. Ex^a faz e vou lhe dizer por quê. Pela segunda metade dos anos 50, eu, muito jovem, fui designado conselheiro do Conselho Econômico da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro e, lá, tinha assento o historiador-sociólogo, intelectual Arthur Reis. Naturalmente, sempre que me era distribuído um projeto para relatar, o meu voto freqüentemente discrepava do ponto de vista dos demais conselheiros, em geral muito mais conservadores. Eu era extremamente jovem naquele momento e sempre tive esse pensamento voltado para as causas socialistas. Entretanto, com muita freqüência, o Sr. Arthur Reis manifestava apoio ao meu voto e até com argumentos e razões mais substantivas e mais bem apresentadas que as minhas. Então, ele me granjeou essa admiração e simpatia pessoal, que depois vim a equiparar com suas atitudes no governo e a ficar perplexo, enfim, duvidar até de que fosse a mesma personalidade. Essa é a razão pela qual quero compartilhar

do pronunciamento de V. Ex^a, exatamente nos mesmos termos, reconhecendo a admiração que tenho pela figura, pela imagem dele, mas com essa ressalva que efetivamente chega a nos deixar sem compreender bem as suas razões.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado, Senador Roberto Saturnino, é precisamente o que sinto. Fico muito feliz de coincidir com V. Ex^a nesse ponto, porque acabei de relatar um problema pessoal, algo que não foi alto, não foi elevado, em relação a um tio meu, um homem honrado, um homem de bem.

Para repetir, meu tio era Conselheiro do Tribunal de Contas e votou em um processo com o relator, talvez até sem saber da profundidade do processo, que foi considerado irregular depois, – antes não foi – pelo Regime de Exceção. Queriam, no fundo, retaliar meu pai. Não podiam cassá-lo, ainda, àquela altura, e então foram para cima do meu tio. Meu tio foi punido e teve a recomendação – isso aconteceu – da suspensão dos seus direitos políticos por 10 anos e foi aposentado compulsoriamente por ter supostamente votado um processo irregular. E a recomendação veio de uma Comissão de Sindicância presidida – pasmem V. Ex^a! – presidida pelo relator que meu tio seguiu.

Era a ditadura. Eis por que não podemos tolerar ditadura no País sob nenhuma forma.

Então, Senador Tião Viana, na mesma linha do que aqui significou o aparte do Senador Roberto Saturnino, entendo de meu dever homenagear o grande pensador amazônico que foi Arthur Reis.

Estou certo de que meu pai e meu tio, se vivos fossem, haveriam de anistiá-lo, eles que foram cassados injustamente pelo regime que fez de Reis o seu primeiro Governador do Estado do Amazonas.

Com este pensamento é que proponho ao Senado da República um voto de lembrança pelos 100 anos deste estudioso da questão Amazônica que foi Artur Reis.

O Seminário, que começa hoje no meu Estado, Senador Suplicy, se intitula “Seminário Artur Reis: o intelectual e o homem de ação”.

O intelectual merece todos os encômios de minha parte. O homem de ação eu critiquei, até por ter, na verdade, se portado atribuladamente. Fechou uma Assembléia. Recebeu, na hora, o repúdio do Senador americano Robert Kennedy, que tinha uma audiência marcada com ele e disse: não vou mais à audiência porque soube que ele fechou uma assembléia.

Eu tive que vencer resistências até familiares, ou seja, certos fatos que marcaram. Mas pesei bem na balança e disse: muito bem, eu só posso subir à tribuna para dizer que é justa a homenagem ao Sr. Arthur Reis, se eu, ao lado do elogio à sua obra monumental

de pensador amazônico, talvez o maior que já tenha havido do ponto de vista de ter sido ele prolífico e de ter sido extremamente atual para o seu tempo, e ainda uma figura que deva ser compulsada como fonte, pudesse dizer, aqui e agora, que eu não me pus de acordo com a forma como ele se portou no exercício do Governo do Estado do Amazonas, indicado que foi pelo Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, depois de ter servido ao Governo Goulart, ligado que era ao Ministro Darcy Ribeiro.

Como pude tirar esse peso, eu disse: será que estou sendo mesquinho de trazer uma coisa dessas à baila? Eu podia ignorar e podia também fingir que não houve esse episódio, mas não seria justo. É bom que as pessoas tenham a preocupação de fazer um pouco de história. A preocupação minha é passar a exata impressão que eu tenho dele: um grande intelectual, que podia ter sido muito maior como político.

Eu diria que não há comparação entre a dimensão política que ele assumiu, que foi pequena, e o grande intelectual, pensador da Amazônia, o homem que por primeiro cunhou a expressão “cobiça internacional”; trezentos e vinte e tantos livros publicados. Não há comparação. Mas queria, portanto, neste momento, dizer que estou fazendo a lembrança dos dois: do homem de ação, do político que eu reprovoo e continuo reprovando como figura histórica, e do intelectual que louvo e que tem serviços inestimáveis prestados ao meu Estado, à causa amazônica e, por essa via, ao meu País.

Portanto, pedi o voto de lembrança em homenagem ao Sr. Arthur César Ferreira Reis*, que é talvez o mais ilustre, mais prolífico e mais talentoso amazonólogo de que já tomei conhecimento na minha existência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência encaminhará o voto de lembrança proposto pelo Senador Arthur Virgílio ao ensejo do centenário de nascimento de Arthur Reis, pensador e historiador amazonense, que governou o Amazonas de junho de 1964 a janeiro de 1967.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Morais.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 319, DE 2006

Requeiro, nos termos do art. 218, inciso VII, do Regimento Interno, que seja inserido em ata voto de pesar pelo falecimento de Hainsi Gralow, ocorrido 1º de março 2006, Hainsi Gralow há 23 anos na presi-

dência da Afubra, entidade que integrava há 31 anos, Hainsi Gralow teve a sua trajetória marcada pela luta em defesa da fumicultura e dos pequenos agricultores. Coragem e determinação são eufemismo para traduzir a impressionante trajetória deste líder nato, que se empenhou como poucos para divulgar e valorizar a importância socioeconômica da fumicultura brasileira. À frente da entidade, que se expandiu e ganhou notoriamente reconhecimento nacional e internacional, Gralow, filho de um dos primeiros fumicultores da região do Vale do Rio Pardo concretizou, com a força do seu trabalho, a integração de todos os produtores de tabaco nos três estados do Sul do Brasil. Este voto de pesar deve ser enviado para Associação dos Fumicultores do Brasil – AFUBRA, na Rua Júlio de Castilhos, 1031 – Santa Cruz do Sul – RS – CEP 96810-010.

Sala das Sessões, 22 de Março de 2006. – Senador **Paulo Paim** – Senador **Pedro Simon** – Senador **Sérgio Zambiasi** – Senador **Heráclito Fortes**.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Morais.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 320, DE 2006

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 256, § 2º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a retirada, em definitivo, do Requerimento Nº 294/2006, de minha autoria.

Sala das Sessões, 22 de março de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência defere o requerimento, nos termos do art. 256, § 2º, inciso I do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Morais.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 321 DE 2006

Senhor Presidente,

Tendo sido designada por V. Exª para representar esta Casa no “5th Forum of the World Alliance of Cities Against Poverty”, do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, a se realizar na cidade de Valência Espanha, requeiro, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, e do art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno, a necessária autorização para o

desempenho da referida missão no período de 28 de março a 1º de abril do corrente ano.

Informo que estarei ausente do País no período de 27-3-2006 a 3-4-2006.

Sala das Sessões, 22 de Março de 2006. – Senadora **Maria do Carmo Alves**, PFL/SE.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O requerimento que acaba de ser lido será votado oportunamente.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Morais.

É lido o seguinte:

Ofício nº 83/06 GSLVAN

Brasília, 22 de março de 2006

Senhor Presidente

Embora tenha comparecido á Sessão Especial realizada hoje, onde fiz pronunciamento, apresento a Vossa Excelência minhas justificativas quanto á ausência, durante a sessão deliberativa ordinária ocorrida nesta data, na votação da indicação da Ministra Ellen Gracie para ocupar o cargo de Presidente do Conselho Nacional de Justiça. Muito embora tenha registrado presença, no momento da votação, que não estava prevista, tive de comparecer a um evento político-partidário, findo o qual retornei a esta Casa para dar continuidade aos trabalhos legislativos em Plenário.

Na oportunidade, renovo votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senadora **Lúcia Vânia**.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência defere o Requerimento nº 286, de 2006, do Senador Roberto Saturnino, lido na sessão do dia 16 último, nos termos do art. 41 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência defere o Requerimento nº 275, de 2006, do Senador Morazildo Cavalcanti e outros Senhores Senadores, de realização da Sessão Especial em homenagem à Maçonaria Brasileira a ser realizada no dia 18 de agosto de 2006, pelo transcurso do dia do Maçom.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência informa ao Plenário que designou o nobre Senador Marcelo Crivella para participar da reunião do Conselho da Justiça Federal, no próximo dia 24 de março, no Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passa-se à

ORDEM DO DIA.

Não houve acordo de Lideranças para a apreciação do item 1 da Ordem do Dia.

São os seguintes os itens sobrestados:

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 2, DE 2006

(Proveniente da Medida Provisória nº 269, de 2005)

(encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da constituição federal)

Votação do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 269, de 2005), que altera as Leis nºs 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das agências reguladoras; 10.768, de 19 de novembro de 2003, que dispõe sobre o quadro de pessoal da Agência Nacional de Águas – ANA; 10.862, de 20 de abril de 2004, que dispõe sobre a criação do plano especial de cargos da Agência Brasileira de Inteligência – Abin; 10.871, de 20 de maio de 2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais, denominadas Agências Reguladoras; 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – Anac; 9.074, de 7 de julho de 1995, que estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos; cria cargos na carreira de diplomata, no plano de cargos para a área de ciência e tecnologia, do Grupo Direção e Assessoramento Superiores – DAS e funções gratificadas – FG; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com base no art. 81-a da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e no art. 30 da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004; revoga dispositivos das Leis nºs 5.989, de 17 de dezembro de 1973; 9.888, de 8 de dezembro de 1999; 10.768, de 19 de novembro de 2003; 11.094, de 13 de janeiro de 2005; e 11.182, de 27 de setembro de 2005; e dá outras providências.

Relatora Revisora: Senadora Fátima Cleide.

Prazo final: 13.4.2006.

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 270, de 2005

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 270, de 2005, que abre crédito extraordinário, em favor da Câmara dos Depu-

tados, do Senado Federal, da Presidência da República, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor global de oitocentos e vinte e cinco milhões, novecentos e oito mil, novecentos e sessenta e oito reais, para os fins que especifica.

Relator Revisor: Senador Tião Viana.

Prazo final: 14.4.2006.

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 271, de 2005

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 271, de 2005, que autoriza a União a prestar auxílio financeiro complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com o objetivo de fomentar as exportações do País.

Relator Revisor: Senador Wellington Salgado Oliveira.

Prazo final: 25.4.2006.

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 3, DE 2006

(Proveniente da Medida Provisória nº 272, de 2005)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 272, de 2005), que altera as Leis nºs 10.355, de 26 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a estruturação da Carreira Previdenciária no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS; 10.855, de 1º de abril de 2004, que dispõe sobre a reestruturação da Carreira Previdenciária, de que trata a Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001, instituindo a Carreira do Seguro Social; 10.876, de 2 de junho de 2004, que cria a Carreira de Perícia Médica da Previdência Social e dispõe sobre a remuneração da Carreira de Supervisor Médico-Pericial do Quadro de Pessoal do INSS, 10.997, de 15 de dezembro de 2004, que institui a Gratificação Específica do Seguro Social – GESS; 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais; e fixa critérios temporários para pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade Médico-Pericial – GDAMP.

Relator Revisor: Senador Sérgio Guerra.

Prazo final: 25.4.2006.

5**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 4, DE 2006***(Proveniente da Medida Provisória nº 273, de 2005)**(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 273, de 2005), que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes e de Encargos Financeiros da União, no valor global de quinhentos e dezesseis milhões, cento e trinta e dois mil, novecentos e noventa e quatro reais, para os fins que especifica.

Relator Revisor: Senador João Ribeiro.

Prazo final: 26.4.2006.

6**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 5, DE 2006***(Proveniente da Medida Provisória nº 274, de 2005)**(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 274, de 2005), que acrescenta e altera dispositivos na Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação; revoga o art. 3º da Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001; e dá outras providências.

Relator Revisor: Senador Romero Jucá.

Prazo final: 28.4.2006.

7**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 275, de 2005***(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 275, de 2005, que altera a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – Simples, em função da alteração promovida pelo art. 33 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, e dispõe que o prazo a que se refere o art. 2º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para reutilização do benefício da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte

autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, aplica-se inclusive às aquisições realizadas antes de 22 de novembro de 2005.

Relator Revisor: Senador Jefferson Péres.

Prazo final: 28.4.2006.

8**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 7, DE 2006***(Proveniente da Medida Provisória nº 276, de 2006)**(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 276, de 2006), que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de trezentos e cinquenta milhões de reais, para os fins que especifica.

Relator Revisor:

Prazo final: 01.05.2006.

9**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 277, DE 2006**

Discussão, em turno único, Medida Provisória nº 277, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e das Relações Exteriores, no valor de R\$74.564.000,00 (setenta e quatro milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil reais), para os fins que especifica. (Apoio à população atingida pela febre aftosa)

Relator Revisor:

Prazo final: 18.5.2006.

10**SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2003**

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.

Parecer sob nº 5, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação para o segundo turno.

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 66, DE 2005***(Votação nominal, se não houver emendas)*

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador José Jorge (apresentada como conclusão do Parecer nº 2.054, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), que *acrescenta o inciso XVI e o § 2º ao art. 52 da Constituição, para atribuir ao Senado Federal competência para indicar membros do Conselho Diretor ou da Diretoria das Agências Reguladoras.*

12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 96, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2005 (nº 5.788/2001, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional de Conscientização da Esclerose Múltipla.*

Parecer favorável, sob nº 2.249, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Augusto Botelho, com a Emenda 1-CE, de redação, que apresenta.

13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2005 (nº 3.883/2004, na Casa de origem), que *acrescenta inciso ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir a ausência do trabalhador ao serviço, sem prejuízo do salário, na hipótese de participação em reunião oficial de organismo internacional ao qual o Brasil seja filiado.*

Parecer favorável, sob nº 2.148, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim.

14

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, DE 2005**

Discussão, em turno único, da Redação Final (apresentada pela Comissão Diretora como conclusão de seu Parecer nº 2.202, de 2005, Relator: Senador Tião Viana), do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2005 (apresentado pela Comissão de Direitos Humanos e Le-

gislação Participativa como conclusão de seu Parecer nº 24, de 2005, Relator: Senador José Maranhão), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, a rodovia que especifica.*

15

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, DE 2000*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 21, de 2003)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes, que *altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde* (para assegurar a cobertura de despesas de acompanhante, no caso de paciente menor de dezoito anos, inclusive quando se tratar de internação em unidade de terapia intensiva ou similar).

Pareceres sob nºs 711, de 2003, e 1.515, de 2005, das Comissões

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; e

– da Comissão de Assuntos Sociais (em audiência, nos termos do Requerimento nº 336, de 2003), Relator: Senador Leonel Pavan, favorável, com a Emenda nº 2-CAS, que apresenta, com voto contrário, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

16

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 390, DE 2005-COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Srs. Senadores, que *altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades* (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).

Parecer sob nº 188, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5-CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado.

17

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 15, DE 2006

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 15, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração Ilegal, que *altera o Código Penal para criminalizar o tráfico internacional de pessoas para fins de emigração, e a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para inserir a mencionada conduta entre os crimes antecedentes da lavagem de dinheiro.*

18

REQUERIMENTO Nº 1.355, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.355, de 2005, do Senador Antonio Carlos Magalhães, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda informações a respeito de operações financeiras eventualmente efetuadas entre o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) com a empresa controladora do empreendimento **Beach Park**, localizado em Porto de Dunas, Ceará, ou com qualquer das empresas controladas por ela.

Parecer favorável, sob nº 162, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator **ad hoc**: Senador **Romeu Tuma**.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Eu já havia pedido.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Darei já a palavra, pela ordem, a V. Ex^a.

O primeiro orador inscrito é o Senador Roberto Saturnino.

Darei a palavra, pela ordem, ao Senador Almeida Lima.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Também peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em seguida, também darei a palavra a V. Ex^a.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, gostaria apenas de saber se está encerrada a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está encerrada. As Comissões Permanentes

e as Comissões Parlamentares de Inquérito poderão retomar seus trabalhos.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, se me permite o Senador Almeida Lima, eu havia pedido a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo, pois, a palavra a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de usar da palavra para uma situação de bastante responsabilidade do Congresso Nacional. Por isso, peço, inclusive, a presença do Senador Efraim Morais.

Senador Renan Calheiros, gostaria de apenas um minuto de atenção. Refiro-me à “Hora de o Congresso dizer basta”, editorial de hoje do jornal **O Estado de S. Paulo**, que faz um apelo para que o Legislativo não obedeça à decisão tomada pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Nelson Jobim, no que diz respeito ao depoimento do Sr. Francenildo dos Santos Costa.

Gostaria, Sr. Presidente, de expor uma certa preocupação. Não é usual para **O Estado de S. Paulo** recomendar ao Legislativo que descumpra decisão do Supremo Tribunal Federal e de seu Presidente. É o mesmo jornal que, por exemplo, com frequência, solicita ao MST e a outros movimentos sociais que cumpram a lei. Quero dizer que graças às decisões do Ministro Nelson Jobim e do Supremo Tribunal Federal é que a Comissão Parlamentar de Inquérito foi constituída. Efetivamente, o próprio Congresso Nacional procurou atender à decisão do Supremo quando este disse ser necessário respeitar o direito da minoria. Um terço dos Senadores assinaram o requerimento de formação da CPI – e isso foi respeitado. Quero elogiar as posições do Sr. Presidente da CPI dos Bingos, Senador Efraim Morais, sempre respeitando a decisão do Supremo. Podem, perfeitamente, como já foi tomada a iniciativa por parte dos Senadores Arthur Virgílio e outros, procurar garantir o depoimento do Sr. Francenildo por meios que o próprio Legislativo possui, uma vez que foi apresentado um requerimento que amplia a definição do fato determinado...

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – Senador Eduardo Suplicy...

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – (...) o que iria superar aquele obstáculo.

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – Senador Eduardo Suplicy. É sobre a questão...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PL – ES) – Senador Almeida Lima, como o Senador Eduardo Suplicy está falando pela ordem, V. Ex^a não pode apartear-lo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Concluo, Senador Almeida Lima, apenas dizendo que avalio como próprio que o Congresso Nacional respeite as decisões do Supremo, inclusive para atender o objetivo que o próprio jornal deseja, qual seja, o de se garantir ao Sr. Francenildo dos Santos Costa o direito de ser ouvido inteiramente. Inclusive avaliei que se poderia fazer de forma reservada, mas votei favoravelmente a que ele pudesse ser ouvido. Acho que é importante aqui sabermos exatamente como é que foi fraudado o seu sigilo bancário. A própria CPI e o Senado estão tomando as providências para se conhecer a verdade a respeito. Em poucos dias, saberemos, com as devidas consequências.

Mas também creio que teremos condições, respeitando as decisões do Supremo, de desvendar inteiramente a verdade que todos precisamos saber.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Magno Malta.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PL – ES) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Almeida Lima e, depois, o Senador Leonel Pavan.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, solicitei a palavra pela ordem, ainda quando o Senador Renan Calheiros presidia a sessão, porque na verdade a questão se referia e se destinava diretamente a ele. Contudo, como não me foi concedida a palavra, faço uso dela neste instante.

Diante das decisões tomadas no dia de ontem, Sr. Presidente, e diante do que a Agência Reuters, pelo UOL, divulga, a partir das 12 horas e 55 minutos (“Brasília. O Presidente do Senado Renan Calheiros decidiu aprovar, nesta quarta-feira” – hoje, portanto – “requerimento da Líder do PT, Ideli Salvatti, para investigar a eventual movimentação do caseiro Francenildo dos Santos Costas nas dependências do Senado”), eu gostaria de saber se isto aqui tem algum teor de verdade, porque ontem houve uma decisão da Presidência, e a Imprensa está divulgando, Sr. Presidente, que há uma outra decisão. A Mesa pode me dar uma informação?

Repito: ontem, a Senadora Ideli Salvatti formulou um requerimento para ter acesso às fitas, às gravações do circuito interno de televisão do Senado Federal. O Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, fez um apelo à Senadora no sentido de que retirasse o requerimento. Houve questionamentos e o Presi-

dente Renan Calheiros, antecipando-se a eles, havia afirmado da Presidência que o requerimento já havia sido retirado. Todavia, a Imprensa divulga que hoje, quarta-feira, o Presidente o deferiu. Quero saber a veracidade desse fato.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PL – ES) – Senador Almeida Lima, vamos encaminhar as notas taquigráficas ao Presidente titular. Mas, só para orientar a V. Ex^a, o requerimento foi retirado pela Senadora Ideli.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – O que eu gostaria de tomar conhecimento da pessoa do próprio Presidente é nesse sentido, porque a imprensa divulga algo completamente diferente.

Para tanto, quero comunicar que farei chegar à Mesa, em poucos instantes, requerimento de minha autoria, com base no inciso I do art. 2º da Resolução nº 17, de 1993, que dispõe sobre a Corregedoria Parlamentar, no sentido de ser convidado o Sr. Francenildo dos Santos Costa, para, em audiência pública, prestar esclarecimentos aos Senadores sobre suas visitas ao Senado Federal e as possíveis implicações para a manutenção da ordem e disciplina nas dependências da Casa.

Se o requerimento foi deferido, nada mais correto do que a Corregedoria desta Casa ouvir em audiência pública, para esclarecimentos, o Sr. Francenildo, a fim de sabermos exatamente por onde andou, com quem conversou, o que ouviu e o que falou.

Farei chegar à Mesa agora esse nosso requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PL – ES) – A Mesa aguarda, nobre Senador.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Como Corregedor, se V. Ex^a permitir.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PL – ES) – Senador, tem um orador na tribuna. Gostaria de pedir ao Senador Leonel Pavan...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Pela ordem, para fazer uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PL – ES) – Vamos ouvir o Senador Saturnino, que está esperando.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Um minuto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PL – ES) – Com a palavra o Senador Leonel Pavan. Depois, o orador que está na tribuna.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, muitas vezes usei a tribuna desta Casa para defender a verticalização. E chamava a atenção do Congresso, especialmente da Câmara, para o fato de que demorou quatro anos

para aprovar a desverticalização. A Câmara aprovou este ano para extingui-la, sem seguir o rito normal das leis. Sem olhar a constitucionalidade, queriam que este ano a verticalização terminasse.

Felizmente, para moralizar a política no Brasil, e esperamos que mudemos de novo, a verticalização vai permanecer por seis votos a zero. Nesta eleição, ainda vamos ter pelo menos o respeito pela consciência do eleitor mais humilde.

Acho que essa decisão faz justiça ao que defendemos: o princípio da ética na política.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PL – ES) – Senador Tuma.

O SR. ROMEUTUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, eu pediria licença apenas para solicitar à Mesa e à Secretaria, tendo em vista o pedido do Senador Almeida Lima, que as notas taquigráficas fossem também enviadas à Corregedoria para ver se é necessário ou não o atendimento do requerimento, em razão das ponderações do Senador Almeida Lima.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PL – ES) – Quando o documento de S. Ex^a chegar, a Mesa vai, junto com as notas taquigráficas, enviar à Corregedoria.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, sobre o mesmo assunto, eu faço um apelo, com a devida permissão do Senador, queria fazer um apelo a V. Ex^a para que acatasse o requerimento do Senador Almeida Lima, porque é exatamente uma maneira de se colocar, de uma vez por todas, um fim nessas suspeitas de entradas e saídas do Sr. Nildo nesta Casa, com quem conversou, o que conversou.

De forma que poderá vir aqui, já de acordo com a convocação, sem justificativa embasada no requerimento feito Senador Tião Viana, e não há nenhum empecilho que ele venha para prestar os esclarecimentos que a Casa deseja, uma vez que não foge ao objetivo da convocação feita pelo nobre Senador Almeida Lima. Eu, pessoalmente, quero agradecer a V. Ex^a caso acate, porque é muito importante, inclusive para o esclarecimento e para que não haja nenhuma suspeição sobre os colegas Senadores, nos quais eu me incluo.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL – ES) – Senador Agripino...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Só para solicitar a minha inscrição, como Líder, após o Senador...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL – ES) – O senhor está inscrito e falará após o Senador Roberto Saturnino.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL – ES) – Tem a palavra o Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – É um segundo só. Eu encaminhei à Mesa um requerimento de pesar, por falecimento. Eu gostaria de pedir a V. Ex^a que, dentro do possível, pudesse ser aprovado hoje.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL – ES) – Será encaminhado, Senador.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Petrobras, ontem, apresentou uma nota de esclarecimento público a respeito de matérias que haviam sido publicadas pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, e que, por falta de oportunidade, não tive condição de ler ontem. Mas o faço agora e vou ler apenas os três primeiros parágrafos, pedindo que o resto da nota seja transcrito na íntegra no meu pronunciamento.

A nota diz o seguinte:

A Petrobras desmente, enfaticamente, informações veiculadas na edição de ontem do jornal **O Estado de S. Paulo**, em manchete de capa e matéria à página 4, sobre a auditoria que o Tribunal de Contas da União realiza em contrato da Companhia [Petrobras] com a GDK Engenharia para a adaptação da plataforma P-34. A matéria repete informações já publicadas por outros veículos e devidamente desmentidas pela Petrobras.

O texto, de autoria do repórter Diego Escosteguy, apóia-se em relatório técnico ainda não submetido a julgamento. De maneira apressada e irresponsável, o repórter desconsidera a defesa da Petrobras, ora em análise pelo Tribunal, e trata o relatório preliminar dos auditores como se fosse uma decisão final do TCU.

Como disse, Sr. Presidente, a nota se desenvolve em detalhamento desses esclarecimentos e peço que seja transcrito na íntegra, no meu pronunciamento.

Sr. Presidente, direi algumas palavras sobre este grande feito da Petrobras, que é a consecução e a obtenção, finalmente, depois de tanto tempo e tanto esforço, da auto-suficiência na produção de petróleo do Brasil em relação ao seu consumo.

Sr. Presidente, trata-se de uma luta. No meu tempo de jovem, o Brasil não tinha petróleo. A Petrobras e suas equipes técnicas e suas direções sucessivas jamais acreditaram nessa asserção e perseguiram obstinadamente, competentemente, tecnicamente, com seriedade e dedicação, o desmentido daquela informação. E eis que o petróleo foi sendo encontra-

do, gradativamente, no Brasil, a começar pela Bahia, finalmente na plataforma submarina, e hoje, com o volume de produção que foi atingido, se consegue obter aquela meta tão almejada pelos brasileiros que é a auto-suficiência.

Isso tudo tem uma história ligada à chamada dependência externa do Brasil. Na medida em que as importações de petróleo pesavam substancialmente na balança de pagamento, essas importações eram as principais responsáveis pelo déficit na balança de pagamento, pelo endividamento do País e pela constante e aprofundada dependência da economia brasileira em relação ao exterior e ao aparelhamento que resultava dessa condição de País dependente.

De forma que, nada mais justo, consentâneo com o próprio júbilo da população brasileira do que comemorar este fato, este feito, com uma campanha, que é da Petrobras, e não do Governo Lula, que é o primeiro a reconhecer que isso é um esforço de 50 anos, mas é da Petrobras e do povo brasileiro, porque é exatamente o coroamento de todos esses anos de esforço que resultou na auto-suficiência e na superação desta situação de dependência externa que a economia, por anos e anos, historicamente viveu.

De forma que se trata, sim, de uma campanha de regozijo, de afirmação da nacionalidade, dos valores de brasilidade que a Petrobras tão bem representa, desde os primeiros passos da sua existência e toda a campanha “O petróleo é nosso”, que envolveu a Nação como um todo, o sentimento nacional mais profundo e mais amplo.

De forma que é justo, sim, que se faça uma grande campanha, que se possibilite e que se dê ensejo ao povo brasileiro de manifestar o seu regozijo, a sua alegria e a sua condição de povo realizado neste particular ponto que foi muito importante na história dos últimos cinquenta anos do Brasil.

Sr. Presidente, isso era o que eu queria aqui deixar: a minha opinião a favor dessa campanha. Que seja uma grande campanha, porque o fato merece. O significado desse feito merece, tendo em vista as suas raízes históricas e todo o esforço feito para que se vencesse esse obstáculo, essa carência fundamental da economia brasileira.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Permita-me um aparte, Senador Roberto Saturnino?

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Com muito prazer, Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Nobre Senador Roberto Saturnino Braga, quero me incorporar ao pronunciamento de V. Ex^a, parabenizando o quadro de técnicos e colaboradores da Petrobras, no momento em que alcança a auto-suficiência de petróleo. E fico mais

tranquilo, Senador Roberto Saturnino, quando V. Ex^a, em seu brilhante pronunciamento, diz que o Presidente Lula reconhece que isso é um esforço desenvolvido pela sociedade brasileira ao longo de cinquenta anos. E mais do que isso, porque o Presidente Lula deve, sim, fazer a propaganda da auto-suficiência, mas deve dizer que no seu Governo, pelo que foi mostrado pelas revistas, pela mídia, houve um decréscimo acentuado no crescimento da produção de petróleo em relação aos anos anteriores. Então, eu diria que Sua Excelência poderia, na campanha que será feita, também dizer que, apesar do Governo Lula, a Petrobras alcança a auto-suficiência agora, a partir de 2006. Parabéns, Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Senador Flexa Ribeiro, no momento em que se faz uma campanha de regozijo, é claro que não se vai colocar nela alguma expressão negativa como “apesar de”. É claro que não. Mas, a própria consciência do povo vai entender isso. Não depende do Presidente Lula, nem do Presidente da Petrobras, nem da empresa de marketing. Não depende. Eu confio na consciência do povo, que conhece a história e sabe perfeitamente que essa é uma história de cinquenta anos e que chegou ao momento no Governo Lula. E vamos comemorar isso e reconhecer que também há um mérito no Governo Lula e nas gestões da direção da Petrobras, no seu Governo. Mas, é claro que isso vem de um esforço de cinquenta anos.

Então, não nos preocupemos por isso, porque a consciência popular é mais desenvolvida do que pensam os que estão receando que essa campanha possa ter alguma influência eleitoral. Eu não penso assim. Confio na inteligência do povo brasileiro.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – V. Ex^a pode me conceder um aparte, Senador Roberto Saturnino?

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Com muito prazer.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Senador Saturnino, V. Ex^a enfoca um assunto que traz ao âmbito do nosso Senado uma agenda realmente positiva, um debate construtivo relacionado justamente com uma empresa que tem sido o orgulho nacional. Desde a sua instituição, na década de cinquenta, no governo do Presidente João Goulart, a Petrobras tem sido uma empresa que cresce ano a ano e que dá orgulho a todos nós, principalmente porque tem um corpo técnico realmente preparado, dedicado. O Brasil conseguiu, por meio de sua tecnologia de águas profundas, dar uma lição ao mundo inteiro. Hoje temos a Bacia de Campos, no litoral do Rio de Janeiro, onde a Petrobras está provando por

“a” mais “b” que a sua tecnologia está dando certo, retirando de águas profundas o chamado ouro negro, tão importante para resolver a questão energética em nosso País. Quando o Governo, o nosso Presidente Lula se refere à comemoração da auto-suficiência do nosso petróleo – eu até já disse a pessoas autorizadas do Governo –, devemos ter o máximo de cuidado para não criarmos no povo falsas expectativas de que, diante da superação desse problema, que é o volume de petróleo igual ao consumo, ou seja, a produção igual ao consumo, de imediato, a gasolina e o óleo *diesel* vão baixar. É preciso muito cuidado com essa comemoração, mostrando apenas que também o Brasil vai ser obrigado a importar petróleo, porque o nosso não é assim de tão grande qualidade. Portanto, parte será vendido para se comprar um de melhor qualidade, mais fino, para a produção de óleos especiais e da própria gasolina. Assim, parabênizo V. Ex^a. Este é um momento, sim, em que nós brasileiros podemos nos orgulhar de uma empresa nossa, autenticamente brasileira. Houve pessoas aí que lutaram, sem dúvida alguma, pela privatização da Petrobras. Eu fui um dos primeiros que se rebelaram, no Governo Fernando Henrique Cardoso, quando tudo já estava armado para a venda da Petrobras. Eu apresentei, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma proposta de emenda à Constituição dizendo que se podia quebrar o monopólio, como se quebrou, mas jamais vender a Petrobras. Em razão dessa emenda aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o Senado Federal realmente pressionou o Presidente da República, que, então, entregou os pontos e mandou para todos nós uma carta dizendo que enquanto ele fosse Presidente jamais mandaria um projeto de privatização. E realmente o Presidente Fernando Henrique Cardoso cumpriu sua palavra, sua promessa, e os Senadores, por unanimidade, aplaudiram aquele ato. Portanto, eu quero parabenizar V. Ex^a e enaltecer esse elogio merecido que faz à Petrobras.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)

– Eu também o parabênizo pelo aparte. V. Ex^a trouxe informações paralelas a toda essa história, mas que são importantes e que são também de conhecimento da consciência do povo brasileiro. Eu acredito muito na inteligência do povo, que sabe de tudo e reconhece os méritos, principalmente o mérito da Petrobras, do seu corpo técnico e das suas sucessivas direções.

Sr. Presidente, peço a V. Ex^a mais dois minutos porque vou me referir também a um outro fato relacionado com a Petrobras: a decisão de implantar, no Estado do Rio de Janeiro, a Refinaria Petroquímica, um investimento realmente muito grande que vai somar mais de US\$6 bilhões, com desdobramentos. Haverá

a criação de oportunidades para o desenvolvimento da indústria petroquímica a partir dessa implantação, porque trata-se de uma refinaria do óleo pesado para produzir matérias-primas da indústria petroquímica.

Essa refinaria era para ter sido instalada no Porto de Itaguaí. Continuo pensando que é a melhor solução, porque o Porto de Itaguaí será o melhor e o maior porto da América do Sul pelas condições físicas e técnicas que tem.

A pressão foi feita pelo Governo do Estado. Não entendo essa postura do Governo do Estado de estar sempre a brigar com a Petrobras. Ela é a empresa que mais realiza investimentos no Estado do Rio de Janeiro, e o Governo do Estado sempre a criar problemas com a Petrobras, seja nos oleodutos – acabou impedindo a sua realização –, seja numa cobrança de imposto que agora está inventando e na própria oposição à refinaria de Itaguaí, criando dificuldades de natureza ambiental. Sabemos que essas dificuldades são inteiramente superáveis a partir do exemplo de Cubatão, que foi o símbolo da cidade poluída no Brasil. Hoje em dia, essa poluição não existe mais. Aquela é uma cidade que tem um ar limpo como qualquer outra do Brasil.

Técnica e economicamente é possível superar os problemas ambientais, mas o Governo do Estado forçou o impedimento da refinaria de Itaguaí para que ela fosse localizada em Campos, que é o reduto eleitoral da família Garotinho. Ocorre que Campos não tem porto, e a localização no norte do Estado é inviável por essa razão fundamental.

Então, a Petrobras e seu sócio privado, que é o Grupo Ultra, acabaram por decidir uma localização na Baixada Fluminense, em Itaboraí, mas a certa distância do porto. Desde que se faça a fundamental Rodovia 493, que circundará a capital, o Rio de Janeiro, é uma solução perfeitamente técnica e viável. É preferível que seja decidida essa localização a continuar o impasse e a Petrobras decidir fazer o investimento em outro Estado do País. O Estado do Rio de Janeiro, meu Estado, perderia esse investimento, que é fundamental e que será o maior alavancador da economia fluminense nos próximos vinte anos.

Manifesto meu regozijo em relação a essa decisão da Petrobras e peço a transcrição da nota de esclarecimento publicada ontem. Expresso também meu regozijo pelo cumprimento da meta de auto-suficiência e pela campanha de promoção que, muito justamente, será feita, para satisfação do povo e da Nação brasileira.

Obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ROBERTO SATURNINO EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. PETROBRAS

Esclarecimento Público

A Petrobras desmente, enfaticamente, informações veiculadas na edição de ontem do jornal *O Estado de S. Paulo*, em manchete de capa e matéria à página 4, sobre auditoria que o Tribunal de Contas da União (TCU) realiza em contrato da Companhia com a GDK Engenharia para a adaptação da Plataforma P-34. A matéria repete informações já publicadas por outros veículos e devidamente desmentidas pela Petrobras.

O texto, de autoria do repórter Diego Escosteguy, apóia-se em relatório técnico ainda não submetido a julgamento. De maneira apressada e irresponsável, o repórter desconsidera a defesa da Petrobras, ora em análise pelo Tribunal, e trata o relatório preliminar dos auditores como se fosse uma decisão final do TCU.

Porém, ao contrário do que faz supor a matéria, o processo ainda não foi julgado e, portanto, não há decisão sobre a existência de qualquer irregularidade. As conclusões apresentadas na reportagem são de responsabilidade do jornalista, que lamentavelmente transforma a liberdade de imprensa, essencial à democracia, em instrumento de execução sumária, prática tipicamente ditatorial.

A seguir, os esclarecimentos:

Superfaturamento – Não houve superfaturamento na contratação da GDK. A empresa venceu a licitação com um preço de US\$ 10 milhões inferior ao da segunda melhor proposta. Os auditores do TCU utilizaram metodologia de cálculo diferente da que foi prevista no edital de licitação e, por isso, chegaram a valores diferentes para a obra. Eles não consideraram, por exemplo, a incidência de tributos que foram insendos de forma correta no orçamento da Petrobras, conforme previsto no edital de licitação.

Favorecimento à GDK – Os auditores do TCU afirmam que erros encontrados no orçamento da Petrobras teriam favorecido a GDK. Não houve erro e tampouco favorecimento. A avaliação do TCU baseia-se em método de orçamentação distinto do que pratica a Companhia e, por isso, obtém resultados diferentes.

Inspecção e reparo do casco – O serviço de inspeção e reparo do casco da P-34, considerado ~~indivíduo~~ pelo TCU, foi apontado como necessário pela empresa certificadora do navio, de acordo com parâmetros internacionais, e foi devidamente executado e pago, conforme comprova documentação encaminhada ao TCU.

Suspensão de pagamentos e multa – É mentirosa a afirmação de que o TCU recomendou a suspensão dos pagamentos à contratada e aplicação de multa ao presidente da Petrobras. O pedido foi feito pelos auditores, mas não foi aceito pelo relator, ministro Guilherme Palmeira, que preferiu ouvir os argumentos da Petrobras antes de decidir sobre o assunto.

Silvio Pereira – É mentirosa a afirmação de que o ex-secretário-geral do PT, Silvio Pereira, teria tido qualquer participação na escolha de dirigente da Companhia. Os integrantes da Diretoria Executiva são indicados pelo acionista controlador e aprovados pelo Conselho de Administração da Petrobras. O repórter reforça o caráter ficcional de seu texto ao tentar estabelecer conexão entre o presente dado a Silvio Pereira e o contrato da Petrobras com a GDK. Não há qualquer prova que sustente tal conexão. A GDK presta serviços à Petrobras desde 1994, e assim como venceu a licitação para a obra na P-34, perdeu outras.

As contratações da Petrobras obedecem rigorosamente à legislação. Seus processos envolvem dezenas de profissionais e estão submetidos a auditoria não apenas do TCU, mas de auditores externos e órgãos reguladores dos mercados de capital do Brasil e dos Estados Unidos, além de dezenas de analistas.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PL – ES) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou inscrito para falar pela Liderança do PSDB após a Ordem do Dia. A autorização está na Mesa. Fiz a inscrição bem antes da Ordem do Dia. Usarei, no máximo, cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PL – ES) – Senador Leonel Pavan, o Senador José Agripino é titular como Líder. S. Ex^a tem prioridade. Em seguida, V. Ex^a terá a palavra.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sem dúvida alguma. O Senador José Agripino sempre terá prioridade nesta Casa.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, se o Senador Leonel Pavan desejar falar logo, posso aguardar e falar em seguida a S. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PT – ES) – Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan. Senador Mão Santa, V. Ex^a pediu a palavra pela ordem?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – S. Ex^a já foi anunciado. Aguardarei. Obrigado pela generosidade.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela Liderança do PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero agradecer a gentileza ao nobre Líder do PFL, Senador José Agripino, um dos grandes Líderes do Congresso Nacional.

Amanhã, quinta-feira, Florianópolis vai completar 280 anos. Como não estarei aqui para prestar essa homenagem – e amanhã será feriado em Florianópolis – eu quero fazer o registro hoje. Agradeço, sensibilizado, a oportunidade que o Presidente me dá.

É sempre com imenso prazer que, quando retorno ao meu querido Estado de Santa Catarina, visito a querida Florianópolis.

Nossa Florianópolis completa, nessa quinta-feira, 280 anos – mais bela, mais vigorosa e dinâmica do que nunca, e cada vez mais jovem, porque sabe retirar de suas ricas raízes força suficiente para renovar-se a cada dia.

De suas origens bandeirantes, ainda no século XVII, passando pela contribuição açoriana, no século XVIII, e pela chegada dos imigrantes, sobretudo alemães, no século XIX, o povoado de Nossa Senhora do Desterro foi criando, aos poucos, uma identidade única que hoje constitui um de seus atrativos e uma de suas forças.

Nesses quase três séculos, a pequena Vila de Nossa Senhora do Desterro do século XVIII acabou por

se transformar, no século XXI, em um dos melhores lugares para se viver no Brasil. Hoje, Santa Catarina é o Estado brasileiro com o maior Índice de Desenvolvimento Humano, tendo ultrapassado, no ano passado, o nosso querido Distrito Federal. Florianópolis, em particular, está entre as regiões metropolitanas com maior qualidade de vida. Não é por acaso que nossa capital se tornou um dos lugares mais desejados do País para se fixar moradia.

Aliás, Florianópolis não é um objeto de desejo apenas para quem procura levar uma vida de mais qualidade; é também, hoje, um dos destinos turísticos mais procurados do Brasil – o que não é dizer pouco em um país tão cheio de atrativos como é o Brasil.

Enfim, desejada pelos que lá não vivem, admirada pelas multidões que a visitam todo ano e enchem suas praias no verão, amada por seu povo, Florianópolis é motivo de orgulho para todos os catarinenses e para todos os brasileiros, exemplo de um Brasil que pode prosperar com trabalho, dedicação, amor à comunidade e boa administração.

Aproveito o ensejo para cumprimentar e felicitar o Prefeito Dário Berger e seu Vice, Bitá Pereira, ambos do PSDB, e toda a equipe da Prefeitura de Florianópolis, pela magnífica administração que vêm realizando, bem como os ex-prefeitos, pelo excelente trabalho que realizaram.

Em épocas de profunda decepção com a política, como esta que vivemos; em momentos como este pelo qual passa o País, em que o ceticismo e o desapontamento dos cidadãos é respondido muitas vezes com cinismo e indiferença pelos governantes mais altos; em épocas como esta, eu dizia, é reconfortante encontrar exemplos de administradores públicos competentes, como encontramos, para nosso orgulho, em nossa querida capital Barriga Verde, Florianópolis.

Cumprimento o Prefeito, o Vice-Prefeito e todos os moradores dessa bela cidade. E aproveito a oportunidade para também cumprimentar os Vereadores de Florianópolis, os atuais e os ex-Vereadores, na pessoa do seu jovem Presidente, Vereador Marcílio Ávila.

Devo, inclusive, agradecer à Câmara Municipal, que me prestará, nessa quinta-feira, uma lembrança muito grande, concedendo-me o título de Cidadão Honorário de Florianópolis. Estarei lá amanhã para receber esse título. Eu, que sou gaúcho, recebi, recentemente, o título de Cidadão Catarinense. E agora, com muita alegria, vou receber o título de Cidadão Honorário de Florianópolis.

Agradeço ao Senador José Agripino por me permitir essa oportunidade para homenagear essa tão bela cidade, o povo de Florianópolis, os “manezinhos da ilha”, como dizem, e também toda a imprensa daquela

cidade, a administração pública, a Justiça, os homens de bem, aqueles que fizeram muito por Florianópolis e por Santa Catarina.

Parabéns Florianópolis, que, nessa quinta-feira, será homenageada por todos pelos seus 280 anos!

Obrigado, Sr. Presidente Senador Flexa Ribeiro, grande Senador pelo Estado do Pará.

Durante o discurso do Sr. Leonel Pavan, o Sr. Magno Malta, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Flexa Ribeiro.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Flexa Ribeiro, o Presidente que o antecedeu, Senador Magno Malta, já havia nos concedido a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Já concederei a palavra pela ordem, Senador. Apenas quero agradecer ao nobre Senador Leonel Pavan e associar-me às homenagens que S. Ex^a, que tão bem representa, no Senado Federal, o povo de Santa Catarina, presta à cidade de Florianópolis.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Flexa Ribeiro, é apenas para comunicar que o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Desembargador Sérgio Cavalieri Filho, convida para a solenidade de denominação do Primeiro Tribunal do Júri Ministro Evandro Lins e Silva e para a inauguração do seu busto no Salão dos Passos Perdidos, situado no primeiro andar do antigo Palácio da Justiça, à rua Dom Manoel, nº 29, Centro, Rio de Janeiro, amanhã, dia 23 de março, às 17 horas.

Estarei presente e representando, com muita honra, o Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania deste Senado, Senador Antonio Carlos Magalhães, e o Presidente do meu Partido, Michel Temer. Faço esta comunicação por ser parnaibano o Ministro Evandro Lins e Silva. O jurista que pode se igualar a Rui Barbosa é parnaibano. Estarei representando também esse extraordinário líder do Piauí, Heráclito Fortes, cujo avô era um jurista respeitável da história da Justiça do Piauí.

Evandro Lins e Silva nasceu na ilha Santa Isabel, a maior ilha do Delta do Parnaíba. Ele se formou pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, hoje Faculdade Nacional de Direito. Foi membro da Academia de Letras. Foi correspondente da ONU no Brasil para matéria penal e penitenciária. Foi mais: Procurador-Geral da República, de setembro de 1961 a janeiro de 1963, Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República quando o Presidente era João Goulart, Ministro das Relações Exteriores e Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Nenhum o excedeu.

Foi autor de vários livros: **A Defesa tem a Palavra, Arca de Guardados e O Salão dos Passos Perdidos**.

Foi também fundador do PSB, em 1947.

Vários políticos foram libertados durante a ditadura pela coragem e competência de Evandro Lins e Silva. Agora, em respeito ao Senador Magno Malta, que presidia a sessão e que nos concedeu esta oportunidade, busquei uma mensagem de Evandro Lins e Silva que muito tem a ver com a vida política desse homem que combate o crime. Assim, Evandro Lins e Silva deixou escrito:

As estatísticas atuais são alarmantes. A pena de prisão é um remédio opressivo e violento, de consequências devastadoras sobre a personalidade humana, e que deve ser aplicada, como verdadeira medida de segurança, só aos reconhecidamente perigosos. Se não a pudermos eliminar de uma vez, só devemos conservá-la para os casos em que ela é indispensável (...)

Há, hoje, um consenso universal, a partir da Organização das Nações Unidas, que preconiza a adoção de penas alternativas, em substituição à pena de prisão, destinada esta, última *ratio*, para a segregação dos delinquentes criminosos.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Depois do brilhante pronunciamento feito, no pedido da palavra pela ordem, pelo nobre Senador Mão Santa, do PMDB do Piauí, concedo a palavra ao Líder...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é apenas para informar à Mesa que está sendo entregue a V. Ex^a um documento que vai permitir que eu fale, em nome da Senadora Serys Slhessarenko, pela Liderança do Partido dos Trabalhadores.

Ao mesmo tempo, informo que o Supremo Tribunal Federal acabou de decidir pela verticalização.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – V. Ex^a já está inscrito pela Liderança do PT, Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Agripino, Líder do PFL.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, faz dez dias que, nas páginas dos jornais, vemos apenas matérias sobre o caseiro Francenildo, o que ele disse, o que provocou com o que disse, sobre a defensiva do Governo, sobre o fato de o Presidente

ter dito que Palocci fica. Enquanto isso, os fatos vão sendo esclarecidos, a Comissão Parlamentar de Inquérito vai fazendo sua parte, a imprensa vai fazendo sua parte e o País vai andando.

Mas, Sr. Presidente, estamos assistindo, na verdade, a um escândalo de dois andares. Senadora Lúcia Vânia, Francenildo, um brasileiro, de profissão caseiro, que ganha um pouco mais de R\$ 700,00 por mês, foi, voluntariamente, à CPI e disse que o Ministro Palocci ia à casa, sim, que o encontrou 10 ou 20 vezes – disse que jurava isso até a morte –, diferentemente do que disse o Ministro, que afirma, peremptoriamente, que nunca esteve lá. Disse também que o Sr. Buratti ia lá, que o Sr. Poletto era o seu patrãozinho, que o Sr. Caio, um “bingueiro” angolano, aquele da doação de R\$ 1 milhão para a campanha do PT, ia lá transportado pelo Poletto. Daí a ligação com a CPI dos Bingos. O Francenildo reafirma tudo.

De repente, não mais do que de repente, Senador Flexa, aparece o segundo andar do escândalo. No final da semana passada, esta Casa foi violentada por uma ação levada a efeito por um colega nosso, que pediu ao Supremo que interrompesse o depoimento de Francenildo, depoimento que ele já prestou quase todo. Talvez ainda tenha algo a dizer. Mas o fato é que o depoimento foi interrompido. A repercussão foi negativa e a notícia que ficou era um aviso para que se esperasse o que viria no final de semana.

No final de semana, veio a informação de que Francenildo tinha recebido R\$ 20 mil ou R\$ 25 mil na sua conta. Exibiam os depósitos na conta de Francenildo, um rapaz modesto, caseiro, um homem do povo, o mesmo povo a que se refere, com tanta energia, o Presidente Lula, que, na minha opinião, é quem comanda uma ação de humilhação ao caseiro Francenildo.

Okamoto está denunciado, mas não há meio de se conseguir quebrar seu sigilo por pressão do Governo. Mas o Francenildo, homem do povo, a quem Lula, Presidente do povo, se refere com tanta frequência, é desmoralizado com a quebra do seu sigilo, exposto ao Brasil inteiro, com a insinuação de que ele teria se vendido para dar aquelas informações.

Tudo que o Governo não esperava era que o Francenildo tivesse aqueles boletinhos que eu queria que Okamoto tivesse.

Okamoto, você está desafiado a apresentar os mesmos boletos que o brasileiro, caseiro, Francenildo exibiu ao Brasil inteiro. Desarmaram toda essa questão os recibos dos depósitos que ele diz que foram feitos pelo seu pai biológico. Sobre essa paternidade há uma dúvida, mas pouco importa. O que importa é que esse suposto pai confirma que teria transferido esse dinheiro. Foi desmascarada a farsa que o Governo tentou mon-

tar para desqualificar o depoimento de Francenildo, que se contrapôs à palavra do Ministro Palocci, que perdeu a credibilidade para manter-se Ministro. Mas o que ficou foi uma coisa muito mais forte. Ficou para o mundo inteiro e para o Brasil, para os pobres do Brasil, que pobre neste Governo não tem direito nem garantia individual. Se for pobre, não. Rico e poderoso como Okamoto tem. Se é rico, se tem dinheiro para pagar as contas de Lula, para pagar as contas de Lurian, a filha de Lula, se tem dinheiro para dar contribuição à campanha de Vicentinho, aí não! Aí ele está protegido! Agora, foi pobre, foi caseiro... Da boca para fora Lula tem uma conversa, mas na ação é outra, porque quebra é o sigilo para tentar desmoralizar. Só que há um detalhe: aí as garantias individuais estão comprometidas, Sr. Presidente. E cabe a nós investigar o primeiro e o segundo andares do escândalo. O primeiro andar é o confronto da palavra do caseiro com a do Palocci. Vai haver segunda sessão, terceira sessão, quarta sessão. Vai haver investigação completa. É uma questão de termos paciência e agirmos com racionalidade, sem politicagem, com a mira no interesse público, que está indignado.

A sociedade brasileira está indignada com o fato de o caseiro ter dito uma coisa e, logo depois, ter sido penalizado com a quebra do seu sigilo bancário. Quer dizer, as garantias dele não existem, porque ele é um caseiro, porque ele é pobre.

Então, Senador Flexa Ribeiro, o que está em jogo, na verdade, na verdade, são as garantias individuais do cidadão. O que aconteceu? A Caixa Econômica Federal, o banco estatal com vinculação direta ao Ministério da Fazenda – ocupado pelo Ministro Palocci, que deve ter o controle completo das ações do Banco do Brasil, do Banco da Amazônia, do Banco do Nordeste e da Caixa Econômica –, não se sabe por que portas ou travessas, forneceu, e uma revista publicou, a quebra do sigilo, o extrato das contas de Francenildo.

Agora vem a minha indignação. Uma comissão de Senadores foi à Caixa Econômica e obteve dos seus dirigentes o compromisso de, em 15 dias, receberem uma explicação.

Senador Flexa, V. Ex^a deve conhecer bancários.

Deputado ACM Neto, V. Ex^a conhece bancários, não conhece? V. Ex^a deve ter bancários nas suas relações.

Senador Heráclito, converse com um bancário que V. Ex^a conhece e pergunte a ele, se ele for da área, em quanto tempo ele pode ter acesso às contas para fazer registros de saques ou depósitos. Ele tem acesso em cinco, dez, quinze minutos. Se a conta do correntista estiver disponível para que o funcionário do

banco faça o registro de depósito ou saque, em cinco minutos ele faz a operação. Com o mesmo tempo em que ele faz a operação, ele pode entrar na conta do correntista para fazer triagem e ver quem mexeu, quem bisbilhotou, quem fez alguma investigação naquela conta daquele correntista.

Pois pediram.

Converse com um bancário, Senador Luiz Pontes. Converse com um bancário amigo seu e pergunte se ele não faz rapidinho. Pediram 15 dias para fazer uma operação que qualquer bancário sabe que leva 10 minutos. Pela informática, pelos meios eletrônicos, pela sofisticação do sistema financeiro brasileiro, um dos mais sofisticados do mundo, o rastreamento, o controle é perfeito, é absoluto. Pode-se fazer rapidamente. Pois a comissão de Senadores que foi à Caixa ouviu que são necessários quinze dias para oferecer a informação.

Senador Heráclito, sabe a que isso está me cheirando? Quinze dias é prazo para ou fabricar uma versão ou produzir um bode expiatório, um “delubião”, um “silvinho”, para justificar esse erro que Jaques Vagner, Ministro, e que Márcio Thomaz Bastos, Ministro, condenam tanto da boca para fora, como se eles não tivessem nenhuma relação com isso, nenhuma. Não têm relação alguma com isso. Mas, para dar informação que pode chegar em dez minutos, pedem quinze dias.

Daí, Senador Heráclito, termos aprovado uma convocação que talvez esteja criando confusão na cabeça de algumas pessoas. Deputado ACM Neto, em vez de votarmos o requerimento de convocação do Presidente da Caixa, votamos o requerimento da Sr^a Clarice Coppetti, que é Vice-Presidente de Tecnologia. Para quê? Para fazermos o trabalho correto, sem política.

Quem é a pessoa que pode dar informações precisas sobre o que houve com a conta do Sr. Franzenildo? O que aconteceu? Quem meteu o bedelho ali? Quem expôs, de forma perversa, para ele ser mal interpretado, as contas dele ao Brasil inteiro? É possível responder.

Ela, como Vice-Presidente de Tecnologia, é uma pessoa da intimidade do Presidente, é casada com o Sr. Alvarez, companheiro do Presidente Lula que trabalha no Palácio do Planalto, na Presidência da República. É uma pessoa importante e deve ser competente. Tem vinculações íntimas com o Presidente Lula. Essa senhora que está convocada tem informações preciosas para esclarecer a dúvida da opinião pública, o pensamento da sociedade brasileira.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Já vou concluir, Sr. Presidente.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Eu queria, Senador Heráclito Fortes, que a Sr^a Clarice Coppetti, cujo requerimento foi aprovado hoje e é Vice-Presidente de Tecnologia, não usasse esse período de 48 horas de prazo a que tem direito para vir à Comissão. É uma informação facilíssima que qualquer bancário pode dar. Ela informaria ao Brasil e eliminaria essa dúvida e o segundo andar do escândalo, ou esclareceria qual é o segundo andar do escândalo.

Eu queria que a Sr^a Clarice viesse amanhã, às dez da manhã, conforme o Presidente Efraim Moraes pautou. Aí, o Governo começaria a dar uma demonstração clara de que realmente tem interesse em esclarecer esse fato.

Concedo, com muito prazer, o aparte ao Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador José Agripino, V. Ex^a me citou e disse que eu deveria conhecer bancários. Não só conheço, como sou de uma família de bancários. Três irmãos meus foram funcionários do Banco do Brasil, e um deles foi, inclusive, no Governo Sarney, Diretor da Caixa Econômica. Daí por que tenho um relacionamento muito aberto não só com os funcionários do Banco do Brasil como também da Caixa Econômica. V. Ex^a não imagina o ambiente de revolta, de decepção no corpo de funcionários daquela casa, tradicional e respeitada. V. Ex^a precisa imaginar a indignação com que esse pessoal está vendo essa instituição ser exposta, e a revolta que essa casa demonstra é mínima diante da revolta dos próprios funcionários, porque se quebrou exatamente uma coisa grave, que é o sigilo.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – A credibilidade da instituição.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – A credibilidade da instituição. Tenho certeza de que os próprios funcionários da Caixa não vão permitir novas manobras na calada da noite, para que essa questão não seja esclarecida. Sou um dos que torce para que o mais rapidamente isso ocorra, até para que alguns caluniadores ou alguns diversificadores de fatos possam dormir sabendo exatamente a verdade. Parabenizo V. Ex^a pelo pronunciamento.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Agradeço ao Senador Heráclito Fortes o sempre sensível aparte, que transmite o sentimento que é importante registrar do bancário da Caixa Econômica Federal, que está vendo o nome de sua instituição ser levado, pelos meios de comunicação, a uma interpretação, no

mínimo, desmeritória, porque a Caixa Econômica, a Nossa Caixa, seria um instrumento de fácil fraude. Os funcionários da Caixa Econômica, instituição com dezenas de anos de fundação, não mereciam o tratamento que lhes está dando este Governo do PT.

Concedo, com muito prazer, o aparte do Senador Rodolpho Tourinho.

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – Senador José Agripino, gostaria de contribuir um pouco com esta discussão sobre a quebra do sigilo bancário e trazer minha experiência nesta área. Não se precisa ter a experiência que tive de vários anos em banco para afirmar a V. Ex^a o que vou afirmar. Alguém, com pouca experiência bancária, afirmaria o mesmo a V. Ex^a. Em primeiro lugar, em qualquer banco, em qualquer lugar do mundo, qualquer funcionário de chefia – depende do banco –, gerente ou chefe do setor de conta corrente, tem acesso às contas de qualquer cliente. Ou ele acessa via CPF ou via número da conta. Ele é obrigado a ter acesso, inclusive, para problemas que podem existir e também para consultas. É bom lembrar que o banco, ao fazer o empréstimo, até hoje, consulta e verifica o que aquele cliente dá de reciprocidade ao banco. A melhor reciprocidade ainda é o depósito à vista, porque o resto é pago. O cliente recebe. Nesse caso, o acesso é normal, é rotina em qualquer agência. Quanto é feito o acesso, fica registrado o *login*. Estou dando apenas o detalhe para desmascarar isso de uma vez. Na hora em que é feito o acesso, fica registrado quem acessou. No caso do acesso pelo cliente, o cartão e a senha ficam registrados; ou fica registrado o número da matrícula do banco de quem acessou. Não há a menor dúvida de que esse acesso pode ser descoberto em dois minutos, não leva mais do que isso. Mesmo porque as auditorias do Banco, que estão sempre vigilantes em cima desse processo, têm acesso **on line** às operações. Pode ser verificado não em 15 dias, mas em exatos dois minutos. Não é preciso mais do que isso. Portanto, hoje, a Caixa sabe exatamente quem quebrou, o número da matrícula. Se o sistema for um pouco sofisticado, sabe a que horas foi quebrado. É possível saber absolutamente tudo. Pode-se saber, também, que tipo de acesso aquela pessoa tem, se é integral para a conta ou se é para um determinado valor. Quero dar este testemunho, porque tenho experiência bancária, para dizer que é uma farsa que se está montando. Pedir quinze dias é um absurdo, é algo que não podemos aceitar no Senado Federal.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Só com uma justificativa, Senador Rodolpho Tourinho.

E gostaria de dar uma explicação: o Senador Rodolpho Tourinho – o Senador Antonio Carlos Magalhães

lhães sabe – foi Secretário de Fazenda, mas foi presidente de Banco também, e conhece a questão como eu conheço como fazer estrada ou pista de aeroporto, engenheiro que sou. S. Ex^a conhece o assunto melhor do que qualquer um de nós, e acabou de nos dar uma aula com informações precisas. Daí a minha suposição clara, Senador Rodolpho Tourinho. Se pediram quinze dias, e o que me disseram é que a energia gasta para fazer um registro de saque ou de depósito na conta é a mesma para fazer uma incursão na conta, que pode ser de consulta legal, autorizada ou bisbilhotice, ilegal. Pode-se ver se consulta feita à conta de Francenildo foi feita por algum bisbilhoteiro. O curioso é que um bisbilhoteiro qualquer – funcionário da Caixa Econômica, como está registrado – poderia ter verificado. Mas é muita coincidência que um bisbilhoteiro vá bisbilhotar a conta de Francenildo, para informar naquele fim de semana! E a base do PT sabia que um bisbilhoteiro já havia entrado na conta de Francenildo. E nada, nada se explica. Ninguém sabe de nada, não há correlação de coisa nenhuma com coisa nenhuma. “Que coisa mais horrorosa”, diz o Ministro Jaques Wagner. “Que coisa mais deplorável”, diz o Ministro Márcio Thomaz Bastos. E vai ficar tudo por isso mesmo? Isso é igual à história do Presidente Lula: não sabia de coisa nenhuma, nada; nem Delúbio, nem Silvinho, nem José Dirceu, nada. Estamos no repeteco do caso Waldomiro. Estamos no repeteco do caso Waldomiro, com uma coisa pior ainda, porque as garantias individuais de um cidadão – porque ele é pobre – estão em jogo. As instituições brasileiras estão em jogo. E é por isso que temos que ir fundo. Por isso temos que pedir à Dr^a Clarisse Coppetti que venha logo.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a me permite?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Com muito prazer, Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Depois desse depoimento, que eu já tinha ouvido pessoalmente, do Senador Rodolpho Tourinho, que conhece como ninguém assuntos bancários e tem demonstrado neste Senado a sua autoridade em assuntos financeiros, fica claro que há um cinismo quando se pedem 15 dias. Pedem-se 15 dias numa demonstração de arranjar uma fórmula qualquer para esconder mais uma vez a prova. E não pode haver dúvida, porque a diretoria reunida disse à comissão da CPI que só pode ser de nível de gerente em diante para saber a conta e como se abrir a conta. E o Senador Rodolpho Tourinho diz que isso se sabe em dois minutos. São cínicos e estão apoiando uma farsa que demonstra o que é o Governo do Presidente Lula.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Antonio Carlos Magalhães, a farsa dos 15 dias tem a participação de dois Ministros de Estado, que estão dizendo: “Que coisa horrorosa foi feita!”. Eles já sabiam. Não quero aqui fazer a acusação de que foram eles os mandantes. Não quero me antecipar a um fato que pode acontecer, ou seja, de chegar à conclusão de que foi o Governo quem mandou bisbilhotar a conta do Francenildo e que as autoridades que hoje estão dizendo que foi feita uma coisa horrorosa sabiam de tudo. Estão, agora, com uma farsa em curso.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – E o Presidente disse do Palácio do Planalto: “Esperem o que vai sair amanhã”.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Eu já me referi a este tipo de observação feita: “Esperem pelos fatos que vão acontecer amanhã”, como que anunciando: “Amanhã vocês vão ver quem é o Sr. Francenildo”. Francenildo é o homem que recebeu e disponibilizou os papeizinhos para o Brasil todo ver, pois recebeu aquela doação oriunda do Piauí. Esperavam tudo, menos que Francenildo exibisse os boletos que justificam os depósitos feitos em sua conta.

Se a Dr^a Clarisse não vier amanhã, Senador Hércilio, Senador Paulo Paim e Senador Demóstenes, para mim ficará muito claro: estamos participando de uma farsa, estamos vivendo uma farsa, uma farsa de um Governo que quer ganhar 15 dias. Quer ganhar 15 dias ou para fabricar uma versão ou para produzir um bode expiatório. Eles estão loucos atrás de identificar alguém que responda pelo dolo, alguém que não seja o responsável real. Só que nós vamos atrás do responsável real, custe o que custar, doa a quem doer.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA)
– Agradeço ao nobre Senador José Agripino.

Prorrogo a sessão por mais 30 minutos.

Concedo a palavra à nobre Senadora Lúcia Vânia, do PSDB de Goiás, por cessão do Senador Paulo Octavio, por cinco minutos, prorrogáveis por mais dois minutos.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao Senador Mão Santa a gentileza de me ceder o seu horário para que eu pudesse fazer o meu pronunciamento.

Venho à tribuna para falar de um assunto que ocupa as páginas dos principais jornais de hoje, e que vai mostrar que o gasto social não se limita apenas às transferências automáticas de recursos da União, e sim a uma política social estruturada, planejada e emancipadora.

O estudo foi elaborado pelo economista Márcio Pochmann, que é ligado ao PT e que foi Secretário Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da Prefeita Marta Suplicy. Os dados do pesquisador mostram que os investimentos sociais caíram 2,7% nos primeiros três anos do Governo Lula em comparação com os dois últimos anos do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

O Professor da Unicamp diz que o gasto médio **per capita**, em 2001 e 2002, foi de R\$1.533,77, contra R\$1.491,95 aplicados entre 2003 e 2005.

Para chegar a essa conclusão, o economista estudou nove itens do Orçamento. E esse estudo deve estar causando arrepios nos defensores da atual política social e também da equipe econômica do Governo.

Em apenas um desses itens, que inclui a assistência social, o Bolsa-Família apresenta aumento na comparação com o período anterior.

Esse é um dado que não deve causar surpresa. Desde o início desta Legislatura, tenho ocupado a tribuna, baseada em estudos que realizamos, e constatamos, já no começo do Governo, que quando se trata de programas sociais que visam apenas a transferência de renda, o Governo tem um desempenho razoável, mas quando se trata de uma política emancipadora, de uma coordenação entre os Ministérios e principalmente de uma parceria com Estados e Municípios, o desempenho do Governo é sofrível.

O que temos hoje é a prática do assistencialismo puro, em detrimento de programas que superem a pobreza e invistam no desenvolvimento humano.

Não quero aqui dizer que sou contra os programas de transferência de renda; pelo contrário, são programas importantes, necessários, porque são emergenciais. E eles visam solucionar o problema imediato das pessoas mais pobres. Mas não custa lembrar aos integrantes do Governo que gasto social não envolve somente o pagamento de programas sociais, principalmente esses que são emergenciais. Mas os gastos do Governo não podem e não devem ser norteados por pressupostos eleitorais. O social tem que abranger outras áreas essenciais, como gastos em educação, saúde, segurança, habitação e saneamento básico.

Neste Governo que se arrasta em meio a um lamaçal de denúncias e atuação criminosa, como a quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo – aqui exposto, com muita propriedade, pelo Senador Agripino –, o social se transformou em mera esmola para garantir a reeleição do atual Presidente.

Mas os integrantes do Palácio não contavam que o feitiço viraria contra o feiteiro. Os números do Professor Pochmann mostram que o desempenho da economia, com a necessidade premente de aumentar

o superávit primário, acabou reduzindo a capacidade de o Governo investir bem o dinheiro no chamado gasto social.

Aliás, essa constatação do economista só corrobora com o que é voz corrente na sociedade e nos meios de comunicação desde os primeiros anos do atual Governo, como mencionei desta tribuna, sempre se referindo ao desacerto do Governo quando se trata de uma política social emancipatória.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que o Professor Márcio Pochmann conclui é que no Brasil existe uma aliança cruel entre os mais ricos e os mais pobres. Vivemos num modelo econômico que repassa 50% do Produto Interno Bruto para 21 mil clãs familiares, credores de mais de 70% da dívida pública. Esta elite, porém, conta com o apoio político dos 15% mais pobres, assistidos pelos programas eleitoreiros, e de pessoas que ingressam no mercado de trabalho e sobrevivem com um salário mínimo.

Sr. Presidente, estamos vivendo um verdadeiro achatamento da renda da classe média assalariada. Enquanto o salário mínimo cresceu 27,8% e os gastos sociais 29,8% nos últimos dez anos, o rendimento médio dos assalariados caiu em 16,6%.

O Governo Federal parece disposto a manter essa política assistencialista em vez de promover a assistência social de forma responsável e ética. O Presidente Lula deixa cada vez mais claro que trabalha em favor da própria reeleição. Na verdade, sua atual política perpetua o abismo social entre pobres e ricos no País.

Está na hora de o Partido do Governo começar a ouvir o que dizem, com muita propriedade, seus próprios integrantes e aliados.

Imbuído da honestidade peculiar a todo aquele que acredita na verdade dos fatos, o economista Márcio Pochmann não se furta a mostrar os números que contradizem a euforia do Governo e desmascaram a política errônea e fadada ao fracasso.

Muito obrigada Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Agradeço a nobre Senadora Lúcia Vânia pelo seu brilhante pronunciamento, numa matéria em que S. Ex^a tem competência reconhecida por todos.

O Sr. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Pela ordem, tem a palavra V. Ex^a.

O Sr. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Solicito a minha inscrição para falar pela Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – V. Ex^a já se encontra inscrito.

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim, pela Liderança do PT.

V. Ex^a tem cinco minutos, prorrogáveis por mais dois.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela Liderança do PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Flexa Ribeiro, desde segunda-feira, estou na expectativa de usar esta tribuna para falar de um tema que já trouxeram a esta Casa diversos Senadores e Senadoras.

Sr. Presidente, acredito que grande parte da população brasileira assistiu, no último domingo, a trechos do documentário da TV Globo, “Falcão – Meninos do Tráfico”, apresentado no Fantástico e produzido pelo **rapper** MV Bill e pelo produtor Celso Athayde. E como ficamos? Perplexos? Chocados? Perturbados?

A população brasileira foi colocada frente a frente com a realidade de nosso País, de nossas crianças e de nossos jovens. Uma realidade sobre a qual todos falam, mas de que poucos têm consciência.

Sabemos que, daqui alguns dias, não se falará mais desse documentário. Mas sabemos também que essas imagens ficarão gravadas em nossas mentes. Outras tantas pessoas já sabiam disso e, há tempos, buscam alternativas para mudar esse quadro. Uma realidade chocante, como dissemos. É diferente saber da realidade como se ela fosse algo distante de nós – afinal todos sabem que o tráfico e a dependência química aliciam anos após anos milhares de crianças, adolescentes, jovens e adultos. Fato esse que afasta as pessoas do convívio da família, dos amigos e das pessoas de bem.

Estão de parabéns a Rede Globo, a equipe do Fantástico e todos aqueles que colaboraram para que esse fato acontecesse. Acima de tudo, estão de parabéns MV Bill, Celso Athayde e os que, ao longo de seis anos, trabalharam para construir esse documentário.

Sr. Presidente, ao entrar na casa dos brasileiros e brasileiras, o documentário alertou todos os cidadãos, a denúncia foi feita. Como diz a música de MV Bill “(...) Enquanto o rico vive bem, o povo pobre vive mal. Cidade maravilhosa é uma grande ilusão. Desemprego, pobreza, miséria, corpos no chão. As crianças da favela não têm direito ao lazer (...)”

Assistir ao documentário e ver crianças como a que declarou “Se eu morrer, não faz mal. Nasce um outro que nem eu, pior ou melhor. Se eu morrer, vou descansar, é muito esculacho nessa vida”, deixa-nos perplexos com a falta de perspectiva desses jovens. Uma declaração como essa nos revela que os sonhos foram postos de lado. Não é justo que isso aconteça.

O que dizer daquele jovem que, em depoimento, Senador Mão Santa, diz que gostaria muito de conhecer

um circo, pediu à mãe, que não pôde levá-lo. O sonho dele era aprender no circo a profissão de palhaço. Ele queria fazer as pessoas rirem, mas o seu destino foi fazer as pessoas chorarem, pela dor e pela violência provocadas pelas drogas. Ele queria cantar a vida, mas, hoje, como traficante, semeia a morte. Todos nós vimos e ouvimos: ele queria deixar o crime. Mas, um ano depois, o que acontece? Ele permanece no tráfico, porque não teve nenhuma oportunidade.

Vimos que a vontade dos entrevistados era ter uma vida digna, sair do crime, encontrar um emprego e poder trabalhar, mas vimos também que não conseguiram. Nosso País tem permitido isso.

Dissemos e ouvimos falar que o Brasil é o País do futuro. Mas como isso poderá ser verdade para essas crianças, se não enxergam esse futuro? Se não vivem, mas sobrevivem? Se elas são, ao mesmo tempo, culpadas e vítimas?

Foi essa realidade que nos levou a conversar com a Senadora Patrícia Saboya Gomes e com o Senador Cristovam Buarque, em outubro do ano passado, e visitar aqui o Presidente desta Casa, Senador Renan Calheiros, quando acertamos fazer uma grande campanha em nível nacional, buscando a recuperação desses jovens. Claro que não mediante um trabalho isolado do Senado, mas em parceria com centenas de ONG, homens e mulheres que estão nessa luta há muito tempo.

Faremos um seminário no mês de abril. Será uma ação conjunta com a sociedade.

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Quero só lembrar ao nobre Senador que, enquanto eu estava lá, esperando pacientemente, todos tinham um minuto mais dois. Eu acompanhei os trabalhos pacientemente ao longo desses três dias. Gostaria de poder concluir com a mesma tolerância que o Senador Flexa Ribeiro concedeu aos que me antecederam.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Queria dizer a V. Ex^a que não foi intencional, é porque o som é interrompido automaticamente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – O Senador Flexa Ribeiro sempre dá mais dois minutos.

Eu esperei três dias para falar. Espero que eu tenha a oportunidade de concluir o meu pronunciamento.

Em resumo, Sr. Presidente, é um seminário que nós queremos fazer em parceria com o Judiciário, o Executivo e a sociedade organizada, dando oportunidades àqueles que nunca as tiveram: os discriminados e marginalizados.

A idéia é despertar nos jovens o senso crítico, a fim de diminuir a motivação do uso de drogas. E quando falamos em drogas, não nos limitamos àquelas consideradas pesadas; falamos também do álcool, Sr. Presidente. Nós todos sabemos como o álcool destrói famílias e vidas.

Sabemos que essa consciência somente será despertada se dermos aos nossos jovens garantia de que podem, sim, sonhar em ter oportunidades.

Por isso, Sr. Presidente, reforçamos essa campanha, pois entendemos que o Senado Federal pode avançar muito nesse sentido. Esse, a nosso ver, é o caminho para que nossas crianças e jovens tenham perspectiva de vida e valorizem a sua própria caminhada. O preconceito deve ser posto de lado, tem de ser eliminado.

Identificamos, com esse documentário, Sr. Presidente, uma falha muito grande da nossa sociedade. Não há dúvidas de que a maioria dos jovens que hoje estão à margem da sociedade também é de afro-brasileiros.

“Falcão – Meninos do Tráfico” cumpre um papel importante. Mostra ao Congresso Nacional a importância e a urgência de aprovarmos, entre tantos, também o Estatuto da Igualdade Racial, que quer dar oportunidade aos afrodescendentes.

Queremos que daqui a algum tempo nossas crianças estejam nas escolas e não com armas na mão. Que elas brinquem de jogar bola, de pipa, de boneca e não de matar um X-9, como elas dizem. Que elas possam pensar em ser médicos, professores – quem sabe? –, Senadores, Deputados, bombeiros ou mesmo um artista de circo, mas não bandidos.

Enfim, Sr. Presidente, concluindo agora, queremos que nossas crianças possam tornar-se adolescentes felizes e adultos capazes de ter uma vida digna e constituir família. Não queremos crianças que, como disse o sociólogo Gláucio Soares, são homens pequenos, sem infância. Queremos crianças que sejam homens e mulheres gigantes e, por isso, termino dizendo que o Fundeb...

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ... o Fundeb visa a um investimento de cerca de R\$1,5 bilhão no ensino profissionalizante, ou seja, que a criança, já no ensino básico, aprenda também uma profissão e que não tenha que optar somente pelo tráfico para sobreviver.

O apelo que faço é que aprovemos o Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência, o Estatuto da Igualdade Racial, mas também o Fundeb, para que possamos investir em escolas que preparem as nossas

crianças também na sua caminhada, como manda a própria Constituição, saindo do ensino básico aptos para enfrentar o mercado de trabalho.

Era isso o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Parabéns aos realizadores do documentário “Falcão – Meninos do Tráfico”, produzido pelo *rapper* MV Bill e pelo produtor Carlos Athayde.

Obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Flexa Ribeiro, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. João Batista Motta.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Acabou de falar o Senador Paulo Paim, um dos mais preocupados Senadores com a pobreza e a miséria do nosso País.

Concedo a palavra, como orador inscrito, ao Senador Flexa Ribeiro, do Estado do Pará.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO NA SESSÃO DO DIA 22 DE MARÇO DE 2006, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – V. Exª será atendido, nos termos regimentais.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra a V. Exª, pela ordem, para relatar a esta Casa um fato grave e relevante.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Senador Heráclito Fortes, V. Exª terá cinco minutos para uma comunicação inadiável.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há poucos minutos, o Senador José Agripino falava nesta Casa sobre esses fatos graves de vazamento e de quebra de sigilo que ocorrem, corriqueiramente, no País. E, ao me citar como conhecedor de bancários, disse-lhe que, além de conhecer bancários, era de uma família de bancários e que, portanto, mantinha relacionamento estreito com funcionários, não só do Banco do Brasil, mas também da própria Caixa Econômica.

Ao chegar ao meu gabinete, recebi um telefonema de um funcionário do Banco do Brasil, que prefere não se identificar – e compreendo suas razões. Quero dizer que esse funcionário, em outros episódios, alertou-me para fatos graves que acontecem naquela instituição, como o rastreamento e o acompanhamento de contas de políticos; relatou quando a vida do Senador

Arthur Virgílio e de sua família foram devassadas em Manaus; relatou quando houve o episódio envolvendo o Deputado ACM Neto e vários outros Parlamentares que tiveram suas contas devassadas pelo esquema que existe no Banco do Brasil e que é de conhecimento de todos os funcionários, comandado pelo Sr. José Luiz Cerqueira César, conhecido popularmente como “Mixirica”. Líder sindical, tem como especialidade a vocação pela espionagem, a par de Diretor de Tecnologia do Banco do Brasil.

Esse funcionário diz – é a sua opinião – que não há nenhuma dúvida de que a espionagem foi feita pela Diretora da Caixa Econômica, a pedido do chefe de gabinete do Ministério, Sr. Luiz Torelli.

Mas o fato grave não é esse – e aí é que é preciso que a Polícia Federal confira. No dia de hoje, uma equipe de técnicos especializados em manusear esquemas dessa natureza – e, portanto, retirar qualquer indício e qualquer rastro que possa comprovar amanhã a origem dos autores da espionagem dentro da Caixa Econômica – deslocou-se do Banco do Brasil e passou o dia... Estava, para ser bem mais claro, ainda há pouco tempo nas dependências da Caixa Econômica. A denúncia feita, Senador Demóstenes, dá o nome do chefe da equipe, que é conhecido como Sr. Raia. É preciso que se examine se realmente esse cidadão existe e se deu entrada na Caixa Econômica. É preciso que se apure.

Da mesma maneira que estão querendo aqui bisbilhotar a entrada e a saída do caseiro nas dependências do Senado, é preciso que se examinem esses fatos, porque, se comprovados, Senador José Agripino, revestem-se da maior gravidade.

Quero fazer esse registro e pedir que providências sejam tomadas. Não é de hoje que os próprios colegas, Diretores do Banco do Brasil, sentem-se incomodados com a atuação desse Sr. Diretor. Eu mesmo, quando me rebelei contra determinado tipo de comportamento e procedimento do Fundo de Pensão do Banco do Brasil, tive a minha vida devassada, minhas contas examinadas por um grupo, inclusive composto de oficiais da Marinha reformados que foram a Teresina e a Manaus. Fizeram isso comigo, com o Senador Agripino, e com vários Parlamentares.

Dessa forma, quero fazer esse registro e pedir, a bem da verdade, que essas denúncias sejam apuradas o mais rápido possível.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Com a palavra a Senadora inscrita, Serys Slhessarenko.

V. Exª dispõe de cinco minutos, Senadora.

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da orado-

ra) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero começar agradecendo ao Senador Demóstenes Torres pela permuta na ordem de inscrição.

Eu gostaria de pedir, inicialmente, que fosse dado como lido, para registro nos Anais do Senado, um discurso que eu faria sobre o Dia Mundial da Água.

Hoje eu não pude permanecer, absolutamente, todo o tempo no plenário; mas, pelo tempo que aqui estive, ouvi algo animador. Eu diria que foi o fato de Parlamentares, Srs. Senadores, propondo uma pauta positiva. Eu acho isso da mais alta relevância, da mais alta importância. Realmente, uma pauta positiva é o que nós sempre quisemos. É o que a nossa Bancada, a Bancada do Partido dos Trabalhadores, sempre quis: ter uma pauta positiva, de discussões, de votações; enfim, de encaminhamentos para que o povo brasileiro realmente se beneficie das nossas ações.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de começar aqui fazendo a colocação de alguns dados, dados quantíssimos, digamos assim, recém-saídos. Eu diria que nos 38 meses de Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva – e este é um dado extremamente importante – foram gerados mais de 3,6 milhões de postos de trabalho formais. Nos últimos doze meses, houve abertura de 1,3 milhão de vagas no País. Houve também, Sr. Presidente, o aquecimento das atividades turísticas, o que gerou 26.221 vagas nas áreas de alojamento e alimentação. A construção civil bateu o recorde de geração de empregos em relação a fevereiro dos outros anos. Foram 14.993 postos de trabalho. O comércio apresentou mais do que o dobro de vagas de emprego em relação ao mesmo mês do ano passado. Foram 19.258, vagas contra 8.647 em 2005.

Eu poderia aqui, Sr. Presidente, citar inúmeros outros dados em termos de geração de emprego. Nos dois primeiros meses deste ano, foram criados 263.248 empregos – frise-se: só nos dois primeiros meses deste ano foram 263.248 empregos. O número é recorde desde o início da divulgação do Cadastro Geral de Empregos e Desempregos, do Ministério do Trabalho, em 1992. Em fevereiro deste ano foram criados 176.632 postos de trabalho formais, aqueles com carteira assinada – o índice é de 0,68% superior ao mês de janeiro. Os dados foram divulgados nessa terça-feira.

Teria aqui outros dados, mas gostaria de fazer uma fala em termos de algumas especificidades.

Na segunda-feira passada, fiz um pronunciamento desta tribuna sobre grandes problemas, principalmente falando de grandes projetos que vêm sendo desenvolvidos pelo Governo Federal. Falei sobre o ProUni; falei sobre o Programa Luz para Todos; enfim, sobre vários grandes programas.

Hoje, quero aqui falar um pouco do crescimento da economia. Sr. Presidente, se no Sul do País o crescimento da economia, em 2005, foi de apenas 0,4%, no Norte, foi de 16,3%; e, no Nordeste, de 19,9%. Dados do jornal **O Valor**. Na região Nordeste, as vendas no comércio aumentaram em uma velocidade surpreendente. Por exemplo, no Ceará, as vendas cresceram 16% (móveis, 30%; alimentos, 15%). Em Pernambuco, o crescimento agregado foi de 14%, mas móveis e eletrodomésticos aumentaram 32%. Na Bahia, que, na média, cresceu 7,1%, o segmento de móveis e eletrodomésticos expandiu 40% e o de vestuário, 17%.

Srs. Senadores, esses dados são surpreendentes, com certeza. Esse desempenho tão positivo nas regiões mais carentes do País precisa ser destacado e conhecido por todos os brasileiros e brasileiras.

Dia desses, a Líder da nossa Bancada, Senadora Ideli Salvatti, aqui na tribuna esteve e mencionou cinco pontos, que devem ser repetidos à exaustão, pois parece que há pessoas que não conseguem ouvir esses dados.

O primeiro dos pontos destacados pela nossa Líder desta tribuna, que eu repito aqui e deve ser considerado, é o aumento real do salário mínimo, dado que 50% das pessoas que recebem até um salário mínimo estão na região Nordeste, Senador Demóstenes.

Um segundo aspecto apontado aqui, que é inegável, foi o incremento verificado nas transferências do Governo Federal a programas como Bolsa-Família, Bolsa-Escola e outros.

Um terceiro aspecto é a ampliação do crédito consignado, em especial aos aposentados.

Um quarto aspecto é o importantíssimo pacote da construção civil, com seus efeitos concretos no barateamento dos custos de construção, e ainda a correção da tabela do Imposto de Renda.

Teríamos inúmeros outros aspectos para apresentar, mas, infelizmente...

(Interrupção do som.)

A SR^a SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT)
– ... mas, infelizmente, o nosso tempo é mínimo e nos comprometemos – eu voltarei à tribuna, com certeza, numa das próximas sessões – a falar detalhadamente desses dados e muitos outros, como, por exemplo, uma pesquisa que mostra que programas sociais beneficiam um em cada cinco brasileiros. Programas sociais do Governo Lula! Inclusive a repórter da Agência do Brasil, Cristiane Ribeiro, traz uma notícia digna de divulgação: “Pesquisa mostra que programas sociais beneficiam um em cada cinco brasileiros”.

Srs. Senadores, Sras. Senadoras, muitos fazem ouvido mouco, vamos dizer, para os programas que estão trazendo melhoria da qualidade de vida, para homens e mulheres, para o povo brasileiro...

(Interrupção do som.)

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – ... porque são certamente aqueles que têm o pão nosso de cada dia na mesa, no dia-a-dia, com facilidade ou certa facilidade, pois aqueles que têm dificuldade de ter o pão nosso de cada dia para oferecer aos seus filhos no dia-a-dia, esses estão, sim, dizendo que o Governo Lula faz a diferença. Para a grande maioria, o Governo Lula está fazendo a diferença para melhor, com certeza.

Dizem alguns que são programas que precisam ser modificados, que todos precisam de emprego e salário digno. Não tenham dúvida de que concordamos que todos precisam ter trabalho e salário dignos. Mas, enquanto isso não for possível, precisamos, sim...

(Interrupção do som.)

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Finalizando, Sr. Presidente, precisamos, sim, de programas como o Bolsa-Escola, o Bolsa-Família e outros programas.

Com certeza, a maioria do povo brasileiro está satisfeita, contente e sabe que o Governo Lula realmente é o melhor governo para a maioria do povo brasileiro, para aqueles mais necessitados dos últimos tempos no Brasil. Não tenham dúvida de que o povo brasileiro mais carente e mais necessitado tem essa certeza. Isso está evidenciado nos resultados das últimas avaliações do Governo do Presidente Lula.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO
DA SRª SENADORA SERYS SLHESSARENKO.**

DIA MUNDIAL DA ÁGUA

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores,

Tenho a tranqüilidade e serenidade para dizer, neste dia 22 de março de 2006, neste Dia Mundial da Água, que o povo brasileiro tem motivos reais para sentir-se mais confiante, mais alegre e continuar a sua longa caminhada de esperança.

Faço minhas as sinceras palavras da ilustre companheira ministra Marina Silva, ao afirmar ontem, terça-feira, em Curitiba, que o Plano Nacional de Recursos Hídricos, lançado no começo deste mês, pelo Governo Federal, vem a ser um dos principais motivos para que todos nós comemoremos, com o respeito que merece, o Dia Mundial da Água.

Em visita à exposição itinerante “Água para a vida, água para todos”, organizada em parceria com a Agência Nacional de Águas (ANA), na 8ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica – a COP-8, a ministra afirmou e é por demais importante que se repita com palavras bastante claras, que “o Brasil é o primeiro país da América Latina a cumprir o objetivo do milênio estabelecido pela ONU”.

Como sabemos, o Brasil detém aproximadamente 11% da água doce de todo o planeta, o que é um dado que precisamos lembrar sempre com muito carinho e muito cuidado e que também tem de nos servir como sinal de constante alerta, pois nos coloca diante de um grande desafio nacional: o acesso à água de boa qualidade e à água potável para todos e todas. Reafirmo, parafraseando a ministra, que “Estamos conscientes, neste Dia Mundial da Água, do grande desafio de recuperar várias bacias hidrográficas brasileiras”.

Em especial, senhor presidente, quero alertar os senhores e senhoras senadoras, alertar todo o povo brasileiro e em particular o meu estimado e aguerrido povo de Mato Grosso, a respeito de um grave problema que vivemos em nosso estado. Trata-se das águas de nosso querido Pantanal Mato-grossense.

Comecei falando com esperança e alegria. No entanto é com muita tristeza e preocupação que transmito a todos os senhores os resultados de recente pesquisa, realizada em 2003, pelo Programa de Pós Graduação em Saúde e Ambiente do Instituto de Saúde Coletiva de minha querida Universidade Federal de Mato Grosso, da qual sou professora aposentada.

Uma coleta científica de resíduos de agrotóxicos, diria com palavras bem claras, de substâncias pesticidas ou venenos, realizada por pesquisadores deste conceituado Instituto, em vários rios formadores do Pantanal de Mato Grosso revelou em alto grau de contaminação em toda a bacia hidrográfica do Pantanal.

Esta grave contaminação foi pesquisada, detectada e com índices preocupantes, no rio Jauru, no rio Paraguai, no rio Sepotuba, no rio Cabaçal, no rio Cuiabá, no rio São Lourenço, no rio Vermelho, no rio Itiquira, no rio Correntes, no rio Coxim, no rio Taquari, no rio Negro, no rio Aquidauana, no rio Miranda, no rio Salobra e no rio Apa, todos formadores do Pantanal.

Quem são os responsáveis por este grave acidente ambiental? A presente pesquisa aponta os prováveis causadores da contaminação: a agricultura intensiva, as pastagens cultivadas, a agroindústria, o agronegócio, a mineração e vários agentes dos centros urbanos.

Faço desta tribuna um duro e grave chamado à responsabilidade social pela preservação de nosso querido Pantanal Mato-grossense, a todos e todas,

moradores pantaneiros, vizinhos e vizinhas, usuários e usuárias, produtores da região, enfim, a toda a população pantaneira, ambientalistas e autoridades de Estado. Temos nós todos que unir forças em defesa das águas do Pantanal, das águas da vida e da esperança.

Conclamo a todos e a todas a que nos dediquemos com empenho para que este problema seja resolvido. As águas do Pantanal são um patrimônio de toda a humanidade. Temos que nos organizar e lutar para que suas águas continuem com a leveza, a beleza, a pureza, o valor, para que a atração e os mistérios de suas lendas e histórias não sejam também degradados e destruídos.

Como enfatizou a nossa querida ministra Marina Silva: “Que a água da vida nos permita ter vida em abundância”.

“ÁGUA PARA A VIDA, ÁGUA PARA TODOS”

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Prorrogo a sessão por mais dez minutos para que o Senador Demóstenes Torres use de cinco minutos e o Senador Luiz Pontes, de mais cinco minutos.

Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres, pela Liderança da Minoria.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Pela Liderança da Minoria.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, “creio na vitória final e inexorável do Brasil como Nação” – Juscelino Kubitschek.

O documentário **Falcão – Meninos do Tráfico**, apresentado pelo Fantástico no último domingo, foi um desses encontros do Brasil com a realidade. As imagens, a princípio, estarreceram, causaram indignação e depois comoveram. Temos que cuidar para que não caiam no esquecimento. Na tela da Globo, foram apresentados apenas 58 minutos de uma produção que demandou seis anos e acumulou 200 horas de gravação. De Porto Alegre a Manaus, os autores – o **rapper** MV Bill e o produtor Celso Athayde – fizeram a proeza de documentar, em audiovisual, a parte de um país que nasce em decomposição na periferia de vinte cidades. Sem dúvida, o trabalho é de um enorme mérito, configura-se entre as mais importantes produções de gravação direta do Brasil e certamente vai ser laureado com as maiores premiações.

Nas cenas de um Brasil que perdeu o futuro, crianças brincam de traficante na favela, outras manipulam com destreza uma AK-47, a maioria desdentada e famélica. Filhos sem pai a serviço da droga, degredados naturais e suas mães desconsoladas. Uma imagem acabada da sociedade pária, onde o adolescente é condenado a não conhecer a vida adulta. Ele necessariamente trabalha para o tráfico como se fosse predestinado a ser bandido. Enfim, um retrato fiel da

segurança pública vista pela ótica do criminoso que, ao mesmo tempo, é vítima de hediondos delitos.

Terminado o filme das gerações perdidas, entra em cena um país de joelhos, quase que completamente impotente e refém de sua própria incompetência espelhada na TV. Envergonhado e de coluna dorsal curvada, neste País o ordenamento legal foi substituído pelo estatuto social do crime. Desmoralizado, o Estado é a instituição a ser literalmente abatida. Por quem? Por crianças e adolescentes armados até os dentes e encarregados de dar o primeiro combate. Eles são os protagonistas do enredo do documentário e antes do final vão acabar mortos de bala ou vício. Significam, infelizmente, na base da pirâmide do tráfico de drogas, um excedente pronto para ser descartado nestes territórios vizinhos, mas apartados da civilização brasileira.

Só hoje decidi comentar o documentário exibido pela Rede Globo no domingo, porque precisava colher as impressões das pessoas que assistiram ao filme. Como já esperava, percebi que se criou uma “saberia convencional” em torno da necessidade de haver um amplo “resgate da cidadania” daquelas crianças e adolescentes. Muitos se lembraram das propriedades fantásticas da educação, outros comprovaram nas imagens da TV a íntima relação da pobreza com o crime, e houve aqueles que desfraldaram a bandeira genérica dos direitos humanos. Todos corretos de alguma maneira.

Por conta da minha experiência de Promotor de Justiça, de ex-chefe do Ministério Público e de ex-Secretário de Segurança Pública e Justiça, consegui dominar a emoção natural para tentar compreender o documentário como uma representação do passivo da segurança pública no Brasil e de como a escola em tempo integral é, ao lado de um sistema criminal eficiente, o melhor remédio para combater tamanha iniquidade. Precisamos, Sr. Presidente, adotar as nossas crianças, estipular a escola em tempo integral no primeiro grau, pegando a criança às sete horas da manhã e entregando-a para os pais às seis horas da tarde, para proporcionar a elas alimentação, educação, cursos de língua estrangeira e computação, oportunidade de praticar esportes, enfim, lazer. Não apenas 10, 100, 200, 300 escolas, mas todas as escolas brasileiras de primeiro grau devem adotar o regime integral. Esse, sim, é o melhor remédio para combater tamanha iniquidade.

O ambiente em que se processa a produção de Falcão – Meninos do Tráfico, é um Brasil uniforme na pobreza, na falta de oportunidade de trabalho honesto, destituído de equipamentos sociais básicos, contaminado pelo esgoto a céu aberto e pela desigualdade

acachapante. É também um país submetido à ordem marginal, ao achincalhe da lei, ao capricho de traficantes, ao poder de fogo dos justiceiros, ao mandonismo dos chefetes de gangues e à sevícia das dependências forçadas. O que eu vi na TV foram crianças estropiadas pelo ambiente, o mesmo meio degradante que abriga o engenho criminoso, assentado no comércio ilícito das drogas e das armas.

Ouvi muitos comentários, inclusive da tribuna desta Casa, de que o problema apresentado não pode ser visto sob a ótica da repressão. Sinceramente, não vejo como abstrair essa função do Estado, principalmente por se considerar que a realidade demonstrada é parte de uma estrutura de crime organizado cuja dimensão é estarrecedora.

Sras e Srs. Senadores, a última versão do Relatório da Organização das Nações Unidas sobre as Drogas, publicado em 2005, apontou que aproximadamente 5% da população do planeta, ou 200 milhões de pessoas entre 15 e 64 anos, consumiram algum tipo de entorpecente, tendo por base os anos de 2003 e 2004. São 15 milhões a mais em relação ao levantamento do ano anterior. A maconha, com 160 milhões de consumidores, quase a população do Brasil, é a droga ilícita mais usual. Os consumidores de cocaína somam 15 milhões, são praticamente iguais ao número de usuários de derivados do ópio e crescem assustadoramente, a exemplo dos viciados em anfetaminas e em ecstasy. Mesmo considerando-se que entre 1985 e 2003 o número de apreensões multiplicou-se por quatro em um total de 95 países que apresentaram informações à ONU, o narcotráfico ainda é uma atividade de débil controle mundial e cuja movimentação financeira alcança os bilhões de dólares.

Depois de várias iniciativas, a ONU – a partir de pesquisa própria e com base em dados do Banco Mundial, entre outras instituições – encontrou uma metodologia para estimar o volume de movimentação do mercado global de drogas ilegais. O sistema comporta três critérios de avaliação. Em nível de produção, o mercado está estimado em US\$12 bilhões; em nível de exportação, ou atacado, o mercado está estimado em US\$94 bilhões; por fim, em valor de varejo, ou seja, de acordo com o preço pago pelo consumidor, o mercado de drogas ilícitas no planeta alcança US\$322 bilhões.

De acordo com as demonstrações estatísticas da ONU, o valor da movimentação da droga ilegal em preço de varejo é maior do que o Produto Interno Bruto de 88% dos países do globo. Este mercado, mensurado em preço de atacado, corresponde a 12% das exportações globais de produtos químicos, excede o volume financeiro capitalizado pelas exportações de minérios

e representa 14% das exportações de produtos primários. Comparado às *commodities* e a alguns produtos da indústria de alimento e bebida, o valor das drogas ilícitas, em preço de atacado, ou seja, US\$94 bilhões ao ano, supera as exportações individuais de carne no mundo inteiro (US\$52,5 bilhões); de todos os cereais (US\$40,7 bilhões), do vinho (US\$17,3 bilhões); da cerveja (US\$6,7 bilhões) e do café (US\$5,7 bilhões).

Sr. Presidente, a ONU não reconhece o Brasil como produtor da matéria-prima da cocaína, nem como cultivador de maconha, exceto em pontos localizados. Mas faz graves advertências sobre a vulnerabilidade do País em relação ao tráfico internacional de entorpecentes. Como é sobejamente conhecido desta Casa e desta Nação, as fronteiras brasileiras são um campo aberto para que o crime organizado utilize o território nacional como rota de exportação para os EUA e a Europa. É parte desta droga que corrompe a infância e a juventude das cidades brasileiras. Então, quando analisamos um problema desta magnitude, não podemos nos descuidar do aparato de controle social, de repressão do Estado, de investigação policial, de patrulhamento ostensivo, de justiça criminal e do sistema penitenciário. As crianças apresentadas no abismo brasileiro nascem condenadas ao banditismo porque falta também e, principalmente, política de segurança pública. Um problema, aliás, do qual o Governo Lula tem verdadeira aversão.

O sítio Contas Abertas efetuou um levantamento, com base em dados do Siafi, e concluiu que os investimentos do Governo Federal em segurança pública diminuíram 11% em 2005. Foram investidos R\$475 milhões no ano passado contra os R\$533 milhões aplicados em 2004, já considerados os restos a pagar de exercícios anteriores.

Na realidade, descontando-se os restos a pagar, o Governo investiu R\$183 milhões, ou seja, um real por ano para cada brasileiro em segurança pública, o que é um desastre.

Sr. Presidente, como eu dizia, conforme atestam os levantamentos, “a redução de verbas atingiu três das cinco mais importantes unidades orçamentárias do Ministério da Justiça. O Departamento de Polícia Federal foi o mais afetado pela queda. Em 2004, a Polícia Rodoviária Federal tinha R\$19,5 milhões em recursos. No ano passado, o número caiu para R\$7,7 milhões. O Fundo Nacional de Segurança Pública teve os valores reduzidos em 26%. O terceiro mais atingido pelo corte foi o Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN, que teve redução de R\$55,2 milhões”. Contas Abertas aponta que os recursos para todos os Estados liberados pelo Fundo Nacional de Segurança Pública em 2005 sofreram queda de 29% em relação a 2004, já

considerada a correção pelo Índice Geral de Preços (IGP-DI). Portanto, em valores atuais, os recursos do Fundo corresponderam a R\$283 milhões, valor menor que os R\$396 milhões liberados no último ano do Governo Fernando Henrique Cardoso.

As cenas do documentário são estarrecedoras e, ao mesmo tempo, comoventes. Uma produção dessa natureza é importantíssima, pois revela um Brasil que apodrece ao lado e parece que ninguém se importa. Não acredito que o melhor seja que a sociedade se culpe, mas que se mobilize para que o Brasil possa ter um sistema de segurança e de capacitação social capaz de tirar as nossas crianças das mãos do traficante e entregá-las aos cuidados do professor.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Meus parabéns pelo pronunciamento, Senador Demóstenes Torres.

Fará uso da palavra, como último orador inscrito, o Senador pelo Estado do Ceará Luiz Pontes.

O SR. LUIZ PONTES (PSDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Governo do Presidente Lula tem-se vangloriado e creditado à sua eficaz gestão o acesso das famílias pobres ao programa Bolsa-Família, mas se esquece de ter encontrado implementados os programas de transferência de renda que já atendiam essa população e apenas mudado o nome desses programas para um único, o Bolsa-Família, e vende como se estivessemos diante de criação do PT.

O Bolsa-Família nada mais é do que o conjunto de programas sociais de transferência de renda criados no Governo Fernando Henrique, que o atual Governo maquiou, mudou de nome e do qual se apropriou. O Bolsa-Família representa a unificação dos programas de transferência de renda criados durante o Governo Fernando Henrique Cardoso: Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação e Auxílio-Gás.

Para não cometer o mesmo tipo de injustiça que o PT costuma fazer é necessário que se faça aqui um esclarecimento. O Bolsa-Escola foi a versão ampliada do Programa de Garantia de Renda Mínima vinculado à educação, criado em 1997 graças aos recursos garantidos pela aprovação do Fundo de Erradicação e Combate à Pobreza – Emenda à Constituição nº 31, de autoria do nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, relatado na época pelo Senador Lúcio Alcântara, atual Governador do Estado do Ceará.

Alguém já se deu ao trabalho de perguntar como e o que fez o Governo atual para chegar aos oito milhões de famílias hoje atendidas pelo programa? Pois então, vamos lá. Só o Bolsa-Escola, entre 2001 e 2002, beneficiou mais de cinco milhões de famílias; o Bolsa-

Alimentação, em apenas 13 meses, atendeu mais de novecentas mil famílias; o Auxílio-Gás, benefício concedido às famílias pobres para compensar a retirada do subsídio ao gás de cozinha, atendeu, desde a sua implantação, todas as famílias que já recebiam alguma das Bolsas. Ou seja, em 2003, quando o novo Governo assumiu, já eram beneficiadas com esses programas de transferência de renda mais de seis milhões de famílias. Fica claro para nós que este Governo nunca teve a honestidade de afirmar que juntou a esse contingente apenas dois milhões de novas famílias, para chegar ao total de oito milhões.

Outra pergunta que deve ser respondida: como fez o Governo para beneficiar essas famílias? Talvez alguns não se lembrem, mas, no início do Governo Lula, foi travada uma verdadeira guerra contra o Cadastro Único dos Beneficiários dos Programas Sociais criado no Governo Fernando Henrique, instrumento utilizado para identificar as famílias que atendiam aos critérios dos programas de transferência de renda.

O ex-Ministro e pai do fracassado Fome Zero, José Graziano, chegou a afirmar que deveria ser jogado no lixo esse Cadastro e ser feito outro, pois esse era parcial e não atendia às exigências necessárias. Depois de muito jogar dinheiro fora, fazendo seminários, inclusive com renomados técnicos de instituições internacionais, o Governo Lula não pôde provar nada que desabonasse o Cadastro e nem o processo de cadastramento. Até hoje o Governo usa o mesmo instrumento, sem considerar sequer as sugestões de estudos realizados durante o Governo FHC, que indicavam ser necessárias alterações para aprimorar o Cadastro.

Diziam – e dizem ainda – que o Governo atual implantou o Cartão Único de Pagamento de Benefícios. Outra grande mentira. O Cartão do Cidadão resultou da unificação dos Cartões do Bolsa-Escola e do Bolsa-Alimentação, durante o Governo Fernando Henrique. Logicamente, utilizando a prática que se tornou rotineira, o Governo do PT mudou o nome do Cartão para os novos beneficiários. É bom que se diga que boa parte das famílias ainda recebe o benefício com Cartão concedido no Governo FHC.

Gostaria de alertar também as Sr^{as} e os Srs. Senadores sobre a última medida deste Governo que se diz tão social: a extinção do Peti (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), que tem como objetivo tirar as crianças do trabalho escravo e penoso. O Peti atendeu, em 2005, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social, um milhão de crianças. Só no Ceará, o Peti atende mais de 25 mil crianças, em 133 Municípios. A bolsa do programa só é entregue à família se a criança comprovadamente freqüentar a escola e a jornada ampliada – um atendimento em

horário alternativo que permite ao aluno praticar esportes, fazer exercícios e participar de cursos de seu interesse.

Esse programa, premiado internacionalmente, foi extinto ou será remodelado – como o Ministério prefere dizer –, e seu orçamento e as famílias por eles assistidas serão incluídos no programa Bolsa-Família, com evidente fim eleitoreiro. O Governo vai contemplar mais famílias com o Bolsa-Família, porém vai, de forma irresponsável, destruir o que havia de mais nobre no Peti, como fez com os demais programas: deixar de exigir a contrapartida – o Peti exigia que as crianças participassem da jornada ampliada na escola para garantir que as mesmas não voltassem ao trabalho.

É esse, Sr^{as} e Srs. Senadores, o resultado do “Governo para o Social” do Partido dos Trabalhadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Gerson Camata, Leonel Pavan, Papaléo Paes, Alvaro Dias, Flexa Ribeiro, a Sr^a Senadora Lúcia Vânia, os Srs. Senadores Antero Paes de Barros, João Batista Motta, Arthur Virgílio, Juvêncio da Fonseca, Valdir Raupp, Edison Lobão, Romero Jucá e Augusto Botelho enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, Inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o número de alunos do ensino técnico de nível médio representa menos de 7 e meio por cento do total de estudantes que cursam o ensino médio em nosso país, de acordo com o censo escolar de 2004. É um dado que evidencia a urgência da expansão das redes de ensino profissionalizante no Brasil, diante da crescente necessidade de vagas.

Por este motivo, é bem-vinda a notícia de que o Colégio Eliezer Batista, situado em Jardim América, no município de Cariacica, no Espírito Santo, será reaberto no segundo semestre deste ano, como escola profissionalizante.

Fundado há mais de 45 anos e fechado em 2003, o Colégio Eliezer Batista é um estabelecimento de ensino tradicional, que já serviu de referência em matéria de qualidade de ensino no Estado. Sua reabertura como centro de ensino técnico, que ocorrerá por iniciativa da Companhia Vale do Rio Doce, é importante para as empresas instaladas na região, que necessitam de mão-de-obra qualificada, e para a população de Cariacica. Uma pesquisa feita pela própria Vale constatou a existência de cerca de 30 mil pessoas sem ocupação fixa no município.

De acordo com um estudo realizado pelo Banco Mundial, economias em desenvolvimento necessitam de mão-de-obra flexível, capaz de se adaptar às mu-

danças que ocorrem no mundo do trabalho. Portanto, investir na qualificação de trabalhadores é tão essencial quanto investir em áreas fundamentais para o desenvolvimento econômico.

Cursos profissionalizantes precisam garantir uma formação em atividades que estejam sendo requisitadas pelo mercado. A inadequação de currículos e a ausência de um relacionamento entre escolas e empresas muitas vezes dificultam a colocação dos profissionais recém-formados. Logo, é essencial uma parceria eficiente entre Estado e iniciativa privada no processo de qualificação, para desenvolver estratégias que realmente capacitem os estudantes para a diversidade de competências que, hoje em dia, qualquer emprego requer.

A articulação entre ensino profissionalizante e sistema produtivo, como está ocorrendo em Cariacica, é fundamental para que jovens e adultos possam contar com um ensino de boa qualidade e, terminado seu curso, não tenham dificuldade para encontrar emprego. Iniciativas como a da Vale do Rio Doce deveriam se multiplicar pelo Brasil, pois prestam uma contribuição significativa para resolver um de nossos principais problemas, o da formação de mão-de-obra qualificada.

Como segundo assunto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero me referir a um trágico acidente ocorrido em 25 de fevereiro, em Vitória, fez com que o Espírito Santo perdesse um de seus mais destacados empreendedores, um homem simples que, com a ajuda dos filhos, construiu uma das mais prósperas empresas do Estado. Vicente Lorenzon, morto aos 85 anos, era um visionário dotado de coragem, ousadia, talento, criatividade e determinação, qualidades que lhe permitiram erguer – podemos dizer, literalmente, tijolo por tijolo – em alguns anos a maior empresa do segmento de imóveis residenciais em território capixaba.

A história da Lorenge Construtora e Incorporadora confunde-se com a da família Lorenzon. De origem humilde, pequeno produtor rural nascido em Venda Nova do Imigrante, na região serrana do Estado, Vicente mudou-se, logo depois do casamento com dona Eusêmia Caliman, em 1946, para Marilândia, na região Noroeste. O casal teve 14 filhos e, em 1980, transferiu-se para Vitória.

Como era tradição em famílias de imigrantes italianos, os filhos foram enviados para estudar em internatos pertencentes a congregações católicas. Apesar da falta de recursos, Vicente e dona Eusêmia não mediram sacrifícios para que custear sua educação – todos cursaram pelo menos uma faculdade. Em Vitória, somando economias e unindo esforços, Vicente e alguns de seus filhos fundaram, em 1980, uma empresa de construção, para dar trabalho aos membros mais novos da família, que estavam chegando para estudar na capital.

Foi um início modesto. Sem capital disponível, os Lorenzon dependiam do dinheiro obtido com a venda dos poucos imóveis que conseguiam construir para dar início a novas obras. Durante seis anos, nenhum dos

sócios recebeu sequer um tostão a título de participação nos lucros. Aos poucos, contudo, foram conquistando um conceito de excelência junto ao mercado, graças ao padrão de qualidade que faziam questão de manter em seus empreendimentos.

Consolidada no mercado imobiliário no final dos anos 80, a Lorenge passou a expandir sua atuação, construindo prédios em bairros como Jardim da Penha e Praia do Canto. No final dos anos 90, iniciou a construção de prédios comerciais. Pioneira na introdução de inovações tecnológicas em imóveis, hoje a empresa gera cerca de 500 empregos diretos, produz sua própria argamassa – numa indústria instalada em Vila do Riacho, em Aracruz –, dispõe de uma usina de concreto e fabrica componentes destinados à construção de edifícios num canteiro de obras com 15 mil metros quadrados.

Todas estas conquistas são o resultado do ânimo visionário e audaz de Vicente Lorenzon. Com seu potencial realizador, ele contribuiu em muito para o desenvolvimento do Espírito Santo, deixando um legado ímpar de empreendedorismo, respeito à ética, dedicação familiar e espírito público. Para que possamos construir um país melhor, mais justo e produtivo, homens como Vicente Lorenzon são indispensáveis. A morte privou-nos do seu convívio, mas o exemplo que proporcionou a todos, capixabas e brasileiros, permanecerá vivo por gerações.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, passados quase 3 anos e 3 meses do Governo Lula, penso que duas palavras resumem bem a experiência do PT à frente da administração pública federal: incompetência e lentidão. Incompetência, pois é notória a dificuldade deste Governo em gastar os recursos assegurados aos Ministérios pelo oOrçamento fFederal. Lentidão, pois as decisões e as atitudes necessárias ao bom andamento do dia-a-dia da Nação se perdem num emaranhado burocrático sem fim.

Incompetência e lentidão marcaram todos os dias deste Governo e continuam a grassar nas salas refrigeradas que abrigam o alto escalão da Esplanada dos Ministérios! Mesmo quando um problema tão grave como a gripe aviária ameaça se espalhar por todo o mundo, incluindo o Brasil, o Governo se perde nos entraves da burocracia e demora a apresentar ao País, e ao setor avícola, um plano de prevenção e controle da doença.

Há mais de dois anos, a União Brasileira de Avicultura (UBA) vem tentando convencer o Ministério da Agricultura a implantar a chamada regionalização sanitária, que, entre outras vantagens, garantiria a continuidade das exportações de frango brasileiras, em caso da ocorrência no País de casos de gripe aviária ou de outras doenças exóticas. Estando o Brasil dividido em regiões sanitárias, qualquer foco de doença poderia ser rapidamente combatido e eliminado, sem interromper o conjunto da produção.

Infelizmente, só agora o Governo resolveu agir! No último dia 21 de fevereiro, foi publicada uma portaria

submetendo à consulta pública o “Plano Nacional de Controle e Prevenção da Doença de *Newcastle* e de Prevenção da Influenza Aviária”. O setor avícola comemorou o fato, mas criticou, veementemente, a demora do Governo em oferecer um plano de prevenção a esta doença devastadora: a gripe aviária!

Espero, sinceramente, que o Plano vá adiante. Entretanto, não estou muito certo de que isso ocorrerá! No ano passado, a ameaça de uma pandemia de gripe aviária já era uma realidade. Mesmo assim, dos 3 milhões de reais previstos, no oOrçamento de 2005, para prevenção, controle e erradicação das doenças da avicultura, o Governo Lula gastou pouco mais de 1 milhão de reais, exatos 33,45% da dotação inicial!

Esses números são um exemplo cristalino da incompetência e da lentidão deste Governo no trato das grandes questões e dos grandes problemas nacionais! Se sempre foram assim, por que, agora, as coisas iriam mudar?

Como cidadão brasileiro, e como Senador por Santa Catarina, estou extremamente preocupado com esse problema. O Brasil é o maior exportador mundial de carne de frango, e Santa Catarina, o Estado brasileiro que mais exporta o produto. Mesmo sem qualquer registro de casos de gripe aviária, os prejuízos já começam a ocorrer e, por isso, preocupam o setor avícola.

No Porto de Itajaí, os embarques de carne de frango caíram 2% em janeiro. No oOeste de Santa Catarina, um dos principais pólos produtores de frango do País, as indústrias de aves suspenderam temporariamente os investimentos em novos aviários. Desde o início de março, não há quase nenhuma pedido atividade de construção em cidades como Xanxerê, Chapecó, Palmitos e São Miguel do Oeste.

Como cidadão e como Senador, tenho o dever de alertar o Governo para a gravidade do problema, que já começamos a enfrentar. Não custa lembrar: muito além dos gigantescos prejuízos econômicos que poderão advir, está o enorme problema de saúde pública que representará a contaminação de seres humanos pela gripe aviária.

Nesses casos, prevenir é o melhor remédio. E isso precisa ser feito com a maior urgência possível.

Como segundo assunto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero dizer que a cada dia que passa surgem novos e comprometedores indícios do envolvimento do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, com os seus ex-assessores que fazem parte da chamada “República de Ribeirão Preto”. Primeiro vieram as informações prestadas pelo motorista Francisco das Chagas, que afirmou ter visto o ministro na residência usada pelos ex-assessores de Palocci para “discutir negócios”.

Agora, surge o depoimento do caseiro Francenildo dos Santos Costa, que reafirmou na CPI dos Bingos que o ministro esteve várias vezes na casa alugada pelo ex-assessor Vladimir Poletto. Infelizmente, o governo entrou com um Mandado de Segurança para

evitar que o caseiro confirmasse à CPI o que dissera anteriormente à imprensa.

Sr. Presidente, para que o pesquisador do futuro possa ter acesso ao que realmente foi este governo do PT, requeiro que as matérias relacionadas abaixo passem a integrar esse pronunciamento, a fim de que constem dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Presidente também articulou com PT para evitar que partido faça críticas ao ministro

Decidido a manter Palocci, Lula arquitetou ida ao STF

DEBORA LOPES BRASILEIRA
CORRESPONDENTE EM BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltou a defender ontem o ministro Antonio Palocci (Fazenda) e assegurou sua permanência no cargo, em reunião com ministros e parlamentares da base aliada, no Palácio do Planalto.

Ontem à noite, ao chegar a uma cerimônia na Confederação Nacional da Indústria, Lula confirmou aos jornalistas que o ministro fica no cargo. Questionado se Palocci pediu demissão, fez sinal de "não" com o dedo. Na saída, novamente questionado sobre Palocci, Lula disse: "Quando eu tiver que falar, eu falo".

Foi selada pela manhã a estratégia do PT de impetrar mandado de segurança para impedir o depoimento a CPI dos Bingos do caseiro Francenildo dos Santos Costa, que acusou Palocci de frequentar a casa da "república de Ribeirão" no Lago Sul, em Brasília.

Lula disse a auxiliares que não demitirá Palocci por eventuais revelações embarracadas de sua vida pessoal. A respeito das suspeitas de corrupção pela ligação com ex-assessores do tempo em que Pa-

loci foi prefeito de Ribeirão Preto, afirmou que o ministro negou qualquer tipo de tráfico de influência no atual governo e que acredita na sua inocência.

Do ponto de vista político, Lula avalla que a saída de Palocci seria uma vitória da oposição e enfraqueceria muito o governo. O presidente costurou uma tregua com as alas mais radicais do PT para a reunião do Diretório Nacional do partido no fim de semana. O diretório não fará um documento com críticas à política econômica e a Palocci (leia texto abaixo).

Um dos indicativos da disposição de Lula de manter Palocci é que o ministro já trabalha na elaboração de uma parte do plano de governo do presidente. Ele pediu a vários ministros que elaborem um resumo do que foi feito em cada pasta. As realizações serão colocadas no plano juntamente com metas para o segundo mandato.

Segundo um dos presentes no encontro, Palocci já enfrentou muita pressão, inclusive do PT, para defender o governo, e o governo enfrentará essa pressão para defendê-lo de uma questão que o presidente reputa ser pessoal.

Estiveram na reunião os minis-

tros Marcio Thomaz Bastos (Justiça), Dilma Rousseff (Casa Civil), Jaques Wagner (Relações Institucionais), Ciro Gomes (Integração Nacional) e o próprio Palocci, além do líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), e do senador Tião Viana (PT-AC), que impetrou o mandado de segurança no STF.

A reunião começou por volta das 9h. Às 10h20, o mandado de segurança foi protocolado. A ideia de impor limites à atuação da CPI tem sido defendida por Lula e sua viabilidade jurídica tem sido debatida por Thomaz Bastos.

Defesa dos colegas

Thomaz Bastos defendeu ontem Palocci e disse ter medo de que a CPI dos Bingos esteja fazendo uma investigação seletiva.

"Acredito que a CPI é um instrumento extremamente importante da democracia representativa. Mas tenho muito medo de que esta CPI tenha perdido completamente seu foco e esteja fazendo uma investigação seletiva e uma disputa eleitoral", afirmou Thomaz Bastos, que classificou Palocci como "o melhor ministro da Fazenda que o Brasil já teve".

Já o ministro Jaques Wagner afirmou que a CPI está "despeitando a lei" ao transformar comissão num "palanque" eleitoral. "Eles estão exacerbando cla- mente, promovendo uma CPI a 24 de junho sem sequer explicar motivo. A CPI está se transformando num palanque, e como é desrespeito à lei", afirmou.

Luiz Fernando Furlan, ministro do Desenvolvimento, saiu em defesa de Palocci. "O ministro é um dos esteios do governo, uma pessoa muito serena, que demorou ao longo da sua trajetória muita credibilidade em tudo que fez." O ex-ministro da Casa Civil José Dirceu também defendeu a permanência de Palocci, ex-ministro, cassado no ano passado sob a acusação de ser o motor do escândalo do "mensalão" disse que Palocci deve ficar no cargo. "Essas acusações têm jeitinho de farsa, casuísmo, montagem. O caseiro [Francenildo dos Santos Costa] está sendo obviamente instrumentalizado pelo PSD Aliás, o que o PSDB está fazendo nessa CPI é claramente institucional", disse Dirceu.

(KENNEDY ALENCAR, FERNANDO ITORRIZU, VERA MAGALHÃES E FÁBIO ZAMINI)

A POLÊMICA NA CPI DOS BINGOS

1

A DECISÃO DO STF

Em outubro, o ministro Jaques Wagner disse que a CPI tinha **perdido o foco**. Na manhã de ontem, o senador Tião Viana impetrou mandado de segurança alegando que a CPI extorbidou seus poderes ao investigar outros fatos

2

O OBJETIVO DA CPI

A Constituição diz que às CPIs são criadas "para a apuração de **fatos determinados** e por prazo certo". O objetivo da CPI dos Bingos era investigar "a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens"

3

REAÇÃO DA OPOSIÇÃO

A oposição considerou a decisão uma interferência indevida do Judiciário no Poder Legislativo: "Devemos reverter e formular uma resposta diante do que o Supremo diz", afirmou o relator, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

O QUE INCOMODA O GOVERNO

Caso Waldomiro

Criada em 2004 para investigar o escândalo **Waldomiro Diniz**, a CPI só foi instalada em 2005. A finalidade inicial logo foi deixada de lado quando o empresário Carlinhos Cachoeira afirmou que José Dirceu não estava envolvido.

Caso GTech

A CPI se voltou então para as suspeitas de irregularidades na renovação do contrato da GTech com a CEF. Ex-dirigentes da empresa acusaram ex-assessores de Palocci e de **José Dirceu** de terem tentado extorquir R\$ 8 milhões.

Propina em Ribeirão

Rogério Buratti acusou o ministro Antonio Palocci de receber R\$ 50 mil por mês entre 2001 e 2002 da empresa de coleta do lixo da cidade. O dinheiro, diz, era repassado a Delúbio Soares, ex-tesoureiro do PT. Palocci negou.

Empréstimo de Lula

A CPI convocou o presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, para esclarecer quem pagou o empréstimo de R\$ 29,4 mil do PT a **Lula**. Okamoto disse ter usado recursos próprios. A CPI quebrou seu sigilo, mas o STF barrou a medida.

Caso Santo André

A CPI convocou João Francisco Daniel, irmão do prefeito assassinado de Santo André, **Celso Daniel**, que acusou o chefe-de-gabinete de **Lula**, Gilberto Carvalho, de receber propina e repassá-la a Dirceu. Carvalho negou tudo.

Dólares do exterior

A comissão também ouviu o doleiro Toninho da Barcelona, que declarou ter ajudado na repatriação de dinheiro do PT em contas no exterior e na distribuição do esquema do "mensalão". **Marcos Valério** negou a acusação.

Caso Cuba

A CPI também convocou o ex-assessor de Palocci Vladimir Poletto, que negou ter transportado, de Brasília para São Paulo, dinheiro de Cuba para o PT em caixas com bebidas. Poletto disse que estava bêbado ao dar entrevista.

Denúncias contra Palocci

A CPI convidou o ministro **Antonio Palocci** a falar. Palocci defendeu seus colaboradores e negou acusações de corrupção em Ribeirão Preto e no governo. Após o depoimento, novas testemunhas contestaram sua versão.

A OPOSIÇÃO CONTROLA A CPI

- **Presidente:** Efraim Morais (PFL-PB)
- **Vice:** Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
- **Relator:** Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

Reunião do PT deve poupar ministro

CHICO DE GOIS

PAR REPÓRTEGIOS DA

A reunião do Diretório Nacional do PT neste fim de semana procurará poupar, neste momento, o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, alvo de denúncias.

O próprio presidente do PT, Ricardo Berzoini, divulgou nota última na quarta-feira na qual defende Palocci e diz que as acusações são "claramente motivadas pela disputa político-eleitoral".

No texto, Berzoini repudia "as declarações daqueles que fazem deste processo uma tentativa desesperada de traquejar a crise política como estratégia para influenciar eleições de 2006".

O PT deverá reunir a reunião

em uma nota, possivelmente sobre a conjuntura política, na qual abordará a candidatura do PSDB à Presidência e os ataques da oposição à legenda.

O encontro de amanhã e do domingo tem como pauta a discussão de temas como conjuntura e política de alianças, programa de governo e construção partidária.

As tendências internas deverão apresentar alguns textos para discussão. Um deles, já vazado para a imprensa, critica a política de juros adotada pelo Banco Central e pede mais investimentos nas áreas sociais.

Para alguns membros da Executiva do partido, o PT não deve embarcar, neste instante, na crítica ao governo. A intenção é poupar

o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que voltou a ganhar popularidade, e Palocci, novamente alvo de denúncias.

Terceiro vice-presidente, Jilmar Tatto defende que o Diretório Nacional não produza nenhum documento na reunião de amanhã. "Para que vamos dar espaço para a oposição nos criticar, justo agora, que estamos indo tão bem?", questiona. Tatto é da tendência PT de Luta e de Massas.

O secretário de Comunicação do partido, Humberto Costa, do antigo Campo Majoritário, também acredita que não sairá nenhum documento do encontro. "Não vamos fechar um documento, talvez apenas uma nota sobre conjuntura nacional", adianta

"Temos de acumular mais debates e há divergências com o que já foi divulgado até aqui."

Costa nega que a intenção do partido seja não jogar lenha na fogueira contra Palocci, embora reconheça que, agora, qualquer crítica à política econômica pode ajudar a fragilizar ainda mais o ministro. "Não é que estamos dando um refresco, mas, naturalmente, qualquer coisa que o fragilize não é bom."

A deputada Maria do Rosário (RS), segunda vice-presidente e ligada ao Movimento PT, prega a unidade da sigla. "O PT entende o recado da crise do ano passado", disse. Para ela, "o bom momento do governo só se dá pela causa de flexões econômicas".

Orientado por Lula, partido trata acusações contra Palocci como manobra eleitoral da oposição. Reunião do diretório para examinar o assunto começa amanhã

PT REFORÇA DEFESA DO MINISTRO

EUMANO SILVA
DA EQUIPE DO CORREIO

O diretório nacional do PT vai discutir em São Paulo, durante o fim de semana, como conduzir o caso do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, acusado pelo casero Francenildo Santos Costa de frequentar uma casa no Lago Sul onde se reúnem ex-assessores da Prefeitura de Ribeirão Preto envolvidos com negócios em Brasília. A intenção da cúpula petista é tratar o assunto no contexto da campanha eleitoral deste ano, no mesmo tom da nota divulgada anteontem pela Executiva. A defesa do ministro se ampara nos sinais emitidos pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva de que não tem no cargo o responsável pela condução da economia.

Depois de reagir e atacar na imprensa a transmissão por Lula a Palocci, na manhã das conversas da última terça-feira, a direção do partido das petistas declarou, em uma declaração ao jornal *O Estado de São Paulo*: "Não esquenta, Palocci, a eleição já começou", disse o presidente. As palavras de Lula deram segurança ao ministro e definiram com perfeição a estratégia do Palácio do Planalto e da direção do PT para o caso. Certos da permanência de Palocci no comando da equipe econômica, os petistas estabeleceram a estratégia para rebater as investidas oposicionistas.

O presidente nacional do PT, deputado Ricardo Berzoini (SP), comanda a defesa de Palocci dentro do partido. "A CPI dos Bingos extrapolou todos os limites legais", afirmou Berzoini. "Estamos solidários com o ministro Palocci porque sabemos que se trata de um ataque ao presidente Lula e ao partido", disse. Na opi-

denúncias por falta de argumentos para enfrentar Lula na eleição de outubro. "A CPI virou palco eleitoral do PFL e do PSDB", reforça o líder do PT na Câmara, Henrique Fontana (RS). "Depois que o presidente começou a crescer nas pesquisas, os adversários passaram a trabalhar para aterrorizar e desestabilizar o governo", acrescenta o líder.

Os ataques contra Palocci feitos pelos oposicionistas representam uma mudança no tratamento dado até agora aos problemas enfrentados pelo minis-

tro. Durante a crise do governo decorrente das denúncias de pagamento de mensalão, mais de uma vez parlamentares do PSDB e do PFL agiram com prudência e chegaram a defender Palocci. A seis meses e meio das eleições, os adversários têm mais interesse em enfraquecer o ministro.

Estratégia

Na reunião do diretório, o partido vai tomar as primeiras decisões depois da escolha do governador de São Paulo.

Geraldo Alckmin, como candidato do PSDB à Presidência da República. Menos conhecido dos brasileiros do que o prefeito de São Paulo, José Serra, derrotado em 2002 por Lula, Alckmin enfrenta menor rejeição. O partido terá de definir a estratégia para enfrentar o discurso do tucano de ética e eficiência. Até agora, o governador demonstrou intenção de comparar o desempenho obtido na administração do estado com os resultados apresentados por Lula.

A direção petista vai avaliar ainda o crescimento de Lula nas pesquisas eleitorais divulgadas nos dois últimos meses. Com a oficialização do nome de Alckmin, o candidato dos tucanos tende aparecer mais na mídia e deve subir na preferência dos eleitores. Segundo o Ibope, se a eleição fosse hoje o presidente seria reeleito no primeiro turno. Outras decisões, relacionadas às alianças partidárias, dependem da conclusão do processo sobre a regra da verticalização.

O PT também avança no fim de semana na discussão sobre o programa para o próximo governo. A tendência do partido é aprovar um documento com propostas de ajustes na política econômica, sem renegar as opções feitas pelo governo Lula, com reafirmação da responsabilidade fiscal, da vigilância em relação à inflação e com especial ênfase na execução orçamentária. "Deve ser linear e rápida", define Berzoini.

Outro ponto da pauta da reunião dos petistas será um balanço de todas as áreas da administração federal. Há divergências internas sobre o desempenho do governo, mas prevalece no PT a opinião de que, apesar das dificuldades, há muito para ser apresentado aos eleitores. Programas como o Bolsa Família e o Luz para Todos serão explorados com insistência durante a campanha.

NÃO ESQUENTA, PALOCCI, A ELEIÇÃO COMEÇOU

Luiz Inácio Lula da Silva,
presidente da República

A CPI DOS BINGOS EXTRAPOLOU TODOS OS LIMITES

Deputado Ricardo Berzoini,
presidente do PT

DEPOIS QUE O PRESIDENTE COMEÇOU A CRESCER NAS PESQUISAS, OS ADVERSÁRIOS PASSARAM A TRABALHAR PARA ATERRORIZAR E DESESTABILIZAR O GOVERNO

Deputado Henrique Fontana,
líder do PT na Câmara

“MERCADO TRANQUILO”

Apesar do apoio da oposição, que retirou seu apoio ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, o mercado financeiro passou o dia aflito com notícias sobre a iminência de sua demissão. Os operadores prevêem o que chamam de “forte ajuste”, caso Palocci perca o emprego. Usam uma lógica simples: o sucessor seria o atual secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Murilo Portugal, que, a despeito de ser considerado muito melhor que Palocci do ponto de vista técnico, não teria condições políticas de resistir às pressões por mudanças na política econômica vindas sobretudo do PT.

Se Palocci, Lula pode antecipar a guinada à esquerda que está sendo esperada para 2007. Com isso, 2006, que estava em céu de brigadinho, ganha uma série de “nortezas”, disse ao *Correio* o trader Jorge Alberto Cabral, operador de renda fixa da Concor dia. Cabral é uma das maiores do país, pertencente ao grupo sócio-familiar da família do ministro do Desenvolvimento, Luiz Fernando Buarque.

“O melhor para o mercado é que as coisas continuem como estão pelo menos até janeiro do próximo ano”, diz o operador Marcelo Fontana, também eleito e muito ruim para o mercado, disse ao *Correio* o analista de mercado, André Vasquez, da Metastat.

Assim, Maravilha, em. Num dia de muita incerteza, os preços de ações, o presidente da Bolsa de Valores de São Paulo, Ramon

de Aguiar, não pôde encerrar o quarto trimestre do mercado, em relação ao futuro de Palocci.

O que os operadores do mercado financeiro chamam de “forte ajuste” é a venda em massa de títulos e valores atrelados ao real e a compra de ativos em dólar. O reflexo perceptível de um movimento desse tipo se refletiria na taxa de câmbio, atualmente flutuando em torno de R\$ 2,14, e consequentemente, na inflação do Brasil.

A maioria dos operadores do mercado não vê o ministro ser Palocci, mas a possibilidade existe. Se isso acontecer, o ajuste também não é ganho para a redução do controle sobre os gastos públicos. Num primeiro momento, isso trará crescimento para a economia. Mas para consigo o

efeito colateral de aumentar o já explosivo nível da trilionária dívida pública. Com isso, o governo só conseguirá dinheiro emprestando para financiá-la pagando juros maiores. Seria a hora de a economia andar na contramão, com mais desemprego.

Num cenário incerto como esse, quem tem dinheiro prefere se resguardar, guardando-o numa aplicação ao mesmo tempo rentável e segura, como o dólar. Se a demanda por moeda estrangeira aumenta, sua cotação se eleva. Os produtos importados ficam mais caros e alimenta a inflação, que precisa ser combatida com mais juros altos, mais desemprego e mais incerteza. Antonio Palocci, para o mercado, é um muro forte o suficiente para conter o PT e todo o cenário nebuloso que o partido carrega, em se tratando de economia.

Durante solenidade à noite, Lula garantiu que o chefe da equipe econômica permanece no cargo. “Fica, fica”, resumiu o presidente, que agora tenta neutralizar adversários e evitar abalo na avaliação do governo

PLANALTO SEGURA PALOCCI

LUÍZ CARLOS AZEDO E
LILIAN TAHAN
da equipe do CORREIO

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva comandou a reação do governo a tentativa da oposição de forçar a demissão do ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Na quarta-feira, à noite, conversou com o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), e disse-lhe que pretende manter o ministro no cargo. Na manhã de ontem, chamou Palocci à reunião de coordenação do governo e deixou claro que quer todo o governo operando em defesa do ministro da Fazenda. Mais tarde, em solenidade na Confederação Nacional da Indústria (CNI), Lula negou que o ministro tenha pedido demissão e voltou a dizer que Palocci permanecerá no cargo. “Fica, fica”, disse. Segundo Lula, o alvo da oposição não é o ministro, e ele próprio.

Participaram da operação para manter Palocci no cargo a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, o secretário-geral da Presidência, Luiz Duda, e o ministro das Relações Institucionais, Jaques Wagner. E mais os ministros da Justiça, Marcio Thomaz Bastos, e da Integração Nacional, Ciro Gomes. Também foram chamados por Lula à reunião de coordenação de governo, ontem pela manhã, o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP) e o senador Tião Viana (PT-AC), que já havia recorrido ao Supremo Tribunal Federal (STF) para evitar o depoimento do caseiro Francenildo dos Santos Costa na CPI dos Bingos.

“O presidente Lula sabe que a oposição quer derrubar o ministro Palocci para enfraquecer seu governo e atingir-lo pessoalmente. Não podíamos aceitar uma convocação cujo único objetivo é tentar desmoralizar o ministro e o governo”, justificou Mercadante.

Repercussão

Durante todo o dia, o governo acomodou-se com apreensão o desenrolar da crise, temendo as repercussões do depoimento do caseiro. No final da tarde, a avaliação era de que a liminar

concedida pelo ministro Cezar Peluso demonstrou o acerto da estratégia do governo em relação ao Congresso. Para o presidente Lula, que reuniu-se novamente com Palocci e Dilma Rousseff no final da tarde, a CPI dos Bingos foi transformada pela oposição num palco eleitoral. A oposição pretendia desmoralizar o ministro da Fazenda e, com isso, tentar derru-

bar os índices de aprovação do governo Lula, atribuídos em grande parte ao desempenho da economia.

“Dignidade”

Mercadante fez veemente defesa do ministro da Fazenda na tribuna do Senado. Argumentou que Palocci fora desrespeitado em seus direitos e garantias constitucionais ao ter sua vida

pessoal “devassada” pelos jornais de maior circulação do país, bem como pela CPI dos Bingos. Também apoiou o senador Tião Viana, que obteve liminar suspendendo o depoimento do caseiro Francenildo Santos Costa, sendo alvo de duras críticas da oposição.

O ministro Jaques Wagner afirmou que “tem absoluta convicção de que o presidente Lula não quer abrir mão do

ministro Palocci”. Segundo Wagner, as denúncias contra Palocci fazem parte do atual embate político. “As pessoas estão se excedendo. As pesquisas já mostraram à oposição que essa trilha de denúncias não gera resultados negativos. A CPI dos Bingos não quer investigar nada, só gerar desgaste para o governo”, afirmou.

COLABOROU SANDRÓ LIMA

Oposicionistas cobram demissão

UGO BRAGA

PARA FALAR DO CORREIO

Diante dos novos e comprometedores indícios do envolvimento de Antonio Palocci com os lobistas da República de Ribeirão Preto, a oposição renunciou definitivamente ao papel de avalista do ministro da Fazenda. No meio da tarde, com os ânimos ainda inflamados pela liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal contra o depoimento do caseiro Francisco dos Santos Costa, o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), subiu a tribuna e cobrou a demissão imediata de Palocci. "A mim, causou profunda decepção. Hoje paguei por ele o último preço", avisou. "Ele não vem mais condições de negociar com o BID, parlamentares, empresários e banqueiros. Aquele que depende, para a sua sobrevivência, do silêncio imposto pela força a um caseiro de 24 anos não é mais ministro."

Momentos antes, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) havia defendido da mesma tribuna o afastamento do ministro da Fazenda. Até mesmo o mais moderado de todos os oposicionistas, o senador Pedro Simon (PMDB-RS), propôs a saída de Palocci ainda que durante alguns dias, até que tudo se esclareça. "Afastar-se, ministro, agora e queira Deus

que possa voltar em um mês com a imagem limpa", falou.

A fala de Virgílio foi emblemática porque, no passado, ele articulou a rede de proteção formada em torno de Palocci pelos partidos de oposição. Tucanos e pefelistas fizeram de tudo para fortalecer Palocci no cargo sempre que ele sofreu ataques da Casa Civil da Presidência da República, tanto no tempo em que a pasta foi chefiada pelo deputado cassado José Dirceu (PT-SP) quanto nas investidas da atual ministra, Dilma Rousseff.

Corrupção

Num e noutro casos, o problema nada tinha a ver com corrupção. Estava ligado à política econômica, ancorada num rígido plano de controle dos gastos públicos. Apoiando-se no PT e estimulados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, tanto Dirceu quanto Dilma pressionaram Palocci por mudanças na política fiscal, que estaria impedindo o país de crescer. Como o programa econômico é rigorosamente igual — embora com nuances mais ortodoxa — ao dos dois mandatos do tucano Fernando Henrique Cardoso, PSDB e PFL lutaram para preservar o ministro e, no fim das contas, manter intocada a política econômica.

No ano passado, as primeiras informações sobre a proximidade de Anto-

nio Palocci com a República de Ribeirão Preto coincidiram com o fogo amigo atirado por Dilma Rousseff sobre a política econômica. Daí a oposição ter defendido o ministro e o transformado em fiel depositário da estabilidade da economia em geral e do mercado financeiro, em particular.

Agora, o quadro mudou. Os oposicionistas não admitem publicamente, mas acham que, na reta final do mandato, é impossível ao presidente Lula patrocinar guinadas na política econômica. Ou seja, Palocci não é mais pessoalmente necessário para manter o ajuste fiscal. Além disso, Lula voltou a crescer nas pesquisas de opinião. E o período em que esteve mal avaliado, em 2005, coincidiu com as semanas em que emergiram denúncias contra Palocci e contra o marqueteiro presidencial, Duda Mendonça. Por isso, ambos tornaram-se alvos preferenciais.

Nos últimos dias, interlocutores do Palácio do Planalto infiltrados na oposição levaram a Lula a notícia de que PFL e PSDB teriam tomado a decisão de acabar com o acordo de cavaleiros segundo o qual estavam proibidos ataques ao ministro da Fazenda e à família do presidente. Começou o vale-tudo.

"AQUELE QUE DEPENDE, PARA A SUA SOBREVIVÊNCIA, DO SILÊNCIO IMPOSTO PELA FORÇA A UM CASEIRO DE 24 ANOS NÃO É MAIS MINISTRO"

SUPREMO SOCORRO

Ministro do STF impede que caseiro conte detalhes sobre a relação de Palocci com a República de Ribeirão Preto. "A decisão cerceia as atividades da CPI", reage o relator Garibaldi Alves Filho

LETICIA SANDER E
RODRIGO LOPES
DA EQUIPE DO CORREIO

Uma liminar concedida pelo ministro Cezar Peluso, do Supremo Tribunal Federal (STF), livrou ontem o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, de uma exposição que prometia ser devastadora na CPI dos Bingos. A decisão caiu no caso da chamada República de Ribeirão, Francenildo dos Santos Costa, e abriu mais uma crise entre o Legislativo e o Judiciário. O precedente aberto por Peluso pode limitar, daqui para frente, a amplitude das investigações da comissão, chamada de "CPI do Fim do Mundo" pelo PT e aliados.

Sob orientação do ministro da Justiça, Márcio Thomas Bastos, coube ao senador Tião Viana (PT-AC) a tarefa de levar o ministro Palocci. A CPI afirma que os dados para redigir o mandado de segurança impetrado pelo senador foram solicitados ao Senado pelo Ministério da Justiça e o Palácio do Planalto. A

ordem era fazer tudo para evitar que o caseiro confirmasse à CPI o que dissera em entrevista à imprensa — que Palocci frequentava a mansão alugada em Brasília por um grupo de ex-assessores na prefeitura de Ribeirão Preto (leia mais na página 3), ao contrário do que sustentou até agora o ministro.

Tião Viana entrou com o mandado de segurança no STF pouco antes do horário marcado para a CPI começar a ouvir o caseiro. Enquanto a resposta do Supremo não chegava, o presidente da comissão de inquérito, senador Efraim Moraes (PFL-PB), se apressou em dar início ao depoimento, que só durou 40 minutos. Exatamente às 14h08, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) tentou impedir o avanço da sessão, anunciando que a decisão do STF havia sido proferida. "Esta mesa não foi notificada", reagiu Efraim, brando a palavra da senadora, que reagiu aos berros. O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) reclamou. "Quase 42 anos depois (da ditadura), o STF tenta calar o Congresso. Isso não é bom

Eram 14h12 quando Efraim anunciou que estava suspendendo a sessão. Leu a decisão do ministro Peluso aos colegas e lamentou a atitude de Viana, de recorrer ao tribunal. "Com essa decisão, o Senado fica menor. A decisão tira poderes do Senado. Estamos buscando a verdade que a sociedade cobra", afirmou o pefelista. Tião Viana alegou que a CPI tentava expor a vida pessoal do ministro. Francenildo, muito à vontade durante o tempo em que pôde falar, deixou a sala da CPI aplaudido pela oposição. Assessores e curiosos que assistiam ao depoimento gritavam: "Parabéns, parabéns".

Oposição reage

A oposição reagiu com indignação e prometeu tentar reverter a decisão do STF. O senador Antonio Carlos Magalhães (PTL-BA) afirmou que dará entrada em uma proposta de emenda à Constituição (PEC) limitando a ingerência do Judiciário nos trabalhos do Legislativo. "Considero esse o fato mais grave já ocorrido desde a ditadura militar. O autor da liminar não é um

mau juiz, mas cassar o depoimento de uma pessoa porque compromete um ministro do governo é atender a pedidos de favores do presidente da República". O relator da CPI, senador Garibaldi Alves (PMDB-RN), avaliou que, à primeira vista, a decisão cerceou a liberdade da CPI. "Esta decisão, a meu ver, não tem a ver só com o Francenildo. Ela cerceia as atividades da CPI. E não podemos abrir mão de determinadas prerrogativas", afirmou. Além de atividades relacionadas aos Bingos, a CPI investiga acusações de corrupção contra Palocci e o assassinato de Celso Daniel, o ex-prefeito petista de Santo André.

Aliado do governo, o presidente do Congresso, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), aparentemente compactuou com a estratégia de tentar limitar as investigações da comissão. Horas depois da polêmica, prestigiou Tião Viana, enviando-lhe para representar o Senado na cerimônia de posse do mais novo ministro do STF, Enrique Lewandowski. Questionado por jornalistas a respeito da polêmica, Renan

foi dúbio: "Se for preciso recorrer, vamos recorrer. Farei isso com satisfação. Mas é importante lembrar que esta CPI foi criada por decisão do STF. E se ela tem poder judicante, tem que se ater ao processo legal".

Os petistas ficaram isolados na defesa do STF e de Viana. "Esta CPI não tem nenhuma isenção, perdeu a credibilidade há muito tempo. Não dá para investigar nada neste palco de proselitismo e demagogia dos senadores. Esta comissão virou uma inquisição contra o governo Lula", afirmou o líder do PT na Câmara, Henrique Fontana (RS).

O ministro Peluso, após a posse no STF, alegou ter determinado a interrupção do depoimento, sem pedir explicações aos parlamentares, porque ele já estava em curso. E afirmou: "Juiz que não consegue conviver com críticas tem que deixar de ser juiz". Nomeado em 2003 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Peluso é casado com a consultora jurídica do Ministério da Justiça, Lúcia de Toledo Piza Peluso.

COLABORARAM UGO BRAGA E SANDRO LIMA

Memória

A crise do terreno

Em 9 de outubro de 2005, uma reportagem do Correio revelou que três dos cinco assessores do ministro Cezar Peluso, à época, trabalharam no escritório do advogado Brasil do Pinhal Pereira Salomão. Palocci, quando era prefeito de Ribeirão Preto (SP), tentou legalizar a situação de um terreno invadido, segundo a Justiça, por Brasil Salomão. Hoje, o terreno abriga o escritório de Salomão, um dos mais luxuosos da cidade. Os assessores de Peluso à época eram Heloísa Estellita, Aldo de Paula Junior e Roger Galino.

Segundo a reportagem, o então prefeito Palocci tentou solucionar o caso do terreno com um acordo proposto pelo próprio Salomão. Mas a Justiça se negou a homologar o acordo. O juiz Ricardo Braga Monte Ser-

rat escreveu: "Salta aos olhos o absurdo de tal acordo, pois, por intermédio dele, não alcança a administração proveito algum".

À época, a assessoria do STF informou que Heloísa Estellita foi convidada a integrar o gabinete de Peluso em 2003. Os outros dois advogados teriam sido convidados por ela para ocupar os cargos. Heloísa e Aldo já deixaram o gabinete. Heloísa foi trabalhar com advogados da Leão Leão, a empresa acusada por fraudes na gestão Palocci em Ribeirão. Só Roger Galino continua trabalhando com o ministro Peluso.

Ontem, questionado a respeito da proximidades de seus assessores com Palocci, Peluso afirmou "É mentira que eu tenha três assessores de Ribeirão. É uma falsidade. Só tenho um funcionário de Ribeirão, e acho que ele nem conhece o Palocci. Que eu saiba, não é crime nascer em Ribeirão".

Durou pouco o depoimento de Francenildo dos Santos à comissão de inquérito, mas foi suficiente para o caseiro confirmar que Palocci freqüentava a mansão de festas alugada pela República de Ribeirão Preto

“CONFIRMO ATÉ MORRER”

O que Francenildo disse

“VI A MALA DO VLADIMIR (POLETO), QUANDO ELE FAZIA O PAGAMENTO. ERA TANTO DINHEIRO QUE DAVA PARA FORRAR MALA”

“FIQUEI CURIOSO, DE MUTUCA, ESCONDIDO ATÉ QUE VI QUE ERA O PALOCCI”

“ELE É UM MINISTRO, E EU SOU SÓ UM CASEIRO”

RODRIGO LOPES
FOLHA DE SÃO PAULO

O caseiro Francenildo dos Santos Costa precisou de menos de 50 minutos de depoimento a CPI dos Bicos para reafirmar o que presenciava na casa alugada por ex-assessores do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, no Lago Sul, durante 2003 a 2004. Mesmo nervoso e com dificuldades para pronunciar as palavras, ele complicou o governo ao confirmar que Palocci frequentava a casa, onde os integrantes da chamada República de Ribeirão Preto se reuniam para promover festas e supostas partilhas de dinheiro que chegava em malas, segundo disse a comissão de inquérito.

“Confirmo até morrer que o ministro frequentava a casa”, disse. Ele acrescentou: “Se tivesse uma celular com câmera fotográfica teria tirado uma foto para comprovar tudo”. Se não fosse a limitação imposta pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que suspendeu o depoimento, quando o terceiro senador fazia perguntas, o estrago no governo poderia ser maior.

O caseiro confirmou também que Palocci era tratado por “chefe” pela contrama de Ribeirão Preto, integrada

por Rogério Buratti, Vladimir Poleto, Ralf Barquete (já falecido) e pelo atual assessor especial do ministro, Ademirson Arnovaldo da Silva. Francenildo disse ainda que o ministro era íntimo de Buratti, o que havia sido negado pelo ministro durante depoimento a CPI em janeiro. Na ocasião, além de negar qualquer vínculo de amizade com Buratti ou Barquete, Palocci garantiu que jamais fora à casa no Lago Sul. “É minha palavra contra a do Palocci. Ele é um ministro, e eu sou só um caseiro,

mas que o Palocci ia casa, lá”, disse.

Ao ser perguntado novamente se percebia uma amizade verdadeira entre Palocci e Buratti, respondeu: “Ave Maria, se não era amigo, era o quê?” Ele também contou que viu muito dinheiro na casa. “Vi a mala do Vladimir (Poleto), quando ele fazia o pagamento. Era tanto dinheiro que dava para forrar mala”, lembra o caseiro, sem detalhar o tamanho da valise. O caseiro admitiu, porém, nunca ter visto o ministro *manusear com dinheiro*.

Perguntado por que decidiu falar agora, Francenildo disse que é uma pessoa de bem, que nunca fez nada contra a lei. “Ai eu senti que tinha de falar.” Ele relatou o episódio em que acompanhou o motorista Francisco das Chagas Costa até o Ministério da Fazenda para levar um pacote de dinheiro para Ademirson Arnovaldo da Silva.

Fotografia:

O senador Alva, o Dias (PSDB-PR), autor do requerimento para convocação

do caseiro, exibiu 12 fotos em um telão de pessoas que poderiam ter frequentado a mansão, para que o caseiro pudesse identificar quais havia visto. Ele reconheceu a foto do ministro e de Juscelino Dourado, ex-chefe de gabinete do Ministério da Fazenda. Quando foi exibida a fotografia de Poleto, o caseiro comentou: “Ah, esse era o meu patrãozinho”.

Segundo o caseiro, Palocci chegava na casa entre as 18h30 e 19h. “Às vezes demorava para sair”, contou. O caseiro ressaltou que o ministro ia normalmente sozinho. Francenildo disse que a primeira vez que Palocci foi à mansão, chegou acompanhado de Ademirson. Segundo ele, as pessoas da casa referiam-se a ele como “chefe”. O caseiro contou ter ficado curioso para saber quem era o tal de chefe e permaneceu escondido na chegada do ministro. “So descobri quem era o ‘chefe’ quando fiquei de mutuca e vi o ministro entrando na casa”, disse. A sessão foi interrompida pouco depois das 14h.

O presidente da CPI dos Bicos, senador Efraim Moraes (PFL-PB), enviou ofício ao diretor-geral da Polícia Federal, delegado Paulo Lacerda, pedindo providências para proteger a integridade física de Francenildo.

Clima de velório na Fazenda

A afirmação do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, de que nunca esteve na casa do Lago Sul usada pela chamada "República de Ribeirão Preto" não convenceu nem mesmo alguns dos mais importantes membros de sua equipe. *“Durante a firmeza dos depoimentos dados pelo caseiro Francenildo Santos Costa, que afirma ter visto Palocci na casa umas 10 ou 20 vezes”,* destacaram funcionários da Fazenda ouvidos pelo Correio, passaram a acreditar que o chefe deve estar mesmo mentindo. Mas os auxiliares do ministro ainda têm certeza de que ele não está envolvido em negócios ilícitos.

“A eventual participação dele em festas privadas na casa não significa que ele tenha entrado em negociações. Esse é um assunto de foro íntimo. O que ele foi fazer lá nessas festas teve caráter pessoal e não público”, disse ainda neste. Segundo esse funcionário do Lago Sul, Palocci presta muito pouco atenção aos destinos do comandante da casa, o caseiro Francenildo Santos Costa, que a situação de Palocci é

bastante delicada. Além disso, é mais grave do que na primeira onda de denúncias contra sua conduta na prefeitura de Ribeirão Preto, no ano passado, que quase o levou a deixar o cargo.

A diferença, agora, é que há duas testemunhas afirmando, sem deixar margem para dúvidas, que o ministro esteve na casa do Lago Sul, onde continuava sendo chamado de “chefe” pelos ex-assessores Vladimir Poletto e Rogério Buratti. Além do caseiro, o motorista Francisco das Chagas Costa, que trabalhava para Poletto, também diz ter visto o ministro na residência. Palocci continua negando. “Está todo mundo muito preocupado. O ministro está numa situação constrangedora para explicar o que estava fazendo ali sem complicar sua vida pessoal. Mas ele não é corrupto”, afirmou um outro assessor da Fazenda.

Segundo a análise de um terceiro técnico, a apreensão é maior porque, dependendo do desenrolar dos fatos nos próximos dias, Palocci pode perder a condição moral necessária para permanecer no comando da política econômica. Ainda de acordo com essa fonte, nos últimos anos, parlamenta-

res da oposição preservaram a vida pessoal de políticos envolvidos em escândalos. “Pelo que a gente tem visto nos últimos dias, essa benevolência aparentemente deixou de existir no caso do ministro”, disse. Os técnicos temem que a tradicional habilidade política de Palocci não consiga contornar a radicalização da oposição.

Batalhas internas

Alguns técnicos mais ciosos da continuidade da política econômica começam a temer a substituição de Palocci

por alguém sem ascendência sobre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Embora o próprio Lula tenha se transformado no fiador da política ortodoxa, existe o temor de que um eventual novo ministro venha a perder batalhas internas para colegas mais fortes, como a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff. “Se ela conseguiu barrar a discussão do ajuste fiscal de longo prazo com o Palocci aqui, imagina se vier alguém mais fraco”, avalia uma outra fonte. Para ela, o secretário-executivo da Fazenda, Murilo Portugal, não tem

O MOTORISTA FRANCISCO DAS CHAGAS, QUE TRABALHAVA PARA POLETO, TAMBÉM CONFIRMOU NA CPI DOS BINGOS TER VISTO O MINISTRO NA RESIDÊNCIA

força o suficiente para “peitar” Dilma.

Mesmo desgastado, Palocci ainda não deu sinais de que queira sair. Primeiro, porque Lula tem demonstrado apoio até agora incondicional, afirmando que tem uma “confiança inabalável” nele. Além disso, promotores públicos estão apenas esperando uma eventual saída do ministro da Fazenda para pedir sua prisão por irregularidades cometidas na prefeitura de Ribeirão Preto — se deixar o cargo, Palocci perde o foro privilegiado. Nem ele quer parar na cadeia nem Lula quer enfrentar uma campanha para a reeleição com um de seus dois principais assessores cassado. José Dirceu e o outro encarcerado.

Segundo a assessoria de imprensa, Palocci manteve todos os compromissos previstos para ontem. A agenda divulgada só informava que ele teria reuniões internas no Palácio do Planalto. Lá, o ministro tem uma sala exatamente ao lado do gabinete de Lula. Palocci temido muito pouco ao ministério nos últimos dias, preferindo ficar ao abrigo palaciano. Os assessores não confirmaram se ele assistiu ou não o depoimento do caseiro Francenildo a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Bingos.

Antes de ter depoimento suspenso, testemunha reiterou que Palocci visitava 'casa do lobby' e que ministro era chamado de 'chefe'

“Confirmando até morrer”, afirma caseiro

Antes de seu depoimento fosse proibido pelo Supremo Tribunal Federal, o caseiro Francenildo dos Santos Costa, 24, reafirmou na CPI dos Bingos que o ministro Antonio Palocci (Fazenda) esteve várias vezes, entre 2003 e 2004, na casa do Lago Sul, em Brasília, alugada pelo economista Vladimir Poletto. “Confirmando até morrer”, disse o caseiro em relação às denúncias que vem fazendo.

Em um depoimento que durou cerca de uma hora e questionado apenas por três senadores, Nildo disse que, além de Palocci e dos membros da “república de Rêbeldão” lá citados, pode ter estado na casa Juscelino Dourado, o ex-chefe-de-gabinete de Palocci.

Dourado foi auxiliar direto de Palocci até setembro do ano passado, quando deixou o cargo em meio às investigações da CPI.

A CPI investiga se empresários de casas de bingos se reuniram no local com Palocci e seus auxiliares. O ministro nega ter frequentado a casa.

O relator da CPI, Garibaldi Alves (PMDB-RN), a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) e o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) foram os únicos que conseguiram fazer perguntas a Nildo. Dias reproduziu em um telão colocado na sala da CPI fotografias de pessoas que poderiam ter ido à casa.

De imediato, o caseiro identificou Rogério Buratti e o Ralf Barquete — dois secretários das gestões de Palocci em Ribeirão Preto. Ele demorou um pouco para identificar Ademirson Ariovaldo da Silva, o secretário particular de Palocci. Por fim, afirmou que Juscelino Dourado compareceu a um churrasco na casa.

“Acho que vi ele [Dourado] na churrasqueira, mas não lembro o nome”, disse, ao ver a foto dele.

Ao ver a imagem de Vladimir Poletto — outro assessor de Palocci, o caseiro fez um comentário que provocou risos: “Esse aí é meu patrãozinho”. Sobre Palocci, o comentário foi parecido: “Ah, esse aí era o chefe”. Ele contou que recebia ordens de Barquete, Buratti e Ademirson. Disse, porém, que era Poletto quem fazia o pagamento do seu salário. “Ele é quem dava salário. Era pago em dinheiro. Trazia numa maleta.”

O caseiro voltou a relatar que Barquete, Poletto e Buratti se referiam a Palocci como “o chefe”.

“Na primeira vez [em que viu Palocci] o doutor Ademirson levou ele. Quando o carro chegou, vi ele [o ministro] saindo. No outro dia, comentei com o Francisco [Chagas da Costa, motorista que trabalhava para o grupo na casa]. O chefe e o Palocci, né?”

Nildo disse que soube de um desentendimento entre Buratti e Palocci através do motorista: “Ouvi do motorista que eles tinham brigado. Foi por causa de mulher.”

O caseiro confirmou que conversou com Palocci só uma vez pelo interfone. Disse que ele ia à casa a maioria das vezes sozinho, entre as 18h30 e as 19h. Segundo ele, quase sempre tinha “uma menina” à espera dele e que costumava deixar o local por volta das 22h. Relatou, porém, que numa tarde chegou a servi-lo enquanto jogava tênis na casa. “Levei vinho e Red Bull [bebida energética].”

O caseiro não identificou empresários ou demais políticos que podem ter ido à casa. Questionado sobre esse assunto por Garibaldi Alves, o caseiro confundiu-

se e acionou que o senador se referia aos parlamentares que estavam no depoimento. “Assim que cheguei, dei uma olhada boa aqui [na CPI], mas não tinha desses [senadores presentes] lá [na casa].”

Eu confirmo até morrer [que vi Palocci na casa]

Eu só ouvia comentário. “O chefe vem hoje, o chefe vem hoje”. Aí fiquei curioso. Fiquei de butuca, escondido.

Aí o carro chegou

FRANCENILDO DOS SANTOS COSTA
Caseiro da “casa do lobby”

TV esconde depoimento de caseiro à CPI

DANIEL CASTRO
COLUNISTA DA FOLHA

Principal canal de notícias do país, a Globo News não exibiu o depoimento do caseiro Francenildo dos Santos Costa. Enquanto Costa com prometia o ministro da Fazenda, Antonio Palocci Filho, na CPI dos Bingos, o canal da Globo mostrava sessão da Comissão de Ética da Câmara que discutia o envolvimento do deputado José Mentor (PT-SP) no esquema do “mensalão”.

A Globo afirma que optou por transmitir a sessão da Comissão de Ética porque “a sociedade cobra que os meios de comunicação acompanhem os processos até o fim e deem visibilidade a eles, para evitar o risco de puzza”. Como na comissão o voto é aberto, o canal acredita que prestaria um serviço aos telespectadores. Mas a votação acabou adiada.

Além disso, defende a Globo, na CPI dos Bingos “o caseiro confirmaria o que já dissera em entrevista coletiva”. A Globo News é produzida pela Central Globo de Jornalismo, da TV Globo — que noticiou o depoimento do caseiro com destaque no “Jornal Nacional”.

O canal transmitiu a sessão sobre José Mentor até seu final, às 14h17. A essa altura, o depoimento do caseiro Francenildo Costa na CPI dos Bingos já havia sido suspenso por liminar do STF. Às 13h59, enquanto transmitia da Comissão de Ética, a Globo News informou a suspensão do depoimento em um “lettering” (notícia no formato de legenda).

O principal assessor de imprensa de Palocci é ex-diretor da Globo no DF, Palocci, como a Globo, defende o padrão de TV digital japonês.

A Band News também não exibiu o depoimento do caseiro Costa na íntegra. O canal diz que optou por transmitir a sessão sobre Mentor porque os membros da CPI dos Bingos, até o final da manhã de ontem, ainda discutiam se o depoimento seria aberto ou não.

A Band News transmitiu da Comissão de Ética das 12h20 até as 13h35. So então passou a mostrar a CPI dos Bingos, embora o sinal da TV Senado estivesse disponível desde as 13h.

O INQUILINO

Vladimir Poeto, que trabalhou na Prefeitura de Ribeirão Preto na gestão de Antonio Palocci, alugou a casa, que pertence a João Antonio Guerra da Silva. Segundo Nildo, era Poeto quem pagava as contas da casa, sempre com dinheiro em espécie trazido por Rogério Buratti.

AS FESTAS

Segundo a CPI, assessores de Palocci, lobistas e empresários se encontravam na casa para discutir negócios e para se divertir com recepcionistas agenciadas por Jeany Mary Corner. As terças e quintas-feiras, elas participavam de festas com ex-assessores de Palocci.

O "CHEFE"

Era assim que o ministro era chamado na casa, segundo o caseiro. Palocci aparecia ali "quinta-feira sim, quinta-feira não", além de alguns sábados e domingos de 2003 até o início de 2004. Ele não gostava que as luzes do jardim fossem acesas quando ele estava lá.

O CARRO

Segundo Nildo e o motorista Francisco das Chagas, Palocci chegava à casa em um Peugeot prata, de Ralf. O caseiro conta que nas noites em que Palocci ia à casa sempre havia uma mulher, trazida por Ademirson ou por Poeto. Palocci e a mulher ficavam só.

OUTRO LADO/POLETO

Em depoimento à CPI dos Bingos, em novembro de 2005, Poeto disse que havia alugado a casa em seu nome, mas que ela era para uso pessoal, para quando estivesse em Brasília, e não para reuniões protocoladas para falar sobre as declarações do motorista e do caseiro. Poeto não quis se manifestar.

OUTRO LADO/PALOCCI

Palocci disse à CPI que não conhecia Poeto e que nunca havia estado na casa. O ministro afirma que nunca foi lá e que não tem conhecimento das atividades que aconteciam lá e que tanto o caseiro quanto o motorista não estão falando a verdade. Palocci disse que não dirige carro em Brasília.

Dono da "casa do lobby" é filiado ao PSDB

GUSTAVO PATU

11 de março de 2006

Proprietário da casa utilizada por ex-assessores do ministro Antonio Palocci (Fazenda) e patrão do caseiro Francenildo dos Santos Costa, o advogado e professor Luiz Antonio Guerra é filiado ao PSDB, mas diz não ter intertido nas denúncias feitas pelo caseiro.

"Ele é muito reservado, nunca me disse nada sobre o que acontecia na casa", afirma Guerra, que minimiza o vínculo com o partido.

—filhou-se, diz, por insistência de um aluno, sem ter participado de atividades partidárias ou tido ligações com políticos da sigla.

O advogado afirma que move uma ação indenizatória contra Vladimir Poeto, que trabalhou com Palocci em Ribeirão Preto e foi o responsável por alugar a casa. Guerra argumenta que o episódio prejudicou sua imagem e a do imóvel.

Localizada no Lago Sul, área nobre de Brasília, é descrita como "cinematográfica" em anúncio na

internet, a casa está à venda por R\$ 2,5 milhões e disponível para aluguel por R\$ 15 mil mensais.

Antes de ser alugada por Poeto, a casa hospedava o escritório Guerra Advogados & Consultores Associados, Francenildo, que nessa época já era o caseiro, foi mantido pelo ex-assessor do ministro Palocci.

Hoje, mesmo com a casa desocupada, ele continua no emprego. Guerra atribui ao funcionário, por quem tem "grande apreço", a decisão de fazer as denúncias.

Senador

O senador Antero Paes de Barros (PSDB MT) confirmou ontem, na CPI dos Bingos, que na última sexta fez contatos com a imprensa para que fosse divulgada

entrevista com o caseiro. Ele afirmou que partiu de Francenildo a iniciativa de procurar integrantes da CPI e que o caseiro esteve na última sexta em seu gabinete, acompanhado de um "conhecido", em encontro agendado por um amigo do senador. Segundo ele, Francenildo decidiu falar por

se sente desprotegido após depoimento do motorista Francisco Chagas Costa, que o acusou.

A primeira entrevista do caseiro foi divulgada na terça-feira pelo jornal "O Estado de São Paulo".

Desde então, está sendo acom-

panhado por Wlacio Chaveiro Nascimento, advogado crimina-
lista e trabalhista. Ele disse que foi
contatado por um amigo do ca-
seiro, mas que ainda não se falou
em remuneração. Ele reconheceu
que não espera receber de France-
nildo, cujo salário é de R\$ 700.

LULA GARANTE QUE NÃO ACEITARIA DEMISSÃO DO MINISTRO E CRITICA A OPOSIÇÃO POR "ATRAPALHAR" SEU TRABALHO

Devo muito a Palocci

DA REDAÇÃO

Durante viagem a Santa Catarina, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez ontem uma defesa veemente do ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Ao visitar as obras de ampliação do Porto de São Francisco do Sul, Lula disse: "Devo muito, mas muito de tudo que nós fizemos a um homem chamado Antonio Palocci. Ele não é economista, é médico, mas exatamente por isso ele ganhou respeitabilidade no mundo inteiro pela sobriedade e pela seriedade no trato das questões econômicas".

Depois, em Itajaí, o presidente garantiu a permanência de Palocci no cargo. Ao responder se o ministro havia pedido demissão, Lula foi incisivo: "Não pediu. E se pedisse, eu não aceitava", disse o presidente, após inaugurar as obras de ampliação do porto da cidade.

Quando os jornalistas insistiram se a economia iria resistir às pressões pela

possível saída do ministro, Lula voltou a bancar a permanência de Palocci no ministério: "A economia vai ficar mais forte", garantiu. Em São Francisco do Sul, o presidente passou 15 minutos enumerando os feitos da política econômica e disse que assumiu o governo com o risco Brasil em 2.400 pontos e hoje está em torno de 220.

O presidente ressaltou ainda que as exportações atingiram índices recordes e que se o Brasil não for bem, quem vai pagar é o povo mais pobre. E fez um apelo à oposição: "Pelo amor de Deus, permitam que a gente conclua o nosso trabalho. Não atrapalhem porque quem vai perder é o povo trabalhador brasileiro", afirmou. Em tom de campanha, o presidente disse que o brasileiro tem que ficar alerta. "O povo vai ficar alerta porque destruir é mais fácil do que construir".

Defesa

Integrantes do governo saíram em defesa do ministro Palocci. O presidente do PT, deputado federal Ricar-

do Berzoini (SP), afirmou em defesa do ministro da Fazenda: "O Palocci é um vulgarista político. Ele não fez uma nota em solidariedade à sua coliga de partido. Apesar de ter saído que as investigações sobre o caso do prosseguir, Berzoini afirmou que não existem elementos, até o momento, que provem que Palocci tenha faltado com a verdade. "Se ele disse que não esteve naquele local (mansão do Lago Sul), nós acreditamos na palavra dele", afirmou.

O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, também saiu em defesa do ministro da Fazenda. Bastos disse que Palocci está sendo alvo de um ataque especulativo e assegurou que em nenhum momento se cogitou o afastamento dele por causa das declarações do caseiro Francenildo dos Santos Costa na CPI dos Bingos. "O ministro merece a confiança de todo o governo e da sociedade", afirmou. Para Thomaz Bastos, a CPI dos Bingos está fora de foco. "O que a vida pregressa do Palocci tem a

(BNDES), Guido Mantega, também saiu em defesa de Palocci.

Em entrevista coletiva, ele disse que não vê possibilidade de o ministro da Fazenda deixar o governo, apesar da crise política que o envolve com suspeitas de ter recebido dinheiro proveniente de corrupção. "Estive com o ministro Palocci e com o presidente Lula ontem, trabalhando no Planalto, em reunião de bancos públicos. Posso garantir que não vi nenhum sinal, nenhuma agitação do ministro Palocci, e o que ontem foi um dia de muita excitação política", afirmou. Segundo Mantega, há muitas denúncias contra o ministro, misturando "fofoca política" com a vida pessoal e privada, sem nenhuma comprovação. "Há muita fumaça e pouco fogo. Não vi prova e tudo que foi dito é muito frágil. Deve haver investigação, mas estamos condenando rapidamente as pessoas", opinou. Ele insistiu que o ministro da Fazenda é "um dos responsáveis pelo sucesso da política econômica e não é o caso de enfraquecê-lo".

Verônica, 42, disse que tem a ver com o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, que levou o Supremo a julgar o caso do Palocci. Uma

do Banco Central (BC), afirmou que o ministro da Fazenda é uma pessoa importante para a situação positiva da economia brasileira atualmente. "Faço questão de deixar minha impressão pessoal do papel fundamental para a economia que hoje é exercido pelo ministro Antonio Palocci", afirmou Meirelles aos banqueiros reunidos na cerimônia de posse da nova diretoria da Associação Brasileira dos Bancos Internacionais (ABBI).

O presidente do BC disse que Palocci é uma pessoa que possui uma "combinação rara de qualidades", entre as quais o seu raciocínio científico herdado de sua formação médica, a capacidade de absorção de situações complexas, sua habilidade política, serenidade e persistência. O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Bandidos fazem reféns no Lago Sul e Gama

Dois bandidos sequestraram um motorista no Lago Sul e Gama, região de São Sebastião. Bandidos em uma ação empreendida no Gama, um dos assaltantes, que mantinha uma vítima refém como chantagem para a liberação de um veículo.

NA AGULHA

DUPLA DE MINEIROS DESMITA PRECONCEITO COM ARTIGOS PRODUZIDOS EM CROCHÊ

PÁGINA 36

ARTE INCERTA

A UM MÊS DA INAUGURAÇÃO COMPLEXO CULTURAL DA REPÚBLICA AINDA NÃO TEM ACERVO

ALICIA
ARTE E CULTURA

Bingos de Valparaíso voltam e desafiam a Justiça

Dois bingos de Valparaíso voltaram a funcionar após serem interditados pela Justiça. Os bingos de Valparaíso voltaram a funcionar após serem interditados pela Justiça. Os bingos de Valparaíso voltaram a funcionar após serem interditados pela Justiça.

COMBUSTÍVEIS

Preço alto reduz consumo de álcool em 30%

Dois bingos de Valparaíso voltaram a funcionar após serem interditados pela Justiça. Os bingos de Valparaíso voltaram a funcionar após serem interditados pela Justiça. Os bingos de Valparaíso voltaram a funcionar após serem interditados pela Justiça.

LULA SEGURA PALOCCI

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEZ ONTEM A MAIS VEEMENTE DEFESA DE PALOCCI DESDE QUE A OPOSIÇÃO DEFLAGROU OFENSIVA PARA DERRUBAR O MINISTRO DA FAZENDA. "DEVO MUITO, MAS MUITO A PALOCCI", DISSE. E NEGOU QUE O AUXILIAR TIVESSE PEDIDO DEMISSÃO. "ELE NÃO PEDIU. E SE PEDISSE, EU NÃO ACEITAVA." O GOVERNO COMI MOROU A DESCOBERTA DE DEPÓSITOS NUM TOTAL DE R\$ 38.860 NA CONTA DO CASEIRO FRANCENILDO COSTA, QUE DEFLAGROU A ONDA PELO AFASTAMENTO DE PALOCCI AO AFIRMAR QUE O MINISTRO FRI QUÊ N LAVA MANSÃO DE LOBISTAS, MAS UM EMPRESÁRIO DO PIAUÍ, A QUEM COSTA CHAMA DE PAL ASSUMIU ELE DEPOSITADO O DINHEIRO

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB –AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da entrevista do Professor do Instituto de Administração de Lausanne, Stéphane Garelli, publicada na revista **Época**, em sua edição de 20 de fevereiro do corrente.

Na entrevista, o professor, responsável pela principal lista dos países mais competitivos do mundo, preparada todos os anos pelo Instituto, afirma que “O Brasil já ficou para trás”. Segundo o professor, os motivos são claros: “dificuldade para abrir negócios, pouco

investimento em educação e, acima de tudo, falta de um projeto nacional”.

Sr. Presidente, requeiro que a entrevista com o Professor Stéphane Garelli seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

“O Brasil já ficou para trás”

Está cada vez mais difícil alcançar China e Índia, diz o autor do principal estudo sobre competitividade internacional

MARIA LAURA NEVES
E RICARDO GRINBAUM

O professor suíço Stéphane Garelli tem uma visão privilegiada da força e da fraqueza de cada país. Ele é o responsável pela lista dos países mais competitivos do mundo, preparada todos os anos pelo Instituto de Administração de Lausanne (IMD), uma tradicional escola de negócios da Suíça. A relação leva em conta 250 variáveis pa-

ra medir a competitividade de cada nação. Inclui a análise de itens como desempenho geral da economia e das empresas, infra-estrutura do país e eficiência do governo. No último estudo, o Brasil subiu duas colocações, mas apareceu em 51º lugar entre as 60 economias analisadas. Para Garelli, os motivos do fraco desempenho brasileiro são claros. Dificuldade para abrir negócios, pouco investimento em educação e, acima de tudo, falta de um projeto nacional. Isso explica por que o país ficou atrás de outras nações emergentes como Índia ou China. Independentemente de quem seja o próximo presidente, o Brasil deveria se preocupar em elaborar um projeto nacional, diz Garelli nesta entrevista.

ÉPOCA – Por que o Brasil ficou entre as últimas colocações na pesquisa de competitividade feita pelo IMD?

Stéphane Garelli – Há várias razões. A primeira – muito importante – é oferecer um ambiente de negócios em que as empresas possam operar com mais facilidade. No Brasil, tudo é muito com-

plexo. Para abrir uma empresa leva-se muito tempo. Os impostos para as companhias são muito altos e deveriam ser reduzidos. No item da pesquisa “Facilidade em fazer negócios”, o Brasil está entre o 55º e o 60º lugar. O setor financeiro deveria ser simplificado e direcionar recursos para financiamento às empresas. Vemos que não há capital disponível para financiar as companhias. E mais comum os recursos saírem do país que serem empregados em negócios aí dentro.

ÉPOCA – O que mais é preciso fazer para que o país ganhe competitividade?

Garelli – O grande desafio brasileiro é reduzir a desigualdade social. Existe muito a fazer em educação, especialmente no ensino fundamental e médio. Essa iniciativa não é apenas social. Ela tem um impacto direto na economia de um país. A Ásia só conseguiu reduzir as disparidades entre os países investindo muito em educação (leia a reportagem a página 48).

ÉPOCA – Além da educação, quais são os principais investimentos que o país deve fazer?

Garelli – Um país como o Brasil deve elaborar um plano nacional de competitividade, como fizeram China, Cingapura e Hong Kong. Nesses lugares, todos os setores elegeram áreas para ser competitivos e trabalham na mesma direção. Não estão atrás apenas de objetivos econômicos, mas perseguem também metas sociais. Isso permite que o povo prospere, que as pessoas sintam os resultados do progresso. Na China, os cidadãos estão trabalhando muito, a economia está crescendo em ritmo explosivo e a população aumentou seu poder de compra. Vive em mais conforto do que vi-

via antes. Esse é um exemplo prático de um objetivo a perseguir. Meu conselho é que o Brasil decida onde quer ser competitivo. E trace planos para cumprir essas metas. Independentemente de qual seja o governo eleito neste ano, o Brasil precisa de um projeto de competitividade.

EPOCA – No Fórum Econômico Mundial de Davos, a Índia e a China estiveram no centro das atenções. O Brasil ficou em segundo plano. Por que o Brasil está ficando para trás?

Garelli – O Brasil realmente apareceu pouco no fórum de Davos. A razão é o baixo crescimento brasileiro. A Índia cresce 8% ao ano, a China cresce 9% e até a Rússia está crescendo 6%. Hoje, a oportunidade de crescimento está concentrada na Ásia. Quando uma economia está se expandindo muito, ela atrai mais interesse dos investidores que as outras. Mas não devemos esquecer do resto do mundo. Ainda acreditamos que o Brasil, a Rússia e o Japão serão os três grandes competidores do mundo, atrás dos Estados Unidos, Europa e, claro, China e Índia.

EPOCA – Quais as principais tendências internacionais que deverão marcar 2006?

Garelli – De um lado, a China e outros países asiáticos estão consumindo cada vez mais matéria-prima para sustentar seu crescimento. De outro, os Estados Unidos estão demandando cada vez mais capital para se financiar. Como economia mais competitiva do mundo, os EUA estão crescendo 3% ao ano. Isso é bom para os outros países. Mas o crescimento americano tem um problema sério. Os EUA têm um enorme déficit na balança comercial e também no orçamento público. Isso significa que o país precisa pegar muito dinheiro emprestado. Hoje, temos US\$ 2 trilhões em títulos da dívida americana nas mãos de investidores estrangeiros. Entre os estrangeiros, o Japão aparece em primeiro lugar. Mas a China

está ficando cada vez mais importante. Até o fim do ano, pode superar o Japão. Seria uma grande ironia, pois um país comunista seria o maior credor dos Estados Unidos.

EPOCA – Quais as consequências dessas duas tendências?

Garelli – A China está consumindo muita matéria-prima bruta. Por isso, os preços estão subindo nos últimos anos. Há cotações recordes em aço, níquel, cobre e ouro. Em alguns produtos, a China já consome entre 40% e 50% da matéria-prima mundial. Já no petróleo, o consumo é de apenas 7,7%. O que aconteceria se a China passasse a consumir tanto petróleo quanto as outras matérias-primas? Na prática, isso significa o fim de um ciclo, de preços baixos internacionais para essas mercadorias.

EPOCA – Quais as consequências para o Brasil?

Garelli – A primeira notícia é boa para o Brasil. Como exportador de matéria-prima, o país será beneficiado pela alta dos preços. Em segundo lugar, isso vai ajudar o país a desenvolver um relacionamento especial com a Ásia. Já existem muitas empresas japonesas

presentes no Brasil. As chinesas estão chegando. Acho que um dos objetivos estratégicos do Brasil deve ser intensificar o comércio com a Ásia, e não apenas com os Estados Unidos e a Europa. Já a outra grande tendência afetará o Brasil negativamente. O custo do capital vai subir, porque a competição com os Estados Unidos aumentará. Ou seja, hoje os empréstimos estão relativamente baratos no mercado internacional. Isso deve mudar. Mas a grande questão para o Brasil é voltar a crescer. No último trimestre, o país cresceu apenas 1%. Ficou abaixo até de países latino-americanos como Chile e México. E, obviamente, se compararmos com a Ásia, a distância é enorme. Este é o grande desafio brasileiro: ter um crescimento compatível com o dos competidores internacionais. ■

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, S^{as} e Srs. Senadores, volto à tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Pesquisa mostra que 56% dos brasileiros condenam MST”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 9 de março do corrente.

A referida matéria trata da pesquisa encomendada pela Confederação Nacional da Agricultura – CNA, sobre a imagem do Movimento dos Sem-Terra – MST. De acordo com a maioria dos entrevistados, a invasão de terras tem resultados mais negativos do que positivos na busca da reforma agrária.

A pesquisa encomendada pela CNA ainda mostra que, além de não aprovar os métodos do MST, a maioria da população teme seus efeitos sobre o processo democrático.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Pesquisa mostra que 56% dos brasileiros condenam MST

Segundo levantamento do Ibope, só 32% consideram que métodos do movimento podem ser positivos

Roldão Arruda

Ao mesmo tempo que o Movimento dos Sem-Terra (MST) intensifica suas ações por todo o País, o Ibope está divulgando uma pesquisa mostrando que 56% dos brasileiros desaprovam essas ações. De acordo com a maioria dos entrevistados, a invasão de terras tem resultados mais negativos do que positivos na busca da reforma agrária. Na opinião de outros 32% dos entrevistados, os métodos do MST podem ser considerados positivos; e 13% não sabem ou preferem não opinar.

A pesquisa sobre a imagem do MST foi encomendada pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA). Os pesquisadores, que estiveram nas ruas entre os dias 16 e 20 de fevereiro, ouviram 2.002 pessoas em 142 cidades. Verificaram que, além não aprovar os métodos do MST, a maioria da população teme seus efeitos sobre o processo democrático. Diante da pergunta “na sua opinião, as invasões de terras promovidas pelo MST abalam ou não a democracia brasileira?”, 76% responderam positivamente.

A pesquisa também expôs a desconfiança da população sobre os resultados da reforma agrária. Diante da pergunta sobre qual é o destino dado aos lotes dos assentamentos ru-

‘Quase metade da população nos apóia’, reage líder

... Os líderes do MST criticaram ontem a pesquisa encomendada pela entidade que representa os produtores rurais. “Numa pesquisa encomendada por ruralistas, os resultados só poderiam ser desfavoráveis para nós”, reagiu Márcio Barreto, coordenador do MST em São Paulo.

Em Pernambuco, Jaime Amorim, da direção nacional, disse que, apesar de encomendada por fazendeiros, os resultados são favoráveis ao MST: “Quase metade da população nos apóia.” Para ele, o Ibope não fez a pergunta principal: “Deveria ter perguntado sobre a necessidade de distribuir melhor as terras e riquezas no Brasil. Com certeza, 90% dos entrevistados apoiariam.” **JOSÉ MARIA TOMAZELA E ANGELA LACERDA**

rais, 57% disseram acreditar que são vendidos ou alugados pelos assentados. Para outros 9% acabam abandonados. Só 26% dos ouvidos acreditam que as famílias beneficiadas permanecem na terra.

Embora discorde dos métodos do MST, a maioria dos entrevistados acredita que seu alvo é de fato a reforma agrária.

Diante de uma série de alternativas, na qual podiam assinalar mais de uma resposta, por ordem de importância, 72% disseram que a conquista de terras para trabalhadores pobres é o principal objetivo do movimento. Para 35%, no entanto, a reforma agrária é apenas pretexto para a conquista do poder.

Os pesquisadores do Ibope também perguntaram se o governo deve ou não recorrer à força policial na desocupação das propriedades. Responderam afirmativamente 53% dos entrevistados. Outros 41% disseram não.

Diante de outra lista de alternativas, sobre quem é o maior responsável pelos conflitos no campo, 31% dos entrevistados apontaram o governo federal; outros 16%, o MST; e 15%, os fazendeiros. A Igreja Católica apareceu na lista com 1% do total das respostas.

EROSÃO

Para o presidente da CNA, Antonio Ernesto de Salvo, a pesquisa mostra a necessidade de o governo rever suas prioridades. “Para a opinião pública, os recursos federais não são bem usados”, afirmou. “Apenas um entre cada quatro entrevistados acredita que os lotes são usados pelos assentados.”

Ainda segundo o líder ruralista, a pesquisa deixou clara a

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro da matéria intitulada “STF atende PT e cala caseiro; oposição pede saída de Palocci”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo** em sua edição de 17 de março do corrente.

A matéria destaca que a pedido do PT, o STF (Supremo Tribunal Federal) suspendeu o depoimento do caseiro Francenildo dos Santos da Costa, que ocorreria ontem à tarde na CPI dos Bingos, no qual

ele confirmava as acusações que envolvem o ministro da Fazenda, Antonio Palocci Filho, com a chamada República de Ribeirão Preto.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

STF atende PT e cala caseiro; oposição pede saída de Palocci

A pedido do PT, o STF (Supremo Tribunal Federal) suspendeu o depoimento do caseiro Francenildo dos Santos Costa, que ocorreria ontem à tarde na CPI dos Bingos, no qual ele confirmava as acusações que envolvem o ministro Antonio Palocci Filho (Fazenda) com a chamada “casa do lobby”, em Brasília.

A oposição reagiu pedindo a demissão de Palocci e levantando suspeitas de que o governo estaria por trás da estratégia petista. Até sou ainda o Supremo de interferir indevidamente em assuntos do Congresso.

No início da sessão da CPI, o senador petista Tião Viana (AC) anunciou que havia apresentado um recurso ao STF para impedir a fala do caseiro e sustar outras investigações da comissão.

Às 13h06, o ministro do STF Cezar Peluso acolheu o pedido de suspensão do depoimento. A medida foi considerada pela oposição a mais séria interferência do Judiciário desde a criação da CPI. Até então, apenas convocados recorriam ao Supremo a fim de obter habeas corpus para ficar calados ou liminares para impedir a quebra de seus sigilos.

Em seu pedido, o senador petista argumentou que a CPI se desviou do objetivo de investigar bingos, estabelecido na sua criação — segundo a Constituição, uma comissão parlamentar de inquérito precisa de um “fato determinado” para funcionar. O presidente do STF, Nelson Jobim, disse que o despacho do ministro Peluso — nomeado para a cargo em 2003 pelo então chefe do Judiciário, Lula da Silva — estava “absolutamente correto”. Segundo ele, a CPI “não pode transbordar suas funções”.

Até que a decisão de Peluso to-

se comunicada à CPI, o caseiro falou por quase uma hora. Às 14h24, após a comissão receber o despacho do STF, ele deixou a sala sob aplausos de senadores da oposição, de técnicos da comissão e de alguns jornalistas.

Antes de sair, a testemunha apontou frequentes visitas de Palocci a uma casa alugada no Lago Sul, bairro nobre de Brasília. Isso contradiz a versão apresentada a própria CPI pelo ministro e o aproxima de um grupo de lobistas que se reunia no imóvel para discutir esquemas de influência em negócios de interesse do grupo.

Demissão

Após o anúncio da decisão do STF, o líder do PSDB no Senado Arthur Virgílio (AM) pediu a demissão de Palocci. “O PSDB cobra a demissão por entender que a economia está madura, que não vale mais o argumento de que ela se desestabilizaria”, afirmou. Já o senador Pedro Simon (PMDB-RS) pediu o afastamento de Palocci por 30 dias para que sejam apuradas as denúncias.

“A grande verdade é que esse é um governo de ladrões. Tem homens sérios? Tem. No PT tem homens de bem? Tem. Mas no PT e no governo tem ladrões, capitaneados pelo presidente da República”, disse o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

O petista Tião Viana defendeu sua estratégia ao afirmar que o depoimento do caseiro poderia “destruir” a família de Palocci. Anteontem, Costa disse, em entrevista, que Palocci encontrava-se com uma mulher na casa do Lago Sul e que lá havia festas com garotas de programa.

Outros pedidos

Além da suspensão do depoimento, Tião Viana pediu o fim de todas as diligências que “desbordem do fato determinado” para o qual a CPI foi criada (investigar casas de bingo). Se acolhido — essa parte do mandado ainda será analisada pelo STF — o pedido paralisaria a comissão, apelidada de “CPI do Fim do Mundo” pela quantidade de temas explosivos contra o governo que já abordou.

Viana citou sete linhas de investigação que deveriam ser suspensas, entre as quais o assassinato do prefeito Celso Daniel (PT) em caixa

deixado do PT, os dólares supostamente vindos de Cuba para a campanha de Lula e as denúncias de irregularidades na Prefeitura de Ribeirão Preto durante a gestão de Palocci.

Especialistas em direito constitucional nevidos pela **Folha** divergiram ao avaliar a decisão do ministro Cezar Peluso.

Os advogados Márcio Pestana e Carlos Antônio Bandeira de Mello

dizem que, tecnicamente, não há o que contestar. “Se não existir qualquer relação entre as visitas do ministro Antonio Palocci [a “casa do lobby”, na qual o caseiro trabalhava] e o objeto da CPI, a decisão é correta”, disse Bandeira de Mello. Já Miguel Reale Jr., ministro da Justiça no governo Fernando Henrique Cardoso, acha que a liminar “invade a área de liberdade de ação do Senado”.

Esse aí era o meu patrãozinho

FRANCENILDO DOS SANTOS COSTA
sobre a foto de Vladimir Peleto

Esse aí era o chefe

IDEM, sobre o ministro Palocci

Foi um dia na quadra de tênis. Levei vinho e Redbull [bebida energética]. Foi entre as 15h30 e as 16h

PT alega que CPI dos Bingos se desviou do rumo

O ministro Cezar Peluso concedeu parcialmente a liminar pedida pelo senador Tião Viana (AC), para suspender o depoimento do caseiro Francenildo dos Santos Costa, mas não proibiu a CPI dos Bingos de prosseguir as investigações de outros temas contestados pelo petista.

O mandado de segurança pretendia impedir a comissão de apurar fatos relacionados a sete temas, como as denúncias de superfaturamento na Prefeitura de Ribeirão Preto na época em que Antonio Palocci era prefeito, o assassinato do prefeito de Santo André Celso Daniel (PT) e o pagamento, supostamente feito pelo ex-tesoureiro do PT Paulo Okamoto, de uma dívida do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A abrangência dos trabalhos da CPI será decidida pelo plenário do STF, quando for julgado o mérito do mandado de segurança apresentado pelo senador petista, mas o julgamento poderá demorar meses. A existência ou não de conexão entre o depoimento do caseiro e o alvo da apuração da CPI também deverá ser reexaminada pelos ministros.

Para conceder a liminar, Peluso aceitou o argumento de que a CPI teria extrapolado o objeto de investigação que motivou a sua criação. O requerimento de sua instalação se refere à utilização de casas de bingo para crimes de lavagem de dinheiro ou ocultação de bens e à ligação desses estabelecimentos com o crime organizado.

Em sua decisão, Peluso disse que não há conexão entre os esclarecimentos que o caseiro prestaria e o objeto de investigação da CPI, ou seja, as atividades das casas de bingo. Também afirmou que questões da vida privada não podem ser apuradas por CPIs.

Em referência ao suposto manuseio de dinheiro que teria sido testemunhado pelo caseiro, o ministro escreveu: "O depoimento em nada ajudaria a esclarecer ou provar a suposição de que seria dinheiro oriundo de casas de jogo! É o que se presume à condição cultural e ao próprio trabalho que a testemunha desempenharia no local apontado."

O ministro escreveu ainda: "Outros fatos, ainda que censuráveis do ponto de vista dos costumes e da moral social, à medida que só respeitam à vida privada das pessoas, não podem sequer em tese ser objeto de CPI, porque a esta só é dado investigar assunto sobre o qual tenha competência legislativa o Parlamento".

(SILVANA DE FREITAS)

IDEM, sobre ter visto Palocci durante o dia na casa do Lago Sul

É evidente que o caseiro fala a verdade e semeia o medo. O que temem tanto para tentar esconder tanto e correr o risco de ferir a autonomia do Congresso?"

ALVARO DIAS (PSDB-PR)
senador

Anunciarei, como líder do PSDB, a decisão do meu partido de pedir a demissão do ministro, porque não é mais meu ministro [...] aquele que é suspeito de tantas irregularidades

ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM)
senador

Não conheço a vida pessoal do ministro Palocci. Não sei se ele foi à casa ou não. Há alguma prova de que o ministro Palocci exerceu tráfico de influência para beneficiar alguma empresa?

HENRIQUE FONTANA (PT-RS)
líder do PT na Câmara

O ministro não esteve na casa, nunca dirigiu em Brasília. É preciso tomar uma providência quando o Congresso rasga o regimento interno e a Constituição para ser agradável a setores partidários

TIÃO VIANA (PT-AC)
senador que recorreu ao STF

A SRª LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro da entrevista concedida pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso à revista *Veja* em sua edição de 22 de março do corrente. Na entrevista, intitulada “Me considero de esquerda”, o ex-Presidente Fernando Henrique analisa a situação política atual e faz comentários sobre seu livro “A arte da política: a história que vivi”.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida entrevista passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Duas semanas antes do lançamento de *A Arte da Política: a História que Vivi*, o ex-presidente recebeu *VEJA* no Instituto Fernando Henrique Cardoso, no centro de São Paulo, para a seguinte entrevista:

O senhor foi acusado de ter feito na Presidência um “pacto com o diabo”, ao tecer alianças com partidos conservadores e parlamentares que foram ligados ao regime militar. Para justificar tais alianças, o sociólogo alemão Max Weber é evocado no início de seu livro. Segundo Weber, há a ética das convicções e a da responsabilidade. Na política, a ética das convicções seria o pano de fundo de valores sobre o qual deve ser praticada a ética da responsabilidade — a movimentação pragmática que visa ao convencimento dos adversários e à consecução de objetivos. Nesse processo, trata-se de transformar “maus” em “bons”. O senhor acredita que conseguiu operar de fato essa metamorfose?

■ Acredito que sim. Inclusive porque, como esse é um processo permanente, dialético, muitos daqueles que ainda eram considerados “maus” já eram “bons”. Pegue-se o exemplo do regime militar. No final, quando houve a eleição do Tancredo, o Partido da Frente Liberal, composto basicamente de gente que apoiou o regime militar, coadjuvou fortemente a transição para a democracia. Personalidades ilustres, como Severo Gomes e Teotônio Vilela, foram homens do regime que depois se tornaram ícones da oposição democrática. Eu acho que hoje, depois que o governo do PT se juntou a tantos “maus”, sem preocupar-se em transformá-los em “bons”, essa crítica que me fazem até perde a atualidade. O importante, no entanto, é entender que o jogo político não é aristotélico — você é de um certo jeito e está acabado. Ao contrário, é preciso tentar ganhar o outro, influenciá-lo. Claro que às vezes você perde a parada para o diabo. Mas, com frequência, demônios se tornam querubins. Fundamental para as transformações que ocorreram foi a consolidação da democracia brasileira. Ela, atualmente, é um dado que ninguém discute. Veja o caso do Sarney. É marcante em sua trajetória o fato de ter sido um presidente demo-

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRª SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRO-NUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

“ME CONSIDERO DE ESQUERDA”

Mas ser de esquerda, reitera FHC, não significa ser tolo, fiel a anacronismos. Na entrevista que se segue, o ex-presidente faz uma análise das forças políticas nacionais, fala do atual estágio da sociedade brasileira e diz que é extraordinário ouvir Lula. “Chego até a pensar: Mas esse é o Lula ou sou eu?”

crata — ele, que foi presidente do PDS, o partido que dava sustentação ao regime militar. Quanto às alianças que fiz na Presidência da República, elas sempre estiveram baseadas numa ética de convicções. No livro, eu insisto na necessidade de o governante tê-la, porque é importante contar com um programa, com objetivos. É isso que permite, no fim do governo, fazer um balanço para verificar se as pessoas caminharam no rumo que você desejava ou não. Eu acho, no meu caso, que esse balanço é positivo. O meu programa sempre foi explícito, escrevi livros sobre o que eu desejava para o país. Eu queria quebrar alguns monopólios, flexibilizar outros, manter a abertura da economia e dar prevalência ao público sobre o estatal. Nesse sentido, muita gente foi sendo ganha ao longo dos meus mandatos.

O senhor acha que o PT, ao converter-se às regras da economia de mercado, se transformou na sua essência de “mau” em “bom”?

■ Essa conversão foi mais de circunstância do que de fundo. Eles jamais propuseram nada disso — pelo contrário. O que é um erro, claro. Outro dia, eu estava lendo uma entrevista que dei à revista *Playboy* em 1984, muito antes de ser eleito presidente da República — uma entrevista, aliás, que me deu muita dor de cabeça. Nela, eu já falava que para ser de esquerda não é preciso ser tolo. Com isso, eu queria dizer que havia muitas coisas, no ideário da esquerda, que eram anacrônicas. É que você não precisava manter pontos de vista anacrônicos só para ser fiel — fiel a quê, ao anacronismo? Você, na verdade, precisa ser fiel à essência dos seus valores.

Em *A Arte da Política*, o senhor explica que o Príncipe moderno, ao contrário do Príncipe descrito pelo pensador italiano Nicolau Maquiavel (1469-1527), é um protagonista que deve impor-se necessariamente pela persuasão. Ao realizar reformas que abriram a economia e um programa de privatizações que diminuiu o Estado, o senhor teria agido como esse Príncipe moderno. Mas o ideário nacionalista-estatizante ainda sobrevive no Brasil, com forte penetração nas camadas populares. Na sua visão, existe a possibilidade de retrocesso no país, co-



O JOGO POLÍTICO NÃO É ARISTOTÉLICO — VOCÊ É DE UM CERTO JEITO E ESTÁ ACABADO. AO CONTRÁRIO, É PRECISO TENTAR GANHAR O OUTRO, INFLUENCIÁ-LO. CLARO QUE ÀS VEZES VOCÊ PERDE A PARADA PARA O DIABO. MAS, COM FREQUÊNCIA, DEMÔNIOS SE TORNAM QUERUBINS.”

O sociólogo alemão Max Weber, evocado por FHC em seu livro: há a ética das convicções e a da responsabilidade

mandado por um Príncipe moldado no populismo?

■ No processo político, não há nada irreversível. Acho, no entanto, que um retrocesso desse tipo se chocaria de tal maneira com os interesses enraizados no país que seria difícil que ele tivesse um prosseguimento efetivo. De alguma maneira, o que aconteceu com o PT foi isso: não é que eles tenham renunciado de fato às suas idéias anacrônicas, estatizantes, mas é que no contexto atual elas não funcionam de forma nenhuma. Quanto ao nacionalismo, é importante ressaltar que o sentimento nacional permanecerá sempre — o problema é como ele se manifesta. Aqui no Brasil aconteceu uma confusão muito grande entre sentimento nacional e estatismo. E as camadas populares se ressentem bastante disso, porque há anos lhes é martelada a idéia de que o Estado é a nação. Não se justifica mais pensar que o Estado é a expressão do sentimento nacional. A sociedade, sim, é que o expressa. Isso não significa que se deve jogar fora o Estado, e sim ter clareza de que ele não pode ter a primazia. Para que o sentimento nacional corresponda, sem anacronismos, aos interesses da nação, é preciso entender que o mundo de hoje é diferente daquele do passado. As barreiras do Estado nacional não têm a mesma força coibitiva. Não se consegue mais manter a economia fechada — e menos ainda a cabeça fechada. Quem

tem internet salta fronteiras. Mas, ainda que a internet não respeite fronteiras e os países se integrem cada vez

mais ao mercado mundial, o sentimento nacional, a identidade nacional, não desaparece, e nem deve. É esta a dificuldade: mostrar que os interesses do seu país são mais bem defendidos quando, sem perder de vista os valores nacionais, se tomam providências que levam seu povo a ser mais competitivo, mais aberto aos ares do mundo. A visão estatista ainda existe em todos os partidos, inclusive no meu. Como a média brasileira é essa, quem tem uma proposição avançada paga sempre um preço pelo pioneirismo. Veja o meu caso, por exemplo: fui acusado de traição à pátria e tal, até que as pessoas progressivamente, mesmo sem reconhecer, mesmo sem beijar a cruz, foram passando para o meu lado. Acho extraordinário ouvir o Lula hoje em dia. Chego até a pensar: “Mas esse é o Lula ou sou eu?”

O filósofo italiano Giambattista Vico (1668-1744), citado em seu livro, foi o

primeiro a tentar compreender a história como um processo lógico. Grosso modo, Vico compara o desenvolvimento das sociedades humanas com a própria maturação emocional e intelectual da espécie. Ele escreveu: “Primeiro os homens sentem sem aperceber-se; depois se apercebem com o ânimo perturbado e emocionado; finalmente refletem com a mente pura”. Não lhe parece que a sociedade brasileira, muito direcionada pela emoção e irracionalidade, ainda estaria na adolescência?

■ Sem dúvida nenhuma, nós ainda não atingimos o estado mental em que a razão prevalece. Mas nós podemos amadurecer mais rapidamente nessa direção por meio da informação. Como sou democrata, acredito que informando e convencendo os elementos racionais podem ser ampliados. Se não acreditasse nisso, eu nem teria como explicar as duas vezes em que fui eleito presidente. Em ambas, eu me



SOU DA ESQUERDA DEMOCRÁTICA, À LA BOBBIO. NÃO EXISTE DIREITA NO BRASIL, NO SENTIDO CLÁSSICO DO CONCEITO. MAIS DO QUE CONSERVADORISMO, TEMOS UMA MENTALIDADE ATRASADA.”

opus a um ícone do oposto à razão. Ganhei por quê? Porque as pessoas entenderam naquele momento — da perspectiva de Vico, sentiram, mais do que entenderam — que a racionalização que eu estava imprimindo lhes era conveniente. De qualquer forma, ainda que a emoção tenha forte apelo entre os brasileiros — e talvez nunca deixe de ter completamente —, acho que a mentalidade política avançou razoavelmente nos últimos cinquenta anos. É difícil, por exemplo, que o estilo populista volte a impor-se.

Lula não pertenceria a uma vertente populista?

■ Embora às vezes o chamem de populista, não acho que o Lula seja um populista no sentido clássico. Ele usa da emoção para atingir seus objetivos, mas sua ação de Estado não é irracional. Por que é assim? Porque não tem mais jeito de ser totalmente irracional no Brasil. As estruturas existentes de interesses e valores, reitero, já são suficientemente poderosas para impedir que isso ocorra.

Em seu livro, o senhor revela que, por ocasião da sabatina de Armínio Fraga no Senado, antes de ele ser efetivado como presidente do Banco Central, o senhor recomendou-lhe que agisse com prudência porque “os brasileiros não gostam de capitalismo, eles não sabem por que não gostam, mas não gostam”. Até que ponto o senhor gosta de capitalismo?

■ Você deve ter visto como, no meu livro, eu mesmo às vezes reajo contra o capitalismo. Porque o capitalismo tem um problema que me irrita: a desigualdade. É da sua essência. No Brasil, vive-se pedindo que haja um rápido crescimento econômico acompanhado de maior igualdade. Ora, quando um país cresce depressa, aumenta a desigualdade, não a igualdade. O país tem de acumular riqueza

O filósofo e cientista político italiano Norberto Bobbio: defesa de valores como a justiça social e a igualdade

primeiro. Isso é da natureza do capitalismo. No socialismo também é assim. Só que, nesse sistema, existe a suposição teórica de que não há apropriação privada da produção. No capitalismo, o mercado — e olhe eu aqui desabafando outra vez — traz um elemento de desigualdade e também de irracionalidade. A especulação, o efeito manada, tudo isso é irracional. Como o mercado não é um ente racional perfeito, o Estado, dependendo de como ele seja organizado, pode introduzir um ingrediente adicional de correção da desigualdade. É nesse sentido que, no meu livro, reajo contra o capitalismo. Porque não acredito que, por si só, o mercado seja a consubstanciação da racionalidade.

Pode-se concluir que o senhor se considera de esquerda?

■ Sim, me considero. Mas da esquerda democrática, à la Bobbio [*Norberto Bobbio (1909-2004), filósofo e cientista político italiano*]. Sou de esquerda quanto à defesa de valores como a justiça social e a igualdade.

Por que nenhum político brasileiro diz que é de direita?

■ Porque no Brasil a palavra “direita” está associada historicamente à ditadura. É uma questão semântica. Mas existe um outro lado: não existe direita no Brasil, no sentido clássico do conceito. Fiquei impressionado, certa vez, com uma intervenção do Sérgio Buarque de Holanda. Foi na defesa de uma tese de livre-docência sobre os estilos de pensamento político no Brasil do século XIX. A autora estabelecia uma diferença entre o marquês de Paraná, figura maior do pensamento conservador, e Joaquim Na-

bucu, expoente do pensamento progressista, quando o Sérgio Buarque fez um aparte: “A senhora acha que esses homens do império eram realmente conservadores, leram Burke [o pensador irlandês Edmund Burke (1729-1797), considerado o pai do conservadorismo] ou eles eram atrasados?” Pois é isso: no Brasil, mais do que conservadorismo, temos uma mentalidade atrasada. O pensamento conservador filia-se a uma tradição ocidental que estabelece como pilar da ordem a família, a propriedade, os costumes. O nosso conservadorismo não é nada disso. Tem a ver com clientelismo, patrimonialismo, uso indevido dos recursos do Estado. Ele não é composto de um ideário, e sim de aproveitadores. Por que a “direita”, no Brasil, apóia todos os governos, não importa qual? Na história recente, ela apoiou os militares, apoiou o Sarney, apoiou o Collor, apoiou a mim, apóia o Lula. Porque seus integrantes não são de direita. Essa gente toda só quer estar perto do Estado, tirar vantagens dele. É claro que um e outro podem ser convertidos de “maus” em “bons”. Mas o grosso desse pessoal continua a ser fisiológico.

E quanto à esquerda brasileira, como classificá-la?

■ Esse é um aspecto interessante. O nosso sistema político, da mesma forma que a nossa sociedade, exibe uma enorme mobilidade. A existência de uma posição estável é difícilíssima no Brasil. Sociologicamente, a transformação do PT ilustra bem isso.

A LIDERANÇA DO PT É DE CLASSE MÉDIA, DE GENTE QUE ASCENDEU SOCIALMENTE, VIA SINDICALISMO, E SE COMPORTA HOJE QUASE COMO SE VIVESSE O ‘AMERICAN DREAM’ — ALGO COMO ‘EU CHEGUEI LÁ, CONSEGUI DEIXAR MINHA CLASSE DE ORIGEM PARA TRÁS’.

O núcleo político original do PT, em 1980: para o ex-presidente, a auto-representação do partido de Lula impediu que ele tivesse uma prática política consequente

O PT, na sua origem, era composto basicamente de três setores: o ideológico, o eclesial e o sindical. Quem ganhou foi o setor sindical, é ele que está no governo. Trata-se de um fenómeno mais “americano” do que europeu. O pessoal na Europa fala do PT como se ele fosse um partido moldado na esquerda europeia tradicional. No início até dava essa impressão, mas a verdade é que não tem nada a ver. Eles nem falam mais em classe trabalhadora. A liderança do PT é de classe média, de gente que ascendeu socialmente, via sindicalismo, e se comporta hoje quase como se vivesse o “american dream” — algo como “eu cheguei lá, consegui deixar minha classe de origem para trás”.

Qual é o futuro do PT, se é que o partido tem futuro?

■ No fundo, o PT está descobrindo o que ele é no governo. Se desse para fazer uma comparação com a Europa, eu acho que o PT é um partido social-democrata. Aliás, eu não queria que o PSDB se chamasse social-democrata...

Por quê?

■ Porque nós não tínhamos sindicatos, o berço da social-democracia. Eu dizia que íamos usar uma denominação europeia para uma história completamente diferente. Mas fui voto vencido. Hoje, num certo sentido, o PSDB é social-democrata porque na Europa os partidos desse tipo mudaram. Eles se tornaram menos associados a uma classe e passaram a representar um aspecto mais amplo da sociedade, como é o caso do PSDB desde o início. O PT também caminha nessa direção. No Brasil, portanto, temos dois partidos que ocupam o mesmo espaço no espectro político. A diferença é a auto-representação. Alguns setores do PT ainda se pensam revolucionários e o PSDB nunca se pensou como tal. Essa auto-representação é um problema para o PT, porque impediu que ele tivesse uma prática política consequente. No governo, fiz alianças porque tinha propostas para o país. O PT chegou ao governo sem nenhuma. Teve de tecer alianças sem programa — e, quando você tem de fazê-las dessa forma, acaba sendo engolido por elas. É patético ver o Lula correndo atrás do PMDB. Quais são as propostas que estão por trás disso? Não há.

Constata-se no seu livro que o senhor, como presidente, se empenhou

“NINGUÉM SENTE QUE LULA ESTÁ NO COMANDO. ELE É TÁTICO, NÃO É ESTRATÉGICO. PARA SER ESTRATÉGICO, É PRECISO TER FORMAÇÃO. É NECESSÁRIO DOMINAR CONCEITOS A PARTIR DOS QUAIS É POSSÍVEL ESCOLHER DETERMINADOS CAMINHOS.”

Lula, em sua posse: para FHC, o petista “perdeu-se nos escaninhos do poder e suas facilidades”

profundamente nas discussões sobre os rumos a seguir na economia. Num mundo complexo como o de hoje, é possível um país como o Brasil ser liderado por alguém sem formação intelectual compatível?

■ Acho que ninguém precisa ter universidade no currículo para ser presidente. Afinal de contas, há muita gente com grau superior que não sabe nada. Mas acho importante que o político tenha aprendido algo. Ele tem de ler, tem de ter curiosidade intelectual. Porque, senão, você fica sem bases mais sólidas para discernir. O presidente Lula tem muita sorte. Não passou por nenhuma crise econômica com efeitos globais como as que tive de enfrentar. Não foi provado. Fica mais fácil, assim, comportar-se apenas como um relações-públicas do próprio governo. Não quero desmerecê-lo, mas ninguém sente que ele está no comando. O presidente Lula é tático, não é estratégico. Para ser estratégico, é preciso ter formação. É necessário dominar conceitos a partir dos quais é possível escolher determinados caminhos.

Na conclusão de *A Arte da Política*, o senhor diz que Lula se perdeu nos escaninhos do poder e suas facilidades. A falta de preparo intelectual não teria tido um papel nessa perdição?

■ Pode ter tido. Sim, porque se você tem um certo preparo fica mais difícil deslumbrar-se. A capacidade de auto-crítica é maior, tem-se mais noção da transitoriedade das coisas. O preparo intelectual também permite que você perceba que herdou muito. O presidente Lula dá a impressão de que acha que está fundando o Brasil.

Acho que isso é autêntico nele, porque o Lula não tem um conhecimento mais profundo da história. Então, acredita mesmo que está fazendo tudo pela primeira vez.

Como é sua relação com Lula?

■ Pessoalmente, temos uma relação fácil. Mas esse negócio de o Lula viver dizendo que fez mais do que eu... Qualquer hora ele vai comemorar o fato de que, quando deixar o governo, haverá mais brasileiros vivos do que no fim do meu último mandato.

Durante seu governo o Brasil cresceu pouco, mas cresceu proporcionalmente em relação ao mundo. Por que o país não cresce mais rápido?

■ O governo Lula tem uma linha de continuidade como a do meu no que se refere à macroeconomia — câmbio, juros e responsabilidade fiscal. Mas ele errou na condução da política de juros, porque houve momentos em que era possível baixar a taxa mais depressa. Isso também aconteceu durante o meu governo, só que, no de Lula, os panoramas que permitiam essa redução eram mais claros.

não havia ameaça nenhuma. A manutenção de uma taxa de juros elevada causou um problema no câmbio. Quando a taxa é mais baixa, o governo pode intervir no câmbio, comprando dólares, sem maior impacto fiscal. Mas, quando ela está lá em cima, isso fica difícil. Ou seja, a política do governo Lula é a mesma, mas a operação não está correta. Política econômica não é ciência, é navegação. Você tem de navegar: se tem uma pedra no caminho, você contorna. A atual equipe econômica não navega — ela traça uma linha reta e segue em frente de todo jeito, como se não houvesse contexto mais ou menos favorável. Há ainda um outro lado: a

política macroeconômica não faz o país crescer. Crescimento depende de investimentos. Em parte, os investimentos respondem à taxa de juros, mas só em parte. Eles também dependem de fatores como confiança. Não se tem estabilidade nas agências reguladoras, que foram muito ameaçadas durante o governo Lula. A segurança na manutenção das regras diminuiu e, com isso, também o incentivo para o setor privado. Para completar, o investimento público caiu drasticamente neste governo e as reformas foram paralisadas. A reforma da Previdência, por exemplo: no início, houve uma euforia, porque nós votamos a favor daquilo que, no meu governo, eles votavam contra. Não foram feitas, no entanto, as leis complementares que permitiriam a sua implantação. Com isso, teremos neste ano um déficit na Previdência de 50 bilhões de reais — um buraco que certamente causará um problema fiscal mais adiante.

O Brasil, então, ainda paga o custo PT?

“MEU CANDIDATO A SECRETÁRIO-GERAL DA ONU ERA O CLINTON. MAS ELE NÃO PODERÁ SER PORQUE A HILLARY SAIRÁ CANDIDATA A PRESIDENTE DOS ESTADOS UNIDOS. A ONU PRECISA TER UM SECRETÁRIO-GERAL COM PESO GLOBAL E MUITA FORÇA ENTRE OS AMERICANOS.”

Com o ex-presidente americano Bill Clinton: “É importante poder pegar o telefone e dizer: ‘Estou precisando disso’”

■ Sim, ainda paga, mesmo que esse custo tenha sido amortecido. Como o mercado financeiro está muito bom, as pessoas deixaram de prestar atenção às questões relevantes. Ninguém mais cobra a reforma do mercado de trabalho, a reforma da Previdência — tudo aquilo que cobravam de mim. Mas o fato de não cobrarem não resolve a questão. A falta de reformas impede que o Estado tenha mais recursos e o setor privado possa investir mais. A economia não depende apenas da taxa de juros. Se fosse assim, o Japão estaria estourando há anos, já que lá a taxa era de 0% até a semana passada.

Os arautos do “Delenda FHC”, como o senhor chama no livro a oposição que vivia pedindo o seu impeachment, certamente ironizarão a defesa que o senhor faz de seus governos nos episódios da aprovação da emenda que permitiu a sua reeleição, cercada de notícias sobre a compra de votos de parlamentares por parte do governo, e do programa de privatizações, em que muitos viram indícios de corrupção.

■ Nada disso tinha a ver conosco, como narro no meu livro, mas não adianta responder a essas acusações. Os acusadores têm interesse político em mantê-las. Se houve corrupção, que se apure. Por que não apuram? A diferença é que, no atual governo, a corrupção foi feita de maneira organizada pelo partido do presidente. Tanto é que toda a cúpula do PT caiu. Se Lula não sabia do mensalão, que ingenuidade a dele, hein?

Na Presidência, o senhor manteve uma relação próxima com o presidente americano Bill Clinton e o primeiro-ministro inglês Tony Blair. Até que ponto a empatia ou mesmo a amizade pessoal entre governantes de diferentes países é importante para as relações diplomáticas?

■ Não substituí os interesses organizados do país, mas complementa. Em certos momentos, é importante poder pegar o telefone e dizer: “Eu estou precisando disso”. Mas tudo tem de ser feito com naturalidade. Quando abordo no meu livro as conversas que mantive com outros chefes de Estado, não é para me exibir. Estou muito velho para isso. É para mostrar que o presidente do Brasil, não importa quem seja ele, pode falar de igual para igual com qualquer presidente ou primeiro-ministro de país rico.

É verdade que o senhor foi cogitado para ser secretário-geral da ONU?

■ Não, nunca houve movimentação

nesse sentido. Meu candidato era o Clinton. Mas ele não poderá ser secretário-geral porque a Hillary sairá candidata a presidente dos Estados Unidos. Aí não dá mais. Meu apoio a Clinton resume o que penso da ONU. Ela precisa ter um secretário-geral com peso global e muita força entre os americanos. Só assim funcionaria a contento.

No livro, o senhor brinca com a sua fama de vaidoso. O senhor não se considera vaidoso?

■ Muitos jornalistas escreveram que minha vaidade é incomensurável. Minha vaidade é apenas intelectual. Física, não tenho nenhuma. Faz tempo saí na VEJA que eu era um dos homens mais elegantes do Brasil. Imagine só! A Ruth vive me dando bronca porque me visto errado e coisa e tal. Não tenho nem vaidade política — não me acho insuperável.

Na conclusão de *A Arte da Política*, o senhor fala da sua decepção com a morosidade com que andam as reformas tão essenciais ao Brasil. O senhor acredita sinceramente que o país tem chance de recuperar o terreno perdido no último quarto de século?

■ Tem, mas nada está garantido. Continuamos a perder tempo. Na comparação com a Índia e a China, a nossa vantagem é que já passamos por um intenso processo de urbanização e esses países ainda não. Além disso, a pressão demográfica aqui é muito menor. Por isso é que fico aflito: se os governos e a sociedade não perceberem que a nossa hora é agora, com um crescimento demográfico que está longe de ser explosivo e uma população que ainda não é velha, talvez percamos o bonde de vez. A sociedade brasileira tem de acelerar o passo, e atingir logo aquele estado de “mente pura” de que fala Vico. A razão precisa triunfar no Brasil. ■

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Palocci de novo na mira”, publicada pela revista *Veja* em sua edição de 15 de março do corrente.

A matéria mostra que o motorista Francisco das Chagas Costa contou aos parlamentares da CPI dos Bingos que o Ministro Palocci freqüentava a casa que seus auxiliares de Ribeirão Preto alugavam em Brasília para planejar e executar ações que visavam a tentar beneficiar empresários usando como trunfo a amizade com o ex-prefeito.

A matéria mostra, também, que o delegado regional de Ribeirão Preto, Benedito Antônio Valencise,

declarou à CPI que a polícia já recolheu indícios suficientes para acusar Palocci por formação de quadrilha, falsidade ideológica e peculato. O delegado demonstrou não ter dúvidas de que existia um esquema de corrupção na prefeitura daquele município.

Senhor presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

PALOCCI DE NO

Novos depoimentos contradizem versões do ministro — e obrigam-no a voltar a dar mais explicações

O ministro Antonio Palocci anunciou em Londres que não pretende coordenar a campanha reeleitoral do presidente Lula. Não que lhe falte disposição ou talento para a tarefa. O problema de Palocci é de outra ordem. Desde que começaram a eclodir personagens e histórias comprometedoras ligados ao seu passado de ex-prefeito de Ribeirão Preto — cargo que ocupava antes de ser indicado a ministro da Fazenda —, a imagem de Palocci vem sofrendo. Na semana passada, a CPI dos Bingos ouviu três depoimentos que complicam ainda mais o ministro. No mais contundente deles, o motorista Francisco das Chagas Costa contou aos parlamentares que Palocci freqüentava a casa que seus ex-auxiliares de Ribeirão alugaram em Brasília no início do governo (veja a reportagem seguinte). Nela, sabe-se hoje, os amigos do ministro planejavam e executavam ações para tentar beneficiar empresários usando como trunfo a amizade com o ex-prefeito. Palocci prestou depoimento à CPI em janeiro e negou veementemente que tivesse freqüentado a casa. O motorista, porém, garantiu que o ministro esteve lá duas ou três vezes, era chamado pelos convivas de “chefão” e suas visitas aconteceram sempre de dia, no horário de expediente.

Além do depoimento do motorista, a CPI ouviu a ex-chefe de obras da

prefeitura de Ribeirão Marilene do Nascimento Falsarella e o delegado regional da cidade, Benedito Antônio Valencise. Ambos foram convocados para esclarecer acusações pesadas contra Antonio Palocci nos seus tempos de prefeitura. O delegado contou aos parlamentares que a polícia já recolheu indícios suficientes para acusar Palocci por formação de quadrilha, falsidade ideológica e peculato. Ele demonstrou não ter dúvidas de que existia um esquema de corrupção montado para arrecadar dinheiro de empresas prestadoras de serviço. Marilene Falsarella, por sua vez, confirmou que adulterava as planilhas de medição para permitir o superfaturamento dos serviços. Parte do dinheiro pago a mais para as empresas retornava como doação eleitoral. Em depoimento, Rogério Buratti, ex-secretário de Governo da prefeitura de Ribeirão, contou à polícia que a empresa responsável pela varrição da cidade pa-

gava uma mesada de 50 000 reais por mês a Palocci e seus assessores. Parte do dinheiro era transferida para o caixa do PT e outra abastecia as próprias campanhas de Palocci.

As declarações do motorista, se confirmadas, colocam o ministro da

VO NA MIRA

Fazenda em uma situação ainda mais delicada. Francisco das Chagas foi contratado pelo economista Vladimir Poletto, ex-assessor de Palocci em Ribeirão, no início de 2003. O ministro garantiu que não conhece Poletto, mas não será de estranhar se amanhã ele se lembrar do ex-assessor. Palocci já foi obrigado a reformar suas versões para episódios nebulosos ao menos duas vezes. Em março de 2004, funcionários da multinacional GTech denunciaram uma suposta tentativa de extorsão contra a empresa que teria partido do advogado Rogério Buratti. Logo após a denúncia, para tentar manter distância do escândalo, o ministro disse que não falava com Buratti havia anos. Depois, lembrou que poderia ter se encontrado casualmente com o ex-assessor. Por último, admitiu que houve encontros em eventos familiares. Buratti freqüentava não só o Ministério da Fazenda como a residência oficial de Palocci em Brasília. Segundo o advogado, o último encontro entre os dois aconteceu em um hotel de São Paulo,

onde tomaram café e conversaram sobre o caso Gtech. Agora, com base no depoimento do motorista Chagas à CPI, sabe-se que eles também se encontraram na mansão alugada em Brasília.

O motorista Chagas revelou aos parlamentares ter levado ao Ministério da Fazenda os empresários angolanos José Paulo Teixeira Figueiredo e Artur José Valente Caio, fabricantes de máquinas de bingo. Em depoimento prestado à polícia, Rogério Buratti contou que, ainda na campanha, Palocci se reuniu com esses mesmos angolanos na casa do empresário

Roberto Carlos Kurzweil, em São Paulo.

Na ocasião, o então coordenador da campanha de Lula garantiu que, em ca-

so de vitória, o PT regulamentaria o funcionamento das casas de bingo. Em troca, os empresários teriam doado 1 milhão de reais à campanha de Lula. Os recursos não foram contabilizados. Palocci disse que nunca viu os bingueiros africanos nem participou de encontro algum na casa de Kurzweil. Kurzweil é dono da locadora do carro blindado que pegou no aeroporto as caixas com os dólares de Cuba. Logo no início do governo Lula, uma comissão foi criada para estudar a legalização dos bingos. Os estudos eram desenvolvidos por um grupo de técnicos da Caixa Econômica Federal, órgão subordinado ao Ministério

da Fazenda, que tinha entre seus consultores o ex-secretário de Fazenda da prefeitura de Ribeirão Ralf Barquete, já falecido. As declarações do motorista foram tão contundentes que o relator da comissão, senador Garibaldi Alves Filho, anunciou que pretende incluir o nome do ministro no relatório final da CPI. Como se vê, além de amigos, os personagens dos escândalos que minaram a biografia do ministro Palocci — Rogério Buratti, Vladimir Poletto, Roberto Colnaghi, Roberto Carlos Kurzweil e Ralf Barquete — tinham outras coisas em comum: eles freqüentavam a mesma casa, participavam das mesmas festas e todos faziam negócios no governo. Sempre se imaginou que a turma de Ribeirão agia nas costas do ministro. O depoimento do motorista não prova que Palocci sabia de tudo o que seus “amigos-da-onça” faziam. Mas o obriga a dar mais e constrangedoras explicações. ■

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para registrar a excelente reflexão feita pelo economista e ex-ministro da Fazenda, Pedro Malan, em artigo publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** do último dia 13 de março.

Artigo, intitulado “O PT e o discurso da mudança”, traz uma lúcida descrição de como o governo do presidente Lula se perdeu, entre suas promessas e sonhos, e busca superar a lastimável crise moral no Partido para conseguir seu objetivo maior: a reeleição do Presidente.

Parece clara a estratégia do PT quando tenta dissociar a imagem do Presidente dos imensos escândalos, impede as investigações nas Comissões Parlamentares de Inquérito, e afasta mas não investiga seus

incompetentes auxiliares. Onde está Waldomiro? Onde está Gushiken? Estão sendo apurados os casos?

“A importante agenda do ‘mudar para crescer’ é muito mais complexa do que sonha a vã ideologia – e seu fácil discurso de palanque.”

Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O PT e o discurso da mudança

Pedro S. Malan

“O PT tem dois objetivos agora: reconquistar a coordenação política do governo para o ministro José Dirceu e alterar a política econômica, que muitos no partido interpretam como responsável por derrotas nas urnas em outubro.” A informação é da competente Teresa Cruvinel, sempre muito bem informada sobre assuntos da seara petista. Foi feita em 23 de novembro de 2004.

Passaram-se 15 meses da informação da jornalista a seus leitores. Faltam apenas seis meses para as eleições de outubro. O que dizer dos dois objetivos ou anseios tão claramente explicitados, à luz dos recentes documentos reservados da direção nacional do PT exigindo mudanças na condução da política econômica já em 2006, considerada como “o primeiro ano do segundo mandato”?

Sabe-se hoje que o PT não conseguiu atingir o seu objetivo de reconquistar a coordenação política para José Dirceu. Ao contrário, surgiram evidências de um processo desastroso, que decapitou a cúpula diri-

Agenda do ‘mudar para crescer’ é mais complexa do que sonha a vã ideologia

gente do PT, levou a três CFIs e a uma lastimável crise moral no partido “que não rouba e não deixa roubar”. Sabe-se, hoje, que o PT tem um fundamento e prioritário objetivo político: reeleger o presidente Lula, há tempos, e cada vez mais, em campanha e que vem conseguindo dissociar a sua imagem pessoal da imagem negativa de seu partido, ao qual hoje atribui a exclusiva responsabilidade de procurar explicar-se à opinião pública. Ou limpando a imagem do partido dos sérios danos que a si próprio infligiu na, talvez, apostando na memória curta e no esquecimento coletivos. Afinal, 2005 – o ano que o PT preferiria relegar ao olvido – estará mais de nove meses atrás em outubro deste ano. Quem sabe, até lá, a opinião pública não se lembre de mais nada ou esteja com outras preocupações em mente.

Portanto, no plano político, parece clara a estratégia do PT: passar uma borracha em seu passado recente, reeleger

Lula e seguir em frente. Se “recordar é viver”, como na velha marchinha dos carnavais de outrora, por que não apostar que “sobreviver é esquecer”? Afinal, o eleitor decidirá, em outubro, em função tanto do que prefere recordar quanto do que pretende esquecer, à luz do que ouvirá dos candidatos sobre os próximos quatro anos.

É neste sentido que vale a pena explorar as implicações do outro grande objetivo do PT: alterar a política econômica – agora do seu próprio governo.

A indigência do debate sobre política econômica no âmbito da militância partidária petista nunca foi surpresa para quem quer que ali procurasse por sinais de vida intelectual fecunda. Não cabe relembrar as barbaridades que o País teve a ocasião de observar, como plebiscitos para suspensão de pagamentos das dívidas externa e interna ou como a rejeição, seguida de propostas de radical modificação da Lei de Responsabilidade Fiscal, tida pelo PT à época, como incompatível com a responsabilidade social, e por aí afora.

Estas, pelo menos, eram propostas equivocadas, mas que podiam ser debatidas, como o foram. Mas que dizer da nota da Executiva do PT sobre o caso Waldomiro Diniz e sua saída do cargo de subchefe da Casa Civil da Presidência da República, divulgada em 5 de março de 2004 e que trazia a seguinte pérola: “Vamos trabalhar com afinco para que o governo do PT implemente as medidas necessárias para que 2004 marque o início de um novo e sustentado ciclo de desenvolvimento econômico e social do país, através de mudanças na política econômica necessárias à implantação e consolidação de todos nossos programas sociais, econômicos, administrativos e de desenvolvimento”. Quão mais fácil era ser apenas oposição a “tudo o que aí estava”!

Ou ao que aí está, como sugere o documento reservado do PT que vem sendo discutido há meses e teve redação final de um graduado membro do partido e assessor especial de total confiança do presidente Lula, e será submetido no próximo fim de semana à análise e votação pelo Diretório Nacional do partido.

Deixemos de lado as generalidades vazias de conteúdo do tipo do longo exemplo acima ou de coisas como “mudar de conjunto (sic) a realidade social afilativa do país”, ou “fazer do social o carro-chefe do governo”, ou a velha e vaga demanda por “um novo projeto social de desenvolvimento”. Quando se especifica algo, o que temos é a surrada proposta de “redução mais acentuada das taxas de juros e a diminuição das rotas oficiais de superávit primário”.

Ambas generalidades sem conteúdo, e propostas aparentemente específicas como as acima têm como óbvio propósito assegurar maior espaço para a expansão do gasto público, ainda visto por legiões no Brasil como o verdadeiro motor do processo de desenvolvimento econômico e social.

Não li a íntegra dos documentos e, portanto, posso estar cometendo injustiças, pelas quais não terei pejo em pedir desculpas um dia. Mas, à luz do que “vazou” até agora, nada indica que algumas das áreas em que está havendo uma saudável convergência na opinião pública mais informada constem dos documentos mencionados. Muito pelo contrário.

Como vimos, o presidente Lula procurou dissociar-se inteiramente do PT no que diz respeito às lambanças do partido que vieram à tona em 2005. Ao que tudo indica, o presidente também vai ter de continuar se dissociando do PT na área econômica. Para o bem do País, que em pleno século 21 não pode mais incorrer naquilo que Hobbsawm chamou de os grandes pecados capitais da História: o provincialismo e o anacronismo. Ambos caracterizam o discurso econômico de boa parte do velho PT. Mas, como bem sabem muitos dos petistas mais lúcidos – que, felizmente, existem – a importante agenda do “mudar para crescer” é muito mais complexa do que sonha a vã ideologia – e seu fácil discurso de palanque.

Pedro S. Malan, economista, foi ministro da Fazenda no governo Fernando Henrique Cardoso. E-mail: malan@estadao.com.br

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro da matéria intitulada “Relatório da CPI vai citar o nome do Presidente Lula”, publicada no jornal **O Estado de S.Paulo**, em sua edição de 21 de março de 2006.

A matéria mostra que, no texto final que deverá ser aprestado dia 29, o Relator da CPI dos Correios, Deputado Osmar Sarraglio (PMDB–PR), vai citar também o nome do Presidente Luis Inácio Lula da Silva.

A reportagem divulga ainda que Sarraglio pretende descrever o episódio em que Lula foi avisado sobre a existência do mensalão pelo ex-Deputado Roberto Jefferson (PTB). Na ocasião, o Presidente pediu que o então Ministro da Articulação Política e hoje Presidente da Câmara, Aldo Rebelo (PC do B), e o ex-Presidente da Câmara, João Paulo Cunha (PT), tomassem providências e investigassem a denúncia.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Outro assunto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a que me refiro é que para ser Presidente é preciso ter ao menos pensamento elevado e levar a sério a administração do País.

Para ser Presidente é preciso determinar-se, é preciso resolver-se. E decidir com firmeza.

Fernando Henrique, em seu livro **A Arte da Política**, aponta algo assemelhado. E Geraldo Alckmin, menos de um mês depois da definição de sua pré-candidatura, começa a preparar o que poderá ser um Plano de Metas para o Brasil.

(...) Um programa de governo nos moldes do Plano de Metas, que Juscelino Kubitschek apresentou ao Brasil em 1955. (...) As “metas” serão objetivos na harmonização dos desenvolvimentos regionais; o programa não sairá das pranchetas dos economistas paulistas, mas das sugestões de especialistas de todo o País, ouvidos em seminários regionais feitos pelo Instituto Teotônio Vilela (ITV), centro de estudos do PSDB”

É uma pena que, antes de 2003, Luiz Inácio Lula da Silva não tenha tido essa mesma determinação de Alckmin e preparado um verdadeiro programa de Governo.

É uma pena que, já agora, com o barco à deriva, ele tenha preferido dizer que *o Brasil não tem pressa para crescer*.

Mais lamentável para o País é que Lula, realmente, tenha se acomodado e, nesse momento, mesmo

reconhecendo que *a situação está mal*, não reaja, preferindo fingir que sabe tocar berimbau, como ontem na Bahia.

Nenhum brasileiro quer a ruína do Governo Lula, mas, também, ninguém aceita que se leve a administração na flauta (ou no berimbau). Como se pudesse repetir o canção popular:

(...) *eu me vingo dela (a Nação) tocando viola de papo p’ro ar.*

(Pena Branca e Xavantinho)

O desejo maior da Nação, Presidente, seria a recuperação de um Governo que começou mal e segue mal. Mas sabe o povo que já é meio tarde para uma reação à altura de um país que, sim, tem pressa.

Não é só o tempo que se esvai. Também a visão do Presidente Lula, como a dos que o cercam em sua desastrosa administração, é olhizaina, estrábica, e, por isso, incapaz de agir com elevação e de pensar no País enquanto é tempo, se é que ainda é tempo.

As análises futuras, quando tiver que ser escrita a história desse quatriênio perdido, o mínimo que se poderá dizer é que Lula, sem programa de Governo, buscou avidamente, e às pressas, mal-traçar um projeto de Poder, que deu no que deu, a ponto de ele reconhecer ontem que as coisas vão mal.

Machado de Assis, nosso grande nome da Literatura, diz, em **Ressurreição** (p.21), que

(...) um espírito vesgo, uma alma insípida, é capaz de fidelidade e incapaz de constância (...)

Acrescento, indagando a quem Lula terá oferecido fidelidade, se ao Brasil ou ao PT e seu programa de poder?

E mais, ainda em acréscimo a Machado: a quem Lula terá assegurado constância: ao Brasil, que tem pressa de crescer ou ao PT, que tem ou teve pressa de se garantir no Poder a qualquer custo?

Sem condições de promover a retomada do crescimento brasileiro e de promover as tão reclamadas obras de infra-estrutura, o atual Governo lamentavelmente levou o Brasil a cenário de corrupção jamais visto.

Pior ainda, a obstinada postura de Lula e do PT para impedir que se investigue a roubalheira que, se não foi criada pelo Governo, tem a sua convivência.

Neste momento, o País convive, ademais, com indesejáveis atritos que prejudicam a harmonia e a independência entre os Poderes da República, praticamente reduzidas a frangalhos.

Era natural que o País fosse conduzido a esse estado deplorável no relacionamento entre o Poder Legislativo e o Poder Judiciário. Disso são os maiores culpados os petistas, que, ao impetrar pretensos e mal delineados direitos, humilharam a própria casa a que pertencem, o Congresso Nacional.

Não é hora de inculpar o Judiciário nem de alegar que o Supremo Tribunal Federal teria agido com exorbitância.

Por isso, ontem, neste Plenário, dirigi uma declaração ao Presidente desta Casa, por ele aceita, para que o diálogo entre os dois poderes possa ser feito. Na ocasião, disse que tudo que não gostaria de ver é um Executivo hipertrofiado e, ao mesmo tempo, Judiciário e Legislativo, os dois pilares da democracia, digladiando-se, com perda de densidade para ambos e, especificamente no que toca ao fortalecimento, impedindo a maximização das CPI.

Creio ter interpretado a vontade desta Casa e, de certa forma, ir ao encontro do que pensa a sociedade civil brasileira.

É certo que a opinião pública está preocupada com os rumos do Brasil. A imprensa, por seu lado, procura interpreta o pensamento das populações e a contrariedade nacional com o que ocorre.

Outro assunto a que me refiro, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é se o Presidente Lula tem a ilusão de que o mundo não sabe que no Brasil o Governo petista afaga os invasores de terra que infelicitam o campo, pode ter a certeza de seu ledor engano. O mundo todo sabe, sim, que a intranquilidade é um mal com o qual os agricultores são obrigados a suportar.

E o mundo inteiro sabe também que as invasões aumentam porque Lula afaga os invasores.

Para que o Presidente fique informado, fique sabendo desde logo que são freqüentes as notícias e análises de jornais do mundo inteiro a respeito desse grave problema que se agrava porque o Governo dá dinheiro para incentivar as invasões.

Hoje, nos Estados Unidos, jornal **The Christian Science Monitor** registra o desencantamento de antigos aliados do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que acusam o governo de não ter conseguido combater os problemas sociais do Brasil.

O **Science Monitor** é um jornal discreto, mas também muito influente. Seu noticiário é sempre apresentado em forma de análise correta e baseada em fatos reais. Suas matérias baseiam-se em trabalho de exaustiva apuração.

Não é, pois, um jornal que publica as notícias que lhe chegam sem que antes passe por um processo de checagem, portanto com absoluta segurança de sua veracidade.

É esse o jornal que comenta o desencanto dos movimentos sociais que esperavam que Lula, antigo

defensor da reforma agrária por décadas, como sindicalista e líder da oposição.

Trago a notícia do *Science* para que, assim, passem a constar dos Anais do Senado da República.

Mais um assunto a que me refiro, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é sobre a autora de um dos bons livros da atualidade brasileira, ("Quase Tudo") que, ao narrar a própria biografia, relembra episódios importantes da vida contemporânea do País, a escritora Danuza Leão tem autoridade para dizer que, no Governo Lula, os políticos brasileiros atingiram o fundo do poço,

Danuza viveu e vive, como jornalista, todos os momentos de um Brasil inquieto por tantos desacertos, desde 1954, data por ela indicada em recente palestra no Teatro Folha, no Pátio Higienópolis, em São Paulo.

Por tudo isso, estou anexando a este pronunciamento a matéria da **Folha de S.Paulo** de hoje, que faz uma síntese da palestra de Danuza.

Ali, num teatro lotado e, portanto, diante de um público interessado nos fatos brasileiros, Danuza Leão, essa brava mulher que admiro, define bem o que é o PT, o partido do Presidente Lula.

São delas essas palavras:

Eu daria um Oscar para os dirigentes do PT, porque eles fingem muito bem, têm cara de santo.

Está criado o **Oscar do Fingimento** e o PT de Lula é o seu primeiro ganhador. Parabéns a ambos.

E, por último, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores a violação do sigilo bancário do caseiro que diz ter visto o ministro Antonio Palocci na casa da República de Ribeirão Preto é um ato de gangsterismo, diz o articulista Clóvis Rossi, da **Folha de S.Paulo**.

Eu também acho.

O povo brasileiro também acha.

Os do lado de lá da rua são os únicos que não acham. Eles se confundem, misturam-se ou fazem parte do **gangsterismo**.

Diz o editorial de hoje do jornal **O Estado de S.Paulo**, com todas as letras e muito claramente:

Nada disso é insignificante quando se está em face da mais torpe operação já engendrada nas alturas – ou nos porões – do governo do PT.

Quem acha que tudo isso é insignificante é o Governo petista, num refrão quase cômico e infelizmente repetido por seus representantes a todo instante, inclusive neste Plenário.

A grande verdade, para a toda a Nação, mais do que convencida do **gangsterismo** do Governo petista

do Presidente Lula, é que o Brasil está sob a ameaça de implantação de um pretenso governo autoritário, sob a batuta do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Se esse regime nazi-fascista ainda não atingiu a plenitude, estamos muito próximos disso, pelo desejo do grupo que pensou no poder pelo poder, longe, muito longe, de qualquer projeto, programa ou diretrizes de plano de ação governamental.

Ao cometer um crime – quebrar sem ordem judicial o sigilo bancário de alguém que de nada é acusado – o poder petista tentou desqualificar o trabalhador que ousou declarar a este jornal, depois a outros e, enquanto pôde, antes de ser amordaçado por uma liminar, à CPI dos Bingos, que Palocci mentiu quando negou ter estado no casarão onde a sua corriola tramava negociatas e promovia farras remuneradas. Mas à ignomínia somou-se, como era de se prever, a incompetência – diz ainda o **Estadão** no mesmo editorial de hoje.

Houve um crime, sim. Houve um crime praticado pelo Governo que aí está. E não venham as lideranças petistas, com seus estertores, com seu frenesi exaltado ou com o seu clássico histerismo! Histerismo, isso é lá para longe, não aqui no Plenário do Senado da República.

A persistir a sucessão de erros petistas, acobertados por uivos e gritos zangadiços, que defendem a qualquer preço o personagem sob suspeição, que é o Ministro Palocci, as vozes petistas vão ter amanhã que explicar à Nação aturdida por quê fecharam os olhos ao ilícito.

Que não venha também o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com seu ensaiado e já cansativo gesto de passar a mão e, depois, dizer que de nada sabia. Sabe, sim. O Presidente sabe de tudo. E ainda ontem reuniu-se com o Ministro da Justiça, exclusivamente para tratar desse crime.

Fica, pois, avisado o Presidente da República: não vale fingir mais tarde nem proclamar com a cara mais limpa do mundo que de nada sabe. Não vale, Presidente! Explique-se à Nação.

Expliquem-se, Lula e seu desacreditado Governo, aos juristas e ao STF.

Leio, a propósito:

“A Constituição garante o direito ao sigilo. Isso tem de ser respeitado pelo cidadão. Aí a razão pela qual nós estamos muito preocupados com isso. Os abusos somam-se a abusos, chamam mais abusos e as coisas vão se complicando”.

Sabem os senhores do Palácio do Planalto quem disse isso? Foi o presidente do Supremo Tribunal Federal.

Ele, Nelson Jobim, e o presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Gilmar Mendes, criticaram ontem a violação do sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos Costa e pediram uma investigação “cabal” sob pena de a disputa política degenerar em “vale-tudo” e “selvageria”.

Vale-tudo e Selvageria, por tudo que se vê, são a nova ordem que desejam Lula e seu grupo, esquecidos, como alerta o Supremo Tribunal Federal, de que

A Constituição exige autorização judicial para a quebra do sigilo bancário.

Como revelam fartamente as notícias dos jornais brasileiros – e estrangeiros daqui a pouco – o extrato da conta de Francenildo, na Caixa Econômica, já circulava entre os assessores do ministro Antonio Palocci no Ministério da Fazenda.

Aí está. Tudo explicado! O Ministério da Fazenda manda na Caixa Econômica. E então foi muito fácil, um simples telefonema e o crime se consumou.

Sr. Presidente, as coisas vão mal no Brasil. Era previsível que um Governo tão estouvado viesse gerar essa tremenda confusão.

A confusão nasce quase sempre da irresponsabilidade.

Esquecem-se os petistas que o Brasil de hoje não comporta atos e ações levianos. Já não é tempo de girolas nem de um Governo que, volta e meia, se traveste de brincalhão ou põe de fora as manguinhas do autoritarismo.

Por autoritarismo, entenda-se o frenético vale-tudo pela reeleição de um Presidente que sonha com a repetição desse seu quadriênio perdido.

Fica a advertência:

No vale-tudo pela reeleição, Lula também mandou acionar a mais alta corte judicial para impedir que a CPI dos Bingos ouvisse tudo que Nildo teria a dizer. O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, fez a sua parte ao não permitir que a Polícia Federal investigue a história da sede da República de Ribeirão.

Está no jornal **O Estado de S.Paulo**. E também no pensamento hoje dominante entre a população brasileira.

Era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Relatório da CPI vai citar nome do presidente Lula

No texto que será apresentado no dia 29, Serraglio vai lembrar que presidente foi avisado sobre o mensalão

Eugênia Lopes
BRASILIA

Ficou para a semana que vem a apresentação do relatório final da CPI dos Correios. O texto, que terá entre 1.500 e 2.000 páginas, vai propor o indiciamento de mais de 100 pessoas envolvidas no escândalo do mensalão, entre elas ex-dirigentes do PT, além de descrever a origem dos recursos que abasteceram as contas do empresário Marcos Valério.

No texto final, que deverá ser apresentado no dia 29, o relator da CPI, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), também vai citar o nome do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Serraglio pretende descrever o episódio em que Lula foi avisado sobre a existência do mensalão pelo ex-deputado Roberto Jefferson (PTB). Na ocasião, o presidente pediu que o então ministro da Articulação Política e hoje presidente da Câmara, Aldo Rebelo (PC do B-SP), e o ex-presidente da Câmara João Paulo Cunha (PT-SP) tomassem providências e investigassem a denúncia.

Fábio Lula da Silva, filho do presidente, será igualmente citado. O sub-relator de fundos de pensão, deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA), vai pedir que seja investigado o contrato de R\$ 5 milhões

da Gamecorp, empresa de Fábio Lula, com a Telemar.

No rol dos indiciados, está o ex-secretário-geral do PT Silvio Pereira, que viu sua situação agravada com a divulgação pelo Estado, ontem, de auditoria do Tribunal de Contas da União em um dos contratos da Petrobrás com a GDK. A auditoria detectou superfaturamento de US\$ 23,1 milhões (cerca de R\$ 48 milhões). A GDK presenteou Silvio com um jipe Land Rover.

CONTA-PULMÃO

O relatório final vai mostrar

Conta de Valério movimentou R\$ 30 milhões para o esquema

que uma conta de Valério no Banco Rural, chamada de conta-pulmão, movimentou R\$ 30 milhões e serviu para alimentar o esquema montado para pagar parlamentares em troca de apoio ao governo. "Essa conta-pulmão foi usada para alimentar outra conta, chamada de conta-mãe, que servia para o mensalão", afirmou Serraglio. "Essa conta era a que abastecia a dos sindicatos", explicou o sub-relator de movimentação financeira, Gustavo Fruet (PSDB-

PR). Segundo ele, na conta-pulmão aparecem recursos de empresas públicas e privadas, como a Usirrinhas.

Serraglio passou o dia, ontem, tentando definir em que tipo de crimes serão enquadradas as pessoas que terão seus pedidos de indiciamento feitos ao Ministério Público. Os 19 parlamentares envolvidos no mensalão cujos nomes foram enviados para o Conselho de Ética, em agosto, terão seu indiciamento pedido por crime eleitoral e corrupção passiva. O relator pretende analisar o processo dos deputados já julgados pelo conselho para embasar o pedido de indiciamento. A CPI vai também pedir a condenação dos parlamentares que renunciaram ao mandato - Valdemar Costa Neto (PL-SP); Paulo Rocha (PT-PA) e José Borba (PMDB-PR) - e daqueles que foram absolvidos pelo plenário da Câmara.

Além dos deputados e de Silvio Pereira, o relator também pretende propor o indiciamento dos ex-ministros José Dirceu e Luiz Gushiken e de outros ex-dirigentes petistas. A CPI dos Correios vai pedir ainda a condenação do ex-presidente do PT José Getúlio e do ex-tesoureiro De-
lúbio Soares.

Hora de o Congresso dizer basta!

Tivesse suficiente sensibilidade política (e ética) para captar o grau de decepção da sociedade brasileira, no que diz respeito à confiança que deveria inspirar a majestática imparcialidade da Justiça do País – especialmente sua cúpula; tivesse a necessária lucidez para avaliar todo o estrago já causado à imagem do Judiciário, por decisões estapafúrdias e notoriamente tendenciosas dos Tribunais Superiores em favor de interesses políticos do Planalto; tivesse o mínimo de objetividade de juízo para aquilatar o quanto o Judiciário tem ferido a independência do Legislativo, num processo de crescente intromissão de atribuições entre Poderes –, decerto o ministro Nelson Jobim, em sua fase de retirada da presidência da mais alta Corte de Justiça do País, pelo menos buscaria outro argumento, que não a negação do “grave risco ao interesse público”, para justificar a rejeição do recurso do Senado, que tentava liberar o depoimento do caseiro Francenildo Costa à CPI dos Bingos.

Se já não era do maior interesse público o depoimento do ex-caseiro da sede nacional da já famigerada República de Ribeirão Preto – depois que, em entrevista a este jornal, provou em pormenores que o Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, faltara com a verdade ao dizer que lá jamais estivera – pela violência perpetrada contra aquele cidadão depoente, na divulgação criminosa de seus extratos bancários, com o objetivo de “pôr em dúvida sua credibilidade” (termos usados pela própria revista que fez a “denúncia”, embora no texto da matéria revelasse conhecer a origem não escusa dos depósitos efetuados na conta de Francenildo), já haveria motivo mais do que suficiente para que a opinião pública brasileira fosse devidamente esclarecida por novo depoimento do caseiro àquela Comissão Parlamentar de Inquérito – visto que o primeiro fora interrompido por decisão igualmente monocrática de ministro do Supremo Tribunal Federal.

Como o extrato da conta do caseiro fora obtido no momento mesmo em que este se encontrava em repartição da Polícia Federal – configurando-se, assim, o indiscutível crime de quebra de sigilo, visto não ter havido autorização judicial para isso –, tornou-se o assunto do máximo interesse público, acima de governo ou de ministros de Estado, por envolver, em grave suspeita, a Caixa Econômica Federal, subordinada ao Ministério da Fazenda.

Considerações jurídicas à parte – e aqui o risco maior é o de que a população brasileira se acostume a apartá-las da Ética –, o que mais choca é a desproporcionalidade das coisas: com tantos suspeitos de participação em esquemas milionários de corrupção, que apesar de gritantes indícios de culpa têm tido

seus sigilos bancários, fiscais e telefônicos ferreamente protegidos, judicialmente negados os pedidos de quebra – e o caso mais recente é o de Paulo Okamoto, depois de tantos e tantos outros –, por que surgiram e se divulgaram com tamanha rapidez os extratos da conta bancária de um humilde trabalhador, como Francenildo? E por que, mesmo depois das explicações comprovadas que deu sobre a origem dos depósitos – com o que foi obrigado a revelar intimidades do relacionamento familiar (estas, sim, que mereceriam estar sob a proteção do segredo de Justiça) –, o caseiro continuou a merecer de políticos petistas e acólitos do Planalto a insinuação de que fora “comprado” para prestar aquele comprometedor testemunho sobre a mansão do Lago Sul?

Mas em tudo isso o que deve se registrar como mais grave é a invasão de atribuições entre Poderes, que vem em um crescendo e tem chegado a lances escandalosos. Mencione-se, como ilustração, a aberrante atitude do Presidente do Tribunal Superior de Justiça (STJ), Edson Vidigal, ao se imiscuir na liberdade decisória de um partido político, anulando a prévia do PMDB, em defesa notória dos interesses de seu padrinho político, Senador José Sarney e do candidato Lula da Silva – e sem demonstrar o mínimo pejo de, na mesma ocasião, ir ao Maranhão para lançar a própria candidatura ao governo daquele Estado!

É preciso que o Legislativo comece a dizer basta. Melhor seria então que, para isso, simplesmente ignorasse a decisão de Jobim e fizesse a oitiva de Francenildo Costa na CPI dos Bingos. Com certeza, assim agindo o Legislativo deixará claro que na representação legítima que faz da sociedade brasileira ínsita não está a submissão subserviente e humilhante a outros Poderes.

Para presidente, “a situação está mal”

Da Sucursal de Brasília

Sem citar as investigações sobre o ministro Antonio Palocci (Fazenda) e as suspeitas de envolvimento do governo em uma violação de sigilo bancário, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem, em Salvador, que “a situação está mal.”

“Hoje não estou bem, a situação está mal.” Mas eu acredito em Deus, sou brasileiro e lutador”, afirmou, durante a solenidade que marcou a retomada das obras do metrô da capital baiana.

Lula disse ainda que tem disposição para “brigar” por sua equipe. “Eu gosto de uma briga, quem me conhece sabe que eu adoro uma briga. Agora, eu sou o presidente da República e não posso ficar respondendo a cada baixo nível que jogam contra mim.”

Antes de viajar para a Bahia, onde visitou quatro cidades, Lula determinou a seus principais ministros,

em reunião anteontem à noite, que o responsável pela quebra ilegal do sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa seja apontado publicamente por investigações da Caixa Econômica Federal e da Polida Federal.

Segundo relato de membros da comitiva que acompanharam o presidente na viagem, Lula afirmou que o culpado pela violação de sigilo deve pagar. O presidente e ministros sustentarão que a divulgação de dados de conta do caseiro não foi uma decisão de governo, mas um ato isolado de integrantes da administração que deve ser punido.

Ao mesmo tempo, Lula determinou que o ministro da Fazenda seja preservado e que a oposição seja tratada de forma dura. Até ontem, ele não pretendia demitir Palocci.

Caixa

Enquanto estava na Bahia, o presidente converrou com ministros da Coordenação de Governo que se reuniram no Palácio do Planalto com Palocci. O ministro nega participação na quebra de sigilo do caseiro, apesar de essa violação ter acontecido na Caixa, órgão subordinado à Fazenda.

Há suspeita de que a violação e o vazamento do sigilo bancário do caseiro tenham tido a participação de auxiliares do ministro da Fazenda.

Francenildo contradisse declaração de Palocci à CPI dos Bingos. Disse que o ministro freqüentou uma casa usada em Brasília por ex-auxiliares dele do tempo em que foi prefeito de Ribeirão Preto. Palocci, em depoimento à CPI dos Bingos, negou ter ido à casa.

Nos discursos que fez ontem, Lula não mencionou o ministro nem fez referências à violação do sigilo do caseiro.

O presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso, estava na lista dos que participariam de um evento com Lula em Lauro de Freitas (BA). Mas, no mesmo dia em que foi revelado que o banco foi o responsável pela violação do sigilo do caseiro, Mattoso não compareceu. Foi representado pelo vice, Jorge Hereda, que não mencionou o caso.

Campanha

Em Cruz das Almas (a 150km de Salvador), Lula fez um discurso de 17 minutos depois de anunciar que não faria discursos. “Eu, na verdade, não pretendo fazer um pronunciamento aqui, até porque toda vez que eu falo um partido entra com um processo contra mim, dizendo que eu estou fazendo campanha.”

Só neste ano, o PSDB já fez ao menos nove representações ao Tribunal Superior Eleitoral contra Lula, por campanha antecipada. Nenhuma delas teve um julgamento definitivo até agora.

Ontem, o PFL protocolou no TSE representação contra Lula por propaganda eleitoral antecipada durante o lançamento de obras em Sergipe. O fato citado na representação é a exibição, feita por Lula em um palanque, de uma camisa do Itabaiana, campeão sergipano de futebol, com o número 13 que identifica o Pie seus candidatos.

Antes de discursar, Lula ouviu críticas do escalado para falar pelos estudantes, Jason Ferreira, que reclamou das condições do prédio, dos laboratórios, das máquinas e do auxílio aos alunos da Universidade Federal do Recôncavo Baiano, inaugurada ontem.

“Seria importante que vocês, um dia, fizessem uma meditação para ver, nesses últimos 30 anos, 40 anos, quantas universidades foram criadas no Brasil, quantas extensões universitárias foram criadas no Brasil, quantas escolas técnicas foram criadas no Brasil e vocês comparassem tudo isso com os 36 meses do nosso governo, para vocês verem o quanto nós avançamos”, discursou o presidente. No pronunciamento feito em Salvador, Lula disse que a sua administração já foi responsável pela geração de 4 milhões de empregos com carteira assinada e voltou a criticar os seus antecessores.

“Entre 1980 e 1992, a economia brasileira cresceu muito pouco. Se olharmos a história brasileira nos últimos cem anos, vamos ver que ninguém fez a metade pelo social do que estamos fazendo.” (**Folha de S.Paulo**, 22-3-06)

Lula pede a Renan que acalme os ânimos

Presidente do Senado tenta conter a crise e desviar o foco de Palocci

Christiane Samarco

Preocupado com o agravamento da crise, depois das denúncias do caseiro Francenildo Santos Costa contra o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva convocou o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), para uma conversa reservada na noite de segunda-feira.

Segundo um petista com trânsito no Planalto, além de ouvir Renan sobre o PMDB e a candidatura presidencial de Anthony Garotinho, Lula fez um apelo para que o senador ajude a acalmar os ânimos no Senado, onde os líderes da oposição insistem em derrubar o ministro.

O mesmo petista afirma que não é a solidariedade que explica a ofensiva de ministros e do PT em favor da manutenção de Palocci no cargo. Segundo o parlamentar, setores do governo e do partido credi-

tam que a crise está se aproximando muito do gabinete presidencial e temem o efeito negativo dela sobre o desempenho de Lula nas pesquisas eleitorais.

Eles avaliam que Palocci se indispôs demais com o Ministério Público de São Paulo e precisa do cargo para manter o foro privilegiado de julgamento. “Fora do governo, Palocci toma uma prisão temporária e as imagens fortíssimas dessa prisão na campanha vão denotar Lula”, resume o petista.

Diante do apelo presidencial para pacificar governo e oposição no Congresso, Renan começou a trabalhar cedo. Pela manhã, recebeu em seu gabinete o senador petista Tião Viana (AC); o presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC), e o líder do governo no Congresso, senador Fernando Bezerra (PMDB – RN), além de conversar com a líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC).

Ele conseguiu fazer com que Ideli desistisse de requisitar as fitas com as gravações das câmeras que monitoram o Senado. Ela queda provar que, antes de depor na CPI dos Bingos, o caseiro visitou parlamentares da oposição como o senador Antero de Barros (PSDB – MT). Em encontros reservados, ele tem repetido que a crise está ganhando contornos de luta sangrenta e paralisando o Congresso.

E tratou de reunir os líderes partidários no início da tarde. Depois dos apelos para que aliados e adversários do Planalto baixem o tom e retomem o diálogo, ele convocou os líderes para tentar estabelecer uma pauta de votação e sair da agenda da crise. Afinal, há quase um mês o Senado não vota nenhuma matéria importante.

Na conversa com Lula, Renan também falou das chances de a candidatura própria do ex-governador do Rio Anthony Garotinho vingar. Como Garotinho foi sagrado candidato com apenas 38% dos votos peemedebistas e as prévias foram barradas pela Justiça, a consulta interna não tem valor jurídico. Esta é a melhor notícia para os governistas do PMDB e o Planalto, que não quer que a candidatura própria do PMDB arraste a disputa presidencial a um segundo turno.

Se Garotinho tivesse sido escolhido candidato em prévias, seria preciso reunir a convenção nacional e obter o apoio de pelo menos dois terços dos convencionais para derrubar a candidatura. Como o partido realizou apenas uma consulta, bastará reunir maioria simples (metade mais um dos votos) na convenção nacional de junho para derrubar a candidatura.

Estadao.com.br / **O Estado de S. Paulo** / **Jornal da Tarde** | Agência Est

Alckmin prepara plano de metas nos moldes de JK

Governador pretende ouvir especialistas de todo o País para programa

Carlos Marchi

Um programa de governo nos moldes do Plano de Metas, que Juscelino Kubitschek apresentou ao Brasil em 1955, é um dos trunfos que o governador Geraldo Alckmin está começando a projetar para a campanha presidencial. As “metas” serão objetivos na harmonização dos desenvolvimentos regionais; o programa não sairá das pranchetas dos economistas paulistas, mas das sugestões de especialistas de todo o País, ouvidos em seminários regionais feitos pelo Instituto Teotônio Vilela (ITV), centro de estudos do PSDB.

Alckmin vai viajar pelo Brasil para “comer barro”, expressão que adora usar, e conhecer as economias locais. “A idéia é andar pelos interiores para identificar os potenciais de harmonização do desenvolvimento”, diz o secretário João Carlos Meireles, que será o coordenador-executivo da campanha. A coordenação-geral ficará com o senador Tasso Jereissati, presidente do PSDB, que cuidará das tarefas políticas, como as alianças partidárias.

Na tarde de 31 de março Alckmin renunciará ao mandato, transmitirá o governo de São Paulo ao vice-governador Cláudio Lembo e seguirá para seu novo escritório de despachos, no Diretório Regional do PSDB paulista. De lá, iniciará os contatos políticos e o trabalho de audiência para elaborar o programa de governo.

Os planos para a campanha do pré-candidato tucano estão rascunhados há mais de um ano e o primeiro ponto previsto – uma viagem de jipe através dos 1.720 quilômetros da BR-163, a Rodovia Cuiabá – Santarém – terá de ser adiado porque as chuvas tornam a estrada intransitável no sul do Pará até fins de abril. A viagem deverá acontecer em maio, logo aos primeiros sinais do chamado “verão amazônico”, e tem a duração prevista de quatro dias.

Trajetos

Meireles, que já coordenou a construção de cidades na região, diz que o trajeto será um dos pontos de destaque do programa de governo, porque a BR-163 é a via natural de escoamento da produção de Mato Grosso. De Santarém Alckmin fará sobrevôos sobre o Rio Tapajós e sobre o Rio Madeira (o desenvolvimento da navegação fluvial será favorecido no programa). Ele conhecerá também o projeto de mineração de Trombetas e depois visitará Manaus, de onde irá a

Boa Vista, em Roraima, único Estado brasileiro que ainda não conhece.

Logo depois da desincompatibilização, Alckmin irá a Brasília para preparar seu cronograma de campanha com o senador Tasso Jereissati e o deputado Sebastião Madeira, presidente do ITV. Em abril, começarão os seminários do ITV: o primeiro debaterá o Agronegócio, no dia 6 de abril, em Cuiabá.

A viagem seguinte de Alckmin será ao noroeste da Bahia e ao sul do Piauí e do Maranhão, para conhecer a nova fronteira agrícola da região. “O diferencial do programa de governo é que não vai ditar as regras do desenvolvimento a partir do centro de governo, mas a partir das visões regionais”, explica Meireles. Alckmin também visitará o pólo agroindustrial do oeste catarinense.

A logística dessas viagens começará a ser montada após a definição da equipe, que contará, além de Meireles, com os assessores especiais Luiz Salgado, que cuida dos textos e documentos, e Orlando Baptista, que acompanha projetos e ações, além do secretário de Comunicação, Roger Ferreira.

A recuperação do Tietê

Chegou ao fim a obra de ampliação da Calha do Rio Tietê, iniciada em 2002, como parte do Plano de Macrodrenagem da Região Metropolitana de São Paulo e com o principal objetivo de reduzir os transtornos provocados todos os anos pelas enchentes. As obras, que custaram mais de R\$ 1 bilhão, reduzem de 50% para 1% a probabilidade de ocorrer inundação no rio. O alargamento da calha, que passou de 20 metros para 46 metros, também resultou numa melhoria considerável da paisagem da cidade de São Paulo. As margens do rio foram recuperadas com proteção e revestimento de taludes. O mato que crescia nas laterais do leito, escondendo o Tietê, deu lugar a um projeto paisagístico de 50 quilômetros de extensão com 4 milhões de mudas plantadas, desde árvores que alcançarão até 30 metros de altura a arbustos e forração vegetal.

Antes da obra, a cada duas temporadas de chuvas ocorria uma inundação. Com o alargamento da calha e o aprofundamento do leito em 2,5 metros, o rio poderá suportar chuvas de 95 mm no período de 12 horas, sem sair do leito. Na noite de 24 de maio de 2005, depois de três anos de completa tranquilidade para os moradores dos bairros vizinhos, um temporal despejou 120 mm em 12 horas, fazendo as águas do Tietê subirem 4 metros. Apesar de a chuva ter ultrapassado o limite de capacidade de vazão e provocado enchentes nas vizinhanças do rio, o refluxo das águas que cobriram as pistas expressas da Marginal do Tietê demorou apenas duas horas. Antes, uma ocorrência

desse tipo bloqueava a via por onde são realizadas 750 mil viagens diárias por pelo menos 12 horas.

A situação em que estava o Rio Tietê era o resultado de décadas de descaso do poder público com o meio ambiente. A ocupação desordenada das margens, a inércia diante da crescente poluição por despejos industriais e domésticos e a inexistência da consciência ambiental entre a população transformaram o leito do rio no esgoto da cidade.

Nesses quatro anos em que a obra foi realizada, 10 milhões de metros cúbicos de sedimentos, rochas, detritos e lixo foram retirados da calha – volume suficiente para encher 31 vezes o Estádio do Pacaembu. Diariamente, em mil viagens de caminhões eram transportadas 12 toneladas de detritos – dessas, 1,5 tonelada de garrafas pets, sacos plásticos, móveis, carcaças de automóveis e lixo. 120 mil pneus foram retirados do findo do rio.

Trabalharam na obra 4 mil operários, utilizando 200 máquinas, entre dragas, escavadeiras, chatas e outras. Construíram um descarregador de fundo, para o controle das cheias, ao lado da barragem móvel, onde também foi feita a primeira eclusa paulistana, que permite que toda a manutenção do rio seja feita com embarcações, sem comprometer com o vaivém de caminhões o trânsito sempre congestionado das pistas da Marginal do Tietê.

Além dos investimentos já feitos, é preciso considerar os custos de manutenção – calculados em R\$ 10 milhões anuais – para que o rio permaneça desassoreado. No domingo, quando inaugurou a obra, o governador Gemido Alckmin assinou a autorização para que sejam realizadas Parcerias Público-Privadas (PPP) para a manutenção do paisagismo, dos taludes, das barragens e dos revestimentos das margens do rio.

Para que a navegação entre as Barragens da Penha e a de Edgard de Souza possa ser realizada com fins turísticos ou como parte do sistema de transporte público, porém, outra batalha está sendo travada. Até o fim de 2007, o governo pretende concluir a segunda fase do projeto de despoluição da Bacia do Rio Tietê – lançado em resposta a persistente campanha da Rádio Eldorado, comandada, então, por João Lara Mesquita. Desembocam em seu leito 632 entradas de esgoto e 62 córregos sem saneamento. Milhares de casas ainda lançam esgoto diretamente nas águas desses córregos. Tanto que serão investidos US\$400 milhões do BID para ligar 300 mil casas à rede de esgoto. E preciso também educar a população para que não jogue no rio detritos e lixo. Afinal, a despoluição do Tietê já foi iniciada, mas esse é um processo de longo prazo.

Invasões de terra mostram 'desencantamento' com Lula, diz jornal da BSC, em Londres

Uma recente onda de invasões de terra por camponeses destaca, segundo reportagem publicada nesta quarta-feira pelo jornal americano **The Ghristian Science Monitor**, o desencantamento de não ter conseguido combater os problemas sociais do Brasil.

O **Science Monitor** é um jornal discreto, mas também muito influente. Seu noticiário é sempre apresentado em forma de análise correta e baseada em fatos reais. Suas matérias baseiam-se em trabalho de exaustiva apuração.

Não é, pois, um jornal que publica as notícias que lhe chegam sem que antes passe por um processo de checagem, portanto com absoluta segurança de sua veracidade.

É esse o jornal que comenta o desencanto dos movimentos sociais que esperavam que Lula, antigo defensor da reforma agrária por décadas, como sindicalista e líder da oposição.

Trago a notícia do Science para que, assim, passem a constar dos Anais do Senado da República.

Era o que tinha a dizer.

Invasões de terra mostram 'desencantamento' com Lula, diz jornal da BBC, em Londres

Uma recente onda de invasões de terra por camponeses destaca, segundo reportagem publicada nesta quarta-feira pelo jornal americano **The Christian Science Monitor**, o desencantamento de antigos aliados do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que acusam o governo de não ter conseguido combater os problemas sociais do país.

O jornal comenta que movimentos sociais esperavam que Lula, que defendeu a reforma agrária por décadas como sindicalista e líder da oposição, acelerasse a distribuição de terra ao tomar posse, em janeiro de 2003, mas até agora distribuiu pouco mais da metade do que havia prometido.

Lula havia recebido o apoio eleitoral de grupos como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), após prometer distribuir pedaços de terra a 400 mil famílias e conceder títulos de propriedade para outras 500 mil famílias que já têm terra, mas não têm a documentação legal.

Segundo o jornal, as invasões têm como objetivo pressionar o governo num período pré-eleitoral.

A reportagem destaca, porém, que apesar dos problemas com a reforma agrária e dos escândalos de corrupção envolvendo seu governo e seu partido, Lula mantém uma alta popularidade e permanece como o favorito nas pesquisas para a eleição de outubro.

ANEXO

Folha Cotidiano

São Paulo, quarta-feira, 22 de março de 2006

SABATINA FOLHA

A jornalista e escritora diz se sentir uma "débil mental" por ter acreditado que o partido inaugurara nova fase em padrões éticos na política.

PT merece Oscar do fingimento, diz Danuza

A jornalista e escritora Danuza Leão, durante a primeira sabatina **Folha** deste ano; evento lotou ontem o Teatro **Folha**, na região central da cidade de São Paulo.

Mário César Carvalho

Da Reportagem Local

Os políticos brasileiros atingiram o fundo do poço no quesito ética no Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A avaliação é da jornalista e escritora Danuza Leão. "Acompanho a vida política desde 1954 e não vi nada parecido com o que está acontecendo", disse na primeira sabatina **Folha** deste ano. O evento lotou o Teatro **Folha**, com 320 pessoas, entre as quais só havia cerca de 30 homens.

Ela ironizou os pronunciamentos dos petistas, sempre negando as acusações que são imputadas a eles. "Eu daria um Oscar para os dirigentes do PT, porque eles fingem muito bem, tem cara de santo. Eu me sinto uma débil mental por acreditar no que acreditei", contou, referindo-se às promessas segundo as quais o partido inaugurara uma nova fase em padrões éticos na política brasileira.

A colunista da **Folha** disse que conheceu o mundo político numa época, a década de 50, em que a imprensa não ousava cruzar a linha imaginária que separa a avaliação pública e a vida privada dos políticos. "Todos os presidentes tiveram algum namoro com alguém, mas naquela época não se falava. Todos tiveram uma segunda vida amorosa e sexual."

Danuza acha que esse silêncio não vale no caso do Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, na hipótese de serem verdadeiras as acusações de que ele freqüentava uma casa em Brasília onde se realizavam reuniões de lobistas e supostas festas com garotas de programa. "Se isso interfere na vida pública, tudo tem de ser dito."

O que oprime a mulher, para a escritora, não é a ditadura da moda ("pode tudo que eu não sei o que é uma mulher chique"), mas a da magreza.

“Disso eu não me livre. Estou de regime. Há 19 dias não como carboidratos, não bebo, não como fruta. Como peixe, carne, mas sem legume, porque legume tem açúcar. Perdi quatro quilos. Eu, gorda, fico horrenda.”

Ela contou por que decidiu fazer a revelação que fez no final do best-seller “Quase Tudo” não se referia à idade, aos 72 anos, que também desvela no livro. Escreveu sobre o episódio ocorrido em Paris com um homem, mas, na dúvida se publicava ou não a revelação, resolveu mostrar o texto ao filho Bruno. “Vou te dar um computador porque não tenho coragem de contar, lembrou. “Ele foi abrindo o olho. Quando terminou, ele disse: “Mamãe, você é do cacete. É claro que você vai contar isso no livro”. O que quero mais da vida do que um filho que me aprova?” Se alguém quisesse filmar a cena, Danuza acha que a atriz francesa Fanny Ardant seria perfeita para representá-la.

Danuza, que foi casada com os jornalistas Samuel Wainer, Antonio Maria e Renato Machado, explicou na sabatina por que não gosta de garotões: “O que me atrai num homem é o olhar, o charme, a inteligência. E garotão é tão desagradável... Não confio em ninguém que frequenta academia.”

Mulher também não tem vez no rol de amizades de Danuza: “Me relaciono mal com mulher. Prefiro ser amiga de homem. Essa rendinha – “que gracinha essa sandália, onde você comprou” – eu não agüento.”

São Paulo, terça-feira, 21 de março de 2006

Clóvis Rossi **Gangsterismo**

São Paulo – A violação do sigilo bancário do caseiro que diz ter visto o ministro Antonio Palocci na casa da “República de Ribeirão Preto” é um ato de gangsterismo que só reforça a sensação de que a política brasileira desce mais e mais ao pântano.

O jogo aí é o seguinte: em vez de rebater a acusação, alguém, certamente aliado ou membro do governo ou do PT, puxa as contas do caseiro para desviar a suspeição do acusado para o acusador.

Típico gangsterismo. Mesmo que o caseiro tivesse recebido dinheiro da oposição, do demo ou de quem fosse, permanece de pé o fato de que o ministro é acusado de ter mentido sobre suas idas à casa suspeitíssima da república de sua terra.

Pior ainda é o fato de que o caseiro mostrou recibos que supostamente provam que os depósitos foram feitos por seu pai biológico. Quer dizer: praticase um ato de gansterismo para defender o ministro, mas sai um tiro no próprio pé, na medida em que até

o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, afirma que e “grave” a violação do sigilo, ele que, nos últimos tempos, notabiliza-se mais por defender o governo que a justiça.

Nesse ambiente pantanoso, petistas de grosso calibre conseguem dizer invariavelmente as piores coisas. O secretário-geral da Presidência, Luiz Dulci, por exemplo, afirma: “Qualquer coisa que fira a lei deve ser deplorada, e foram muitas as vezes que isso aconteceu nesses nove meses, com vazamentos ilegais sobre membros do governo”.

Ou seja, em vez de cair matando em cima de uma ilegalidade, como seria de praxe em quem tivesse zelo pelos valores republicanos, o secretário-geral prefere a sua própria versão da frase de Lula, aquela segundo a qual o PT, ao cometer trambiques, fez apenas o que sistematicamente se faz no Brasil. Alguma surpresa com o ambiente pantanoso que se formou? @ – crossi@uol.com.br.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para comentar a matéria intitulada “A Arte de Ser FHC”, de autoria de Mario Sabino, publicada na revista Veja, em sua edição de 22 de março do corrente.

A matéria destaca trechos do livro “A Arte da Política: a História que Vivi” (Civilização Brasileira), de autoria do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Trata-se de um livro repleto de revelações de sua trajetória, análises, reflexões e histórias curiosas e engraçadas de um dos protagonistas mais importantes da cena nacional do último quarto de século. O ex-presidente escreve inclusive uma breve história de sua família, relata o início de sua carreira pública e os acontecimentos que o levaram a ser ministro da Fazenda de Itamar Franco e, em seguida, a candidatar-se à Presidência da República. Mais adiante discorre sobre as quatro turbulências enfrentadas pelo seu governo: a do México, da Ásia, da Rússia e a causada pela proximidade da eleição de Lula. Segundo o autor da matéria, ao final do livro, conclui-se que “Fernando Henrique soube combinar a arte da política com outra arte difícil e até certo ponto inata – a de viver.”

Senhor Presidente, para concluir, solicito que a referida matéria seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA
EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ESPECIAL

A ARTE DE SER FHC

Salão de banquetes do Palácio de Buckingham, 1997. Circundado por Elizabeth II e pela rainha-mãe, o então presidente Fernando Henrique Cardoso ouve a rainha da Inglaterra elogiar o renascimento do Brasil — um país que deixara a condição de pária na comuni-

dade internacional, graças às recentes e profundas reformas econômicas que possibilitaram a renegociação da dívida externa, criaram uma moeda forte, colocaram um ponto final na inflação galopante e tiraram milhões de cidadãos da pobreza absoluta. Depois do discurso de Elizabeth II, chega a vez de Fernando Henrique fazer o seu, tomando cuidado para que a condecoração real que atravessa seu peito numa faixa vermelha não caia sobre o texto que está lendo. O banquete segue no leito da formalidade, até que a rainha-mãe começa a fazer graça, quebrando por um momento a rigidez protocolar. Com a palavra, Fernando Henrique:

EM A ARTE DA POLÍTICA: A HISTÓRIA QUE VIVI, O LIVRO MAIS ESPERADO DO ANO, O EX-PRESIDENTE EXPLICA O BRASIL E O SEU PRÓPRIO PAPEL NO ÚLTIMO QUARTO DE SÉCULO. NÃO FALTAM REVELAÇÕES E HISTÓRIAS CURIOSAS E ENERGIÇADAS

Mario Sabino



Com o tempo, a história se tornou mais conhecida e mais apreciada. E os comentários e as observações que nos faziam de tempos em tempos de possibilidades se tornaram pura se entusiasmo e com a certeza atribuída ao passado. Percebido sobre como se chegava, respôdi de pra lá, no estado de minha permanência.

habitu, mudame

Elia reperta com delicia, trocand a por tal, o nome daquele passio (memória).

O episódio está narrado no devoto capítulo de *A Arte da Política, a História, a Arte* (Civilização Brasileira, 699 páginas, R\$ 20,00) do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, o lançamento mais esperado do ano, que chega às livrarias nesta terça-feira, dia 21. Trata-se, evidentemente, de uma passagem absolutamente lateral

na obra repleta de tentativas e análises de um dos protagonistas mais importantes — sem o mais importante — da cena nacional no último século. Mas a história, com a qual ele foi escolhida para abrir este capítulo, por ser, além de cativante, o ponto da personalidade de Fernando Henrique Cardoso. O ex-presidente é, sobretudo, um se autor — e o que *A Arte da Política* mostra é exatamente isso: como seu autor fez uso dessa capacidade mata e lapidada na vida acadêmica e pública, para atrair eleitores, correligionários e adversários em todos, e verdadeiro para o caminho da razão. Pode-se apontar muitos defeitos e malfeitos em seus

atos de governo, como esta história, esta reportagem. Pode-se afirmar que os dados estatísticos, que ele nos traz, não são aqueles que se propôs. Pode-se dizer que não dar um voto ao ex-presidente, seja por decepção, seja simplesmente por não ver mesmo cansaço que levou os eleitores a afastar Péricles do governo da Câmara. Bócio importa. Resta o fato de que nos anos FHC, o Brasil deixou para trás a improvisação na economia, como para vincular o conceito de Estado ao conceito de nação, integrou-se ao mercado mundial e traçou ao menos um esboço promissor de futuro (cabe a sociedade e ao governo completar o desenho). Para não falar do privilégio de ter um presidente com o saou-faire de contar uma mentirinha simpática a rainha-mãe inglesa.

É a primeira vez que um ex-presidente brasileiro escreve um livro sobre o seu

POR QUE FIGUEIREDO NÃO PASSOU A FAIXA A SARNEY

“ Jantávamos na embaiada de Portugal, com o Presidente Mário Soares, Ulysses Guimarães, penso que o deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG) e outros políticos, quando chegou a má notícia: Tancredo tivera que ser internado em caráter de urgência no Hospital de Base de Brasília. Para lá rumamos todos.

(...) Em uma roda, conversávamos, entre outros, Sarney, Ulysses, Fragelli e o general Leônidas. Sarney dizia que não pretendia assumir, que tinha dúvidas sobre quem deveria suceder Tancredo durante o impedimento, que todos imaginavam temporário. Aquela altura, Afonso Arinos, constitucionalista de peso, havia declarado pelos meios de comunicação seu entendimento de que correspondia ao Vice-Presidente, e não ao presidente da Câmara, isto é, a Ulysses, assumir a interinidade.

Em certo momento, creio que foi Ulysses quem disse:

— Vamos conversar com o professor Leitão de Abreu para tomar uma decisão.

(...) Passava da meia-noite, e

aparentemente o dr. Leitão de Abreu se recolhera. Esperamos bom tempo até que viesse ter conosco, mas ele surgiu na sala trazendo paletó, gravata e colete. Colocada a questão, continuavam as dúvidas. Recordei-me do livro, de Afonso Arinos, Rodrigues Alves: Apogeu e Declínio do Parlamentarismo, no qual há referências a situação semelhante, quando o Presidente Rodrigues Alves, que governara de 1902 a 1906, não pôde tomar posse do segundo mandato, em 1918, abalado pela gripe espanhola. O vice Delfim Moreira assumiu e tornou-se Presidente efetivo dois meses depois, com a morte de Rodrigues Alves. A biblioteca do professor Leitão, porém, já estava encalxiada, não poderíamos consultar o livro. Havia disponível apenas um exemplar da Constituição. Foi lido com cuidado por todos nós. O general Leônidas disse que não era jurista e acataria qualquer decisão. Leitão de Abreu parecia pender para a interpretação que favorecia o presidente da Câmara como sucessor constitucional, posto que ainda não ocorrera a posse do vice. Ulysses Guimarães, no entanto, secundado pelo presidente do Senado, alinhou-se com a tese de Arinos e convenceu o professor Leitão da validade de sua exegese. O ministro do Exército e eu ficamos a ouvi-los, sem credenciais

para discutir o mérito.

A certa altura alguém perguntou:

— E a faixa, o Presidente Figueiredo vai transmiti-la?

O chefe da Casa-Civil redarguiu com firmeza:

— Presidente só transmite faixa a outro Presidente.

Assunto encerrado.

Está aí a verdadeira razão que levou o Presidente Figueiredo a não transmitir o cargo — e a faixa — a Sarney. Diferentemente do que diz a lenda, segundo a qual Figueiredo 'saiu pelos fundos do palácio' para não passar a faixa porque não suportava Sarney, houve uma discussão prévia à respeito do assunto com o chefe da Casa-Civil e renomado jurista Leitão de Abreu, em que se levantou uma questão constitucional que incluía outra de protocolo. Figueiredo pôdia, efetivamente, não tolerar Sarney, a quem não perdoava a deserção do PDS, mas a realidade dos fatos é a que agora descrevo.

A DERROTA PARA JÂNIO NA ELEIÇÃO PARA PREFEITO DE SÃO PAULO

“ A outra 'explicação' da derrota tem a ver com uma foto publicada no dia das elei-

período de governo. Como o ex-presidente em questão é o sociólogo Fernando Henrique, o leitor ganha de brinde reflexões que se alternam com os fatos relatados. De certa maneira, é possível estabelecer um paralelo estrutural com *O Princípio*, realização máxima do pensador italiano Nicolau Maquiavel, de quem Fernando Henrique é um dos seguidores. O autor de *O Princípio* trata de uma série de exemplos históricos, o de Alcibiades ilustra a história, a contradição. A lição aqui não tem o sentido pessoal de apêndice, e sim de encadear, não apenas a dos motivos que o ex-presidente tomar certas decisões, entre as quais a de fazer alianças com setores sociais do historiologismo (veja entrevista de p. 98), como a de um sistema desordenado e confuso, o qual o autor define uma contração de presidencialismo de coação. Para explicar o seu governo e ele próprio como político, Fernando Henrique recorre a pensadores como Platão, Giambattista Vico, Max Weber, Norberto Bobbio e, claro, Maquiavel. Por esse

motivo, o *de* desejar ir além do factual, ele resistiu a chamar o livro de "memórias" apesar de também se lo.

Um que pese a ambigüidade da *Arte da Política* é a estrutura, que é travessia e legibilíssimo graças à sua didatismo e à relativa paciência com que são citados filósofos e pensadores políticos — embora por vezes se fide por causa da preocupação em detalhar as composições e recomposições ministeriais e as realizações nas diversas áreas estatais. Esse pecado é desculpável. *Arte da Política* quer se documentar, obra de referência e, obvio, peça de defesa. Mas como tal, deverá ser um prato cheio tanto para adversários respeitáveis como para meros detratores do ex-presidente — aquele pessoal do "Defenda FHC" para usar a expressão do próprio Fernando Henrique. Na confecção do livro, o ex-presidente contou com o auxílio do jornalista Ricardo Setti, que foi editor de VEJA, diretor do *Jornal do Brasil* em São Paulo e de várias publicações da Folha de São Paulo. Com a experiência de um dia-

ta e 20 anos de profissão, Setti encarou, entre outras coisas, de checar as datas das situações relevantes ocorridas no FHC haviam sido abordadas de modo suficiente e de sugerir mudanças no texto, de facilitassem a leitura ou avisar o leitor do interesse do leitor. O livro é uma conclusão quando o jornalista com o ex-presidente colabora. "Foram cinco meses de um trabalho intenso e prazeroso. Eu e o presidente nos comunicávamos principalmente via e-mail, já que sua agenda continuava ser impressionante. Ele deve ter feito umas oito viagens internacionais durante esse período, sempre a trabalho. A sua agenda foi que FHC é ótimo de e-mail: responde rápido e com precisão", diz Setti.

Antes de adentrar o período presidencial, o livro detém-se brevemente na história da família de Fernando Henrique, o seu início militar, por ocasião da proclamação da República, propôs fundar o governador Pedro II, caso o monarca não se resistisse a nova ordem. Um Carlos de radical, ora veja só. O ex-presidente lembra o início de sua carreira pública

ções, 15 de novembro de 1985, uma sexta-feira, na qual apareço sentado na cadeira de prefeito, antes da hora. É evidente que, por numerosos que tivessem sido os leitores da reportagem, não haveria tempo de influir no voto. Mas a foto prova que eu merecia perder por ingenuidade. Estabeleci um acordo com repórteres da revista: Veja São Paulo para ser fotografado nessa situação para o caso de vitória, pois as eleições estavam extremamente apertadas e, além de tudo, se a revista quisesse, como pretendia, trazer o novo prefeito na capa, não haveria como fotografá-lo a tempo no gabinete oficial. (...) Num final de manhã, a revista aproveitou minha presença numa solenidade na então sede da Prefeitura, no Parque do Ibirapuera, e executou o trabalho. Outras fotografias também clicaram a cena, assumindo o mesmo compromisso da revista A Folha de São Paulo, porém, rompeu-o e publicou a foto em primeira página. Depois disso, se outra fotografia, com o qual fiz outro acordo, não me tivesse devolvido os negativos de uma foto feita na sala de meu apartamento, a qual eu aparecia quebrando uma vassoura símbolo do populismo janiista, que se dizia varredor de toda

a lixo da corrupção. Não fosse a integridade do fotógrafo — cujo nome prefiro não divulgar — e essa foto talvez me tivesse causado um prejuízo político ainda maior. Nunca ninguém soube dela até a publicação deste livro.

A SURPRESA DE ITAMAR: A NOMEAÇÃO PARA O MINISTÉRIO DA FAZENDA

Na noite de 19 de maio fui jantar na casa do embaixador brasileiro junto à ONU, Ronaldo Sardenberg, quando, na hora do brinde (feito à moda japonesa, no início da refeição), a esposa do ministro, embaixatriz Célia, me pediu para atender ao telefone. Era o capitão-de-corveta Antonio Carlos Pissos de Carvalho, ajudante de ordens, que me passou o Presidente Itamar. Este me perguntou, brincando, se eu estava sentado ou em pé e colocou a questão:

— Você aceita ser ministro da Fazenda?

Respondo que jamais pretendia a posição, que não era economista, e, sobretudo, reitero que, com tanta troca de ministro da Fazenda,

Vanitas, vanitatem? Não, minha grave despreparo para a vida da luta política. Pedagogia de um professor catapulta de uma cheia de feras. Perdi e o que conta. E a derrota me ajudou na futura trajetória política.

não dispunha mais de argumentos para convencer no exterior de que tudo ia bem no Brasil.

De fato, seria como já disse, a quarta troca em apenas sete meses de governo. Itamar relatou-me problemas com o ministro Eliseu Rezende, com quem ele se avistaria naquela mesma noite. Havia uma acusação de que a empreiteira Norberto Odebrecht tinha pago a hospedagem de Eliseu em Washington durante uma viagem feita antes de ele assumir a Fazenda. Insisti com o Presidente em que Eliseu vinha fazendo um esforço enorme para, pelo menos, saber a quantas andavam as contas públicas, e que o melhor seria mantê-lo. Meu nome surgiu como possível alternativa porque, mesmo do Itamaraty, eu influenciava algumas decisões econômicas, participando, por exemplo,

os acontecimentos que o levaram a se tornar ministro da Fazenda de Itamar Franco. Na segunda, a candidatura a Presidência. Quando o livro chega à fase do Parlamento e exposta a voracidade de parlamentares e caciques partidários por cargos e verbas. Além disso, Fernando Henrique conta em pormenores a história da elaboração e implementação do Plano Real, que salvou a economia brasileira da hiperinflação e propiciou que o país entrasse nos eixos da modernidade, e como foram enfrentadas as quatro borrascas financeiras nas quais o Brasil quase naufragou: o México, a Ásia, a Rússia e o Brasil, causada pela proximidade da eleição de 1994. Uma das curiosidades dos capítulos sobre economia é que, diante das dúvidas sobre a eficácia do plano, Stanley Fischer, o então número 2 do Fundo Monetário Internacional (FMI), sugeriu que se fizesse um congelamento de preços no Brasil por dois a três meses. Nada mais heterodoxo e esquerdista.

Algumas revelações de sua trajetória de governo encontram-se nos excertos transcritos ao longo desta reportagem. Mas há muitas outras. Sobre Itamar Franco, o personagem mais citado no livro, Fernando Henrique conta, por exemplo, que ele apoiou sua candidatura à Presidência sem jamais terem falado sobre o assunto, que Itamar leu superficialmente a minuta da medida provisória que instituiu a URV, ponto de partida do Plano Real, e que, ao contrário do que se acreditava, não houve o acerto de contas entre os dois chefes de governo. Também conta a história do episódio da queda dos dois primeiros ministros de Itamar, a credibilidade de Bresser e o apoio suficiente para tanto. Há, em suma, muita coisa interessante a ser lida.

Nacemany vem. Fernando Henrique incorporou a passagem da democracia de moercha que mostrou sua visão clara da estabilização da economia e da não penitência de ninguém. No entanto, as causas não excluídas, e a história das posições ideológicas, e a história das coisas que ele teve de fazer. Sem dúvida, mas bastante chamadas de coisas, coisas dos que se viram a história, o processo. Ou de certa forma, o processo, quando se viram a história, o processo.

Mas há muitas outras. Sobre Itamar Franco, o personagem mais citado no livro, Fernando Henrique conta, por exemplo, que ele apoiou sua candidatura à Presidência sem jamais terem falado sobre o assunto, que Itamar leu superficialmente a minuta da medida provisória que instituiu a URV, ponto de partida do Plano Real, e que, ao contrário do que se acreditava, não houve o acerto de contas entre os dois chefes de governo. Também conta a história do episódio da queda dos dois primeiros ministros de Itamar, a credibilidade de Bresser e o apoio suficiente para tanto. Há, em suma, muita coisa interessante a ser lida.

da no PT. Fernando Henrique admite erros, mas não as desonestidades que lhe foram atribuídas. No livro, reatuar que seu governo não poderia ser acusado para que votassem a favor da renúncia da renúncia, uma das coisas mais graves que lhe foram atribuídas, que o processo de privatização nada teve de "privatização". Sabe, no entanto, que não mudou a convicções formalíssimas a respeito desses assuntos, como disse na entrevista à VEJA.

Nos últimos tempos, Fernando Henrique andou envolvido em outro projeto editorial, a publicação nos Estados Unidos de *The Accidental President of Brazil* (O Presidente Acidental do Brasil), que terá uma noite de autógrafos na Universidade Colúmbia, em Nova York, no próximo dia 27, e outra em Washington, no dia 30. A ideia de um livro destinado ao público americano surgiu no fim de 2003, durante um almoço num elegante restaurante nova-iorquino em que o editor Sérgio Machado, do Grupo Record,

que faz parte da Confederação Brasileira de Imprensa, apresentou a Fernando Henrique a Peter Nacemany, na ocasião presidente da editora

plo, da discussão sobre a fixação dos preços mínimos nos leilões de privatização, sem contar que havia tido a oportunidade de intervir numa reunião no Palácio da Alvorada, a residência oficial do Presidente da República, em que se discutiria o próprio programa do ministro da Fazenda.

Acréscimos:

— Não estou aí no Brasil. Sei pelo noticiário, que acompanho com apreensão no Japão, que sua situação é difícil. Não gostaria de falar com minha solidariedade, mas, por favor, insista para que Eliseu permaneça no Ministério.

Voltei à mesa preocupado. Todos se deram conta. Ao final do jantar, novamente a embaixatriz me avisou que o ajudante de ordens telefonara para dizer que o Presidente não precisava mais falar comigo. Fui dormir aliviado. Na manhã seguinte, desde familiares que o secretário-geral do Itamaraty, o embaixador Luiz Felipe Lampreia, me chamaram do Brasil para dizer que eu fora nomeado ministro da Fazenda. (...) Se somarmos, portanto, as características pessoais do Presidente Itamar (sua aparente impulsividade, que na verdade sempre tem

um cálculo por trás), sua confiança em minhas eventuais qualidades minhas para enfrentar adversidades (à minha maneira, dando impressão de suavidade) para, ainda uma vez, sem cálculo e sem astúcia ex-ante, ir cumprindo minha vontade "desde pequenininho" de chegar a ser Presidente...

A JOGADA DE MALAN NA NEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA

Pouco a pouco, nossos negociadores foram desbastando o terreno. Finalmente, Pedro Malan, primeiro como negociador-chefe e depois como presidente do BC, com firmeza e seriedade, além da paciência chinesa que o caracteriza, preparou um intrincado pacote de opções para a troca dos antigos títulos da dívida por novos, com melhores condições de pagamento.

Essa negociação, entretanto, supunha que o FMI firmasse um acordo com o governo brasileiro e

monitorasse nossas contas, dando uma espécie de chancela para os bancos credores confiarem nos pagamentos futuros. Já de acordo com o FMI, os credores saberiam que as políticas fiscais e monetárias bem como o regime cambial a serem praticados seriam confiáveis e tecnicamente corretos. Com esse aval nas mãos o Tesouro americano emitiria bônus de uma série especial que o BC do Brasil compraria e depositaria no Banco Internacional de Compensações (BIS) — espécie de banco central dos bancos centrais, sediado em Basileia, na Suíça. Esses bônus serviriam de garantia aos bancos credores (o que nas negociações financeiras chama-se de colaterais) na troca dos títulos velhos por novos, com melhores condições de pagamento e juros menos agressivos.

O volume total da dívida renegociada chegou a 70 bilhões de dólares, sendo cerca de 50 bilhões com credores privados e o restante com governos e instituições oficiais. Emitiram-se títulos novos de prazo médio superior a 20 anos. Com a renegociação da dívida, o Brasil saiu da moratória e voltou à mer-

Public Affairs. O objetivo era vender os direitos de tradução de *A Voz da Fênix*, que ainda estava por ser escrito. Mas Osnos encantou-se com um projeto diferente – um livro destinado especialmente ao público americano. Ele propôs que Fernando Henrique mostrasse ao leitor o mistério de uma biografia com o tuno na uma nação grande e complexa como o Brasil, diz Machado. O que o convenceu do interesse da obra foi um episódio com o presidente americano George W. Bush e o venezuelano Hugo Chávez, também descrito no livro brasileiro. *The Accidental President* contou com um ghostwriter, Brian Winter, jornalista da agência Reuters no México e especialista em América Latina. Osnos acreditava que Fernando Henrique conversaria com interlocutor com alguma experiência como o Brasil, mas não demais, para não ser capaz de formular as perguntas que um americano médio poderia fazer, e caberia a respeito do país.

A história com Bush e Chávez acabou. O editor Peter Osnos, e das mais

divertidas de *A Arte da Escrita*, foi contada por Fernando Henrique.

As vésperas de me receber na Casa Branca, o Presidente Bush dissera à imprensa que gostaria de olhar-me “no olho”, como é de seu estilo. Encontrei em seu gabinete de trabalho, o Oval Office, local que conhecia do tempo de Clinton. Ele me esperava em pé, cumprimentou-me e mostrou-se muito atencioso, embora sua linguagem corporativa fosse um tanto rígida de movimento, se de andar, e a gozosa olhos, talvez um pouco mais. Ele continuou a primeira entrevista com uma certa arrogância, mas mostrava-se amigável.

Mesmo assim, tanto ansioso com a primeira entrevista. Seria seu *debut* internacional, e das preocupações de que o presidente da Venezuela lhe pudesse ser hostil. Disse-me que mantinha boas relações com Hugo Chávez e que não acreditava que ele tivesse tal propósito. Em todo caso, acrescentei, eu teria um encontro em Brasília com o Presidente Chávez e lhe faria a apresentação.

Cumprir o prometido. Expus a Chávez a opinião de que, se ele fosse cortês, desafiaria o interlocutor, mesmo porque não acreditava que o Presidente da Venezuela viesse a ser agressivo com o Presidente norte-americano. Chávez respondeu-me, sorrindo matreiro.

Você me conhece. Eu sou ardoroso, quando nas reuniões da Organização dos Países Exportadores de Petróleo. Quando começa a me entusiasmar, o súfio de Qatar, que é meu amigo, tem uma expressão como olha para mim com as mãos postas perto do rosto, em forma de oração, e eu modero minha fala, antes de proclamar a República nas monarquias árabes.

Então, sentou-se.

Vamos fazer o mesmo em Québec.

Nesta primeira hemisférica, coube-me fazer o discurso de abertura. Transmiti uma mensagem clara e firme: “A Alca será bem vinda se a sua criação for um passo para dar acesso aos mercados mundiais dinâmicos.”

Quando terminei o discurso sob os

cada internacional de crédito. Foi a maior operação de redução de dívidas feitas até então pelo mercado financeiro internacional. Malam com a experiência que tinha, desconfiava que a FMI não daria a mínima importância ao nosso programa de estabilização. Por isso, antes de nos visitarmos ao Fundo em setembro de 1993, conversei com o

sobre a eventualidade de o BC começar a comprar papéis do Tesouro americano no mercado secundário, sem esperar pela emissão especial dos bonus.

A operação era arriscada. Tínhamos que agir cautelosamente para que o mercado não percebesse o interesse do BC nas compras, o que aumentaria o valor dos papéis, e para evitar que o Tesouro americano e a FMI se sentissem ludibriados. Mas ainda Malam, eu tivemos que assumir a responsabilidade da decisão, sem que qualquer outra pessoa soubesse. E assim fizemos.”

A EMOÇÃO DA POSSE

“No Brasil não temos muito a gosto pelos rituais solenes. Há sempre um pouco de desordem, até de tumulto. Naquele dia, no Congresso, as pessoas avançavam em minha direção, queriam me abraçar, me cumprimentar, dar uma palavra ou um sorriso, para desalento e preocupação dos diplomatas. Algo semelhante se deu durante o desfile no Rolls-Royce, e voltaria a ocorrer quando da transmissão do cargo de Itamar para mim, no Palácio do Planalto. Embora possam prejudicar os detalhes do espetáculo programado, a afetividade e o calor humano, em nosso país, são mais fortes do que o ritual.

Com tumulto ou com um pouco de desordem, o certo é que uma poderosa emoção tomou conta de mim à medida que o veículo que me trazia do Alvorada ia se aproximando da Catedral de Brasília. Ao subir no Rolls-Royce, me vinham pensamentos e sentimentos sobre a imensa responsabilidade que teria dali por diante, e interrogações sobre o que

seria de meu governo, o que iria acontecer nos próximos quatro anos e o que eu poderia fazer pelo país. Toda a carga simbólica e o peso da História e de sua continuidade me vieram à mente e começavam a se fazer sentir sobre meus ombros: o próprio Rolls-Royce, que o Presidente Getúlio Vargas recebeu como presente de empresários e transferiu ao patrimônio público em 1953, servirá a Vargas, a Juscelino.

Essa sentida de História continuou me acompanhando pelo dia afora, reforçado por outro fato simbólico: assinei o termo de posse no Congresso com uma caneta Sheaffer's dourada que Vargas dera ao segundo ministro da Guerra de seu governo constitucional (1951-1954), general Ciro do Espírito Santo Cardoso, primo-irmão de meu pai, e presenteada a mim por seu filho, meu primo, embaixador Ciro Filho.

A CONVERSA COM OS MILITARES

“Sobre minha disposição de encarar a questão, naturalmente delicada, dos abusos

aplausos dos mais de mil presentes. Hugo Chavez saltou da fila em que se encontrava atrás de mim, aproximou-se da câmera e levantou os braços em sentido de saudação, me saudou efusivamente. Nós, latino-americanos, podemos até não ser boliboleros, mas não perdemos o

senso de humor."

No final do livro, conclui-se que Fernando Henrique soube combinar a arte da política com outra arte difícil e até certo ponto maldosa: a de viver. Jogo de-vivre, como diria ele, que gosta de brincar que tem o pé na cozinha, sim... mas francês. Seus aliados certamente incluirão is-

so no rol de virtudes do melhor presidente que o Brasil já teve. Quanto a seus adversários, não há como deixar de reconhecer essa e uma qualidade do melhor ex-presidente que o país já produziu. ■

veja Em Profundidade: Os Anos FHC em
DE LULA www.veja.com.br

do ditador, que estender-me a respeito da conversa franca que tive com meus ministros militares logo no início do governo, durante um jantar na residência oficial do ministro da Marinha. (...) Jantar agradável, com todos em manga de camisa, sem as esposas. Propus um brinde à democracia, brincando com eles que, afinal, o Presidente da República estava reunido com os ministros militares e não apenas ninguém estranhava o fato, como nem sequer a imprensa andava em nosso encalço.

Depois do jantar, passamos a uma sala de estar ao lado. Disse, então, que pretendia promover reparações no caso das pessoas mortas, desaparecidas, torturadas ou presas de forma ilegal durante o regime militar. Expliquei que não se tratava de uma questão política, mas de direitos humanos e, para mim, se revestia até de um caráter existencial. Narrei-lhes a própria experiência pessoal de minha breve, e nem por isso menos marcante, prisão pelo DOI-Codi, em 1975 (...). O que sucedeu comigo não foi nada diante do ocorrido com tantas pessoas durante o período autoritário. Nunca utilizei essa passagem de minha vida como argumento político, e poucas vezes comentei-a fora do círculo de pessoas próximas. Mas julguei ser oportuno fazer o relato a meus ministros militares. Descrevi-lhes as tentativas de intimidação e grosserias que me foram dirigidas, já sem o capuz que me haviam colocado para levar-me aos porões da rua Tuíóia, situada no bairro ironicamente denominado de Paraíso, em São Paulo. (...) Conte-lhes que, tal como um delinquente, fotografaram-me com algum número, talvez uma data, para me identificar junto aos chamados órgãos de segurança (...).

Os interrogadores queriam saber de mim sobre o movimento trotskista na Argentina e no Uruguai, a respeito de que, obviamente, eu não tinha a mais longínqua idéia. Eram vários, que se revezavam na saraivada de perguntas, gritos e ameaças. (...) Tudo isso relatei a meus ministros militares. Inclusive que, a uma certa altura na sede do DOI-Codi, lembrando-me de conselho de meu pai para a hipótese de prisão — "nunca deixe de manter algum diálogo com o carcereiro" —, disse a um deles que queria ir ao banheiro. Indicaram-me o caminho, e, ao longo dele, vi, no chão de um xisela, pessoas inequivocamente torturadas. (...) O jantar e a conversa com os ministros militares terminaram como começamos, em clima agradável e cortês.

BANDEIRA, SÓ A DO BRASIL

“Por ‘indigesto’ que fosse o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), por exemplo, procurei tratá-lo como um dos novos movimentos da sociedade. Tentei dialogar com seus dirigentes, nos limites da lei, mesmo quando, por exemplo, militantes invadiram a fazenda que pertencia à minha família em Buriis, no noroeste de Minas Gerais. Confesso, entretanto, que por mais que os recebesse e me esforçasse para apoiar o programa de reforma agrária, o diálogo revelou-se impossível. Lembro-me de que, na primeira reunião que tive com dirigentes do MST no Planalto, eles deixaram logo claro que pretendiam a tes provocar um fato na mídia do que dialogar. Era um pequeno grupo, e logo no início do encontro um deles, que portava a bandeira verde, branca e vermelha do movimento perguntou: — Podemos abrir a bandeira? Respondi: — Não! Bandeira, aqui, só a do

Brasil! Não pode, não.

Dé outra feita, o grupo, em atitude típica, entrou em minha sala sem tirar os bonés com o logotipo do movimento, atitude distante da que se espera de quem tem uma audiência no gabinete presidencial, seja quem for o Presidente. Estavam os principais dirigentes, entre os quais João Pedro Stédile e José Rainha Junior. Logo no começo, um integrante do grupo dirigiu-se a mim de maneira desrespeitosa, chamando-me de “Fernando”. Olhei para ele e disse, cortando o tom inadequado:

— O senhor está falando com quem?”

O TELEFONEMA DE LULA PARA ANUNCIAR MEIRELLES NO BC

“Lula venceu Serra no segundo turno, não criei qualquer obstáculo ao futuro governo, pelo contrário, mas os mercados só se acalmaram quando, para surpresa de muitos, o Presidente eleito e o novo ministro da Fazenda, o ex-deputado e ex-prefeito de Ribeirão Preto (SP) Antônio Pallocci, mostraram claramente que seguiriam o curso traçado por meu governo. O primeiro sinal claro seria a designação do presidente do BC. Depois de testado várias hipóteses, inclusive a da manutenção temporária de Armínio Fraga (defendida, entre outros, pelo recém-eleito senador petista pelo DF Cristovam Buarque), terminou por escolher Henrique Meirelles, ex-presidente mundial do Banco de Boston, que acabou de se eleger deputado federal pelo PSDB de Goiás. Uma bela manhã, Lula, que como presidente eleito já se instala-

ra na Granja do Tuto, telefonou-me e disse:

— O presidente do BC vai ser um tucano, seu amigo.

Explicou que seria Meirelles.

Em seguida passou o telefone ao próprio recém-convidado para diri-

gir o BC. Felicitei-o mas lembrei:

— Você terá de renunciar ao

mandato e se afastar do PSDB.

Meirelles me pareceu surpreso com a segunda ressalva. Ele de

qualquer maneira teria de renunciar ao mandato. Mesmo assim, indagou:

— Mas precisa também sair do partido?

— Claro — respondi. Parecia-me evidente a resposta, não apenas

pela posição técnica e neutra, e portanto apartidária, que o presi-

dente do BC deve manter, como também pelo fato de que ele passaria a integrar um governo de um

partido adversário do PSDB.

Trecho de *A Arte da Política: a História que Vivi*

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores,

Gostaria de compartilhar com Vossas Excelências passo importantíssimo efetuado pela economia de meu Estado. A partir deste ano, exportações de “ponta a ponta” passaram a ser feitas em Rondônia, ou seja, diretamente do Estado para o exterior.

O que quero dizer com isso?

Até há pouco, todas as operações comerciais para fora do País tinham a oficialização e a finalização em Manaus. Isso porque o documento que certifica o embarque para o exterior – o chamado **Bill of Lading** (B/L) – só era emitido na capital amazonense.

Essa história agora mudou. E essa mudança se deve, em parte, à chegada a Rondônia da Cranston Transportes Integrados Ltda., – a Ctil –, ramificação brasileira da poderosa transportadora marítima P & Nedlloyd. A empresa instalou, em Rondônia, sua megaestrutura de transporte, logística e de contatos comerciais, presente em todo o mundo.

O fato de as operações de exportação poderem ser finalizadas em Rondônia significa muito, Senhor Presidente. Significa que, no momento em que é feito o transbordo da carga da balsa para o navio, em Manaus, tal procedimento já se encontra livre de quaisquer dificuldades de ordem burocrática, uma vez que os contêineres já estarão lacrados desde Rondônia. Por outras palavras, a carga já estará assegurada, e a operação de exportação, concluída, a partir do meu Estado.

Ora, para o empresário, essa mudança terá impacto fundamental. Como as operações de exportação serão concluídas em Rondônia, e não mais em Manaus, calcula-se que o empresário necessitará de uma semana a menos para receber o dinheiro resultante de suas transações comerciais. O Banco Bradesco, por sua vez, em reunião na sede da Federação das Indústrias de Rondônia – Fiero –, assegurou que já está preparado para fazer o câmbio e efetuar o pagamento, tão logo o empresário apresente o B/L.

A chegada da Cranston Transportes – Ctil – a Rondônia, a adequação do Bradesco às novas necessidades e a mudança de procedimento por parte dos órgãos governamentais envolvidos com exportação – Receita Federal, Receita Estadual, Ibama, Sedam, Delegacia da Agricultura e Sindicato dos Estivadores – imprimirão novo ritmo à economia rondoniense.

Em um momento em que esta Casa tem discutido medidas necessárias à desburocratização do País, em momento em que temos consciência de que o chamado “Custo Brasil” é entrave relevante ao desenvolvimento, cabe a mim louvar a iniciativa, que facilitará, e muito, a vida do empreendedor, reduzindo prazos, custos e burocracia.

Nesse contexto, gostaria de homenagear o excelente trabalho desempenhado pela Federação das Indústrias de Rondônia – FIERO –, que montou, recentemente, um Centro Internacional de Negócios – o CIN. Esse centro funcionará como espaço privilegiado para o encontro de profissionais especializados em comércio exterior.

O CIN reunirá, também, informações sobre o Estado, sobre suas potencialidades e pontos de estrangulamento, qualificando-se como foro de importância ímpar para melhor inserção de Rondônia no comércio internacional. Potencial para isso é o que não falta. O diretor comercial da Ctil, por exemplo, já adiantou que a empresa, além de exportar madeira, pretende ampliar o escopo de atividades, comercializando, entre outros produtos, pedras, granito e carne.

A consolidação de um centro exportador em Rondônia – das águas do Porto Caiam para o mundo –, além de trazer benefícios imediatos na redução do tempo e dos custos da operação, traz, também, empregos e novas oportunidades de atuação para profissionais e empresas.

Felizmente, contamos com uma Federação das Indústrias muito atenta a essas transformações. Tanto é verdade que a Fiero ofereceu a estrutura de sua sede, a Casa da Indústria, para inauguração de posto do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e

Social – BNDES – e da Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA.

Esse conjunto de operações – que também envolverá parcerias com o Senai e com o Instituto Euvaldo Lodi – estabelecerá uma espécie de círculo virtuoso para a economia rondoniense.

A simbiose que verificamos, hoje, entre a pujante iniciativa privada, interessada no desenvolvimento econômico de Rondônia, e a liderança visionária de dirigentes locais traz consigo a possibilidade real de um ciclo de prosperidade inédito para a economia de meu Estado.

Essas boas novas são motivo de comemoração não apenas para o querido povo rondoniense, mas também para todo brasileiro comprometido com o desenvolvimento nacional.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores: Para um representante do Maranhão, que tantas vezes ocupa as tribunas parlamentares para denunciar a omissão oficial que prejudica gravemente o Estado, é bastante prazeroso que, desta feita, entoe loas a acontecimentos que possam incentivar, com maior intensidade, o ambicionado crescimento do território maranhense.

De fato, são de grande importância as informações dando conta de que a empresa *Alcoa Alumínio S/A*, que detém 51% do Consórcio de Alumínio do Maranhão (Alumar), está concluindo, ainda este mês, a etapa de ampliação da fábrica de alumínio Redução, localizada na capital do meu Estado. Desde o último dia 08, a fábrica, acrescida de mais 52 novos fornos para a produção de alumínio, perfaz 100 unidades do seu projeto de expansão. Aumentará a produção em mais de 63 mil toneladas de alumínio por ano.

A par dessas notícias publicadas na imprensa, há outra, igualmente alvissareira: a de que as obras da hidrelétrica de Estreito, no Maranhão, terão início em junho vindouro, logo após a aguardada liberação da licença ambiental de operação pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis.

Sobre Estreito, são recorrentes os pronunciamentos que tenho feito desta tribuna para realçar a importância da sua construção para toda a região nordestina. A hidrelétrica vai desbravar rincões de relevantes perspectivas econômicas para o nosso país, acrescentando grande disponibilidade de energia em época que dela careceremos como instrumentos fundamentais ao desenvolvimento nacional.

A citada fábrica denominada Redução, Senhor Presidente, é a parte final da cadeia produtiva da **Alumar**. Ali, a alumina (matéria prima do alumínio) produ-

zida na refinaria é dissolvida em um banho eletrolítico fundido a 950 °C dentro de cubas eletrolíticas, onde é reduzida para o alumínio. Este, a partir daí, é retirado das cubas e transportado para o processo de resfriamento a água no chamado lingotamento.

Com os novos fornos em operação, a fábrica elevará a capacidade de produção de alumínio para 440 mil toneladas/ano. Será a segunda maior da América Latina, já exportando 80% do que produz para a Ásia, Estados Unidos e Europa.

Deve destacar-se que a atual expansão da Alcoa foi possível a partir da renovação do contrato com a **Eletronorte**, que assegura à empresa o fornecimento de energia elétrica por mais 20 anos. Consumindo atualmente 650 MW por hora, passará a consumir, nessa nova etapa, 700 MW.

Para um Estado tão carente de ajuda oficial como o Maranhão, é bastante otimista a avaliação de que 95 milhões de reais (22% dos investimentos do projeto de expansão) foram aplicados na aquisição de produtos e na contratação de serviços no Estado, ampliando-se no Maranhão a geração de empregos e de renda.

São igualmente auspiciosas as perspectivas suscitadas pelo processo de expansão da Alcoa no Maranhão, já que envolvem, no correr das ações, investimentos da ordem de 1 bilhão e 100 milhões de dólares. Pode-se depreender o quanto tais programações se refletirão benéficamente na economia maranhense.

A expansão da fábrica de alumínio do Consórcio Alumar, conforme informa a própria empresa, faz parte de um plano de investimentos que a **Alcoa Alumínio** está efetuando em suas operações de produção de metal primário no Brasil, totalizando R\$ 4,5 bilhões e que inclui também, entre outros empreendimentos em diferentes regiões, a duplicação da refinaria de alumina em São Luis.

A empresa Alcoa, Senhor Presidente – atuando em vários setores além da alumina, está no Brasil há 40 anos. Possui 131 mil funcionários em 43 países e foi nomeada uma das três empresas mais sustentáveis do mundo, durante o **Fórum Econômico Mundial**, neste ano, em Davos, Suíça. Em relação a Estreito, aumentou sua participação no projeto da hidroelétrica de 19,08% para 25,49%.

Saúdo desta tribuna, Senhor Presidente, as iniciativas bem sucedidas não apenas da empresa Alcoa, mas de todas as demais que, confiando em nosso país – na criatividade, competência e disposição dos brasileiros que com elas trabalham -, têm a acertada visão de que são promissores e vantajosos, para si próprios e para o Brasil, os investimentos que realizam entre nós.

Era o que tinha a dizer.

Obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores,

DO SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB - RR)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores,

Recebi, recentemente, uma interessante publicação da Caixa Econômica Federal que tem por título: “2003-2005 — Números Históricos que beneficiam o Povo Brasileiro”. Trata-se, como se pode depreender, de um relatório das atividades realizadas ao longo dos últimos três anos, quando aquela instituição experimentou uma expansão jamais vista em seus 145 anos de existência.

Incorporando o papel de agente operador dos programas de transferência de renda do Governo Federal, e consciente de sua importância no processo de desenvolvimento econômico e social do País, a CEF assumiu efetivamente a condição, anunciada na mídia, de “banco de todos os brasileiros”. Em suas múltiplas atividades, de banco comercial, de instrumento de transferência de rendas e de gestora de políticas públicas, a Caixa Econômica Federal injetou nada menos que 292 bilhões de reais na economia brasileira, entre 2003 e 2005. Paralelamente, a Caixa expandiu sua atuação no setor de crédito comercial e na gestão de fundos de investimentos, ampliou sua rede de atendimento e desenvolveu uma significativa ação inclusão bancária que beneficiou milhares de brasileiros que não tinham acesso a esse tipo de serviço.

Melhorando os níveis de eficiência e buscando maior autonomia na gestão dos negócios, a Caixa Econômica Federal ainda facilitou o acesso do trabalhador humilde à casa própria e, de quebra, alcançou, no ano passado, o maior lucro de sua história. No que concerne à política social, vale destacar as palavras do presidente da instituição, Jorge Mattoso, na apresentação do documento: “Na maioria dos municípios, as transferências de recursos chegam a superar as receitas orçamentárias, indicando a contribuição da Caixa para o desenvolvimento local e para a distribuição da renda no País”.

De fato, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, a atuação da Caixa tem contribuído de forma considerável para impulsionar a economia brasileira. Somente no ano passado, foram injetados 115 bilhões de reais em seus diversos produtos e programas, aí incluídos o crédito comercial, o financiamento habitacional, os pagamentos referentes ao Fundo de Garantia, PIS, seguro-desemprego e repasses orçamentários, entre outros. Também no ano passado, a Caixa teve um lucro líquido de 2 bilhões e 100 milhões de reais, enquanto as receitas de operação de crédito

to apresentaram expansão de 99%, em cotejo com o volume de 2002. Para conseguir esses resultados, a instituição eliminou prejuízos e racionalizou custos, além de lograr uma gestão mais eficiente.

A habitação, como é tradicional, tem merecido uma atenção especial da Caixa. No ano passado, a instituição investiu mais de 9 bilhões de reais nas diversas modalidades de financiamento habitacional, recursos que, somados ao repasse de 1 bilhão e 600 milhões de reais destinados a ações de desenvolvimento urbano, geraram 1 milhão e 300 mil empregos.

De todas as operações imobiliárias contratadas pela Caixa Econômica Federal no ano passado, 79% foram destinadas a famílias com renda de até cinco salários mínimos — parcela, como se sabe, que concentra os maiores índices de déficit habitacional. Para este ano, Senhor Presidente, a Caixa anuncia a destinação de recursos superiores a 10 bilhões e 300 milhões de reais, exclusivamente para os programas de habitação.

Mas como não se pode investir em habitação sem investir na infra-estrutura de saneamento, a Caixa brindou o trabalhador brasileiro também com recursos para essa finalidade. Os números nos permitem acompanhar a evolução nessa área: em 2002, os recursos para saneamento somaram 144 milhões de reais; em 2003, 155 milhões; em 2004, 304 milhões; e no ano passado, 529 milhões de reais, registrando um crescimento de 268%. Para este ano, os recursos para operações de saneamento deverão alcançar a espantosa cifra de 2 bilhões e 900 milhões, podendo gerar 500 mil empregos e beneficiar 12 milhões de pessoas.

O papel da Caixa no desenvolvimento de políticas públicas merece um comentário à parte. Parceira histórica do Governo Federal na execução de políticas públicas e de programas de transferência de renda, a instituição, como salientei no início deste pronunciamento, repassou 1.185 bilhões para a economia brasileira nos últimos três anos. Em relação à transferência de renda, especificamente, foram repassados 6 bilhões e 500 milhões de reais em 2005 — uma expansão de 201% em relação a 2002 —, ao mesmo tempo em que se verificava, no triênio, uma redução de 34% nas tarifas pagas pelo Governo para execução dos programas.

“Isso significa — destaca o relatório da entidade — que a Caixa está contribuindo para beneficiar cada vez mais brasileiros, a custos operacionais cada vez menores”. O destaque do período, de acordo com a publicação, foi o Programa Bolsa Família. Criado em 2003 com o objetivo de combater a fome, a pobreza e as desigualdades sociais, ele unificou os procedimentos de gestão e execução das diversas ações de transferência de renda do Governo Federal, possibilitando a

redução dos custos operacionais. Até o ano passado, o Bolsa Família repassou o montante de 9 bilhões e 100 milhões de reais, beneficiando 8 milhões e 700 mil famílias em todo o Brasil.

No período abrangido pelo relatório, entre 2002 e 2005, a clientela da Caixa também foi ampliada. Nada menos que 11 milhões e 700 mil pessoas se tomaram correntistas e poupadores, o que representa um crescimento de 51%. É de destacar, além disso, o esforço da Caixa pela inclusão bancária de 3 milhões e 800 mil pessoas que, pelo sistema Conta Caixa Fácil, puderam ter acesso ao sistema bancário.

Mantendo nove modalidades de jogos, as Loterias Caixa arrecadaram 12 bilhões e 100 milhões, entre 2003 e 2005, com um crescimento de 45%. Em 2005, a arrecadação de 4 bilhões e 400 milhões representou um recorde histórico, com impacto muito favorável nos repasses aos programas sociais da União. É bom lembrar; Senhor Presidente, que os repasses provenientes do faturamento com loterias beneficiam não só programas sociais, mas também projetos culturais, além de viabilizarem as competições de atletas paraolímpicos.

Finalmente, gostaria de salientar o desempenho comercial da Caixa Econômica Federal, que, nos últimos anos, ampliou sua linha de produtos, aumentou de forma significativa as concessões de crédito e expandiu sua carteira de investimentos. No ano passado, o crédito comercial concedido pela instituição somou 35 bilhões e 800 milhões de reais, com um aumento de 128% em comparação com o ano de 2002. E não se pode ignorar, também, o desempenho da Caixa como gestora de fundos de investimentos, marcando sua posição no mercado, de forma agressiva, desde 2004. Assim, não é de admirar que a instituição tenha sido eleita, pela revista *Exame*, como líder do ranking em três categorias — atacado, varejo e renda fixa. Em dezembro passado, para coroar um período de muitas realizações, a Poupança Caixa registrou a maior captação mensal do triênio, confirmando a liderança nesse segmento, com 32% de participação — 12 pontos percentuais à frente do segundo colocado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, por todo esse trabalho, e com todo esse empenho em prestar serviços, não surpreende que a Caixa Econômica Federal, pelo segundo ano consecutivo, esteja fora do ranking elaborado pelo Banco Central referente a reclamações de clientes sobre instituições financeiras. E, aliás, o único banco com mais de um milhão de clientes a conseguir essa proeza. Ao destacar seu desempenho, quero parabenizar a diretoria e os servidores da Caixa Econômica Federal, formulando votos para que essa instituição prossiga nessa

trajetória, estreitando sempre sua parceria em favor da inclusão social e em benefício do povo brasileiro.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Sr^{es} Senadores, a nova consciência ecológica que vem florescendo no mundo, nas últimas quatro décadas, impõe, a cada um de nós, o dever de cuidado com a natureza.

Como sabemos, a existência da vida na Terra resulta, antes de tudo, do elemento água, fonte de vida imemorial dos primeiros microorganismos que, durante bilhões de anos, evoluíram para formas orgânicas cada vez mais complexas, entre as quais, o próprio ser humano.

A verdade é que, desde sempre, a vida na Terra é liquefeita, o que é verificável em nossos próprios corpos, constituídos por água em duas terças partes.

O Planeta Terra, porém, enfrenta a progressão malsã da poluição ambiental, que pode resultar em profundos desequilíbrios ambientais. Daí a importância do dia 22 de maio – Dia Mundial da Água – para a reflexão pública, reflexão filosófica, a respeito do que estamos fazendo em defesa dos nossos recursos hídricos, no Brasil e no mundo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, experimentamos, em nossos dias, as profundas incertezas oriundas das mudanças climáticas e dos demais fatores de risco à natureza. Em face do aquecimento global e da poluição dos mananciais e das bacias hidrográficas, é de se supor que a água caminhe para se converter em um recurso tão escasso que será, em um futuro não muito distante, o motivo mais freqüente das guerras entre povos e nações.

Essa grave ameaça revela-se em estudos científicos, como o Relatório das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento de Recursos Hídricos, divulgado em 9 de março do ano corrente, na Cidade do México. Segundo a ONU, na atualidade, um bilhão e cem milhões de habitantes estão desprovidos, em todo o mundo, do acesso a mananciais de água potável. O número é impressionante e eloqüente, e deve aumentar, ainda mais, nos próximos anos.

Parte da escassez resulta da gestão deficiente dos recursos hídricos, problema que, conjugado a outros males como a corrupção, a ausência de instituições adequadas para proteção à água, a falta de infra-estrutura física no seu tratamento, o déficit de investimentos na capacitação humana para lidar com o problema da água configura um quadro internacional muito preocupante.

Para que se tenha uma idéia do problema, somente 2,5% da massa de água planetária é própria para o consumo humano. No entanto, boa parte desse

volume é composto de águas armazenadas em regiões polares, não passando de 30,1% desse total a água doce efetivamente disponível, inclusive em reservatórios subterrâneos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o cenário potencialmente catastrófico do desabastecimento não atinge o conjunto dos seres humanos de modo equivalente. Para a nossa sorte, o Brasil figura entre os países detentores das maiores bacias hidrográficas do mundo. Ademais, às reservas fluviais e lacustres do nosso País, somam-se outras de inestimável valor, como o gigantesco Aquífero Guarani, no centro-sul do subcontinente, localizado no subsolo de todos os principais integrantes do Mercosul.

Nossa situação privilegiada não nos exime, porém, de agir de modo convicto e eficiente, para evitar a destruição das nossas reservas. Daí a iniciativa de dividir o nosso território em 12 bacias hidrográficas, para fins preservacionistas. Em todo o País, os Comitês de Bacias trabalham incansavelmente para o uso indevido e o desperdício de água.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a aprovação do Plano Nacional de Recursos Hídricos, no dia 30 de janeiro de 2006, pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos representa, ela também, uma medida de fundamental importância para a preservação da nossa água.

O Plano contou com a participação de sete mil pessoas, em oficinas e seminários ocorridos em todo o Brasil, fato que, por si só, já implica uma maior tomada de consciência da população quanto à importância da água para o nosso futuro comum.

O desenvolvimento do trabalho também contou com o esforço conjugado da Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, da Agência Nacional das Águas (ANA) e do Conselho de Recursos Hídricos.

O horizonte temporal reservado ao Plano Nacional de Recursos Hídricos é o ano de 2020, prazo em que algumas iniciativas de suma importância para a preservação da água devem ser tomadas, como a cobrança pelo seu uso, medida útil para racionalizar o aproveitamento das águas, evitando desperdícios por empresas e indústrias. O documento visa, ainda, harmonizar políticas públicas, para equilibrar a oferta e a demanda por água, e sua aprovação posiciona o Brasil na vanguarda da luta pela conservação da água na América Latina, uma vez que nenhum outro país da região tomou semelhante iniciativa.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, muito embora o nosso País esteja em situação relativamente confortável em relação ao resto do mundo, no que tange à problemática dos recursos hídricos, convém

relembrar que nossos mananciais de água são imperfeitamente distribuídos, abundando nas regiões Norte e Centro-Oeste, enquanto o Nordeste enfrenta graves períodos de seca e de estiagem, sobretudo no interior dos Estados.

Faz-se necessário, portanto, levarmos em conta o valor que a água representa para cada brasileiro, ao executarmos projetos como, por exemplo, a transposição do Rio São Francisco, para que tudo seja levado a termo do modo mais amigável possível ao meio ambiente e aos nossos recursos naturais.

As autoridades devem, ao mesmo tempo, consagrar seus melhores esforços para, juntos, defendermos o magnífico Aquífero Guarani de toda poluição ambiental, de modo a salvaguardá-lo para as gerações presentes e futuras.

Cabe a nós, brasileiros, o fomento de uma nova cultura a respeito da água, com o objetivo de racionalizar o seu uso, afastando, de uma vez por todas, o risco de esgotamento dos mananciais.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, faz-se necessário, em suma, aproveitar o Dia Mundial da Água para adensar a nossa inclinação preservacionista, pela tomada de consciência – dos cidadãos, dos estudantes, dos empresários e das donas-de-casa – a respeito do valor e da importância dos recursos hídricos, para todos e para cada um.

Tenho absoluta certeza de que o povo brasileiro, em sua totalidade, estará à altura do desafio que se impõe ao nosso generoso ser coletivo.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, quinta-feira, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 2, DE 2006

(Proveniente da Medida Provisória nº 269, de 2005)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 269, de 2005), que altera as Leis nºs 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras; 10.768, de 19 de novembro de 2003, que dispõe sobre

o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Águas – ANA; 10.862, de 20 de abril de 2004, que dispõe sobre a criação do Plano Especial de Cargos da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN; 10.871, de 20 de maio de 2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais, denominadas Agências Reguladoras; 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; 9.074, de 7 de julho de 1995, que estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos; cria cargos na Carreira de Diplomata, no Plano de Cargos para a Área de Ciência e Tecnologia, do Grupo – Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas – FG; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com base no art. 81-A da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e no art. 30 da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004; revoga dispositivos das Leis nºs 5.989, de 17 de dezembro de 1973; 9.888, de 8 de dezembro de 1999; 10.768, de 19 de novembro de 2003; 11.094, de 13 de janeiro de 2005; e 11.182, de 27 de setembro de 2005; e dá outras providências.

Relatora revisora: Senadora Fátima Cleide.

Prazo final: 13.4.2006

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 270, de 2005

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 270, de 2005, que abre crédito extraordinário, em favor da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, da Presidência da República, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor global de oitocentos e vinte e cinco milhões, novecentos e oito mil, novecentos e sessenta e oito reais, para os fins que especifica.

Relator revisor: Senador Tião Viana.

Prazo final: 14.4.2006

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 271, de 2005

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 271, de 2005, que autoriza a

União a prestar auxílio financeiro complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com o objetivo de fomentar as exportações do País.

Relator revisor: Senador Wellington Salgado Oliveira.

Prazo final: 25.4.2006

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 3, DE 2006

(Proveniente da Medida Provisória nº 272, de 2005)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 272, de 2005), que altera as Leis nºs 10.355, de 26 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a estruturação da Carreira Previdenciária no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS; 10.855, de 1º de abril de 2004, que dispõe sobre a reestruturação da Carreira Previdenciária, de que trata a Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001, instituindo a Carreira do Seguro Social; 10.876, de 2 de junho de 2004, que cria a Carreira de Perícia Médica da Previdência Social e dispõe sobre a remuneração da Carreira de Supervisor Médico-Pericial do Quadro de Pessoal do INSS, 10.997, de 15 de dezembro de 2004, que institui a Gratificação Específica do Seguro Social – GESS; 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais; e fixa critérios temporários para pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade Médico-Pericial – GDAMP.

Relator revisor: Senador Sérgio Guerra.

Prazo final: 25.4.2006

5

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 4, DE 2006

(Proveniente da Medida Provisória nº 273, de 2005)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 273, de 2005), que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes e de Encargos Financeiros da União, no valor global de quinhentos e dezesseis milhões, cento e trinta e dois mil,

novecentos e noventa e quatro reais, para os fins que especifica.

Relator revisor: Senador João Ribeiro.

Prazo final: 26.4.2006

6

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 5, DE 2006

(Proveniente da Medida Provisória nº 274, de 2005)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 274, de 2005), que acrescenta e altera dispositivos na Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação; revoga o art. 3º da Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001; e dá outras providências.

Relator revisor: Senador Romero Jucá.

Prazo final: 28.4.2006

7

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 275, de 2005

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 275, de 2005, que altera a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – Simples, em função da alteração promovida pelo art. 33 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, e dispõe que o prazo a que se refere o art. 2º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para reutilização do benefício da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, aplica-se inclusive às aquisições realizadas antes de 22 de novembro de 2005.

Relator revisor: Senador Jefferson Péres

Prazo final: 28.4.2006

8

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 7, DE 2006

(Proveniente da Medida Provisória nº 276, de 2006)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2006 (proveniente da

Medida Provisória nº 276, de 2006), que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de trezentos e cinquenta milhões de reais, para os fins que especifica.

Relator revisor:

Prazo final: 1º.5.2006

9

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 277, DE 2006

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 277, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e das Relações Exteriores, no valor de setenta e quatro milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil reais, para os fins que especifica. (Apoio à população atingida pela febre aftosa)

Relator revisor:

Prazo final: 18.5.2006

10

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2003

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 5, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação para o segundo turno.

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 66, DE 2005

(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador José Jorge (apresentada como conclusão do Parecer nº 2.054, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), que *acrescenta o inciso XVI e o § 2º ao art. 52 da Constituição, para atribuir ao Senado Federal competência para indicar membros do Conselho Diretor ou da Diretoria das Agências Reguladoras.*

12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 96, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2005 (nº 5.788/2001, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional de Conscientização da Esclerose Múltipla*.

Parecer favorável, sob nº 2.249, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Augusto Botelho, com a Emenda 1-CE, de redação, que apresenta.

13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2005 (nº 3.883/2004, na Casa de origem), que *acrescenta inciso ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir a ausência do trabalhador ao serviço, sem prejuízo do salário, na hipótese de participação em reunião oficial de organismo internacional ao qual o Brasil seja filiado*.

Parecer favorável, sob nº 2.148, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim.

14

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, DE 2005

Discussão, em turno único, da Redação Final (apresentada pela Comissão Diretora como conclusão de seu Parecer nº 2.202, de 2005, Relator: Senador Tião Viana), do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2005 (apresentado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa como conclusão de seu Parecer nº 24, de 2005, Relator: Senador José Maranhão), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, a rodovia que especifica*.

15

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, DE 2000
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 21, de 2003)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes, que *altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre*

os planos e seguros privados de assistência à saúde (para assegurar a cobertura de despesas de acompanhante, no caso de paciente menor de dezoito anos, inclusive quando se tratar de internação em unidade de terapia intensiva ou similar).

Pareceres sob nºs 711, de 2003, e 1.515, de 2005, das Comissões

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; e

– da Comissão de Assuntos Sociais (em audiência, nos termos do Requerimento nº 336, de 2003), Relator: Senador Leonel Pavan, favorável, com a Emenda nº 2-CAS, que apresenta, com voto contrário, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

16

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 390, DE 2005-COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que *altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades* (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).

Parecer sob nº 188, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado.

17

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 15, DE 2006
(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 15, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração Ilegal, que *altera o Código Penal para criminalizar o tráfico internacional de pessoas para fins de emigração, e a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para inserir a mencionada conduta entre os crimes antecedentes da lavagem de dinheiro*.

18

REQUERIMENTO Nº 1.355, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.355, de 2005, do Senador Antonio Carlos Magalhães, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda informações a respeito de operações financeiras eventualmente efetuadas entre o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) com a empresa controladora do empreendimento *Beach Park*, localizado em Porto de

Dunas, Ceará, ou com qualquer das empresas controladas por ela.

Parecer favorável, sob nº 162, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Está encerrada a sessão.

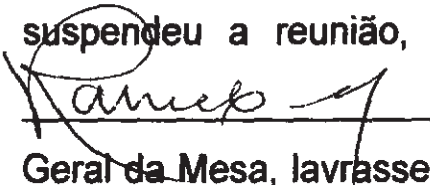
(*Levanta-se a sessão às 20 horas e 37 minutos.*)

(O.S.: 11599/2006)

**Ata da 4ª Reunião da Mesa do Senado Federal,
realizada em 21 de março de 2006**

Às onze horas e vinte minutos do dia 21 de março de dois mil e seis, na Sala de Autoridades do Gabinete da Presidência, reúne-se a Mesa do Senado Federal, sob a Presidência do Sr. Senador Renan Calheiros, e com a presença dos Srs. Senadores, Tião Viana, 1º Vice-Presidente, Antero Paes de Barros, 2º Vice-Presidente, Efraim Morais, 1º Secretário, João Alberto Souza, 2º Secretário, Paulo Octávio, 3º Secretário e Alvaro Dias, 3º Suplente de Secretário. Deixa de comparecer por motivo justificado o Senador Eduardo Siqueira Campos, 4º Secretário. Abertos os trabalhos, o Senhor Presidente concedeu a palavra aos membros da Mesa na seguinte ordem: 1) O Senador Efraim Morais apresentou relatórios favoráveis aos **Requerimentos** (de informações) nºs 107, 111, 117, 126, 127, 128, 175, 176, 177 e 184 de 2006. Submetidos à votação, os requerimentos foram aprovados, nos termos dos relatórios, e remetidos à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências. 2) O Senador João Alberto Souza apresentou relatórios favoráveis aos **Requerimentos** (de informações) nºs: 200, 202, 219 e 220 de 2006. Apresentou



ainda relatório favorável, com nova redação, ao **Requerimento de Informações nº 238, de 2006**. Submetidos à votação, os requerimentos foram aprovados, nos termos dos relatórios, e remetidos à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências. 3) O Sr. Presidente deu conhecimento aos presentes dos relatórios anteriormente apresentados à Mesa pelo Senador Eduardo Siqueira Campos favoráveis aos **Requerimentos (de informações) nºs: 1137 de 2005, 112, 122 e 140, de 2006**. Submetidos à votação, os requerimentos foram aprovados, nos termos de seus relatórios, e remetidos à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências. Em seguida, o Senhor Presidente ~~suspendeu~~ a reunião, ao tempo em que determinou que eu,  (Raimundo Carreiro Silva), Secretário-Geral da Mesa, lavrasse a presente Ata. Reaberta a reunião, a Ata foi lida pelo Senhor Primeiro-Secretário e aprovada pelos Senadores presentes. Nada mais havendo a tratar, às doze horas e oito minutos, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião e assinou a presente Ata com os demais membros da Mesa.

Senado Federal, em 21 de março de 2006

Senador Renan Calheiros
Presidente




Senador Tião Viana
1º Vice-Presidente


Senador Antero Paes de Barros
2º Vice-Presidente


Senador Efraim Moraes
1º Secretário


Senador João Alberto Souza
2º Secretário


Senador Paulo Octávio
3º Secretário


Senador Alvaro Dias
3º Suplente de Secretário

Agenda do Presidente do Senado Federal
22-3-2006
quarta-feira

10:00 – Ministra Ellen Grade Northfleet, eleita Presidente do Supremo Tribunal Federal

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal

11:30 – Juiz Pedro Inácio da Silva, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho de Alagoas, acompanhado do

Juiz José Nilton Ferreira Pandelot, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho- ANAMATRA

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal

12:00 – Sessão Solene destinada a homenagear a Campanha da Fraternidade da CNBB de 2006

Plenário do Senado Federal

15:00 – Jornalista Maurício Azedo, Presidente da Associação Brasileira de Imprensa

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal

15:30 – Ato Nacional de comemoração pelos 84 anos de fundação do Partido

Comunista do Brasil – PCdoB

Salão Nobre da Câmara dos Deputados

16:00 – Ordem do Dia – Sessão Deliberativa – pauta sobrestada

Plenário do Senado Federal

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 071 , DE 2006

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 320, do Regulamento Administrativo, conforme a redação dada pela Resolução nº 9, de 1997,

RESOLVE:

Art. 1º – Criar Comissão Especial – Nível I, com o objetivo de resgatar e reunir em um único banco de dados, toda a documentação existente sobre a Assembléia Nacional Constituinte de 1987/88 e relacioná-la com o texto constitucional, para o acesso por meio da comunidade mundial da Internet.

Art. 2º - Designar para compor a Comissão os servidores Júlio César Ramos, matrícula 113351, Eliane Cruxên de Barros, matrícula 48036, Gilberto Guerzoni Filho, matrícula 51084, Arlindo Fernandes de Oliveira, matrícula 53263, Paulo Fernando Mohn e Souza, matrícula 56112, Kleber Alcofarado Lacerda, matrícula 175201, José Humberto Borges, matrícula 106036, João Henrique Gouveia, matrícula, 106127 e João Alberto de Oliveira, matrícula 105500, para, sob a Presidência do primeiro, integrarem a presente Comissão.

Art. 3º – Fica estabelecido o prazo de 90 (noventa) dias para a conclusão dos trabalhos, em caráter improrrogável.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 22 de Março de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 502 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução nº. 9, de 1997,

RESOLVE declarar vago, a partir de 18 de março de 2006, o cargo efetivo de Técnico Legislativo, Nível II, Área de Apoio Técnico Administrativo, Especialidade de Administração, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, ocupado por BELCHIOLINA DOS REIS MENDES, matrícula 46726, em virtude do disposto no art. 33, inciso IX, da Lei nº. 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 22 de março de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 503 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9, de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores **ADRIANO FERNANDES GOMES**, matrícula nº 52842, e **JACINTO MUROWANIECKI**, matrícula nº 52829, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 008315/05-1 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 22 de março de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 504 , DE 2006

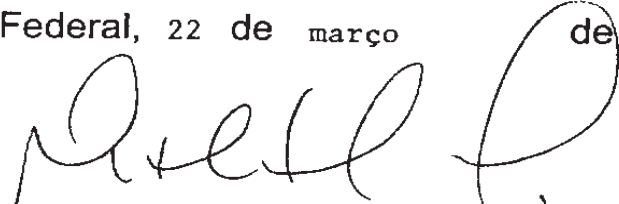
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9, de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores **SIDNEI JOSÉ KRONEMBERGER**, matrícula nº 14579, e **RAIMUNDO MANOEL DO NASCIMENTO**, matrícula nº 26480, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 004328/06-0 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 22 de março de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 505 , DE 2006

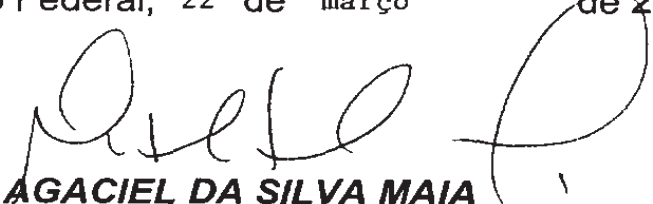
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9, de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores EVANDRO JORGE CUNHA CHAVES, matrícula nº 45527, e GOULART COSTA MARQUES, matrícula nº 22357, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 002671/06-9 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 22 de março de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 506 , DE 2006**

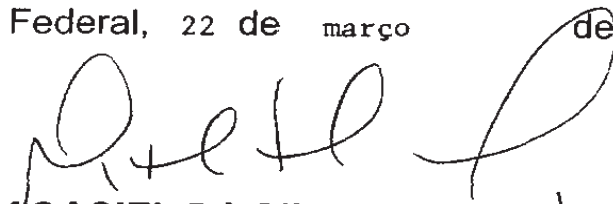
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9, de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores OTÁVIO MARIZ DE FARIA JÚNIOR, matrícula nº 41868, e GIOVANI PEREIRA DO AMARAL, matrícula nº 50730, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 003853/06-6 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 22 de março de 2006.



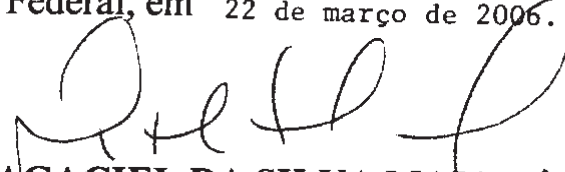
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 507 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 004517/06-7,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ADRIANE MARIA SERWY**, matrícula n.º 181332, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete do Senador Aelton Freitas.

Senado Federal, em 22 de março de 2006.

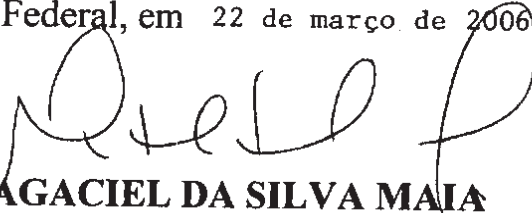

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 508 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 004510/06-2,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **VALDECI JOSÉ DA SILVA**, matrícula n.º 194338, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete da Senadora Ideli Salvatti, a partir de 20 de março de 2006.

Senado Federal, em 22 de março de 2006.

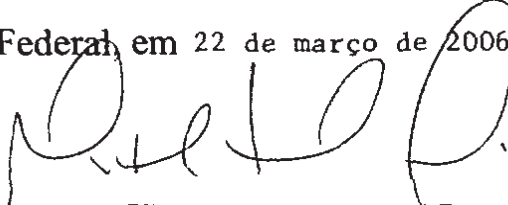

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 509 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 004427/06-8,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ELIÉZER DIVINO FERNANDES BORGES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Terceira Secretaria.

Senado Federal, em 22 de março de 2006.

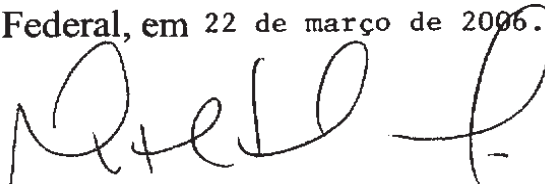

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 510 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **004511/06-9**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ONDINA MARIA DA SILVA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Ideli Salvatti.

Senado Federal, em 22 de março de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia

PFL – Rodolpho Tourinho*^S
PFL – Antonio Carlos Magalhães**
PFL – César Borges**

Rio de Janeiro

BLOCO-PT – Roberto Saturnino*
PMR – Marcelo Crivella**
PMDB – Sérgio Cabral**

Maranhão

PMDB – João Alberto Souza*
PFL – Edison Lobão**
PFL – Roseana Sarney**

Pará

PMDB – Luiz Otávio*
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa**
PSDB – Flexa Ribeiro**^S

Pernambuco

PFL – José Jorge*
PFL – Marco Maciel**
PSDB – Sérgio Guerra**

São Paulo

BLOCO-PT – Eduardo Suplicy*
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante**
PFL – Romeu Tuma**

Minas Gerais

BLOCO-PL – Aelton Freitas*^S
PSDB – Eduardo Azeredo**
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira**^S

Goiás

PMDB – Maguito Vilela*
PFL – Demóstenes Torres**
PSDB – Lúcia Vânia**

Mato Grosso

PSDB – Antero Paes de Barros*
PFL – Jonas Pinheiro**
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko**

Rio Grande do Sul

PMDB – Pedro Simon*
BLOCO-PT – Paulo Paim**
PTB – Sérgio Zambiasi**

Ceará

PSDB – Reginaldo Duarte*^S
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes**
PSDB – Tasso Jereissati**

Paraíba

PMDB – Ney Suassuna*
PFL – Efraim Morais**
PMDB – José Maranhão**

Espírito Santo

PSDB – João Batista Motta*^S
PMDB – Gerson Camata**
BLOCO-PL – Magno Malta**

Piauí

PMDB – Alberto Silva*
PFL – Heráclito Fortes**
PMDB – Mão Santa**

Rio Grande do Norte

PTB – Fernando Bezerra*
PMDB – Garibaldi Alves Filho**
PFL – José Agripino**

Santa Catarina

PFL – Jorge Bornhausen*
BLOCO-PT – Ideli Salvatti**
PSDB – Leonel Pavan**

Alagoas

P-SOL – Heloísa Helena*
PMDB – Renan Calheiros**
PSDB – Teotônio Vilela Filho**

Sergipe

PFL – Maria do Carmo Alves*
PMDB – Almeida Lima**
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**

Amazonas

PMDB – Gilberto Mestrinho*
PSDB – Arthur Virgílio**
PDT – Jefferson Péres**

Paraná

PSDB – Alvaro Dias*
BLOCO-PT – Flávio Arns**
PDT – Osmar Dias**

Acre

BLOCO-PT – Tião Viana*
Sem partido – Geraldo Mesquita Júnior**
BLOCO-PT – Sibá Machado**^S

Mato Grosso do Sul

PSDB – Juvêncio da Fonseca*
BLOCO-PT – Delcídio Amaral**
PMDB – Ramez Tebet**

Distrito Federal

PTB – Valmir Amaral*^S
PDT – Cristovam Buarque**
PFL – Paulo Octávio**

Tocantins

PSDB – Eduardo Siqueira Campos*
BLOCO-PL – João Ribeiro**
PC do B – Leomar Quintanilha**

Amapá

PMDB – José Sarney*
PMDB – Gilvam Borges**
PSDB – Papaléo Paes**

Rondônia

PMDB – Amir Lando*
BLOCO-PT – Fátima Cleide**
PMDB – Valdir Raupp**

Roraima

PTB – Mozarildo Cavalcanti*
PDT – Augusto Botelho**
PMDB – Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 1999/2007 **: Período 2003/2011

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaías Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz		(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares	(Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira	(Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varella	(Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	7. Serys Slhessarenko – PT
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) ⁽³⁾
Ney Suassuna ⁽¹⁾	3. Serys Slhessarenko ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
PDT	

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão – PFL	2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Luiz Otávio	1. (vago) ⁽³⁾
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) ⁽¹⁾
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾
PDT	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL

Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotônio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) ⁽³⁾	6. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	6. (vago) ⁽⁵⁾
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾	1. (vago) ⁽³⁾
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Mão Santa	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
PDT	
Augusto Botelho	

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ⁽⁴⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	
PDT	
	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
PMDB	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Sibá Machado – PT
(vago)	2. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) ⁽⁴⁾
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) ⁽⁶⁾
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB

Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽¹⁾ ⁽⁵⁾	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽²⁾ ⁽⁶⁾	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago) ⁽⁴⁾
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) ⁽⁷⁾	4. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Reginaldo Duarte – PSDB
(vago) ⁽³⁾	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) ⁽²⁾
Valdir Raupp	3. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	5. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
PMDB	
Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾	1. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
PDT	

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL
Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾
PMDB	
(vago)	1. Luiz Otávio
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
(vago) ⁽⁶⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. (vago)
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Juvêncio da Fonseca – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) ⁽⁷⁾
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) ⁽²⁾
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) ⁽⁴⁾
Gerson Camata	5. (vago) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) ⁽⁶⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta ⁽²⁾
Mão Santa	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾	2. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) ⁽²⁾
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽³⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) ⁽³⁾
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

Presidente: Senador João Alberto Souza ⁽³⁾

Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres ⁽⁴⁾

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)					
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. (vago) ⁽¹⁾	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. M ^o doCarmo Alves(PFL)	SE	1306
Leonel Pavan (PSDB)	SC	4041	4. (vago) ⁽⁵⁾		
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotônio Vilela F (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Ney Suassuna	PB	4345	1. Gerson Camata	ES	3204
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. (vago) ⁽²⁾		
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. (Vago)		
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 23.11.2005)

⁽¹⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Pedro Simon renunciou ao cargo de acordo com OF nº 101/05 – GSPSIM, publicado no DSF de 14.12.2005.

⁽³⁾ Eleito em 13.12.2005, na 1ª reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

⁽⁴⁾ Eleito em 13.12.2005, na 1ª reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

⁽⁵⁾ O Senador Alvaro Dias renunciou ao cargo de acordo com OF nº 1370/2005-SEM, publicado no DSF de 15.12.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 14.09.2005

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação: 25.09.2003

5ª Designação: 22.03.2005

6ª Designação: 20.04.2005

7ª Designação: 16.05.2005

8ª Designação: 16.05.2005

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 14.03.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador José Jorge (PFL-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 06.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 311-4561 e 311-5258

sscop@senado.gov.br



CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, Art. 4º	TITULARE	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SOARES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs



CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA¹

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

¹ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado AROLDO CEDRAZ (PFL) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
---	---

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. (vago)
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)
PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)	
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	1. (vago)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)
PMDB	
EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
Bloco PFL/Prona	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
PSDB	
JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
PP	
LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
PTB	
FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. PAULO GOUVÊA (PL/RS)
PPS	
JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador ROBERTO SATURNINO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> JOSÉ JORGE PFL-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 05.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311- 5258
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Clodomir Cardoso

Coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado

Obra organizada por Luciano de Sousa Dias,
com 580 páginas. Traz a biografia do Senador
da República Clodomir Cardoso, seu perfil
parlamentar, resumo de suas atividades
públicas, discursos e projetos.

Preço por exemplar: R\$ 10,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 240 PÁGINAS